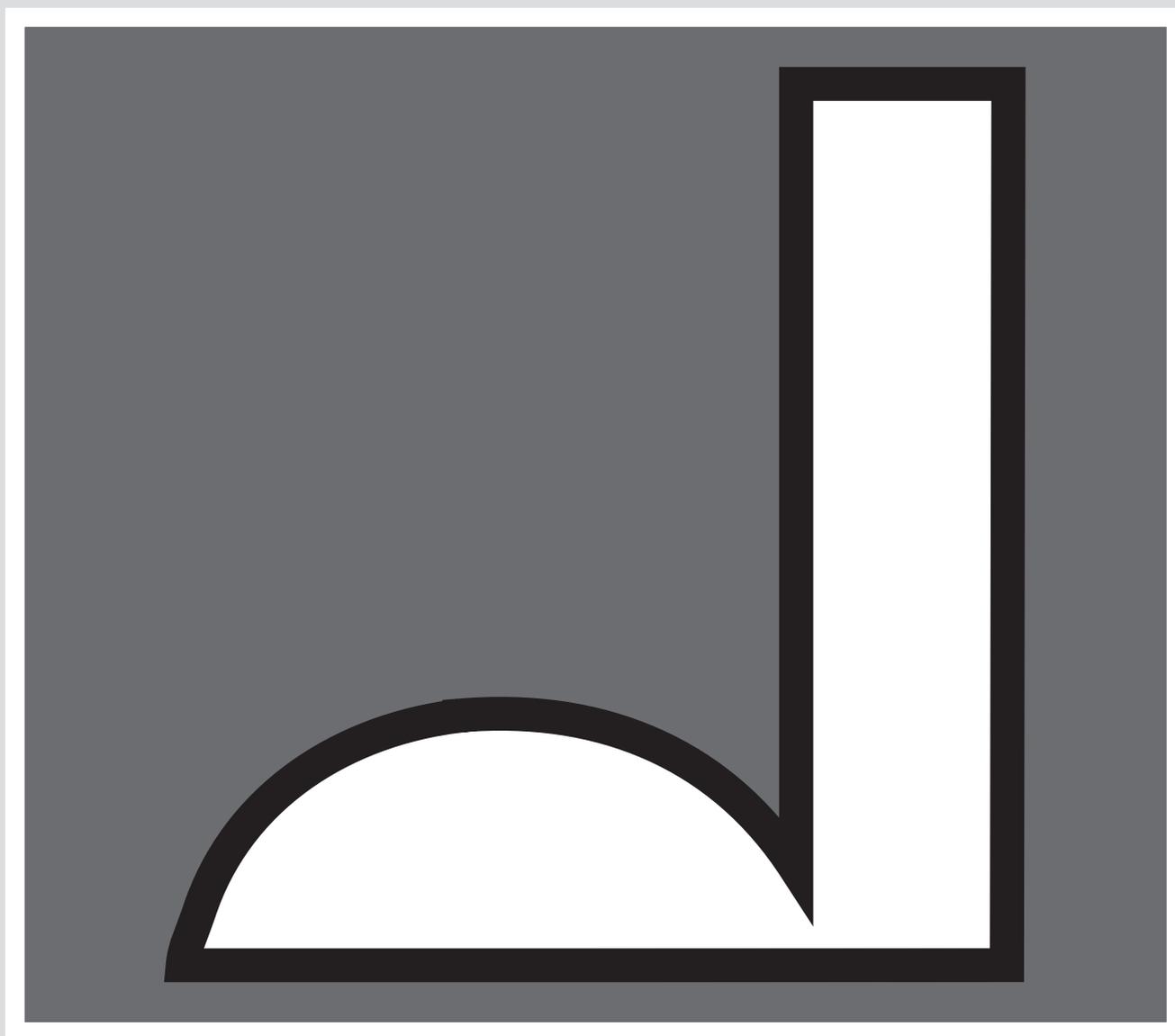




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 011 - SEXTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴ LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO ESPECIAL EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Comemoração dos duzentos anos da abertura dos portos no Brasil, de acordo com os Requerimentos nºs 3 e 44, de 2008, do Senador Romeu Tuma e outros senhores senadores. 3213

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.2 – Oradores

Senador Romeu Tuma 3214

Senador Cristovam Buarque..... 3236

Senador Valdir Raupp 3238

Senador Paulo Duque..... 3239

Senador Mão Santa 3240

Senadora Kátia Abreu..... 3242

Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno)..... 3245

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 141, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento..... 3248

Nº 142, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 103, de 2008. **Deferido**..... 3248

Nº 143, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto..... 3248

Nº 144, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008, a alteração da data de realização de Sessão Especial. 3249

Nº 145, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Sr. Euderson Kang Tourinho..... 3250

Nº 146, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco José Pinto da Silva. 3250

Nº 147, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes. 3251

Nº 148, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao velejador Lars Grael..... 3251

2.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 3, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que cria no Senado Federal a Comissão Permanente de Inquérito*. 3251

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 3, de 2008, lido anteriormente..... 3254

2.2.4 – Ofícios

Nº 30/2008, de 20 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil..... 3254

Nº 19/2008, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior de várias comissões. 3254

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 419, de 2008, em 20 de fevereiro de 2008, e publicação na mesma data no **Diário Oficial da União**, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação*. 3254

2.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 47, de 2008 (nº 69, de 2008, na origem), de 20 do corrente, informando que se ausentará do País no período de 21 a 23 de fevereiro de 2008, em visita à República Argentina.

3255

2.2.7 – Pareceres

Nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 1, de 2008 (nº 998/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Doutora *Kátia Magalhães Arruda*, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

3256

Nº 91, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/10, de 2006 (nº 74/2006, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando para o fim previsto no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias de documentos referentes à declaração incidental de inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (**Projeto de Resolução nº 4, de 2008**).

3258

2.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 89/2007, de 19 de setembro de 2007, comunicando a aprovação do Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer daquela comissão ao Ofício “S” nº 10, de 2006.

3263

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Resolução nº 4, de 2008, *que suspende a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais*, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

3263

2.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio*.

3264

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional*.

3265

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *que altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de*

dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura. Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *que altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória*.

3266

2.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Defesa de uma agenda positiva para o Congresso Nacional. Comunicação sobre a liberação de recursos para o Amapá.

3269

SENADOR *GERSON CAMATA* – Importância da visita do Presidente Lula ao Espírito Santo, ocorrida nesta semana.

3273

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Registro da aprovação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre a faixa de fronteiras. Considerações sobre a proposta de emenda à Constituição que trata da emancipação de municípios.

3275

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas a declarações do Presidente Lula sobre os gastos com cartão corporativo da ex-Ministra Matilde Ribeiro.

3277

2.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 149, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007.

3280

Nº 150, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Srs. Senadores, solicitando, em adendo ao Requerimento nº 114, de 2008, que a data da Sessão Especial seja remarcada para o dia 11 de março.

3281

Nº 151, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 27 de agosto de 2008.

3281

Nº 152, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 11 de setembro de 2008.

3281

Nº 153, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 15 de outubro de 2008.

3282

Nº 154, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 14 de novembro de 2008.

3282

Nº 155, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Francisco Pinto.....	3282	jeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, <i>que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências</i>	3316
2.2.13 – Discurso do Expediente (continuação)		1.2.20 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR MÁRIO COUTO – Comentários a pesquisa sobre a popularidade do Presidente Lula.....	3283	SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Homenagem à memória do Senador Jonas Pinheiro.	3316
2.2.14 – Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 36 minutos		2.2.21 – Apreciação de matéria	
2.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)		Nº 156, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Srs. Senadores, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado	3317
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Comentários a reportagem publicada na Revista Época a respeito de operações com dinheiro público envolvendo a ONG Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Roza da Paz (IFAS).	3285	2.2.22 Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PAULO PAIM – Comentários a pronunciamento do Presidente Lula na posse do novo Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos. Registro da abertura da Festa da Uva, em Caxias do Sul/RS.....	3289	SENADOR EDUARDO SUPPLY – Apresentação de relatório intitulado “Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque”, sobre viagem realizada por S. Ex ^a àquele país.	3323
SENADORA KÁTIA ABREU – Considerações a respeito de matéria veiculada no Jornal Nacional sobre a libertação em Tocantins de prisioneiros que cometeram crimes hediondos. O embargo da carne bovina brasileira pela União Européia.	3292	SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Homenagem à memória do Senador Jonas Pinheiro.	3350
2.2.16 – Leitura de requerimentos		SENADOR HERÁCLITO FORTES – Defesa da criação de um plano estrutural para o turismo no Brasil.....	3352
Nº 156, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 28 de fevereiro de 2008.....	3296	SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Considerações sobre a renegociação da dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron). O trabalho desenvolvido em Rondônia em defesa da Amazônia	3353
Nº 157, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Noronha Portella.....	3296	2.2.23 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
2.2.17 – Apreciação de matérias		Nº 2, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, <i>que altera o § 3º do art. 14 para incluir a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade</i>	3357
Requerimentos nºs 143, 146 e 155, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados , após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, João Pedro, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque e Renato Casagrande.....	3297	2.3 – ORDEM DO DIA	
2.2.18 – Questão de Ordem		São os seguintes os itens que deixam de ser apreciados e transferidos para próxima sessão deliberativa ordinária:	
Suscitada pelo Senador Flexa Ribeiro, referente ao Requerimento de adiamento de discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003; e respondida pelo Sr. Presidente (Senador Mão Santa)	3315	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
2.2.19 – Leitura de requerimento		Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de especifica.	3361
Nº 158, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária seja ouvida a respeito do Pro-		Item 2 (Proveniente da Medida Provisória Nº 396, DE 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a cons-	

tituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.....	3361		
Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.....	3361		
Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)			
Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.....	3361		
Item 5			
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que <i>dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação</i>	3361		
Item 6			
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.	3361		
Item 7			
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.	3362		
Item 8			
Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).....	3362		
Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)			
Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal</i>	3362		
		Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que <i>altera a redação do art. 228 da Constituição Federal</i>	3362
		Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal</i>	3362
		Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece</i>	3362
		Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que <i>inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos</i>	3363
		Item 14 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que <i>acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos</i>	3363
		Item 15	
		Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que <i>estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família</i>	3363
		Item 16	
		Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)</i>	3363

Item 17		<i>balhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....</i>	3364
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.	3363		
Item 18		Item 25	
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).	3363	Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	3364
Item 19		Item 26	
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.	3363	Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.	3364
Item 20		Item 27	
Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.	3363	Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....	3364
Item 21		Item 28	
Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....	3364	Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	3365
Item 22		Item 29	
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).	3364	Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.	3365
Item 23		Item 30	
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....	3364	Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.	3365
Item 24		Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo tra-		Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	3365
		Item 32	
		Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.	3365
		Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)	
		Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de quali-	

<i>dade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.</i>	3365	ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	3366
Item 34		2.3.1 – Comunicação da Presidência	
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.</i>	3365	Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se dia 27, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.	3366
Item 35		2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia	
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.	3366	SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> – Reflexão sobre a renúncia de Fidel Castro ao comando do processo revolucionário cubano.	3366
Item 36		SENADOR <i>DELCÍCIO AMARAL</i> – Solidariedade com a família do Senador Jonas Pinheiro. A atual situação energética brasileira.	3368
Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.	3366	2.3.3 – Apreciação de matérias	
Item 37		Requerimento nº 150, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.	3373
Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.	3366	Requerimentos nºs 49, lido em sessão anterior, e 144, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. Aprovados.	3373
Item 38		2.4 – ENCERRAMENTO	
Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.	3366	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 21-2-2008	
Item 39		4 – RETIFICAÇÕES	
Requerimento nº 1.496, de 2007, do Senador Edison Lobão, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja	3366	Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal no dia subsequente.	3375
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 214 e 215, de 2008.	3376
		SENADO FEDERAL	
		6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA	
		7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 11ª Sessão Especial, em 21 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Garibaldi Alves Filho

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 200 anos de abertura dos portos no Brasil, de acordo com os Requerimentos nºs 03 e 44, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores.

Antes de conceder a palavra aos Srs. Líderes ou a quem S. Ex^{as} indicarem, convido, para honra nossa, a compor a Mesa, além do Senador César Borges, o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil. (Pausa.)

Eu gostaria, ainda, de contar com a presença, na Mesa Diretora de nossos trabalhos, do Dr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário-Geral da Receita Federal do Brasil. (Pausa.)

Convido também, para compor a Mesa, o Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. Francisco Seixas da Costa, dirigindo a minha saudação a outros embaixadores e embaixadoras aqui presentes, entre eles a Embaixadora da Noruega. (Pausa.)

Convido, também, o Senador Romeu Tuma, autor e primeiro subscritor do requerimento que viabilizou esta sessão especial. (Pausa.)

Autoridades já nominadas e demais autoridades civis e militares, minhas senhoras e meus senhores, é com muita honra que presido esta sessão especial, destinada a comemorar os 200 anos de abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. Orgulhamo o fato de as principais autoridades brasileiras, especialmente do segmento portuário e marítimo, também estarem aqui presentes, para compartilhar conosco dessa comemoração.

A abertura dos portos ao comércio exterior constitui um dos momentos simbolicamente mais importantes de afirmação do Brasil como Nação.

A Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808, assinada por D. João IV, oito dias após a chegada da Corte portuguesa à Bahia e ao Brasil, abriu nossos portos ao comércio direto com todas as nações amigas. Na-

quele instante, o Brasil deixou de ser Colônia. Naquele instante, aboliu-se o compromisso de exclusividade da relação comercial com a metrópole portuguesa. A partir daquele momento, o Brasil passou a competir para ocupar seu espaço entre os países mais importantes e desenvolvidos do planeta e tornar-se uma voz audível e presente dentro da comunidade internacional.

A importância dos portos brasileiros para o comércio internacional, é claro, só cresceu desde então.

Hoje, 95% do comércio exterior brasileiro é feito por mar. A nossa malha marítima conta com quase 40 portos espalhados por todo o Território nacional, além de 16 portos fluviais.

Pela importância histórica desta data e pela importância comercial dos portos para o nosso País, quero agradecer o Senador Romeu Tuma, autor do requerimento para a realização desta sessão especial tão justa e necessária, que nos faz lembrar um marco não somente do comércio exterior brasileiro, mas o da própria soberania nacional.

Com aperfeiçoamentos contínuos na estrutura portuária e nos marcos regulatórios do setor, certamente diminuiremos os custos operacionais de nossas transações comerciais, o que permitirá, cada vez mais, a atração de negócios para o Brasil, além do aumento do número de empregos e de novos postos de trabalho, criados para os brasileiros.

Não poderia terminar minha intervenção inicial nesta sessão especial sem cumprimentar aqueles que, com suas presenças, abrilhantam esta solenidade nas pessoas do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, e a do Sr. Secretário da Receita Federal, Dr. Rachid. Agradeço também as presenças de Parlamentares federais, na pessoa do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Quero dizer que, com a experiência da Marinha do Brasil e o arrojo dessa nova Secretaria dos portos, criada ano passado, teremos todas as condições de efetivarmos políticas melhores e mais eficazes para o setor portuário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo, pois, a palavra ao Senador Romeu Tuma, autor do requerimento que concebeu esta solenidade. (Palmas.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia, senhoras e senhores!

Meu Presidente Garibaldi Alves Filho, primeiramente agradeço a V. Ex^a por haver dado a oportunidade da realização desta solenidade.

Quero dizer ao Dr. Rachid que é difícil falarmos, depois de uma autoridade, sobre fatos históricos, porque não há forma de modificá-los; eles são escritos ao longo do tempo e não há historiador que possa mudá-los, porque, realmente, eles ficaram registrados ao longo do tempo. Refiro-me à importância da abertura dos portos aos países amigos por D. João VI, na Bahia do Senador César Borges, na nossa Bahia. Este é um fato que jamais poderá ser alterado e ignorado na História, principalmente no setor da economia brasileira.

Ao nosso Comandante da Marinha, Almirante Júlio Soares de Moura Neto, quero destacar a importância da presença de V. Ex^a. Quando se fala em portos e mar, ninguém pode se esquecer da Marinha, que – se estou certo – foi a primeira Força Armada criada no Império brasileiro durante a estada de D. João VI no Brasil. Aliás, a nossa Marinha chegou a ser – eu diria – uma das primeiras do mundo. Hoje, infelizmente, lutamos para reaparelhá-la, tendo em vista sua importância para a proteção de nossas fronteiras marítimas e também junto ao trabalho de proteção à navegação marítima.

Hoje, com muita alegria, ouvi V. Ex^a falar com o Dr. Rachid sobre um convênio entre a Marinha e a Receita, no sentido de coibir toda e qualquer dificuldade, quer criminal, quer de outra origem, que possa atravancar a evolução econômica do Brasil. Parabéns, Dr. Rachid! É uma honra tê-lo aqui comigo! Quero agradecer a sua presença e a daqueles que, durante mais de um ano, colaboraram comigo quando assumi a Receita Federal. (Palmas.)

Tenho muitas saudades! Sinto-me feliz por me considerar seu amigo. De vez em quando tenho algumas notícias a respeito do andamento da Receita, ou quando, aqui, sou procurado pela Unafisco ou por qualquer outra entidade que representa a Receita Federal do Brasil, órgão que desenvolve um trabalho maravilhoso na proteção dos interesses econômicos. Quando o País precisa de R\$10,00 para fechar as suas contas, é a Receita que tem de se virar para arrumar essa quantia de qualquer forma, quer na fiscalização, quer na apresentação de idéias.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de abrir um parêntese em meu discurso para relatar um fato. Quando estava na Receita Federal, a Ministra havia chamado o Diretor da Arrecadação da Receita a sala dela. Ele voltou muito nervoso, e foi à minha sala. Ele estava possesso, dizia que não agüentava mais, que não dava para aumentar ainda mais os impostos. Eu lhe disse: “Sente-se aí, tome uma água. Vamos conversar”. Ele expôs a proposta que a Ministra lhe havia feito e, ao término de sua exposição, disse-lhe: “Fique calmo. Vamos conversar com ela”. Ela dizia que tinha de equilibrar o caixa de qualquer jeito. Foi aí que descobrimos uma saída, e só então ele pôde se acalmar. Naquele momento, ele lutava em prol do interesse não só do Erário, mas também do contribuinte. Gostaria que isso ficasse bem patente, porque a Receita se preocupa e tem a obrigação de arrecadar para dar uma resposta aos interesses das aplicações sociais do Governo e também para o PAC dos portos. Estou de posse de uma lista de prioridades do PAC, e gostaria que a Marinha fosse incorporada a ela para a recuperação de toda a infra-estrutura, tanto para garantir a soberania nacional quanto no que se refere ao transporte marítimo, decretado por D. João VI, conforme a exposição do Presidente. Portanto, hoje, deixo isso patente aqui.

Quando assumi a Receita, pensaram: “Vai ter polícia aqui dentro?”. Eu disse: “Não. São duas atividades diferentes: a polícia prende e a Receita arrecada”. É uma soma boa. Sei que há convênios entre a polícia e a Receita, um trabalho sério, e também com a Marinha, o que é importante.

Eu aqui fico me perdendo, porque quando vamos ficando velhos a idade vai trazendo as saudades do passado. Temos um filme na memória. Às vezes, não lembramos do presente, esquecemos nomes... Hoje, eu estava com dificuldade de lembrar a expressão “Capitania dos Portos”. Mas eu me lembro do passado. O passado é bom, gostoso. É bom poder participar de uma atividade em que os companheiros nos dão uma infra-estrutura de apoio muito grande e quando deixamos a função com alegria no coração por haver cumprido o dever.

Peço desculpas por citar esses fatos da Receita. Ficou na memória, no meu coração, a amabilidade, o carinho e toda a dedicação com que lá fui tratado. Posso dizer que é um dos setores mais importantes da Administração pela competência e pela capacidade de

seus quadros. Não há penetra lá. Entra-se por concurso público, com dedicação, estudo, evolução.

Eu tinha uma funcionária que era da polícia. Trabalhava em meu gabinete. Ela fez concurso para fiscal e foi para lá. Eu conversava sempre com ela. Quando eu assumi, ela me ajudava, em São Paulo, com alguns projetos, com alguns processos. Ela acabou se aposentando quando eu saí. Eu perguntei: “Por que você se aposentou?”. Ela respondeu: “Doutor, não dá. Tem que ler livro e resolução todo dia. Não dá para sair fora, porque a Receita é pau na máquina dia e noite”. É uma dedicação exclusiva mesmo. Não há como se afastar da atualização permanente da atividade. Inclusive manter contato permanente com as Receitas amigas, em que há os convênios internacionais, o que tem trazido uma eficácia muito grande para combater os crimes transnacionais praticados pelas grandes organizações criminosas.

Eu diria que D. João VI teve o condão de uma iluminação divina ao aportar na costa brasileira, ainda na Bahia, antes da instalação definitiva do Império no Rio de Janeiro. Editou a Carta Régia, que cito em meu discurso, mas o fato já foi relatado por nosso Presidente, e nada tenho a acrescentar ao fato histórico.

Fiz também alguns resumos da importância do que o Governo tem feito, através do Ministério dos Portos. Infelizmente, o Ministro, por razões de ocorrências no Porto de Santos – V. Ex^a talvez terá de tomar conhecimento, porque está havendo demissões, qualquer coisa neste sentido –, deixou de comparecer, mas já empenhou toda a verba referente ao PAC.

Sr. Presidente, vou deixar de ler a relação que ele deu, porque vou pedir a publicação de todos os fatos aqui descritos sobre todos os portos brasileiros e a objetividade do Governo no PAC para a melhora dos portos para receber navios de maiores calados. Hoje, grandes navios estão sendo construídos. Está havendo a recuperação da construção de navios da Marinha Mercante Brasileira, que chegou a ser uma das melhores do mundo, e repentinamente foi a zero, Almirante.

Fui várias vezes ao local em que a Marinha constrói e reforma os barcos, o Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, e cheguei a ver a construção do submarino nuclear, como ele andava, e a grande angústia do Almirante pela falta de verba para dar continuidade à construção. Isso foi há cerca de 15 anos. E a tecnologia foi se desenvolvendo. Hoje, os convênios entre a Marinha e a Universidade de São Paulo, por exemplo, têm grande resultado na administração na evolução tecnológica e econômica do Brasil.

Portanto, o mar passou a ter uma importância vital.

Está aqui o Embaixador de Portugal, que faz parte dessa História do Brasil. E presto homenagem a todos os Embaixadores aqui presentes na figura de V. Ex^a, pelo que representa na História do Brasil a vinda da família real portuguesa e sua instalação, tirando o Brasil da condição de Colônia, como disse nosso Presidente, transformando-o em um país independente e economicamente forte, através do primeiro ato, que foi a criação da Marinha.

Eu havia feito algumas referências à Alfândega, Dr. Rachid, mas, quando vi seu livreto, achei que não adiantava eu contar alguma história sobre a Alfândega brasileira, se aqui tem a Carta Régia e tem a criação da Alfândega. Porque porto sem alfândega não pode existir. Peço permissão a V. Ex^a para incorporá-lo ao meu discurso. Solicito que seja publicado por inteiro o livreto que foi distribuído aos senhores, de modo a fazer parte dos **Anais** do Senado.

Nós vamos passar, mas a História vai ficar. E isto estará registrado nos *Anais* do Senado Federal para que as futuras gerações possam conhecer a história da atividade principal, ou uma das principais, na área do comportamento econômico dos portos brasileiros, que é a Receita Federal, através da Aduana.

Aqui não está o representante da Aeronáutica, mas o General está presente, representando o Comando do Exército.

Gostaria de falar da importância da atividade da Marinha dentro das águas territoriais, e da Aeronáutica, porque fui relator da matéria que propiciou o financiamento da compra de aviões P-3, para o patrulhamento aéreo na área da plataforma marítima brasileira. Pelas riquezas que ela tem, não podemos deixar que não haja uma proteção permanente nessa área econômica tão importante, que cresce dia-a-dia.

A Marinha tem que ter meios, assim como a Aeronáutica, que terá esses aviões que estão para chegar ao Brasil. Tive um prazer enorme ao relatar esse pedido porque estive em uma operação – a memória vai puxando alguma coisa –, na Bolívia, com o DEA americano e com policiais bolivianos, de combate às drogas. Lá, a Receita americana colocou um avião com radares para a fiscalização de fronteiras, para patrulhar a região e buscar informações necessárias sobre locais de plantio, de tráfico etc.

Ouvi V. Ex^a dizer ao Almirante que na Base Aérea de Pedro da Aldeia há aviação da Receita. Fiquei feliz. Não tinha esse conhecimento; uma ignorância inexplicável. Eu o cumprimento por isso. Esse patrulhamento aéreo é importantíssimo. O Brasil tem uma plataforma marítima de importância muito grande. Os

royalties que a Marinha não recebe têm que ser tirados na marra, e a Receita também deve participar. Se não houver equipamentos necessários, os investimentos poderão ficar apenas no prédio. Se não houver gente para operacionalizar, ela não terá resultado.

Acho que já falei demais. Pediria ao Presidente que, se fosse possível, publicasse meu pronunciamento na íntegra. Ele é mais técnico, mais voltado para a evolução dos portos brasileiros, para o interesse principal no PAC, a que o Governo do Presidente Lula hoje se dedicou, pela importância do comércio internacional.

Hoje o Brasil tem uma balança equilibrada pelo número de exportações, também correspondendo à importação, para evitar um aumento de preços internos. Tudo isso coloco no meu pronunciamento, com dados que a própria Receita me mandou e outros órgãos da Indústria e Comércio, que são importantes para ficarem registrados.

Muitas vezes, fechados nesta sala, não conseguimos alcançar o que ao redor ocorre. Às vezes, numa audiência pública, com um convite a V. Ex^a, ao Almirante ou a outro, começamos a tomar conhecimento não só da atividade, como também da dificuldade que o órgão tem; e aí se discute como ajudar a resolver, porque esta Casa é a ressonância de tudo aquilo que se possa buscar no interesse da sociedade brasileira.

Não posso, General, deixar de agradecer a presença de V. Ex^a aqui, representando o Comando do Exército. Sei da importância do Exército, principalmente na área fluvial da Amazônia. O Exército, com a Marinha, tem feito um trabalho maravilhoso, assim como a Polícia Federal. Descrevia ao Comandante da Marinha que estive no Nepom, que é um núcleo operacional da Polícia Federal de patrulhamento contra a pirataria.

Quando eu era Superintendente da Polícia Federal, Dr. Rachid, tinha, durante 24 horas, equipes dentro do porto, para evitar pirataria, furto e roubo dentro dos navios.

Hoje, sei que a Receita tem também essa preocupação. Com a privatização de várias áreas dos portos, que descrevo em meu pronunciamento, aumentou a vigilância. As próprias empresas têm interesse na separação dos contêineres, da mercadoria em grão. Tudo isso teve uma evolução muito grande nos portos, principalmente em Santos, que estou acostumado a visitar. Costumo conversar com o Décio, com o pessoal que dirige o porto, com a direção da Alfândega, que é junto ao Porto de Santos.

O Nepom, Almirante, tem um trabalho importante, com lanchas blindadas, equipadas. Para minha alegria,

os delegados de polícia são originários da oficialidade da Marinha. Parece-me que todos os portos... Os que não têm ainda vão receber essa lancha, que já está encomendada, em fabricação.

Assume o comando do Núcleo um delegado de Polícia Federal originário da Marinha. Achei interessante: o delegado me levou para fazer um patrulhamento e verifiquei que ele entendia tudo que era de Marinha. E perguntei: você fez um curso? Ele disse: "Não, sou oficial de Marinha. Saí, porque o salário era melhor na Polícia Federal". Eu não digo que a Polícia Federal tem um salário exuberante, mas há muita gente ganhando mal. Acho que o Governo tem que pensar nisso também. Não podemos pensar só investimento em material ou em segurança, em armamento ou na infra-estrutura portuária. É preciso pagar bem aqueles que vão operacionalizar e buscar um resultado satisfatório, para que realmente o Governo possa responder à demanda social que o País precisa.

Agradeço a presença de todos.

Não fiz referência a quase ninguém, porque acho que são todos meus amigos. Pediria licença para considerá-los meus amigos. Agradeço e tenho certeza de que a direção dos órgãos permanentes de Estado que estão com a responsabilidade de manutenção da infra-estrutura, do patrulhamento, do controle aduaneiro não fracassará nunca, porque a vontade individual de cada cidadão que lá presta seu serviço é a de servir à Nação brasileira independentemente da luta por melhores salários e condições de trabalho.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para qualquer pessoa que examine o mapa deste Brasil imenso e belo, surge à primeira vista uma indagação: como se pôde alcançar unidade política nacional em território tão vasto e regionalmente díspar? Logo, porém, ficará clara a impossibilidade de atribuir a origem de tal fato a algum acontecimento ou a um único personagem histórico. Obviamente, em especial por constituir verdadeiro cadinho de raças, talvez o maior do mundo, o País trilhou um longo processo desde o Descobrimento, numa sucessão de movimentos heróicos, até atingir essa invejável situação.

Todavia, dentre todos os acontecimentos daquele processo, destaca-se, sem dúvida, a vinda da família real portuguesa em 1808, com D. João VI à

frente. E, no âmbito desse evento, identificamos o dia 28 de janeiro daquele ano – dois séculos atrás, portanto – como a data inicial da construção econômica do Brasil na condição de Estado soberano. Foi então que o Príncipe Regente abriu-lhe os portos às nações amigas, antes mesmo de desembarcar na cidade do Rio de Janeiro, por ele transformada em capital do reino luso-brasileiro. Daí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a minha iniciativa de propor esta sessão especial para louvar o marco que, na prática, nos libertou do período colonial.

Seria redundante e cansativo rememorar outros eventos que cercaram a vinda da família real. São todos conhecidos nesta Casa. Convém apenas, sob o prisma da História, lembrar que o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi a primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe Regente Dom João, quatro dias depois da chegada a Salvador, Capitania da Baía de Todos os Santos. Considera-se representar a primeira experiência liberal do mundo desde a Revolução Industrial. Antes dela, todos os produtos das colônias deviam passar pela alfândega em Portugal, em cumprimento do Pacto Colonial que impedia os países de importar e exportar das colônias alheias, sem realizar as transações através das respectivas metrópoles.

Pois bem, foi assim que demos início ao comércio exterior como Nação soberana. Hoje, nossos portos respondem por cerca de 95% da tonelagem de mercadoria exportadas pelo Brasil, apesar de inseridos num contexto logístico paradoxal, isto é, a desconsideração pelos sistemas de transporte – ferrovias, navegação e portos – prioritários em outros países de dimensões continentais. Mas, finalmente, despontam como alvos da atenção governamental que há muito tempo lhes era devida.

Uma prova da vontade nacional de conferir competitividade aos principais portos em comparação com os mais eficientes do mundo reside na Medida Provisória nº 369, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou no dia 7 de maio do ano passado para instituir a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, entregue à competente gestão do Ministro-Chefe Pedro Brito. Já transformada em lei, essa MP poderá constituir novo marco naquele processo histórico, uma vez que, com justa razão, o Ministro orgulha-se de sua Secretaria Especial já haver empenhado 100% dos recursos orçamentários disponíveis no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e no Programa Piloto de Investimentos – PPI.

No PAC, os recursos somaram R\$434,4 milhões, assim distribuídos:

10 milhões para a contenção do Cais do Porto de Vitória, Espírito Santo;

124,7 milhões para recuperação de berços e dragagem do Porto de Itaqui, MA;

11,5 milhões para construção de cais e rampa “roll-on-roll-off” no Porto de Vila do Conde, Pará;

19,3 milhões para construção do sistema viário interno na Ilha de Tatuoca no Porto de Suape, Pernambuco;

86 milhões para dragagem do Porto de Sepetiba, Rio de Janeiro;

12,7 milhões para repotencialização do sistema de atracação do Terminal de Areia Branca, Rio Grande do Norte;

87,7 milhões para ampliação de molhes e dragagem no Porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul;

22 milhões para recuperação de berço no Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina;

41 milhões para implantação da Avenida Perimetral do Porto de Santos, no município de Santos, São Paulo;

19,5 milhões para dragagem e derrocagem no Porto de Santos.

No âmbito do PPI, R\$43,3 milhões foram empenhados em estudos e implantação de sistemas de segurança portuária (ISPS-Code) nos portos de Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos.

Paralelamente, ainda no ano passado, a Secretaria Especial investiu R\$124,7 milhões nos portos de Suape, Recife, Luiz Correia, Pecém, Ilhéus, Natal, Imbituba, Laguna e na implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza nos portos da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Na gestão dos programas e em outras obras e serviços foram gastos R\$47,9 milhões.

Portanto, em 2007, esses investimentos somaram R\$650,3 milhões, ou seja, mais que o dobro dos R\$303,7 milhões gastos em 2006. Constituem recorde em empenhos emitidos para o sistema portuário. Refletem a prioridade dada pelo Governo Federal ao setor. E é bom que ele assim proceda perenemente, pois, conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, nossa balança comercial deu início ao mês de fevereiro com um saldo positivo de US\$736

milhões, até o último dia 10, num período possuidor de apenas quatro dias úteis. Nesse breve prazo, as exportações totalizaram US\$2,784 bilhões e as importações, US\$2,048 bilhões. Em consequência, acredita-se que, mesmo prejudicado pelo Carnaval, o saldo do corrente mês de fevereiro deverá ultrapassar o superávit de 1,164 bilhão de dólares registrado em janeiro.

Sabe-se que os investimentos na área de infraestrutura, principalmente para os portos através do PAC, têm produzido substanciais e prontas respostas da economia. A meta de exportações do Ministério do Desenvolvimento para este ano alcança US\$172 bilhões. Em 2007, foram exportados US\$160,649 bilhões em produtos e o saldo atingiu US\$40,039 bilhões. Segundo o boletim Focus, o mercado trabalha com uma previsão de superávit comercial de US\$30 bilhões. No fim do ano passado, a previsão era de US\$40 bilhões.

Por conta própria, a iniciativa privada deu a arrancada para o que já se convencionou chamar de “segunda onda” de investimentos no setor portuário, considerando-se como primeira a dos arrendamentos nos anos 90. Diversos terminais particulares em construção também objetivam ampliar a logística do País e reduzir o chamado “custo Brasil”. Esses projetos em plena implementação já representam quase R\$4 bilhões e, sob análise pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), existem 25 pedidos de licença para construção e exploração de Terminal de Uso Privativo (TUP) e Misto. Se forem aprovados, resultarão em investimentos de mais R\$4 bilhões.

Surfando na “segunda onda”, ao lado de fundos de investimentos estrangeiros e empresas de navegação e engenharia, vemos nomes como ThyssenKrupp CSA, Coimex, Grupo Batistella, MMX, Eike Batista e o do empresário Agostinho Leão, ex-dono do tradicional Matte Leão. Entre os processos sob exame da Antaq, estão os apresentados por empresas como Usiminas, Caramuru, Braskem, Cargill e Portland Itaú.

Sinto-me prazerosamente contagiado pelo otimismo que emoldura o panorama do setor. Para tanto, bastam os números relativos ao Porto de Santos, o maior do País e motivo de orgulho para os brasileiros, especialmente os de São Paulo, Estado por mim representado nesta Casa. Para 2008, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) prevê movimentação de cargas 4,8% superior à de 2007, totalizando 85,95 milhões de toneladas. Baseia-se nas projeções apresentadas por exportadores, importadores, terminais e órgãos que apontam as perspectivas do agronegócio. A carga geral deve crescer 4,3% e atingir 33,78 mi-

lhões de toneladas, com destaque para o transporte em contêineres. Para os granéis sólidos, estima-se movimento de 36,7 milhões de toneladas, 8,9% acima do total previsto em 2007.

Tais números deverão ser ainda mais esplendurosos em futuro próximo, quando Santos, da mesma forma que outros portos brasileiros, deixar de padecer sob os efeitos da limitação operacional representada pelo calado máximo. O remédio já chegou via PAC. Representa investimento de R\$1,4 bilhão em dragagens para aprofundar os canais de acesso àqueles portos e, assim, incrementar a capacidade de competição do País.

Nossos portos mais importantes não permitem acesso à nova geração de navios de grande porte, que oferecem fretes mais econômicos. Noutros, nem embarcações de médio e pequeno porte têm facilidade para atracar. Em alguns casos, há necessidade de aguardar a preamar ou usar barcaças para transbordo, diante do risco de encalhe. Daí a necessidade urgente daquele investimento, do qual R\$976 milhões estão aprovados, conforme informou o subsecretário de Portos da Secretaria Especial de Portos, Fernando Victor Carvalho.

Em Santos, que representa em valor 26% do movimento do comércio exterior pelos portos brasileiros, a dragagem do canal na profundidade de 15 metros, com até 250 metros de largura, dará acesso a navios de 90 mil toneladas. Esse porto possui 13 quilômetros de cais e recebe embarcações de até 65 mil toneladas, em 64 berços de atracação.

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) encerrou 2007 com um superávit de R\$70 milhões. Era apenas operadora, mas desempenha hoje o papel de autoridade portuária, responsável pela administração, infra-estrutura aquaviária, balizamento e dragagem. Tem 1.350 funcionários contratados e 800 terceirizados. Possui malha ferroviária interna de 100 quilômetros e recebe vagões de cinco ferrovias. O acesso rodoviário se faz pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, Piaçaguera-Guarujá, Rio-Santos e Padre Manoel da Nóbrega. A estratégia vigente é a de fazer de Santos um porto concentrador de carga a ser redistribuída para outros portos, por navios de cabotagem ou ferrovia. O transporte ferroviário, atualmente na faixa de 15%, subirá para 20% com obras de melhoria para o acesso ao cais.

A Codesp arrenda terminais para operadores portuários, empresas de exportação e importação, nas margens direita (Santos) e esquerda (Guarujá). No Guarujá, funciona o terminal privativo da Santos-

Brasil, exclusivamente com contêineres embarcados e desembarcados por imensos guindastes (portêineres). Cada contêiner comporta, em média, 27 toneladas. Santos movimentou 1,5 milhão de contêineres de janeiro a novembro do ano passado.

Outras cargas, como soja, açúcar e café, chegam a bordo em esteiras automatizadas. Carne, frango, açúcar, café em grão, papel e até automóveis partem acondicionados em caixas de 20 a 30 toneladas do cais da Santos-Brasil, dona do Tecon, o maior terminal de contêineres da América Latina. Foi arrendado da Codesp, em leilão realizado em 1997, pelo prazo de 25 anos. Localizado em Guarujá, seu pátio tem capacidade para 35 mil contêineres. Movimentou 820 mil unidades em 2007, isto é, metade do total de contêineres do Porto de Santos.

Os cais da Tecon recebem 100 navios por mês, cada um com tempo médio de permanência de 12 horas. Está prevista a construção de mais um pátio para contêineres numa plataforma sobre estacas, sem necessidade de aterros que agrediriam o meio ambiente.

Ali funciona ainda o Terminal de Exportação de Veículos (TEV), onde carros, caminhões, ônibus, tratores e máquinas pesadas são embarcados pelo sistema ro-ro (“roll-on/roll-off”), rodando pelas rampas com capacidade para movimentar 10 mil carros por mês.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não poderíamos louvar a abertura dos portos duzentos anos atrás, como passo decisivo rumo a toda essa riqueza, se olvidássemos que tal ato também fez surgir nossa Alfândega, uma das instituições mais significativas da estrutura governamental do País. Trata-se de uma das organizações mais respeitadas e conhecidas pela população brasileira. Com atuação de suma importância para a nossa soberania, constitui elemento fundamental da proteção à indústria nacional, pois se empenha eficazmente no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho.

Quero destacar aqui a Capitania dos Portos, entidade que controla o tráfego marítimo 24 horas por dia, preocupada em escutar mensagens de socorro de sinistros marítimos, além de envidar todos os esforços para criar um porto e um ambiente marítimo seguro e limpo, e prestar serviços marítimos de qualidade internacional. Sua missão é assegurar a segurança no mar; promover a manutenção de instalações portuárias e de navegação do Território; criar para o sector marítimo um ambiente de explorações e de trabalho regulamentado e competitivo; conservar o meio marinho e o patrimônio cultural subaquático; formar pessoas com qualificação para o sector marítimo do Território.

Também de suma importância é o trabalho realizado pelo Núcleo Especial de Polícia Marítima – NE-POM da Polícia Federal junto aos Portos, cujo objetivo é prevenir e reprimir crimes cometidos à bordo de embarcações, principalmente “atos de pirataria”, através do funcionamento de rotina e, em ação conjunta, de efetuar o apoio operacional (meio e pessoal treinado) para as investigações das delegacias especializadas, em situações voltadas para o mar, como as que seguem: Crimes ambientais, imigração ilegal, contrabando e descaminho, tráfico ilícito de drogas e contrabando de armas. A Polícia Federal conta com 61 pontos de fiscalização do tráfego internacional marítimo e fluvial, nos diversos portos do Brasil.

O trabalho alfandegário precisa ser reconhecido como imprescindível quando da adoção de qualquer política econômica de ação global. Além do mais, a Alfândega atua no combate à violência, na preservação do meio ambiente, na proteção à saúde pública e no relacionamento com os outros povos. São os servidores aduaneiros, em conjunto com os colegas da Polícia Federal, os primeiros a estabelecer contato com todo estrangeiro que ingressa no território nacional. Causarão a impressão que perdurará na mente desse cidadão mesmo depois de sua permanência em nosso meio.

A Alfândega brasileira passou a existir 14 anos antes da proclamação da Independência. Sua criação foi prioridade em termos de organização do Estado, devido à Carta Régia que abriu nossos portos ao comércio internacional. Apesar de vinculada ao Ministério da Fazenda, teve um longo período de relativa autonomia administrativa. Passou a integrar a Secretaria da Receita Federal por ocasião da sua criação em 1968. No início da década de 90, surgiu o COTAD – Comitê Técnico de Administração Aduaneira, embrião da atual COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira, que centralizou os serviços.

Creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, ao enaltecer aqueles fatos históricos nesta sessão especial, o Senado da República presta tributo a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram e contribuem para a grandeza econômica deste Brasil gigante.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Alfândegas Brasileiras

200 anos

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Fazenda
Guido Mantega

Secretário da Receita Federal do Brasil
Jorge Antonio Deher Rachid

Equipe Técnica

Assessoria de Comunicação Social

Serviço Memória Institucional da Receita Federal do Brasil

José Eduardo Pimentel de Godoy
Sandra Gonçalves Lopes
Edione Mendes Sales Neto
Énio Roberto Ignácio

Seção de Apoio Audiovisual da Receita Federal do Brasil

José Francisco Marques de Paula
Márcia Palma de Azevedo

Impressão:

Escola de Administração Fazendária - Esaf

Tiragem: 1.000

Receita Federal

Conheça mais sobre nossa história
www.receita.fazenda.gov.br/memoria

Missão

- Prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social;
- Prestar serviços de excelência à sociedade;
- Prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional.

Visão de Futuro

Ser uma organização modelo de excelência em gestão, referência nacional e internacional em administração tributária e aduaneira.

Valores

- Respeito ao cidadão
- Integridade
- Lealdade com a Instituição
- Legalidade
- Profissionalismo

Alfândegas Brasileiras 200 anos - 2008
Organizador: secretaria da Receita Federal do Brasil

1. Bicentenário da abertura dos Portos 2. A aduana no Brasil

APRESENTAÇÃO

Em 28 de janeiro de 2008 completam-se 200 anos da assinatura da Carta Régia que autorizou as Alfândegas do Brasil a permitirem a entrada e a saída, em portos brasileiros, de navios transportando mercadorias originárias de países diversos daqueles sob o domínio da Coroa Portuguesa e com os quais ela mantinha laços de paz e harmonia, ou de produções coloniais, com exceção do pau-brasil e de outros produtos cuja exportação estava notoriamente proibida.

Uma breve história dos antecedentes que levaram à Régia decisão, e a Carta que a registra, foram inseridas nesta publicação, em comemoração ao bicentenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional.

As Alfândegas foram instaladas no Brasil no século XVI para reprimir o contrabando de pau-brasil e de outras riquezas naturais da então Colônia de Portugal. Sua história está intrinsecamente relacionada com o próprio desenvolvimento econômico e social do País e sua organização e função têm sido diretamente influenciadas pelos diversos ciclos econômicos registrados na história brasileira: do açúcar, do cacau, do ouro, do café, da borracha, do couro, do tabaco, da substituição das importações, do início da industrialização e, mais recentemente, da economia de mercado.

A missão das Alfândegas do Brasil foi bastante ampliada nesse período, desde sua função originária, a fiscal ou arrecadatória, até as funções de proteção da economia e da sociedade, verificadas nos dias atuais. A evolução histórica da função das Alfândegas decorre da necessidade de abarcar outros aspectos de interesse nacional, relativos ao comércio internacional.

A história de algumas Alfândegas brasileiras, instaladas entre os séculos XVI e XIX, e sua ligação com os ciclos desenvolvimentistas do País, está retratada na exposição "A Aduana no Brasil", idealizada pelo Serviço de Memória da Receita Federal do Brasil que, por meio desta publicação, fica à disposição de todos.

Atualmente, como parte integrante da missão da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, a função primordial da Aduana brasileira é garantir a segurança da sociedade, sob os aspectos físico, ambiental e econômico, entre outros, e, ao mesmo tempo, favorecer e agilizar o comércio lícito, contribuindo, assim, para a garantia de um ambiente favorável ao desenvolvimento do País e ao seu relacionamento harmônico com a comunidade internacional.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

FUNÇÕES DA ADUANA

FASE PATRIMONIAL

TUDO PARA O REI.
ADUANA COMO FONTE DE RECEITA PESSOAL
DO GOVERNANTE.

FASE FISCAL

TUDO PARA O ESTADO.
A RECEITA ADUANEIRA UTILIZADA PARA CUSTEIO DAS
ATIVIDADES ESTATAIS.

FASE ECONÔMICA

TUDO PELA NAÇÃO.
ADUANA COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE
POLÍTICA ECONÔMICA EM FAVOR DA SOCIEDADE.

A ADUANÁ NO BRASIL

UMA LIBERDADE CONQUISTADA NA BAHIA

Em abril de 1500 ocorreu a primeira operação de comércio exterior do Brasil, em Porto Seguro, no momento em que os marinheiros da frota de Cabral trocaram colares e espelinhos por macacos e papagaios com os índios Tupiniquins. Durante os trinta anos seguintes, a Coroa Portuguesa reprimiu ferozmente o contrabando do pau-brasil, mas somente em 1.534, juntamente com as Capitânicas hereditárias, criou uma rede de Alfândegas ao longo do litoral brasileiro. O comércio com outras nações era livre, desde que pagos os tributos para a Fazenda Real, conforme dispunham os forais das capitânicas.

Em 1.605, porém, o rei espanhol Felipe II, então em guerra com a maior parte das nações européias, proibiu expressamente que mercadorias transportadas por navios estrangeiros fossem comercializadas diretamente com o Brasil: toda e qualquer importação ou exportação teria que, obrigatoriamente, passar por portos portugueses. Assim, durante os dois séculos que se seguiram, o Brasil somente importava de empresas portuguesas e vendia seus produtos de exportação por intermédio do comércio lisboeta.

Mesmo o Brasil tendo se transformado na mais rica colônia de todo o planeta era o maior produtor mundial de açúcar, tabaco, ouro, diamantes, madeira, farinha de mandioca, charque e carne de porco salgada, o regime aduaneiro adotado nesse período oprimia o seu comércio, impedindo a procura pelo melhor preço para sua produção, e pelo menor custo para suas importações.

Todos os pedidos e sugestões para a liberalização da política aduaneira, apresentados à Coroa nesse período, mostraram-se inúteis, até que Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental, levando Portugal a uma dramática encruzilhada: romper com seu aliado secular, a Inglaterra, e lutar contra a França, ou desafiar a ordem de bloqueio e manter sua aliança britânica. O Regente D. João optou pela segunda alternativa.

A inevitável invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão provocou a partida, para o exílio, da Família Real Portuguesa, em novembro de 1807. Uma façanha sem precedentes na história universal: todo um governo e a elite de uma nação atravessaram o Atlântico em frágeis veleiros, enquanto Portugal ficava confiado a um Conselho de Regência, secretariado por um brasileiro, o Desembargador João Antônio Salter de Mendonça, antigo integrante do Tribunal da Relação da Bahia.

Em janeiro de 1808, o Príncipe Regente D. João e parte de sua Corte já estavam na Bahia, onde foram recebidos pelo Governador Conde da Ponte, um brasileiro da família baiana Guedes de Brito.

Um outro patriota, o baiano José da Silva Lisboa, aproveitou a oportunidade para dirigir-se ao Príncipe Regente e convenceu-o da conveniência da imediata abertura das Alfândegas brasileiras ao comércio internacional.

A 28 de janeiro de 1808, em Carta Régia, dirigida ao Conde da Ponte, foi determinado que a partir de então as Alfândegas do Brasil poderiam admitir mercadorias transportadas em navios "das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa" e que "não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que bem lhes parecer a benefício do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros (produções coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados ...".

E ali terminou a longa luta do comércio brasileiro para a liberdade de comércio externo. Uma luta que, muito justamente, terminou onde o Brasil havia começado: na Bahia!

CÍCLO DA BORRACHA

A ADUANA NO BRASIL

Bicentenário da Abertura dos Portos e Alfândegas Brasileiras ao Comércio Internacional

Em 28 de janeiro de 1.808, o Príncipe Regente D.João autoriza a abertura dos portos do Brasil.

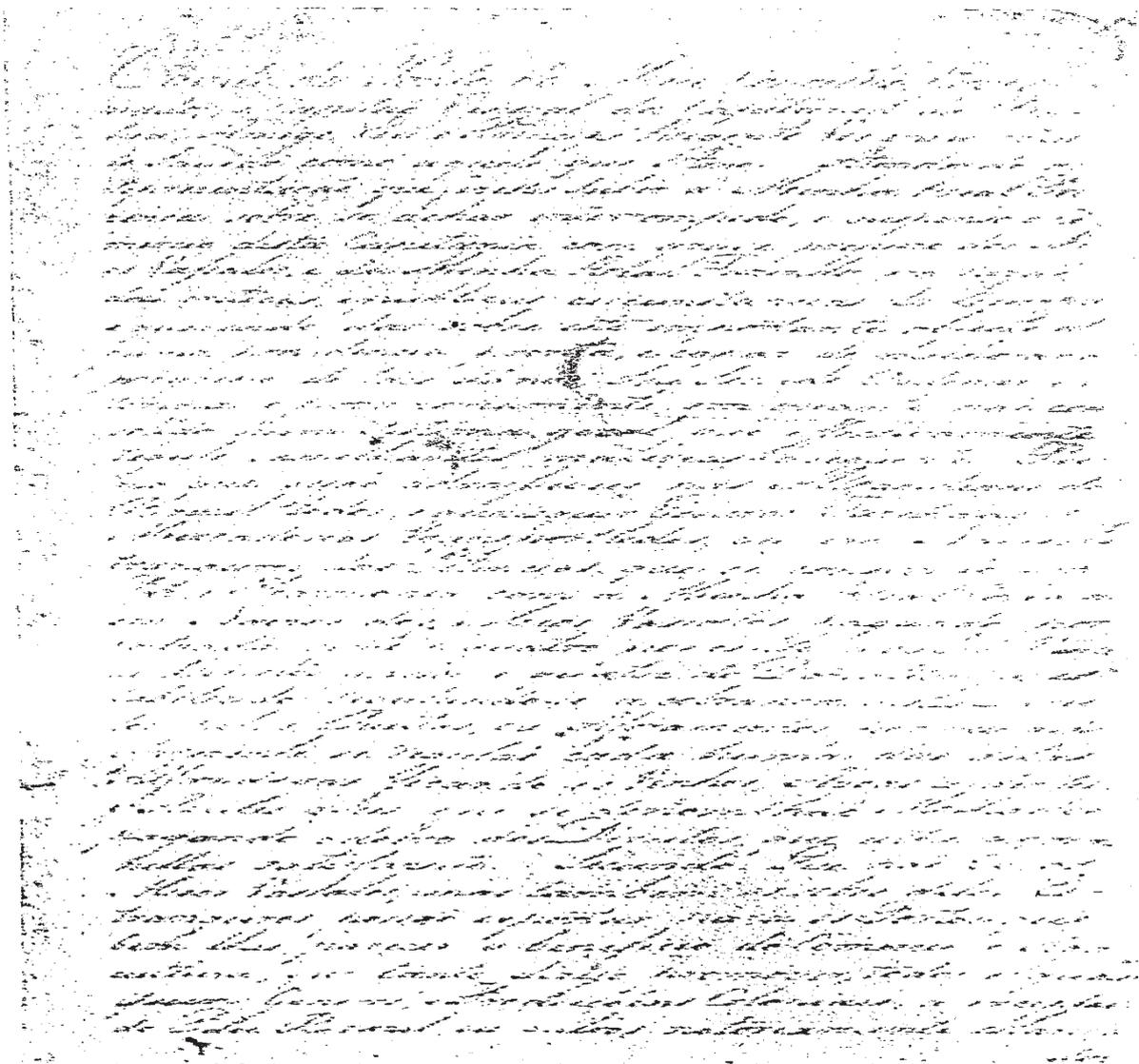
ALFÂNDEGA DE MANAUS

A ELEVAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA BORRACHA GEROU DEMANDA EXCESSIVA PARA A MESA DE RENDAS SEDIADA EM MANAUS DESDE 1863. CRIOU-SE, EM 1867, A ALFÂNDEGA DE MANAUS, QUE SE DESTACOU POR PERMITIR MAIOR CONTROLE SOBRE AS ARRECADADAÇÕES. PARA ABRIGÁ-LA, FOI CONSTRUÍDO, ÀS MARGENS DO RIO NEGRO, EM 1870, UM PRÉDIO DE RARA BELEZA EM ESTILO ECLÉTICO, COM MATERIAL IMPORTADO DA INGLATERRA.

MESAS DE RENDAS CRIADAS NO SÉCULO XIX DESTINAVAM-SE A OPERAR DESPACHOS ADUANEIROS E A FISCALIZAR PORTOS CUJA RENDA NÃO COMPENSASSA A INSTALAÇÃO DE UMA ADUANA COMPLETA.



Carta Régia de 28 de janeiro de 1808



ALFÂNDEGA DE SANTOS

ORIGINOU-SE DA ALFÂNDEGA DE SÃO VICENTE. TEVE UM FUGAZ MOMENTO DE GLÓRIA DURANTE O CICLO DO OURO, MAS DESTACOU-SE EFETIVAMENTE EM MEADOS DO SÉCULO XIX AO DESEMPENHAR IMPORTANTE PAPEL NO CONTROLE FISCAL E NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA QUANDO SANTOS FIRMOU-SE COMO O MAIOR PORTO EXPORTADOR DE CAFÉ DO MUNDO.

A ADUANA NO BRASIL

Transcrição da Carta Régia

Conde da Ponte do Meu Concelho, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo, Eu o Príncipe Regente Vos envio muito saudar como aquele que Amo. Atendendo a representação que fizestes subir à Minha Real Presença sobre se achar interrompido, e suspenso o Comércio desta Capitania com grave prejuizo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais dânos, Sou Servido Ordenar interina, e provizoriamente, em quanto não consolido hum sistema geral que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: que sejam admissiveis nas Alfandegas do Brasil, todos, e quaisquer Generos, Fazendas e Mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Corôa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber: Vinte de Direitos grossos, e quatro de Donativo ja estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, por que athe o presente se regulão cada huma das ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, Agoas ardentes e Azeites doces, que se denominão Molhados, pagando o dobro dos Direitos, que athe agora nellas satisfazião. Secundo: que não só os Meus Vassallos, mas tambem os sobre dítos Estrangeiros possão exportar para os Portos que bem lhes parecer a beneficio do Comercio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaisquer Generos, e Produçoens Coloniais, a excepção do Pau Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos Direitos ja estabelecidos nas respectivas Capitánias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor, todas as Leis, Cartas Régias, ou outras Ordens, que athe aqui prohibião neste Estado do Brazil o reciproco Comercio, e Navegação, entre os Meus Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zello, e actividade, que de voz espero.

Escrita na Bahia aos vinte oito de Janeiro de 1808.

Príncipe

Cumprasse e registre, e passem-se as Ordens necessarias. Bahia 29 de Janeiro de 1808.

Conde da Ponte

A Aduana no Brasil

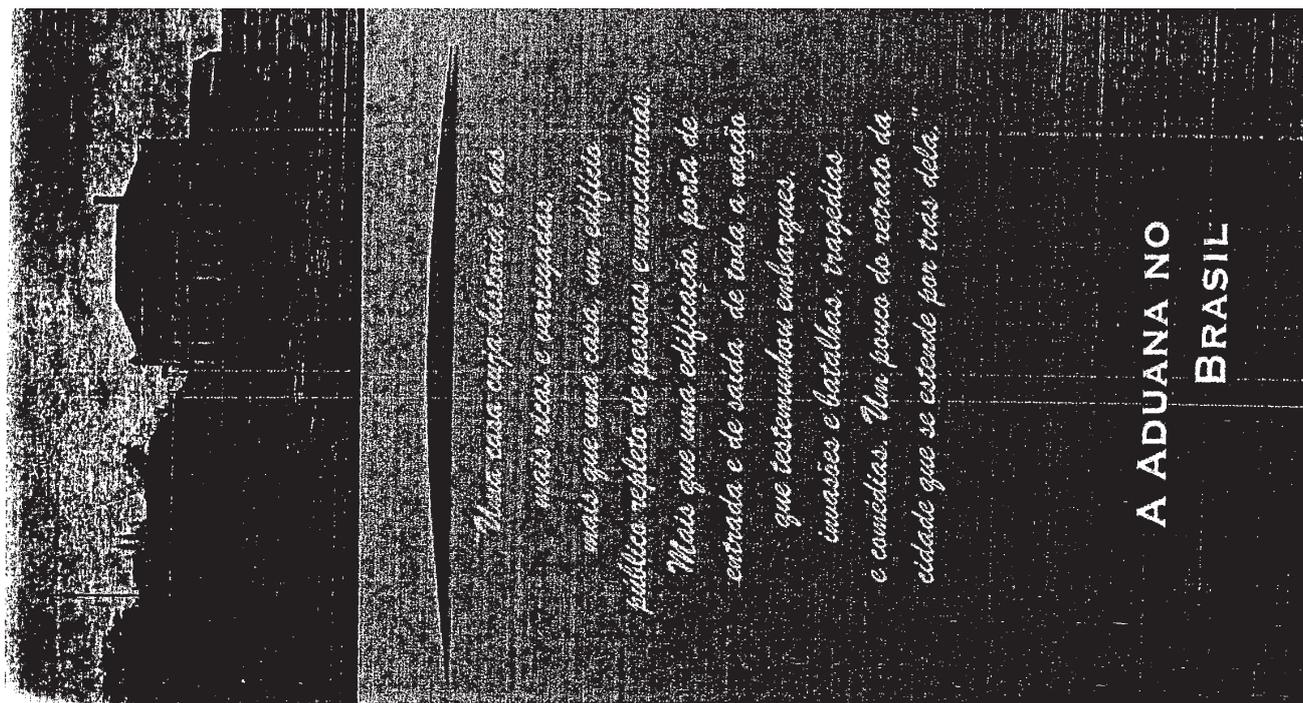
Exposição idealizada pelo Serviço de Memória Institucional da Receita Federal retratando o histórico da Aduana Brasileira e a influência dos Ciclos Econômicos em sua administração. Resgata marcas da arte e da arquitetura da época e a história das alfândegas brasileiras.

ABERTURA DOS PORTOS

NO SÉCULO XIX, A FUGA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL RESULTOU NA IMEDIATA ABERTURA DOS PORTOS AOS NAVIOS ESTRANGEIROS, DOS QUAIS SE COBRARAM TRIBUTOS.

DURANTE TODO O IMPÉRIO E GRANDE PARTE DA REPÚBLICA, OS IMPOSTOS ADUANEIROS FORAM O PRINCIPAL SUPORTE FINANCEIRO DO GOVERNO CENTRAL, SENDO SUPERADOS PELOS IMPOSTOS INTERNOS APENAS NO SÉCULO XX.

AS ALFÂNDEGAS TORNARAM-SE AUTÔNOMAS ADMINISTRATIVAMENTE APÓS A CRIAÇÃO DO ERÁRIO RÉGIO, EM 1761.

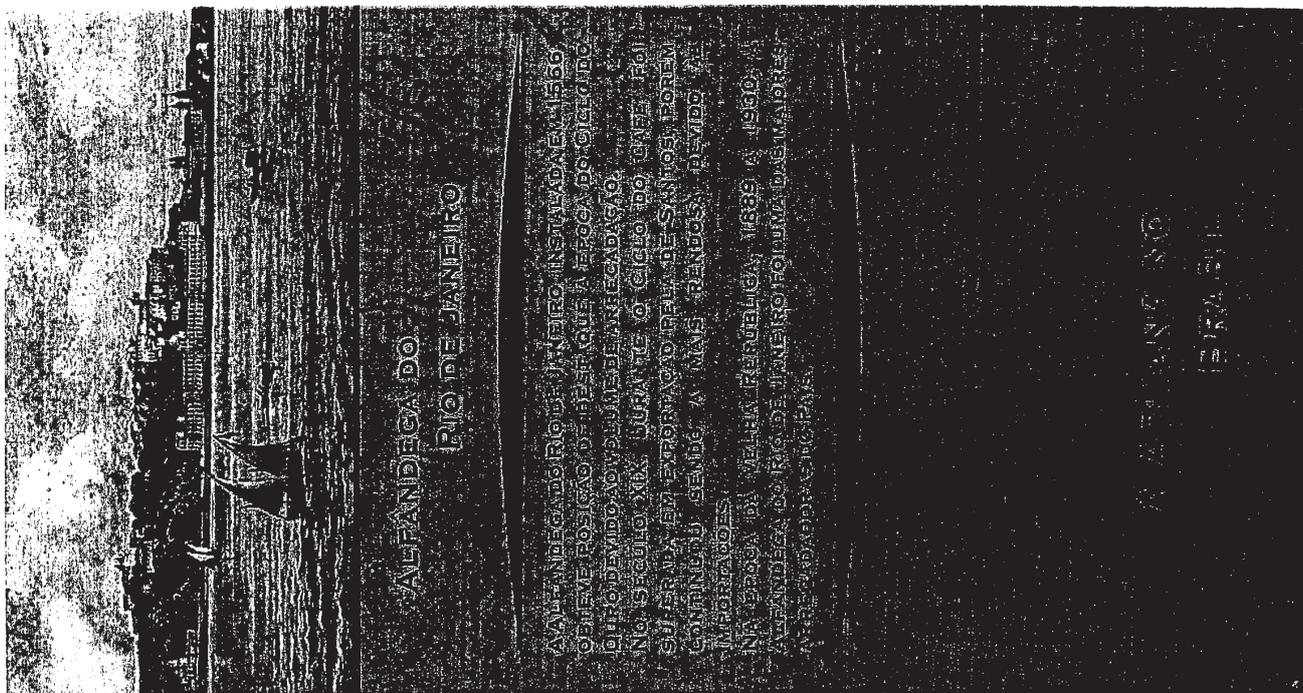


Trapiche da antiga Alfândega de Porto Alegre, Séc XIX. Museu de Comunicação Social - RS.

*Uma casa cuja história é das
mais ricas e variadas
mais que uma casa, um edifício
público repleto de pessoas e mercadorias.
Mais que uma edificação, porta de
entrada e de saída de toda a nação
que testemunhou embargues,
invasões e batalhas, tragédias
e comédias. Um pouco do retrato da
cidade que se estende por trás dela."*

A ADUANA NO BRASIL

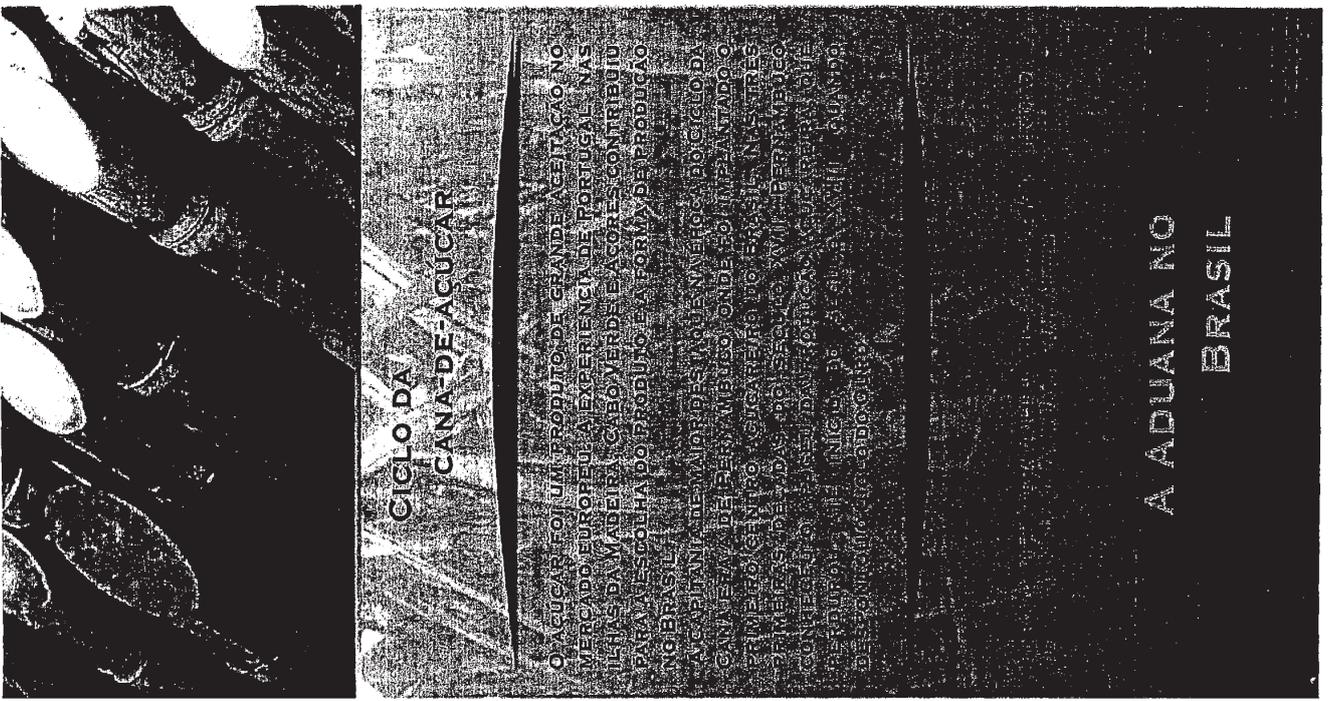
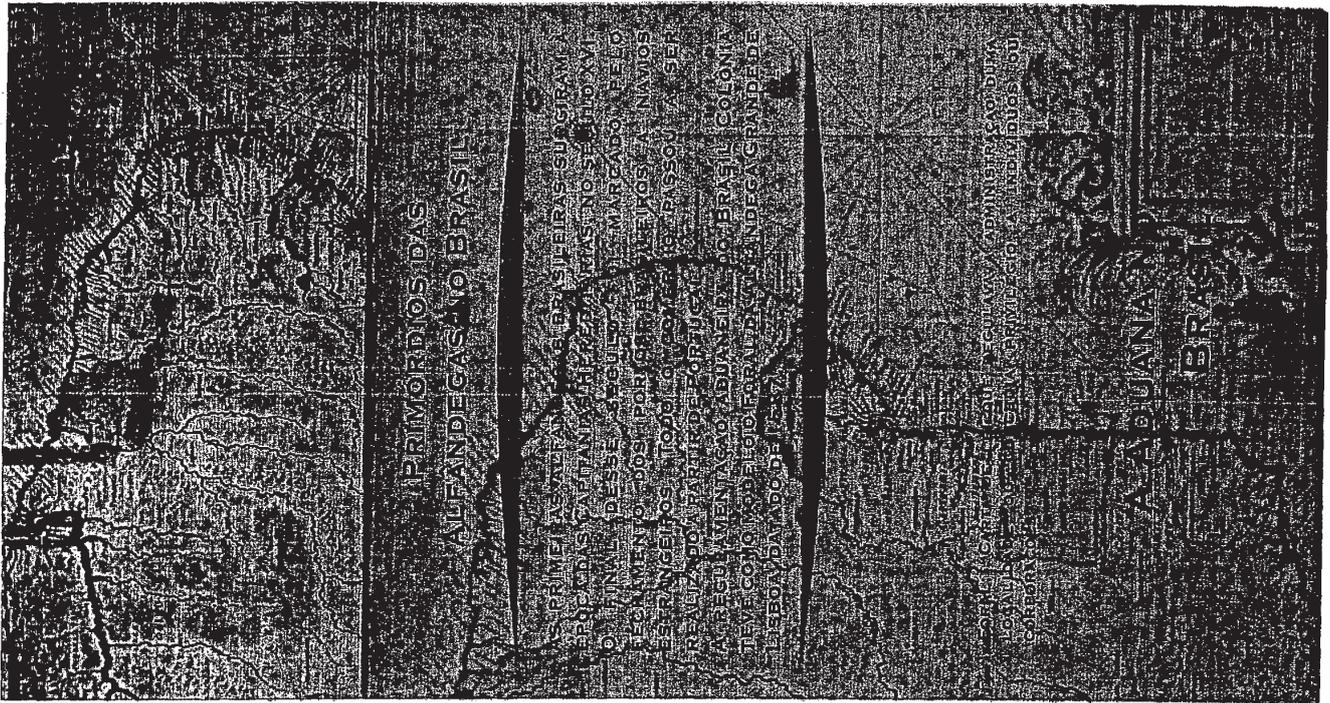
José Eduardo Pimentel de Godoy, Memória da Recelita Federal.



ALFÂNDIGA DO RIO DE JANEIRO

A ALFÂNDIGA DO RIO DE JANEIRO, INSTALADA EM 1855, OCUPA A POSIÇÃO DE PRIMEIRA A ESCALA DO CICLO DO COMÉRCIO EXTERNO DO BRASIL. A RECONSTRUÇÃO DE 1908, NA SÉCULO XIX, DURANTE O CICLO DO CAFE, FOI SUPERADA EM EXPANSÃO DE 1958, DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SENDO A MAIS RECENTE, DEPOIS DA RECONSTRUÇÃO DE 1908, A ALFÂNDIGA DO RIO DE JANEIRO FORMADA EM 1960, NA ÉPOCA DA ALFÂNDIGA FEDERAL DE 1889 A 1960, A ALFÂNDIGA DO RIO DE JANEIRO FORMADA EM 1960, NA ÉPOCA DA ALFÂNDIGA FEDERAL DE 1889 A 1960, A ALFÂNDIGA DO RIO DE JANEIRO FORMADA EM 1960, NA ÉPOCA DA ALFÂNDIGA FEDERAL DE 1889 A 1960.

A ADUANA NO BRASIL



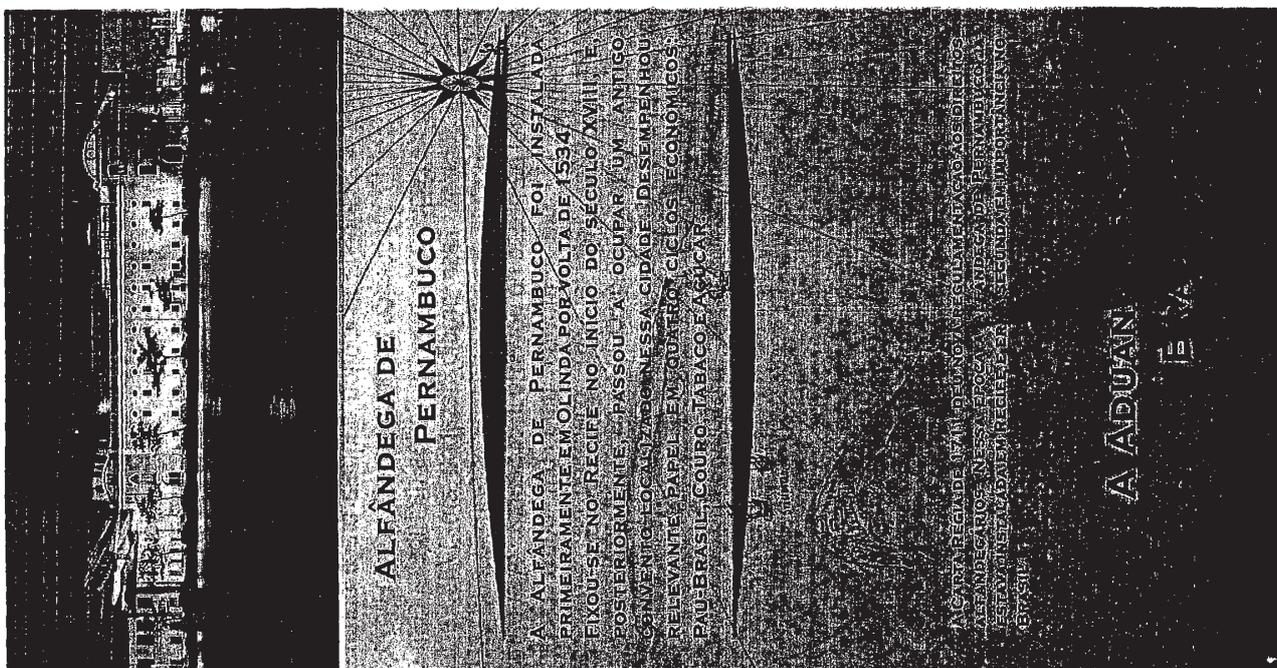
Matéria Ilegível fornecida pelo autor

ALFÂNDEGA DE PORTO SEGURO

Foi uma das primeiras a se instalarem no Brasil, por volta de 1534, quando por ela se fazia a maior parte do comércio do pau-brasil. Foi chefiada nesse tempo por uma das figuras mais interessantes do período colonial, o castelhano Felipe Guillén, boticário, físico, grande enxadrista, que fora degredado para lá. Guillén foi um dos pioneiros do bandeirismo em busca de ouro, tendo feito várias entradas ao sertão.

A decadência da capitania de Porto Seguro, que resultou na extinção de sua aduana, foi tão grande que atraiu uma invasão das tropas de Napoleão em 1797, mas o destacamento local da Milícia dos Homens Pardos repeliu o desembarque.

Nos séculos XIX e XX, entre 1863 e 1944, existiu ali uma Mesa de Rendas Alfandegária, que foi transformada em Coletoria Federal em 1950. Por volta de 1980 nenhum órgão fiscal ali existia, mas a prosperidade trazida pelo afluxo turístico levou a Receita Federal a criar ali uma Agência, hoje transformada em Inspetoria.

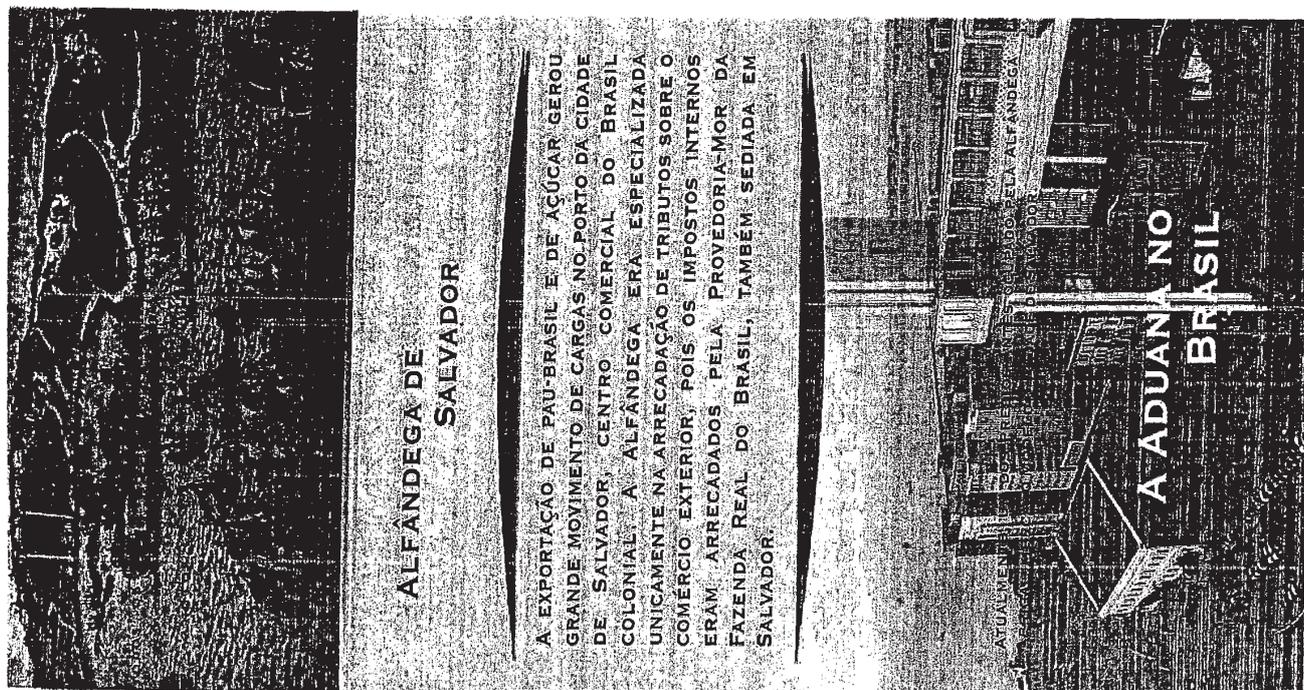


ALFÂNDEGA DE SALVADOR

Certamente é uma das mais antigas do Brasil, pois sabe-se que em 1536 lá havia um Juiz da Alfândega. Nessa época situava-se na atual praça Tomé de Sousa, o que dificultava a fiscalização e armazenagem. A exportação de pau-brasil, tabaco e açúcar deu-lhe intenso movimento, o que atraiu o ataque de piratas, corsários e até uma invasão holandesa. A alfândega funcionou naquela praça durante 147 anos, até 1700, quando mudou para um prédio novo à beira-mar, na esquina da rua das Portas da Ribeira com o Largo da Ribeira. Esse prédio desabou em 1743, e foi restaurado em 1746. Acabou sediando os Correios, de 1850 a 1890, e foi demolido no governo J. J. Seabra. A aduana, entretanto, já fora removida para um outro prédio, construído entre 1849 e 1861, chamado de "Alfândega Nova" e viveu o apogeu do ciclo do cacau, imortalizado nos romances de Jorge Amado. Nele se manteve até há poucas décadas, quando se transferiu para as atuais instalações. O edifício da "Alfândega Nova" passou, então, a alojar o Mercado Modelo até 1984, quando um incêndio o destruiu. Pouco depois, o prédio foi reconstruído, recuperando sua grandeza anterior.

Após a criação da Secretaria da Receita Federal a aduana passou a integrar a Delegacia da Receita Federal. Tornou-se autônoma em 1989, com a denominação de Inspeção da Receita Federal do Porto de Salvador e hoje é chamada de Alfândega de Salvador. Um fato curioso é que, durante a Guerra da Independência, os brasileiros fizeram funcionar uma aduana alternativa no Morro de São Paulo, ao sul do Recôncavo, pois Salvador estava em poder de tropas portuguesas.

A Alfândega baiana foi chefiada até o final do século XVIII por membros de apenas duas famílias (Argolo e Costa de Almeida).

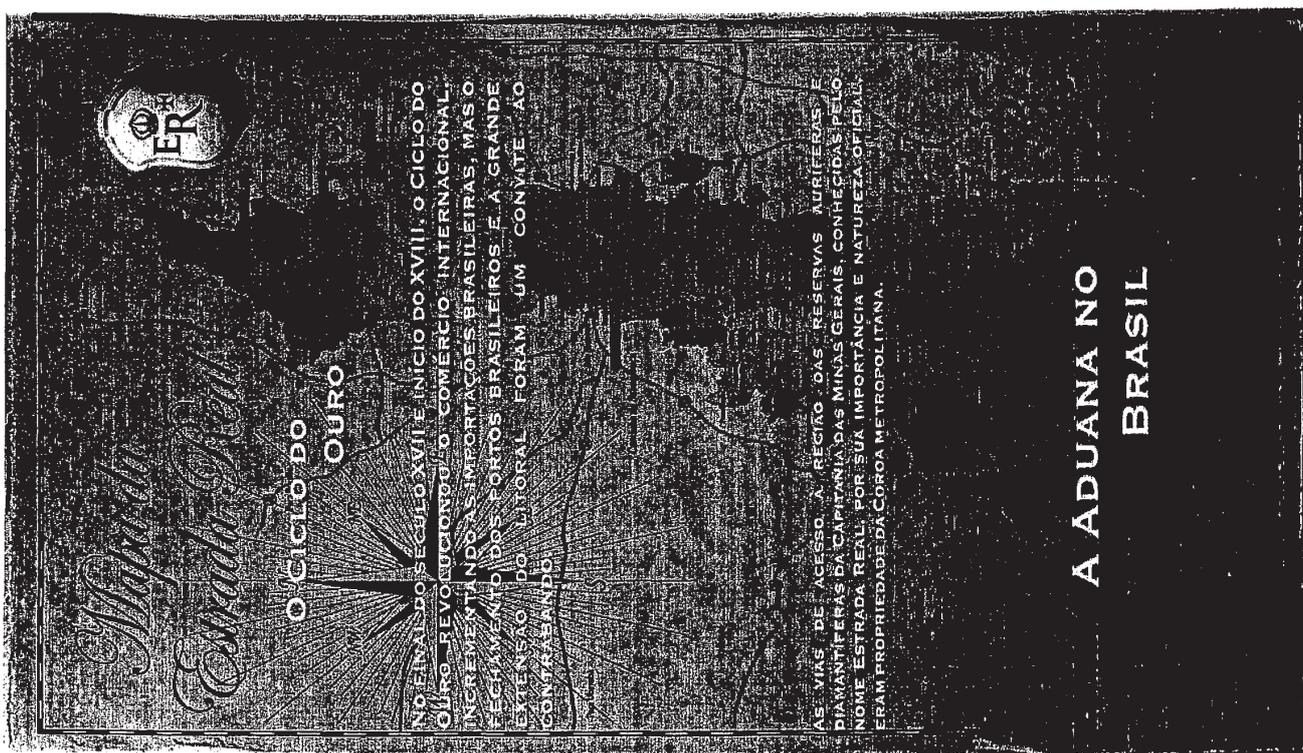


ALFANDEGA DE PERNAMBUCO

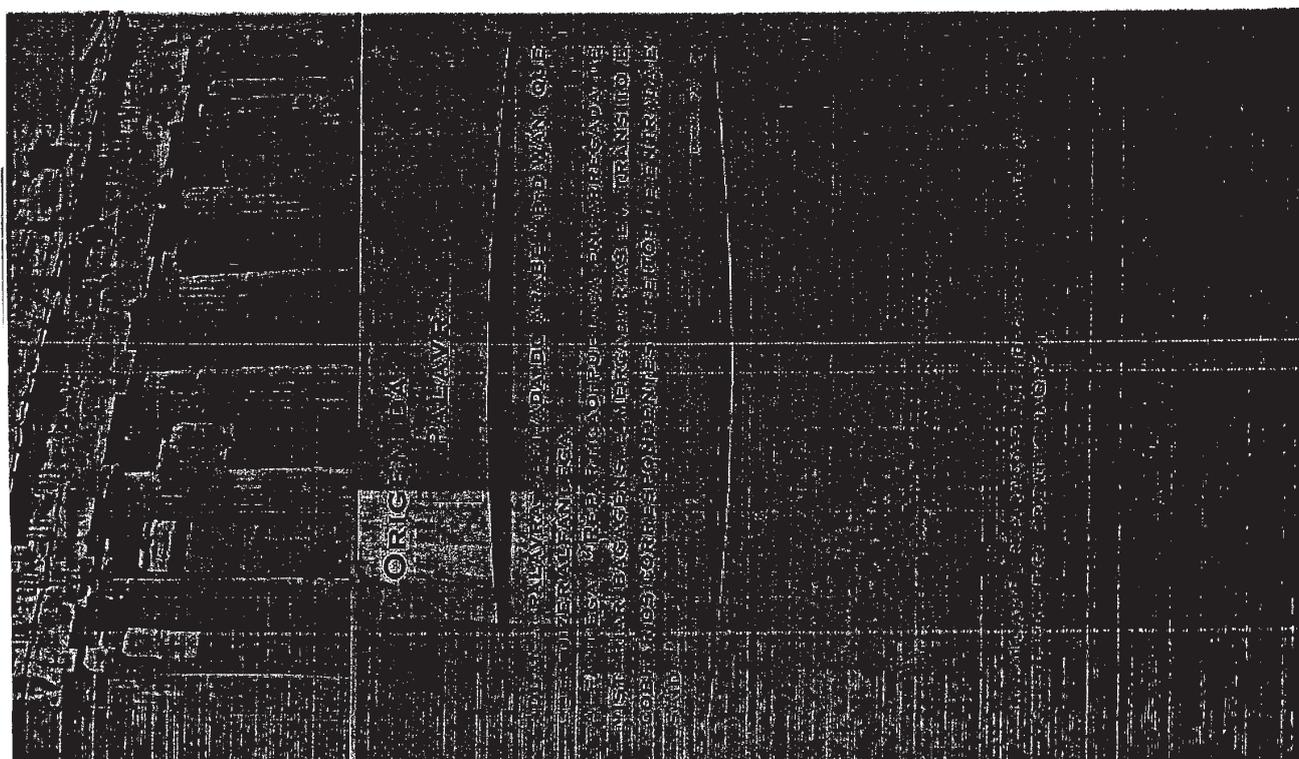
A Alfândega de Pernambuco nasceu em Olinda, por volta de 1534, passou o século XVII perambulando entre o porto de Recife e o seu local de origem. No início do século XVIII, fixou-se no Recife, acabando por ocupar um antigo convento.

A Carta Régia de 4 de fevereiro de 1711 regulamentou a arrecadação dos direitos alfandegários em Pernambuco e determinou que o Ouvidor Geral da capitania fosse o juiz da alfândega. Nessa época a aduana estava instalada, segundo Fernandes Gama, em um pequeno armazém no bairro de São Frei Pedro Gonçalves, que no século XIX ainda era chamado de "alfândega velha". Em 1724, a alfândega foi transferida para o trapiche e casas de Pedro Mascarenhas, mediante o aluguel anual de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis). Somente em 1826 a aduana foi transferida para o convento da Madre de Deus, confiscado aos frades oratorianos da Congregação de São Felipe Neri.

A implantação da Receita Federal importou na sua integração à Delegacia da Receita Federal de Recife. Em 1978 foi desmembrada da Delegacia tomando o nome de Inspeção da Receita Federal em Recife. Hoje denomina-se Inspeção da Receita Federal de Recife.



Mapa da Estrada Real



ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

Foi instalada em 1566. Um de seus primeiros dirigentes foi Antônio de Mariz, celebrizado por José de Alencar, em seu romance "O Guarani", como o pai de Ceci. Durante um século sua chefia foi disputada pelos descendentes de Mariz e pela família de Salvador Correia de Sá, primo de Estácio de Sá, fundador da cidade. Em 1641, o juiz João Antônio Correia foi deposto, dando início a um período tumultuoso na vida da cidade, que culminou com a revolta de Jerônimo Barbalho Bezerra e sua subsequente execução em praça pública. Até o final do século XVII, a Alfândega foi objeto de intensa luta política, cabendo sua direção a indivíduos de reputação duvidosa, dados a violências e rapinagens, como Pedro de Sousa Pereira, o Velho, e Cláudio do Amaral Gurgel. Em 1703, foi separada da Provedoria da Fazenda Real, passando a ser dirigida por funcionários que ocupavam exclusivamente o cargo de Juiz da Alfândega. Foi incendiada pelos franceses de Duclerc em 1710, ficando completamente destruída pela explosão da Casa da Pólvora, morrendo em seu posto o Almojarife Francisco Moreira da Costa.

Tornou-se a mais importante do Brasil a partir do ciclo do ouro. Superada por Santos, quanto às exportações, no apogeu do café, continuou a ser a mais rendosa, por causa das importações. Basta dizer que, em 1880, tinha a seu serviço, como nave de patrulha, o cruzador Orion, com 21 tripulantes, além de outras embarcações menores.

Com o advento da Receita foi transformada na Inspetoria da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro e, há pouco tempo, passou a se chamar Inspetoria da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro. Uma de suas sedes antigas é hoje ocupada pela Casa França-Brasil.

O CICLO DO CAFÉ

NO SÉCULO XIX, O CAFÉ FOI RESPONSÁVEL POR MAIS DA METADE DA RENDA OBTIDA COM A EXPORTAÇÃO, TORNANDO-SE A PRINCIPAL ATIVIDADE AGRÍCOLA DO PAÍS. ESSE IMPORTANTE CICLO ECONÔMICO OCORREU DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA PARA A REPÚBLICA. PERÍODO MARCADO PELO FIM DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVOCRATA E PELA CRISE DE DESENVOLVIMENTO QUE IMPOSSOUMUNDO A NOVA REALIDADE INDUSTRIAL.

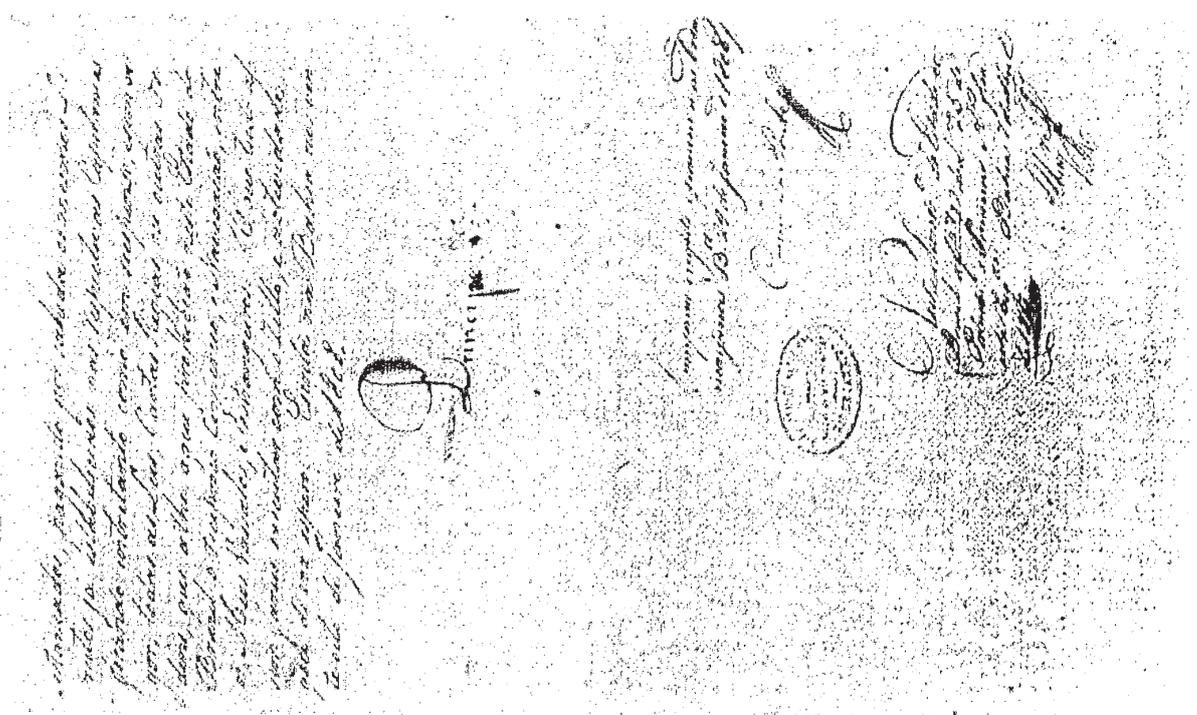
A ADUANA NO BRASIL

ALFÂNDEGA DE SANTOS

Originou-se da Alfândega de São Vicente, cujo porto era impróprio para navios de maior calado. A mudança do porto para sua localização atual gerou a fundação da cidade de Santos e a transferência da aduana para esta. A própria Província da Fazenda Real acompanhou a alfândega, mudando-se também para Santos. A alfândega teve vida movimentada, com episódios marcantes, como os ataques dos corsários Cavendish, Joris Spilberg e Fenton, o grave incidente entre o provedor Timóteo Correia de Góis e o capitão-mor Diogo Pinto do Rego, e o saque dos armazéns do sal pelo famoso régulo Bartolomeu.

As sucessivas modificações políticas na capitania não influíram na atividade aduaneira; mesmo depois da mudança da capital para São Paulo, no final do século XVIII, a Província permaneceu algum tempo em Santos. Tornada autônoma pela criação da Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo, passou a ser dirigida pelos Juizes de Fora de Santos, que acumulavam a função de Juizes da Alfândega. Teve um fugaz momento de glória durante o Ciclo do Ouro, mas só se tornou realmente importante em meados do século XIX, quando se firmou como o maior porto exportador de café do mundo. Foi dirigida por vários homens célebres como Brás Cubas, Amador Bueno da Ribeira e o Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno.

Em 1969, foi transformada na Delegacia da Receita Federal de Santos e, recentemente, em 3 de maio de 1994, foi reinstalada a Inspetoria da Alfândega do Porto de Santos.



ALFÂNDEGA DE MANAUS

Criada pelo Decreto n. 3.920, de 31 de julho de 1867, junto com as alfândegas de Cametá, Santarém, São Paulo de Olivença e Borba. Estas, não chegaram a ser implantadas (a Decisão n. 131, de 2 de março de 1869, determinou que "por ora" não fossem instaladas), mas a de Manaus logo se tornou uma das mais importantes do Brasil, graças ao ciclo da borracha. Já estava em funcionamento em fevereiro de 1868 com seu edifício em estilo eclético, composto de elementos medievalistas e renacentistas, tratando-se do primeiro prédio pré-fabricado do mundo. Inaugurado oficialmente em 1906 como um dos primeiros edifícios pré-fabricados do Brasil, o edifício da Alfândega foi construído em tijolos aparentes, pré-montados e importados da Inglaterra, uma reprodução dos prédios londrinos do início do século. O prédio da Guarda-Moria, com sua torre e farol edificadas com o mesmo material e estilo da Alfândega, completa o complexo.

Antes da Alfândega, Manaus sediou uma Mesa de Rendas, criada por um decreto de 31 de dezembro de 1863. A exportação da hevea entrou em decadência por volta de 1910, o que reduziu brutalmente a renda dessa aduana.

Em 1969 a S.R.F instalou uma Inspetoria da Receita Federal no Aeroporto de Manaus, depois transferida para o Porto de Manaus, e agora convertida em Inspetoria da Alfândega do Porto de Manaus.

ALFÂNDEGA DE RIO GRANDE

Situada na cidade gaúcha do mesmo nome, primeira capital da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa aduana foi criada pela Carta Régia de 15 de julho de 1804 e instalada em 1º de outubro do mesmo ano. Em 1836, tinha como filial a Alfândega de São José do Norte, situada na margem oposta do estreito.

Durante o século XIX teve importante papel na exportação de couro, sobre o qual incidiam vários tributos, inclusive o Quinto Régio e o Dízimo dos Couros. Tão pesados eram esses impostos, que o descontentamento com a carga fiscal aduaneira resultou na Revolução Farrroupilha, conflito entre republicanos sul-riograndenses e o governo imperial. Para atender às despesas desse conflito, o Império criou em 1845 o Imposto sobre Subsídios e Vencimentos, primeira modalidade do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas estabelecida no Brasil.

A decoração artística de seu edifício, sede a torna uma das atrações daquela bela cidade gaúcha. É detentora de um precioso acervo documental que remonta ao século XIX.

**INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA**

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL DEBILITOU O COMÉRCIO MARÍTIMO, OBRIGANDO O BRASIL A PRODUZIR MÁQUINAS ANTES IMPORTADAS, DANDO ORIGEM AO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA. A CRISE NA BOLSA DE NYA TOROU EM 1929, PROVOCOU A PARALISACÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E A REDUÇÃO DAS GÊNEAS ADUANEIRAS DURANTE ANOS. EM 1938, CÁRTEAS ADUANEIRAS PROTECTORAS FORAM ADOPTADAS PARA PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA. ISSO EM TORNO DE PROTECÇÃO PERDIDA OU À FÉ A DEFESA DE SEU FEM AINDA EMERGÊNCIA DE RECURSOS DE MODERNIZAÇÃO DAS FÁBRICAS E DE REPARAÇÃO DE MÁQUINAS.

Excmo. Sr.
ODILSON SAMPAIO BENZI
General de Divisão do
Exército Brasileiro

Excelentíssimo Senhor Almirante de Esquadra
JÚLIO SOARES DE MOURA NETO
Comandante da Marinha do Brasil

Excelentíssimo Senhor
GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Senador
ROMEU TUMA
Autor do requerimento desta Sessão,
entre outros Senhores Senadores.

SENHORAS e SENHORES

Senhor
PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA
Sindicato Nacional dos Analistas Tributários
da Receita Federal do Brasil

Senhor
PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Senhor
JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA
Representante do Secretário Especial dos Portos
da Presidência da República,
Exmo. Sr. Pedro Brito do Nascimento

Excelentíssimas Senhoras e Senhores
SENADORES

Dep. Arnaldo Faria de Sá

Excelentíssimos Senhores
EMBAIXADORES
e demais representantes do Corpo Diplomático

Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO SEIXAS DA COSTA
Embaixador de Portugal

Senhor
JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

Pronúncia: Jorge Antônio Déer Rachidi

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma e convido, para participar da nossa mesa, o Exm^o Sr. General de Divisão do Exército Brasileiro Odilson Sampaio Benzi.

Quero registrar a presença entre nós do Sr. João Aparício dos Reis Costa, representante do Secretário Especial de Portos da Presidência da República, do Ministro Pedro Brito do Nascimento. Convido também S. Ex^a a participar da Mesa dos nossos trabalhos.

Registro a presença do Sr. Paulo Antenor de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Almirante, Sr. General, Sr. Embaixador, se tivéssemos a presença aqui neste recinto – acho que não a temos – do Embaixador da China, ele deveria achar ridículo a gente comemorar 200 anos, não é Sr. Embaixador? Para eles, o que tem menos de mil anos não vale. Mas, para nós, 200 anos é um tempo imenso da nossa história, sobretudo porque a gente pode dizer que é o ponto de partida do Brasil.

O Brasil não começa com Cabral, mas com Dom João VI. Com Cabral, descobriu-se um território novo, começou-se a explorá-lo, mas foi com Dom João VI que este País começou a existir como embrião de uma nação que se transformaria, alguns anos depois, com a Independência.

Mas um País que considera como uma longa e distante data 200 anos merece que a gente converse não só sobre os 200 anos, mas sobre os próximos 200 anos.

Imaginei, Sr. Embaixador, se D. João VI estivesse chegando agora, em 2008, se o nome dele fosse Mário Soares, o que ele faria? Os portos já estão escancarados, não se tem de abrir portos mais; não se tem mais de criar uma ou duas faculdades, pois nós temos 4,5 milhões de estudantes: que faria, Senador Romeu Tuma, se D. João VI, com a cabeça de hoje, não com a do tempo dele, chegasse aqui? Creio que ele faria aquilo que naquela época não tinha percepção de fazer e completaria o que se iniciou.

Naquela época, o que teria feito do Brasil, de fato, ir além seriam três coisas, duas a mais da abertura dos portos: seriam a abolição da escravatura e a universalização da educação de qualidade para todos. Acho que, se Mário Soares descesse hoje aqui, fugindo de uma invasão da França, do Sarkozy, a primeira coisa que faria, Senador Romeu Tuma, era um programa

de abolição do analfabetismo. A segunda coisa seria garantir que, ao serem educados, esses adultos passariam a ter uma escolaridade; e que toda criança, aos quatro anos de idade, entraria na escola; e que a escola seria em horário integral; e que os professores seriam tão bem pagos quanto os policiais, de que o Senador falou, da Polícia Federal, ou que ganhariam, mais ou menos, a metade de um delegado e poderiam começar a desenvolver-se mais; e que a gente poderia escolher os melhores quadros deste País para o magistério.

Além disso, o que corresponderia hoje à abertura dos portos – o mundo cujos portos estão escancarados, como deve ser, aliás, com a globalização – é o desenvolvimento científico e tecnológico, não apenas a criação de faculdades e de universidades, porque isso não é suficiente – isso é necessário –, mas fazer do Brasil um País capaz de levar para todas as outras áreas o que a gente faz, por exemplo, com a indústria aeronáutica brasileira.

A indústria aeronáutica, aqueles aviões que são símbolo do progresso brasileiro não são fabricados por uma fábrica, mas por uma Escola, chamada ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Foi ali que nasceu a Embraer. A Embraer não saiu de um investimento industrial, saiu de um investimento intelectual, científico e tecnológico; depois, vem o resto. A gente precisava de um, dois, três, cinco, dez, mil ITAs – aquilo que os socialistas, nos anos 70, diziam “um, dois, três, cinco, mil Vietnãs”, hoje a gente deve dizer um, dois, três, cinco, mil ITAs no Brasil – nas diversas áreas do conhecimento, para fazer com que este País de fato possa abrir os portos sem ser invadido pela abertura dos portos, porque esta abertura serve para dinamizar a economia, integrar os povos, fazer o ideal, que é uma humanidade toda ela convivendo, e não separada em blocos isolados. Mas essa abertura pode fazer também com que, em vez da convivência, haja uma dominação, uma invasão em vez da integração. Duas palavras tão parecidas: invasão e integração, e tão diferentes no conceito que têm. O que faz a diferença entre a invasão e a integração é o pleno desenvolvimento científico e tecnológico de um povo, o pleno desenvolvimento cultural de um povo, o pleno desenvolvimento educacional de um povo.

Dois povos podem conviver maravilhosamente, enriquecendo-se culturalmente, quando os dois têm dimensão de desenvolvimento cultural; senão, um domina o outro, como, aliás, está acontecendo, de certa forma, no mundo inteiro, em que as culturas estão sendo destruídas, surgindo, no lugar, uma nova cultura única, com o empobrecimento da humanidade, pela perda das diversas culturas que nós tivemos.

Creio que hoje é um dia, sim, de se comemorar. Vou mais longe ainda: um dia de comemorar o nascimento do Brasil, não hoje, o dia, o ano – ali que a gente nasceu. Em 1500 fomos descobertos; em 1808 nós fomos inaugurados, pela presença da Corte Portuguesa no Brasil.

Além de tudo, fomos descobertos por algumas naves que saíram com alguns aventureiros, mas fomos inaugurados por uma Corte, que teve a coragem de arriscar-se inteira nos mares, em um tempo em que os mares eram ainda quase desconhecidos. Não foram um, dois, nem três, nem alguns aventureiros, mas uma Corte inteira; foi toda a elite de uma metrópole que fez essa aventura gigantesca. Gigantesca! É algo que ainda não está bem contado nas epopéias mundiais: essa aventura gigantesca de deslocar toda a elite de um povo de um país para o outro lado do oceano há 200 anos, e aqui inaugurar um novo país, que lamentavelmente não foi completado naquele momento. Obviamente, as circunstâncias, a realidade não permitiu que a abertura dos portos viesse com a abolição da escravatura, o que teria sido um grande gesto.

Mas era impossível, nem os outros países tinham feito ainda.

Depois, veio a universalização da educação; depois, veio o início de um processo mais radical de industrialização que, lamentavelmente, as relações de Portugal com a Inglaterra não deixaram que acontecesse.

Hoje, o mais grave é que, 200 anos depois – 186 anos depois da Independência – nós temos que reconhecer que nós tampouco completamos o que devíamos ter feito, porque em 1988 a gente fez a Abolição, mas não a completamos, não demos terra aos ex-escravos, não demos escolas aos seus filhos. E, aí, o que aconteceu foi que os escravos foram libertos, saindo das senzalas para as favelas, para debaixo de pontes. Não eram mais obrigados ao trabalho forçado, mas podiam ficar condenados ao desemprego. Não tinham mais seus filhos proibidos de estudarem, mas não havia escola para esses meninos e meninas descendentes dos africanos. Não completamos a Abolição.

Um ano depois, fizemos a República e não completamos plenamente a República, porque este é um País que é republicano no sistema político, mas não é republicano na vida social. Os países escandinavos são países monárquicos no regime político, mas são repúblicas na relação dos seus reis com o seu povo, das suas elites dirigentes com o povo. No Brasil, lamentavelmente, General, nós continuamos numa República, do ponto de vista político, que elege um Pre-

sidente pelo voto popular, mas que continua com uma elite e um povo separado, como se anda fosse ainda o tempo dos nobres e dos plebeus. Tanto que, nesta Casa, diferentemente do que em um quartel, em que chamam de camaradas, companheiros e colegas, aqui nos tratamos de nobres; ou seja, um resquício de antes da República.

Eu não sei o que Rui Barbosa dizia na época em que se tratavam como nobres no novo Congresso que surge da República em 1889. De qualquer forma, não é a maneira correta; deveríamos nos tratar de cidadãos, cidadãs, não de nobres. É que não completamos a República, e não a completamos porque uma república não se faz apenas com gestos políticos; faz-se sobretudo com gestos educativos. O que faz uma população se transformar em um povo é a igualdade na educação das pessoas dessa população. E a gente não conseguiu fazer isso ainda no Brasil. Ainda temos uma camada educada e uma massa imensa que não tem acesso à educação, e aí não conseguimos fazer uma Nação.

Tenho dito sempre, não pela presença dos senhores aqui, que uma nação se faz com soldados que a defendem e com professores que a constroem. Não estamos construindo, do ponto de vista dos professores, pelos baixos salários, pela baixa dedicação, pela baixa cobrança, pela falta dos instrumentos necessários, porque no mundo de hoje um professor apenas com giz e caneta não consegue dar uma boa aula.

Precisamos aprender, nesses 186 anos, que nós não completamos. Aliás, a Abolição também neste ano fecha uma data redonda: 120 anos; como os direitos humanos também: 60 anos – datas simbólicas, mas datas incompletas.

Quero terminar dizendo que é hora, sim, de comemorar, como devemos comemorar, no 13 de maio deste ano, os 120 anos da Abolição, mas comemorar com a modéstia de um país que não conseguiu se transformar em uma Nação; com a modéstia de quem não completou aquilo que foi começado pelos seus antepassados. Não completamos o que D. João VI fez ao vir para cá; não completamos o que D. Pedro fez no 7 de setembro; não completamos o que Deodoro fez no 15 de novembro; não completamos ainda o processo de transformação de um país em uma nação, de uma população em um povo.

Essa é a lição que eu gostaria que todos pudéssemos trazer no coração da gente, de agradecimento àquela Corte portuguesa que teve a coragem de vir para cá, ao invés de entregar-se a Napoleão, e que aqui tomou decisões fundamentais para inaugurar um novo país, e, ao mesmo tempo, a reflexão junto com a lembrança de que falta muito para completarmos aquilo

que há 200 anos atrás começou. Aquela tarefa foi do D. João VI e de todos que o acompanharam. Completar isso é a tarefa da geração de hoje.

Vamos lembrar, mas vamos também nos comprometer na tarefa de completar o que as gerações anteriores vêm tentando fazer: transformar um país chamado Brasil em uma grande Nação brasileira. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero registrar a presença nesta sessão do Sr. Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, líder do PMDB e da Maioria nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; Sr. Senador Romeu Tuma, autor do requerimento – e me incluo também no rol dos autores deste requerimento para comemorarmos os 200 anos da abertura dos portos brasileiros; Exm^o Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil; Exm^o Sr. Odilson Benzi, General de Divisão do Exército brasileiro e meu professor de Planejamento Estratégico na faculdade, o que muito me honra; Exm^o Sr. João Aparício dos Reis Costa, representante do Secretário Especial dos Portos da Presidência da República, Sr. Pedro Brito do Nascimento; Exm^o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; Exm^o Sr. Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal; Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes nesta sessão, entre as medidas adotadas pelo Príncipe Regente D. João logo após a chegada da família real e da corte portuguesa no Brasil, fugindo da sanha napoleônica de conquista, uma das mais importantes, sem sombra de dúvida, foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Tão importante fato foi concretizado em 28 de janeiro de 1808, por meio de carta do Príncipe Regente ao Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, João de Saldanha da Gama Melo, conhecido como Conde da Ponte.

Esse ato, Sr. Presidente, desatou simplesmente as amarras que mantinham nossa terra dependente da metrópole para qualquer tentativa de desenvolvimento. Foi aí que o Brasil começou a ganhar forma para o seu futuro como nação independente.

Com a metrópole ameaçada pelos franceses e a corte em plena travessia do Oceano Atlântico, os portos brasileiros acabaram ficando abarrotados de mercadorias, pois todo comércio feito com a intermediação

de Portugal. Assim, logo ao chegar, D. João deparou-se com forte pressão para liberação das mercadorias diretamente para os países importadores, dentre os quais a Inglaterra era o destino que predominava, justamente pelo fato de estar em fase de ótimo relacionamento com Portugal.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, a navegação é o meio de transporte mais eficiente que se conhece ainda nos dias atuais, para grandes volumes de mercadorias, principalmente.

Por isso, neste ano em que comemoramos os 200 anos de abertura de nossos portos para outras nações que não apenas Portugal, quero aproveitar para reiterar esta que, sem dúvida, se tem constituído em uma de minhas bandeiras de luta aqui no Senado Federal. Estou me referindo ao transporte hidroviário, que pode escoar com muito mais facilidade a produção da Amazônia, onde está situado meu Estado, o Estado de Rondônia. Além de ser, incontestavelmente, o transporte mais barato e competitivo, a navegação é muito mais fácil de ser implantada na Amazônia brasileira devido à generosidade com que a natureza distribuiu cursos d'água, grandes e pequenos, por toda a região.

A implantação de hidrovias exige uma quantidade muito menor de investimentos, além de ser menos poluente, pois transporta maiores quantidades de carga com consumo bastante menor de combustível. Portanto, é o tipo de transporte que deve receber toda atenção para escoar as mercadorias produzidas numa região de difícil acesso ao transporte terrestre, seja ele ferroviário, seja rodoviário.

Por falar na Amazônia, quero agradecer aqui o empenho da Marinha brasileira, que tem levado principalmente a saúde, por seus barcos-hospitais, a toda a região amazônica, circulando pelos rios de Rondônia e de todos os Estados da Amazônia. Tem sido um trabalho, sem dúvida, muito importante para as populações ribeirinhas e, por que não dizer, para as cidades situadas na Amazônia.

O Rio Madeira, em Rondônia, pode vir a constituir-se em uma grande hidrovia, com quase 1.400 quilômetros de extensão. Pode ter, para o Estado de Rondônia, guardadas as proporções e as características do mundo atual, o mesmo significado que teve a abertura dos portos brasileiros às nações amigas exatamente há 200 anos.

Sr. Presidente, nem é preciso detalhar aqui a importância, para o Brasil, da abertura dos portos para o comércio com as nações amigas.

Dois anos depois da abertura, já havia mais de 100 manufaturas inglesas no Rio de Janeiro. O

porto do Rio, que, em 1808, recebeu 90 navios estrangeiros, em 1810 – Senador Duque, do Rio de Janeiro, que está presente e falará daqui a pouco –, teria abrigado 422 naus, quase todas inglesas, que traziam mercadorias e voltavam carregadas com os nossos produtos.

Considero que a abertura dos portos brasileiros a outras nações, de cuja efetivação estamos comemorando 200 anos, foi um dos fatos mais significativos de toda a nossa história. Nesse aspecto, a fuga da corte portuguesa e da família real para o Brasil, em 1808, deve ser considerada um episódio abençoado para o desenvolvimento do nosso País.

Permito-me, ainda, reforçar a importância do transporte hidroviário para o meu Estado de Rondônia e para toda a Amazônia. Com a implantação de portos adequados, a consequência natural será um ciclo de progresso inestimável, possibilitando a atração de investimentos e a geração de grande número de empregos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quero aqui elogiar o trabalho da equipe do Governo Federal, principalmente com o lançamento do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, que está possibilitando a modernização dos portos brasileiros, o que ainda é um dos grandes gargalos da nossa economia: as exportações, os terminais ainda acanhados, precisando de dragagem, de ampliação dos seus terminais. Eu vejo que, neste momento, o Governo Federal está deslançando um programa, pela criação da Secretaria dos Portos, de modernização e ampliação dos nossos portos.

Sempre tenho citado, aqui, na tribuna do Senado, que nós tínhamos – e temos – dois ministérios importantes: um é o Ministério das Minas e Energia. Mas deveria tirar Minas fora, porque só cuida de energia. Eu quase não vejo o Ministério das Minas e Energia cuidando de mineração neste País. Da mesma forma, eu não via o Ministério dos Transportes cuidando de portos, dedicando quase todo o seu esforço às rodovias, pois é esse o modelo que o Brasil adotou e, talvez, erradamente, porque sabemos que o transporte mais barato é o ferroviário e o hidroviário. No entanto, o Ministério dava atenção apenas ao transporte rodoviário.

Então, a criação da Secretaria dos Portos acho que foi uma feliz iniciativa do Governo Federal, que vai poder, agora, com o Secretário com *status* de Ministro, dar uma dinâmica mais forte à área dos portos brasileiros.

Assim, no futuro, Sr. Presidente, o povo do meu Estado, o povo de Rondônia, por que não dizer de toda a Amazônia, poderá comemorar o seu ponto de

partida para um desenvolvimento irrefreável com a mesma alegria que, neste momento, demonstramos em relação ao ato do Príncipe Regente Dom João, ocorrido há dois séculos.

Esta é a nossa expectativa, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, ex-Governador do Rio Grande do Norte por mais de um mandato, ex-deputado, enfim, um político, um homem interessado nas questões brasileiras e que fez questão absoluta de preparar, com a categoria que merece, a festividade requerida pelo Senador Romeu Tuma. Autoridades aqui presentes, meu prezado Ministro Júlio Soares de Moura Neto; Sr. Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal; Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário-Geral da Receita Federal, atividade tão importante para o Brasil hoje em dia; Sr. General do Exército Brasileiro Odilson Benzi, a quem tenho muita honra de cumprimentar hoje; Sr. João Aparício dos Reis Costa, Secretário Especial dos Portos, foi com muita justiça que V. Ex^a foi chamado pelo Senado, que, hoje, representa o Brasil, visto que aqui estão homens e mulheres de todas as partes do nosso País; demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores, não sei se todo mundo aqui é do tempo do bonde no Rio de Janeiro, mas naquela época eu era jovem, há muitos anos, ainda garoto, e havia uma parada bem em frente ao Hotel Glória. E, nessa parada, há um poste de bronze – quem conhece bem o Rio de Janeiro sabe disso – onde está inscrito um dístico em homenagem ao dia 8 de fevereiro de 1808, pela abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Essa homenagem está lá até hoje. Quem um dia for ao Rio e se hospedar no Hotel Glória ou passar ali por perto procure o poste, que é uma das coisas mais bonitas que o Rio de Janeiro tem: o poste de bronze, representando fortaleza, com a data exata em que Dom João VI, Regente do Reino de Portugal – porque sua mãe, Dona Maria I, estava doente e ele assumiu como Regente – fez a abertura dos portos.

Então, o Brasil hoje está homenageando essa data. O passado ensina muito ao presente. Essa passagem do monarca por aqui tem um caráter estratégico, um caráter de muita sabedoria e um caráter desenvolvimentista extraordinário. Tudo isso já foi relatado aqui pelo Senador Romeu Tuma, de São Paulo, e pelo Senador Líder da minha Bancada, Senador Valdir Raupp.

Assim, quero apenas registrar um fato que considero da maior importância.

Falei agora de um poste de bronze, em frente ao Hotel Glória. Mas vou falar do passado, duas nações: uma menor do que o Estado de Sergipe – que é Portugal –; a outra, menor do que o Estado do Paraná – que é a Espanha. Essas duas nações, nos idos de 1493, dividiram o mundo em duas partes. Quem descobrir terras para esse lado aqui fica com elas; quem descobrir para esse outro lado aqui, fica com elas. Não vamos brigar. Há tantas terras para serem descobertas. O Tratado de Tordesilhas, uma linha fixando “daqui para cá é meu; daqui para lá é seu”. Houve este luxo, naquela época, de dividir parte do mundo: “para cá é meu; para lá é seu”.

A verdade é que a América portuguesa conservou-se intacta. Não sofreu dilaceramentos, não foi repartida: a América descoberta pelos portugueses. E a América espanhola? Essa foi muito dividida, Sr. Presidente. Muito. Dividiu-se em 13, 14, 15 países independentes que foram crescendo, crescendo; o tempo passando; e o Brasil, pujante, unido.

Considero que a vinda, provisoriamente, do governo português para o Brasil foi um dos fatores principais da unidade nacional, sem dúvida alguma. Outros fatores existem também: a religião católica, sem dúvida nenhuma, foi um fator fundamental. Ainda vou dizer mais um que está sendo muito badalado ultimamente: o rio São Francisco, que era considerado o rio da unidade nacional. Esse mesmo rio São Francisco que hoje está tão questionado, tão falado, tão planejado. E estão planejando coisas para o rio São Francisco. Ele foi, portanto, um fator geográfico que contribuiu muito para a unidade nacional.

No momento em que o Brasil está aqui unido, recepcionando professores, autoridades, militares, interessados, patriotas, brasileiros... Cada qual aqui tem um pensamento a respeito da política a ser seguida por nós em tudo, em relação à Marinha, em relação ao Exército, em relação à Aeronáutica. E não é justo, Sr. Presidente, que eu ocupe por tanto tempo a tribuna porque poderia falar nisso por muito, muito, muito tempo. Quero deixar espaço para meus companheiros, conforme combinei com V. Ex^a.

Quero saudar aqueles que saíram de suas residências, que vieram de outros Estados – tenho certeza de que vieram de outros Estados algumas pessoas aqui –, e lembrar aquela figura que, no colégio, ensinam tão jocosamente como homem comedor de frango, quando, na realidade, foi um dos grandes, talvez um dos maiores estadistas brasileiros, com frango ou sem frango. Essa é que é a verdade. Tomando banho no Caju, no Rio, ou não, fazendo as mazelas dele com

Dona Carlota Joaquina ou não. Mas deixou uma geração admirável, como seu filho Dom Pedro I, aventureiro, bonito, corajoso. Dom Pedro II! Meu Deus do céu, que valor extraordinário teve esse homem!

Confesso que desabafo neste instante, quando vejo jocosamente alguns livros didáticos até hoje tratarem o Regente como um simples comedor de frango. Não concordo com isso. Nunca concordei!

Já com a minha intuição de estudante, eu pensava: este foi um grande homem. Ele merece a homenagem do Brasil. Hoje é o Brasil inteiro que o homenageia.

Salve Dom João VI! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Duque.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, autoridades presentes – não citarei nomes porque são tantas autoridades que eu poderia esquecer alguns nomes e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável –, meus senhores, encantadoras senhoras do meu Brasil, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, companheiros parlamentares, permitam-me divagar um pouco.

Ontem, vivemos um momento de tristeza. Um companheiro nosso saiu desta vida para os céus. Mas num momento em que o Senado se afirmava.

Ô, Garibaldi, nosso Presidente, até então eu tinha na minha mente que em um momento daqueles... Aliás, em uma de suas peças, Shakespeare traduziu muito bem o discurso de Marco Antônio despedindo-se de Júlio César. Para a humanidade, ele teria sido o melhor orador nesses momentos de tristeza fúnebre. Mas, Garibaldi Alves, V. Ex^a superou Marco Antônio, que se despedia de Júlio César. Ficamos todos orgulhosos do Presidente que temos. Olha, foi tão emocionante que o Parlamentar que representava a Câmara dos Deputados – ô, Heráclito, não sei se você percebeu – disse: “Se algum dia eu morrer...”. O Caiado, grande orador, mas é porque ele não seguiu Cícero, que disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Ele devia ter feito de suas palavras a de todos nós, de todos os brasileiros. Mas eu queria dizer o seguinte, Garibaldi – vou dizer agora como Caiado: se algum dia eu morrer, quero que V. Ex^a também faça a saudação.

Mas estamos aqui para saudar os duzentos anos da abertura dos portos no Brasil. Eu vinha ouvindo o professor Cristovam Buarque que disse que só tem duzentos anos de Brasil. Realmente, não podemos

negar que, quando a Corte Portuguesa aqui chegou, deslanchou. Acabou aquela história de sesmaria, capitania hereditária, governadores-gerais, e instalou-se a civilização, tanto é que o Professor se diz frustrado, porque bem aí, no Peru, em mil quinhentos e poucos já havia uma faculdade. Nós também, a primeira – de medicina – foi iniciada por D. João VI. Comemoram-se 200 anos da inauguração da Faculdade de Medicina. Então, o mundo civilizado começou aí com essa abertura dos portos. Essa é a globalização.

O motivo de eu estar aqui é porque o Piauí não está lembrado. Somos um Estado diferente, somos o mais importante Estado da história que fez este País. Até aqui, podem olhar, podem somar os Senadores: dois do Piauí estão aqui. Cadê os outros? O Piauí sempre foi assim. Ô, Heráclito, vou mandar V. Ex^a cantar o Hino daqui a pouco; a Ideli canta. “Piauí, terra querida / Filha do sol do Equador / Pertencem-te a nossa vida / Nosso sonho, nosso amor! Na luta, teu filho é o primeiro que chega”. Fomos nós que colocamos os portugueses para fora do Brasil na Batalha do Genipapo, em 13 de março.

Mas o que quero dizer é o seguinte: alfândega, está aqui a Marinha que admiro muito, na minha cidade tem uma Capitania dos Portos. Li um livro, Comandante da Marinha, do Almirante Pena Boto, chamado *Meu Exílio no Piauí*. Ele foi uma das maiores sumidades da história da Marinha, fez curso de balística em Paris. Como o horóscopo dele não dava bem com o do Ministro da Marinha, ele diz que foi castigado e escreveu o livro **Meu Exílio no Piauí**.

Ele, um dos melhores currículos da Marinha, tinha de aprender balística, Almirante Pena Boto. Recentemente, todo mundo se lembra de que, quando, no País, saía Getúlio, Café Filho, Carlos Luz, Tamarandé, ele aproveitava os conhecimentos de balística para matar morcego na Capitania dos Portos do Piauí. Ele disse no livro: “morcego é um rato que se dedicou à Aeronáutica”. Não sei se V. Ex^{as} conhecem morcego, mas lá tem.

O fato é que, no livro, o Almirante Pena Boto diz que na Parnaíba há duas horas: a hora da prefeitura na praça e a hora da alfândega. Então, quando íamos namorar ou marcar um encontro, tínhamos de dizer se era na hora da alfândega ou na hora da prefeitura. Então, isso traduz a grandeza da abertura dos portos.

Lembro-me, ainda na minha infância, da autoridade do inspetor Pires de Castro e de sua esposa Dona Iracema, uma pessoa humanitária e tudo. E isso foi no Brasil afora.

Mas por que tem essa importância?

A história é mal contada. Tuma, esse negócio de dizer que o Piauí foi colonizado do interior para o litoral

é de uma bestialidade e de uma ignorância tremenda! Existe litoral no Piauí, pequeno, com 66 quilômetros. Mas, se chegava embarcação em Fortaleza, em São Luís, tinha de ir pelo meio. No meio é que está a virtude e a felicidade. Então, eles estavam lá.

O fato é que chegou lá um português muito rico, Domingos Dias da Silva. E, com a mulher brasileira, especialmente a piauiense – sou casado com uma piauiense –, ele não voltou mais. Ficou lá e teve dois filhos: Simplício Dias da Silva, o maior dos brasileiros, e Raimundo Dias da Silva.

Simplício Dias da Silva estudava em Porto. Ele tinha tanto dinheiro, que, quando chegava a mesada dele, Garibaldi – eu ainda não fui a Porto, se V. Ex^a tiver uma missão, quero ver a veracidade; existe o livro **Simplício, simplição da Parnaíba** –, ele fazia tanta farra, tanto carnaval, que acabou sendo expulso da faculdade e foi para a Espanha. Aí, ele conviveu com Simon Bolívar.

Mas, para aqueles que são como São Tomé, o melhor livro – e temos de aprender; cadê o Cristovam Buarque, para lê-lo e dá-lo aos professores? – é de uma mulher – tinha de ser de uma mulher: **As barbas do Imperador**.

Um dos maiores homens: Pedro II, o maior político. Quase 50 anos construindo esta Pátria – não foi Luiz Inácio que construiu melhor no passado – quase 49 anos, a inteligência e a competência de D. Pedro II.

D. João VI e seu filho, D. Pedro I, um bravo. Temos de divulgar isso. O professor Cristovam fica falando: “Não, não”, chorando. Ele tem de dizer que Pedro I foi um dos maiores homens do mundo, maior do que Alexandre. Era namorador, e é bom mesmo. Daí, nossa grandeza. Mas ele chegou aqui e voltou para reconquistar o reino da sua origem: Portugal. Atravessou os mares e foi rei lá também, meio novo, com uns 34 anos, ou um pouco mais.

Então, temos de valorizá-lo, ô Luiz Inácio! Pedro I também é um herói. Passou por aqui. Esse Pedro II, nem se fala! No livro a que me referi, de uma mulher, ela diz que dois são os melhores desde quando começou o Brasil; segundo Cristovam, em 1800, no século XIX. Político, Pedro II. E Mauá. Os dois maiores homens.

Mas, lá no livro, Garibaldi – quem fizer isso tem de registrar –, consta que, neste País, só existiam três orquestras. Três. Uma era na minha cidade, Parnaíba. O Almirante Pena Boto conheceu. Depois, passou por lá o Amorim do Vale, que foi Ministro. Só havia três orquestras. Só três. Está lá. Ele pegava os negros e os mandava – ele tinha cinco navios, exportava carne – para estudar música. Ele tinha uma orquestra.

Na semana passada, eu estava vendo a igreja e pensava: “Ora, mas como é que pode! Não tem nenhuma igreja do interior. Cabe tudo dentro da matriz da Parnaíba.” O menor não faz; é o maior que faz.

Tivemos também a civilização arejada do mar, tanto é verdade que Padre António Vieira ia a pé de Fortaleza a São Luís e passava pela minha cidade, onde, hoje, existe a igrejainha da Frecheira, na cidade de Cocal, construída por padres. Eram 60 dias de viagem, Garibaldi, que Padre António Vieira levava para chegar. O Sarney sabe. Existe lá um museu do Padre António Vieira.

Então, isso é grandeza, mas queremos render homenagem. Aqui está a globalização, aqui está para entendermos o mundo e aqui está para entendermos que o capital é selvagem. O melhor poder é o poder político.

Olha como é eficiente isto aqui – deve ser o Dr. Roberto: Lília Moritz Schwarcz. Mulher, autora do melhor livro.

Então, queremos dizer que, dentro da grandeza da globalização, temos de entender e respeitar a história. O poeta disse, e nós repetimos. Ulysses Guimarães, no seu mais belo discurso, repetia: “Navegar é preciso, viver não é preciso,” porque navegar era a simbologia da coragem, da competência, da necessidade. E mais: o poeta diz: “Esse mar é salgado pelas lágrimas dos órfãos, das mães viúvas, das noivas que ficaram só, na esperança de amor. Por isso que o mar é salgado.”

Mas estamos aqui para homenagear e entender. E vamos ser otimistas. Passou-se o tempo em que os ingleses dominaram. Eles dominaram o mar, tanto que essas alfândegas que estão aqui cobravam imposto mais barato. Era mais barato entrar aqui qualquer mercadoria inglesa do que vinda de Portugal ou de outros lugares.

O poder econômico é perverso. Quando nos deram dinheiro, e aos nossos países irmãos – Argentina e Uruguai –, acabamos com o poder econômico do Paraguai, que começava a ter uma indústria de tecido competitiva. E competia com eles.

Estamos aqui e somos este poder político. Pode haver falhas, mas não somos perversos. Somos aqui 81, Luiz Inácio – ele tem de entender isso! Somos filhos do voto e da democracia. E estamos aqui. O Senado se engrandece quando ele aviva na memória a importância da história.

Somos um País. Louvo o professor – e não vou discutir – que diz: “Só temos 200 anos.” Ele conta a partir de 1808. Fomos colônia de Portugal, mas podemos dizer, hoje, que estamos avançando muito.

Para terminar mesmo, Sr. Presidente, agora V. Ex^a já sabe: quando eu morrer – se eu morrer antes –, V. Ex^a vá lá fazer um discurso daqueles! Já fico feliz.

Mas Juscelino Kubitschek traduziu isso muito bem para o momento em que vivemos. Tem de haver estudo e ação. Isso é que faz o desenvolvimento. Juscelino disse: “É melhor ser otimista. Otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado.”

Então, sejamos otimistas e vamos tirar do estudo, da inteligência dos que nos governaram o modelo para nossas ações; e vamos nos levar pela inspiração da abertura dos portos para avançarmos na globalização, entendermos que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, e que não somos poder. Entendo que poder é Deus. Somos um instrumento da democracia, instrumento do Legislativo, instrumento do Executivo e instrumento do Judiciário. O mais é vaidade. Poder é o povo, que trabalha e paga a conta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Registro a presença, na nossa Tribuna de Honra, à esquerda, do Exm^o Sr. Rudolf Baerfuss, Embaixador da Suíça, e do Exm^o Sr. Arthur Aeschlimann, Presidente do Supremo Tribunal Federal da Suíça.

Concedo a palavra à Senadora pelo Estado do Tocantins, Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Presidente Garibaldi Alves Filho; os Exm^{os} Srs. Embaixadores e demais representantes do corpo diplomático; o Exm^o Sr. Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal; o Exm^o Senador Romeu Tuma; as Sr^{as} e os Srs. Senadores; o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que nos honra com sua presença; o Exm^o Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil – é um prazer tê-lo aqui conosco –; o Exm^o Sr. Dilson Sampaio, General de Divisão do Exército brasileiro; o Sr. Jorge Antonio Rachid, Secretário-Geral da Receita Federal do Brasil; o Sr. João Aparício dos Reis Costa, representante do Secretário Especial dos Portos da Presidência da República; o Sr. Pedro Tolentino Filho, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; o Sr. Paulo Antenor de Oliveira, do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil; e as senhoras e senhores visitantes que nos honram com suas presenças no Senado Federal.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Marinha do Brasil e falar da sua importância para o desenvolvimento econômico da Nação. Refiro-me às

condições de vida da nossa população, da sociedade brasileira, pois, à medida que o País se desenvolve e cresce, há melhores condições de vida para as nossas famílias, para as crianças, os jovens e os adultos, enfim, para todas as pessoas, que são o nosso objetivo maior.

Quero falar da importância dos portos para o Brasil.

É uma data importante a comemorada no dia de hoje, pois os países emergentes, os países que crescem precisam muito dos portos e têm como meta de importância a valorização e a modernização deles todos.

Quero dizer, Sr. Almirante da Marinha, que sou Senadora há apenas um ano. Fui Deputada Federal por um mandato e, agora, sou Senadora há um ano, mas, em todo esse período de mandato, como Deputada e também como Senadora, tenho priorizado a logística no País, especialmente quanto às hidrovias e aos portos brasileiros, quer sejam marítimos, quer hidroviários, mesmo porque sou Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e sei da importância dos portos para esse setor que também represento nesta Casa.

Para se ter uma idéia, as exportações, em 2004, representaram US\$96 bilhões para as divisas do País e, em 2007, US\$160 bilhões, sendo quase 100% delas realizadas por meio dos portos brasileiros.

Infelizmente, apesar da importância notória dos portos hidroviários e marítimos para todos os países, temos poucos investimentos para modernizá-los de acordo com o crescimento do nosso País. Com os recursos do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, foram feitos investimentos exorbitantes nas rodovias do Brasil e menos de R\$2 bilhões, apenas, foram investidos nos portos para que atendam, como é preciso, a ampliação de exportações que aqui mencionei. Além disso, as importações também aumentaram sobremaneira, com percentuais até maiores que os das exportações.

A questão dos portos brasileiros não é apenas financeira, mas também administrativa e operacional. O porto de Paranaguá tem mais de R\$300 milhões em caixa e, por uma questão de gestão, por uma questão operacional, não se implementam o calado e a dragagem desse porto tão importante para nós, brasileiros.

Enquanto isso, a China, por exemplo, e os países emergentes investem fortemente na modernização dos seus portos. A China tem um programa de investimento na modernização portuária e aeroportuária para que esses setores sejam dos melhores do mundo. Essa ações, essas implementações tiram a competitividade

de dos produtos brasileiros, da produção nacional, e nós, Senadores da República, estamos atentos a essa situação.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, dessa ineficiência e do quanto podemos melhorar os portos do Brasil, de novembro de 2007 a janeiro de 2008, no quesito soja e milho, pagamos US\$50 milhões de *demurge*, de multa de espera apenas no porto de Paranaguá.

Esse tipo de multa é inadmissível e sua causa é uma questão de gestão, uma questão operacional e de falta de investimento nos portos do nosso País.

O porto de Rio Grande, que V. S^a, Comandante da Marinha, conhece bem, poderia ser um *hobby* porto, um porto regional, em que se poderia abrigar toda a produção da Argentina e do Uruguai, mas não existe calado suficiente. Hoje, o porto de Rio Grande tem um calado de 40 pés, que poderia ser de 60 pés se fosse feito um pequeno investimento privado, e não público. Assim, ele poderia fazer diferença e ser um grande porto atacadista da América do Sul.

O Governo Federal, no mês de janeiro, enviou ao Congresso Nacional uma medida provisória tratando do retroporto.

Mais uma vez, obstinada e sistematicamente, talvez pela décima quinta vez – ainda não consegui somar no meu gabinete –, protocolei as mesmas emendas, com a esperança de, um dia, Sr. Presidente, poder aprová-las no Senado Federal. Essas emendas corrigem distorções nos nossos portos que não são de responsabilidade de nenhum governo, nem deste, nem do anterior, mas de uma legislação feita no passado. Assim como todos nos modernizamos, as leis também precisam ser modernizadas para acompanhar o crescimento e o desenvolvimento do País.

Uma delas eu gostaria de mencionar rapidamente. Insisto nisso com veemência porque, no meu Estado de Tocantins, existe a possibilidade de haver uma grande hidrovia, mas a construção das hidrelétricas sem a construção das eclusas mata, parcialmente, a vida dos nossos rios, que são de importância vital para o transporte da produção brasileira. Assim, essa emenda prevê a obrigatoriedade da construção simultânea de hidrelétricas e eclusas no nosso País.

Sr. Presidente, também tenho protocolado, sistematicamente – essa matéria foi aprovada na Câmara e no Senado, mas, infelizmente, foi vetada pelo Presidente da República –, emenda propondo a união, numa mesma secretaria, dos portos marítimos e hidroviários.

Sabemos que, por questão econômica e de gestão, essa duplicidade de comando não será boa. Os desencontros de licenciamentos ambientais, por exem-

plo, poderão ser lesivos para a logística, para economia nacional. Essa divisão – portos hidroviários sob a jurisdição do DNIT, do Ministério dos Transportes, e portos marítimos, da nova Secretaria Especial de Portos –, como sabemos, vai trazer dificuldades terríveis para a administração pública. Já discutimos, com o representante do Secretário, em audiência pública no Senado, essas dificuldades e o quanto isso pode nos trazer conseqüências terríveis.

Outra emenda de minha autoria diz respeito a investimento privado em construção de portos no Brasil. A Resolução nº 417, assinada por este Governo em 2005, restringe a construção de portos por investidor privado. Somente aquele que tenha produção própria que justifique esse investimento poderá fazê-lo. Isso é inadmissível em qualquer país desenvolvido, em qualquer país emergente do mundo.

Devemos estimular, sim, os talentos brasileiros, os empresários, os empreendedores que querem construir portos com recursos próprios, sem que haja obrigatoriedade de produção própria, pois, com certeza, no Brasil, não existem mais que cinco empresas com uma produção própria que justifique a construção de um porto privado.

Precisamos ter os nossos concessionários nos portos do Brasil para estimular a construção de portos privados, e que não se exija, que tirem essa exigência, como já havia sido prometido. Como não foi atendido ainda, com o fim dessa resolução, nós a incluímos na Medida Provisória de retroporto, para que tal obrigatoriedade, Senador Tuma, possa ser anulada, para mostrar ao mundo e aos empresários do Brasil que somos um País inteligente, que somos um País moderno. Temos poucos recursos, portanto, os oriundos da iniciativa privada são vitais para os investimentos no nosso País.

Por último, Sr. Presidente, em todos os lugares do mundo, em todos os lugares desenvolvidos do mundo, há isenção total e absoluta nos investimentos, na infra-estrutura portuária e nos impostos e taxas. Dr. Rachid, essa isenção abrange não só investimentos de construção e ampliação e reforma dos portos, mas também todo o maquinário instalado nos portos. Portanto, o mundo desenvolvido já isentou esse investimento porque enxergou que significado maior do que a cobrança de impostos é o investimento.

Somos um País de extensão continental; somos, hoje, o primeiro produtor em vários itens do agronegócio brasileiro – primeiro, segundo, terceiro –, e, inevitavelmente, nos próximos 30 anos, teremos a primeira colocação junto a grande maioria das *commodities* de todo o mundo, e precisamos disso, porque consumimos quase 80% de toda nossa produção, como é o caso da

carne brasileira. E, temos, ainda, enorme condição de ampliação dessa economia, dessa produção. Precisaremos, portanto, dos nossos portos modernos, eficazes e eficientes, para que não haja desestímulo nas exportações brasileiras e também as importações, que são da máxima importância, principalmente com relação a bens de capital, para que possamos estimular, investir e tecnificar as empresas do Brasil

Uma última reclamação que faço é em relação ao Porto de Itaqui, um porto muito importante para esse novo eixo de desenvolvimento do Brasil, o eixo Centro-Oeste/Norte. Há um atraso de três anos no cronograma de ampliação do cais do Porto de Itaqui. Estamos esperando investimentos da ordem de R\$110 milhões. Tivemos, em 2007, uma demanda no Porto de Itaqui de cinco milhões de toneladas, mas só conseguimos escoar, por conta dessa não-ampliação, apenas um milhão e oitocentas mil toneladas. Isso significa que a diferença, ou seja, a demanda de três milhões de toneladas obrigatoriamente tiveram de ser desviadas para o Porto de Paranaguá, onerando, imensamente, custo e produção. Imaginem o mapa do Brasil. O Porto de Itaqui, que se localiza no Maranhão, deveria escoar toda a produção de soja, que é exportada. Ocorre que parte dessa produção teve de sair do País via Porto de Paranaguá, trazendo, com isso, ônus e custos altíssimos para a produção brasileira, além de congestionar o Porto de Paranaguá, piorando ainda mais a gestão naquele local.

Quero lembrar, Secretário Rachid, que precisamos de R\$110 milhões para investir e adequar o Porto de Itaqui. O Governo brasileiro, nos anos de 2005 e 2006, gastou R\$500 milhões, em cada ano, respectivamente, com subsídios de frete para o agronegócio brasileiro. São coisas inadmissíveis, mas tenho certeza de que corrigiremos esses rumos, dando prioridade aos nossos portos, as nossas hidrovias, das nossas ferrovias, porque, se nos compararmos aos Estados Unidos, apenas no Centro-Oeste brasileiro, temos o equivalente a três Mississipis: o rio Madeira, Teles Pires-Tapajós, na divisa do Mato Grosso, Amazonas e Pará; Madeira, em Rondônia, e o Tocantins, no meu Estado de Tocantins, que também será uma hidrovia extremamente importante para que possamos diminuir o custo da produção.

O nosso ponto crítico – sabemos produzir, sabemos trabalhar, sabemos usar a tecnologia; o nosso empresariado é competente e o povo é trabalhador – é que precisamos de logística, precisamos de transporte, precisamos de condições para levar todo esse potencial de produção aos portos do Brasil, atendendo o mercado interno, que compra nossa produção interna.

Encerro minhas palavras, dizendo do orgulho que tenho da Marinha brasileira, do orgulho que tenho do meu País.

Trabalho dia e noite para que possamos, cada vez mais, ser um País desenvolvido, um País modelo, um País exemplo, trazendo muito gosto e alegria para o povo brasileiro.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Kátia Abreu, última oradora inscrita.

Ao encerrar esta sessão, quero agradecer às autoridades presentes, àquelas que se fizeram representar, aos seus representantes, e dizer da nossa satisfação em podermos comemorar hoje os 200 anos de abertura dos portos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começava o ano de 1808 e as intrincadas disputas imperialistas da Europa repercutiam de modo decisivo no processo histórico brasileiro. Obrigado, a deixar Portugal, pela pressão francesa do Imperador Napoleão I, o futuro D. João VI chegava ao Brasil com a corte portuguesa.

A chegada da Coroa Portuguesa à América obrigou o Regente a permitir que o Brasil passasse a desempenhar papéis que, até então, eram exclusivos da Metrópole europeia. Foi assim que, antes inteiramente fechada para o resto do mundo, a rica colônia pôde estabelecer laços comerciais com outros países.

A abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal, decretada por carta régia de 28 de janeiro de 1808, é o marco maior desse que veio a se tornar o início do processo de construção do Brasil como nação independente. Aconselhado por José da Silva Lisboa, mais tarde tornado Visconde de Cairu, D. João abria os portos brasileiros, e punha fim ao chamado Pacto Colonial. Pela primeira vez na história, uma colônia assumia prerrogativas de metrópole colonial.

A abertura dos portos, exigência incontornável para poder dar meios de sobrevivência ao reino, acabou por ser, simultaneamente, a abertura do Brasil para o seu próprio futuro.

Num primeiro momento, a maior beneficiária foi a Inglaterra, com a qual Portugal tinha pesadas dívidas.

Em 1810, Dom João assinou o tratado de comércio e navegação que fixava em 15% a taxa alfandegária sobre produtos ingleses vendidos para o Brasil. Na verdade, um grande privilégio, já que os demais países pagavam uma taxa de 24% e Portugal 16%! Somente em 1816 é que se igualaram as taxas inglesa e portuguesa.

A face boa desta moeda é que o Brasil, inteiramente proibido de comerciar, de ter universidades ou imprensa, além de todos os outros instrumentos que pudessem servir à construção de uma identidade brasileira, passa, de repente, com a chegada da família real, a desfrutar de possibilidades até então inteiramente fora de nosso alcance. Não era a situação ideal, mas era a porta que se abria diante de nós.

Curiosamente, nessa época, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro era politicamente distinto do Estado do Brasil, ambos colônias portuguesas na América. O Estado do Grão-Pará, que corresponde, grosso modo, aos atuais Estados do Amazonas e do Pará, adotou a iniciativa de formalizar sua subordinação ao Rei de Portugal quando de sua chegada ao Brasil. Ao mesmo tempo em que mantinha a integridade das colônias, afirmava sua distinção em relação ao Brasil de então.

Sr. Presidente, comemorar a decretação da abertura dos portos brasileiros para o mundo é, sem dúvida alguma, festejar o início da existência do Brasil em que hoje vivemos. Por isso, é mais do que justa a celebração dos 200 anos do ato de D. João VI.

Iniciada naquele remoto ano de 1808, a independência do Brasil e sua consolidação territorial iriam se prolongar por quase 30 anos, ao longo do Século XIX. E os portos brasileiros se tornariam ponto de ancoragem de uma das maiores frotas mercantes daquele século, a frota do Império do Brasil.

Voltado para o oceano Atlântico, o Brasil acabou desenvolvendo, a partir de seus portos, espalhados ao longo de toda costa, relações comerciais com o mundo todo.

Dom João VI, rei de Portugal, acabou sendo, por seus atos, o grande artífice da independência brasileira, propiciada pela montagem de estruturas comerciais, educacionais, políticas e sociais que a corte portuguesa deixou ao retornar para Lisboa, em 1821.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e Mão Santa

ÀS 14 HORAS E 6 MINUTOS ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO Registrados e Não Registrados

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/02/2008 até 21/02/2008

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Min. DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	
Bloco-PSDB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	

Partido	UF	Nome	Pres Voto
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X
PMDB	MA	ROSEANE SARNEY	X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	x

Não Registraram Presença

Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	N/R
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	N/R
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	N/R
DEM	MT	JAYME CAMPOS	N/R
PDT	BA	JOÃO DURVAL	N/R
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	N/R
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	N/R
Min. DEM	MA	LOBÃO FILHO	N/R
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	N/R
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	N/R
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	N/R
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	N/R
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	N/R

COMPARECERAM: 67

NÃO REGISTRARAM: 13

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2008**Solicita informações ao Ministro de Estado do Planejamento.**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, em conjugação com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado federal, requeiro que seja encaminhada ao Ministro de Estado do Planejamento requerimento de informações sobre a provável data do pagamento dos precatórios judiciais dos Servidores Públicos Federais das Instituições de Ensino Superior.

Justificação

O requerimento tem como embasamento o abaixo assinado da classe em questão que alega estar sendo o pagamento protelado por vários anos.

Como é sabido os professores são uma necessidade extrema ao País permeado pelo analfabetismo tendo uma baixa remuneração. Se há algum precatório a ser pago a classe merece tê-lo finalizado com a rapidez possível.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Magno Malta**, 4º Secretário.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2008

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 103, de 2008, de minha autoria, em que solicito a realização, no dia 10 de março de 2008, da Sessão Especial em razão do Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 desse mês.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2008**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto, ocorrido ontem, dia 19 de fevereiro de 2008.

Justificação

A política brasileira perdeu, nesta terça-feira, dia 19 de fevereiro, um dos seus maiores nomes. Morreu o advogado, jornalista e Deputado Federal por quatro mandatos e Constituinte, Francisco Pinto, conhecido na nossa história, nos corredores do Congresso Nacional e no coração do povo baiano e brasileiro como Chico Pinto. Um nome, uma legenda. Uma estatura política à altura de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves. Se fosse possível defini-lo numa única palavra, talvez escolhesse dignidade. Ou, quem sabe, seriedade. Talvez correção. Pureza, brilhantismo, coerência. Ou, ainda, todas elas, reunidas numa característica que marcou a vida de Chico Pinto: a autenticidade. Era isso: Chico Pinto era um autêntico. Vem daí a marca que ele deixou no nosso MDB, nos tempos mais duros do regime militar: foi um dos mentores mais importantes do chamado Grupo Autêntico do partido.

Era o início dos anos setenta e, com ele, o MDB passou a viver um novo momento. Foi quando se iniciou o grande debate que fundamentou as mais memoráveis campanhas pela restauração da democracia brasileira. Foi ali que surgiram as idéias que resultaram nas campanhas das Diretas-já, da luta pela anistia, pelo fim da tortura entre tantas outras. Além da presença, Chico Pinto exerceu uma liderança marcante em todos esses movimentos que marcaram a nossa história.

Ele era um articulador dos mais competentes. Sem jamais abandonar os seus ideais por um País democrático e soberano, demonstrou-se um dos melhores articuladores naqueles momentos em que se ouvia, apenas, a voz da repressão. Preso exatamente por defender esses ideais, nas ruas e na tribuna da Câmara dos Deputados, percebeu que o seu pensamento tinha ressonância entre um grupo significativo de militares. Assim, sem transigir com qualquer conveniência pessoal, soube, como ninguém, dialogar. Foi daí a idéia das chamadas anti-candidaturas. A primeira foi com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Com eles, percorremos o País disseminando a democracia. Depois, ainda quando os presidentes da República eram, somente, militares, e ungidos, foi lançada a

candidatura do General Euler Bentes Monteiro, tendo como candidato a vice Paulo Brossard. Nestes dois acontecimentos, estabeleceram-se, de fato, os limites entre o que era governo, e o que era oposição.

Em todos estes movimentos pela democracia, o contraponto da voz firme de Chico Pinto. Não transigiu, nem mesmo quando, na prisão, lhe acenaram com a idéia de um possível perdão. Para ele, perdoar o que, se ali estava exatamente por defender o que mais acreditava: um País mais justo e democrático? Em carta dirigida ao então Presidente Ernesto Geisel, recusou, antecipadamente, o indulto de natal que lhe seria oferecido: "Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento – o de um perdão que não solicitei".

Foi vasta a experiência política de Chico Pinto. Tudo começou na década de cinqüenta, eleito vereador na sua Feira de Santana. Não tardou em se eleger prefeito. Já naquele instante, colocou em prática a sua aptidão pela democracia na gestão dos recursos públicos. Foi pioneiro na discussão do orçamento participativo. Também vem deste tempo a perseguição política que lhe seria implacável: foi sacado da prefeitura, pelo regime militar, já no seu início, em 1964. No livro de posse de seu sucessor, consta o nome de comandantes que houveram cercado a prefeitura, e que provocaram a sua deposição.

Respondeu a inúmeros processos e inquéritos militares. Já Deputado Federal pelo MDB, em 1974, foi processado, a pedido do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, por ter protestado, na tribuna da Câmara dos Deputados, e na presença do então ditador Augusto Pinochet, contra as torturas e todos os tipos de violência que se praticava no Chile, igualmente sob regime de exceção. Por este motivo, foi condenado a seis meses de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal, além de perder o mandato, por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados.

Voltou ao Congresso em 1978, sendo reeleito em 1982 e 1986. Não mais se candidatou, alegando estar decepcionado com a política. Talvez estivesse visualizando os tempos que estariam por vir. Que discursos faria, hoje, Chico Pinto, destas mesmas tribunas do Congresso, neste momento sensível do parlamento brasileiro, que atinge níveis mínimos de legitimidade?

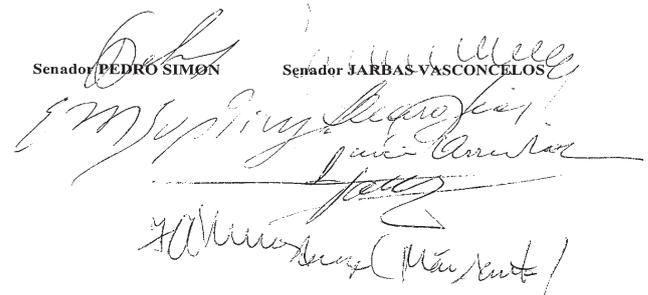
Na impossibilidade de ouvirmos, a partir de agora, os seus ensinamentos, que fique o seu exemplo. Que fique, também, o seu pensamento. Nos registros de seus discursos, na Câmara dos Deputados, para que a história brasileira lhe renda o devido tributo. Nos anais do Senado Federal, uma de suas últimas entrevistas, dada ao Portal Terra, histórica e memorável, a qual peço, neste momento, a transcrição do inteiro teor da matéria jornalística. No coração do povo brasi-

leiro, como uma das referências mais importantes de dignidade, de seriedade, de Correção, de pureza, de brilhantismo, de coerência. De autenticidade, enfim.

À família do Deputado Francisco Pinto, os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte deste grande líder político.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008.

Senador PEDRO SIMON
Senador JARBAS VASCONCELOS



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 144, DE 2008
(ADITAMENTO)**

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008, alteração da data proposta para a realização de sessão especial.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho,

Em aditamento ao nosso Requerimento nº 49, de 2008, requeremos a alteração da data de realização da Sessão Especial Solene do Senado Federal, para marcar os 200 anos da Imprensa Brasileira e homenagear o seu Patrono, Hipólito José da Costa, para 3 de junho de 2008 (terça-feira).

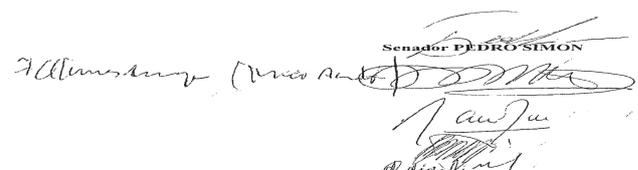
Justificação

A data que propusemos (1º de junho de 2008) será um domingo, o que torna impraticável a realização desse evento, no Senado Federal.

Deste modo, estamos propondo uma data próxima àquela antes indicada, ou qualquer outra, próxima ao 1º de junho, o Dia da Imprensa.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

Senador PEDRO SIMON



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Dr. Euderson Kang Tourinho, pela posse como acadêmico na Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Ilustríssimo Dr. Euderson Kang Tourinho e ao Presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Justificação

O Doutor Euderson Kang Tourinho, natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, formou-se em medicina pela Universidade Federal do Pará, especializando-se em radiologia inclusive com cursos nos Estados Unidos e no Japão. O ingresso na Academia de Medicina do Rio de Janeiro representa o reconhecimento da luta científica que empreende pela sobrevivência da vida humana.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimentos vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal baiano Francisco José Pinto da Silva, conhecido como Chico Pinto, ocorrida em Salvador no dia 19 de fevereiro de 2008.

Justificação

O ex-prefeito e ex-deputado federal Francisco Pinto (PMDB), morto aos 77 anos, tem seu nome inscrito na história da luta pela democracia no país. Marcado pela coragem cívica, Chico Pinto nasceu na cidade baiana de Feira de Santana, em 16 de abril de 1930,

município onde iniciou sua vida política como vereador, de 1951 a 1955.

A Revolução Militar o encontrou como prefeito de Feira de Santana em 1964. Ficou pouco mais de um ano à frente da prefeitura, porque um ano e meio depois foi deposto e preso.

Em 1970, Chico Pinto voltou à política, desta vez como deputado federal, sendo reeleito para um segundo mandato, despontando como um dos maiores articuladores da resistência do Parlamento contra o regime de força instaurado no país.

No Congresso, Chico Pinto aglutinou parlamentares no chamado Grupo Autêntico do MDB, enquanto buscava interlocução junto a setores militares nacionalistas.

Em 1974, o Grupo Autêntico animou o surgimento da anti-candidatura de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, atendendo a tese de Chico Pinto de que não bastava o simples voto em branco para devolver o país à democracia.

Mas esta campanha ele assistiria fora do Congresso, porque ainda em 1974, suas críticas em pronunciamento na Câmara contra a presença do ditador chileno Augusto Pinochet na posse do presidente Ernesto Geisel renderam mais uma prisão.

Mandato cassado, preso no 1º Batalhão da Polícia Militar de Brasília, o deputado foi libertado em abril de 1975. Antes do julgamento, repetiu as críticas ao governo num programa da Rádio Cultura de Feira de Santana (BA), resultando em novo processo, do qual seria absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, dois anos depois.

Chico Pinto voltaria à Câmara na eleição de 1978, nela permanecendo até 1991, quando, já abalado em sua saúde – no último mandato chegou a licenciar-se duas vezes para tratamento -, deixou a vida pública.

No retorno ao Congresso, participou ativamente das conversações com setores nacionalistas das Forças Armadas, de onde nasceu a candidatura do general Euler Bentes à presidência da República, em 1978.

No livro “Autênticos do MDB”, a historiadora Ana Beatriz Nader afirma que a luta dos ‘Autênticos’, como membros do MDB, principalmente no episódio da anti-candidatura, “deu ao partido conotação de oposição efetiva, de resistência ao regime militar”.

É por toda esta contribuição para a vida democrática do país que estamos requerendo Voto de Pesar como homenagem do Senado a este baiano que já inscreveu seu nome na história política brasileira.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. Senador **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República e 216, **caput** e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os seguintes contratos, em execução, de obras viárias e portuárias no Estado do Amazonas:

- BR-320, trecho compreendido entre Humaitá e Apuí. Qual é o valor do contrato? Quais são as empresas que executam a obra? Qual é a natureza dos serviços? Qual é o prazo para a conclusão da obra?

- BR-319, trecho compreendido entre Humaitá e Manaus e entre Humaitá e Porto Velho. (Valor; empresas executantes; natureza dos serviços; prazo.)

- Construção do porto de Humaitá. (Valor; empresas executantes; natureza dos serviços; prazo.)

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Jefferson Péres**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao velejador Lars Grael, pela conquista da Regata comemorativa dos 48 anos da AABB – DF.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao velejador Lars Grael, pela conquista da Regata comemorativa do 48º aniversário da AABB – DF.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à AABB do Distrito Federal.

Justificação

Bicampeão sul-americano da Classe Star, que conquistou em janeiro deste ano de 2008, o velejador Lars Grael, é um notável exemplo de perseverança, a que junta sua categoria como desportista, vencendo seguidas provas pelo seu esforço e categoria. No domingo, dia 17 de fevereiro de 2007, no Lago Paranoá, ele venceu a regata comemorativa dos 48 anos da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB, em Brasília. Da prova participaram 55 barcos. E, ao tomar parte dela, Grael, mesmo sendo bicampeão sul-americano, deu mais uma demonstração de seu apreço a essa modalidade de esporte náutica, além de comprovar que, não obstante a peça que o destino lhe pregou, mantém a categoria que o torna respeitado no esporte nacional. Por tudo isso, Lars Grael é merecedor do Voto que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2008

Cria no Senado Federal a Comissão Permanente de Inquérito.

Art. 1º Os arts. 72, 77 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 72.
XII – Comissão Permanente de Inquérito” (NR)

“Art. 77.
XII – Comissão Permanente de Inquérito, 30. (NR)

“Art. 107.
I –

m) Comissão Permanente de Inquérito:
às quintas-feiras, 11 horas. (NR)

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do art. 104-D:

“Art. 104-D. A Comissão Permanente de Inquérito substituirá as Comissões Parlamentares de Inquérito **ad hoc** e manterá os mesmos poderes previstos no Art. 58 Parágrafo 3º da Constituição Federal.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente não podem pertencer à mesma base aliada.

§ 2º Para cada inquérito, os membros da CPI – Comissão Permanente de Inquérito elegerão o relator pela maioria simples de votos, entre senadores do bloco parlamentar contrário ao bloco do presidente da comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos, o Congresso Brasileiro tem sido foco de denúncias por parte do Poder Judiciário e dos noticiários nacionais e estrangeiros, devido ao comportamento questionável, seja de parlamentares seja de autoridades do Poder Executivo. Cada crise sucedida por nova crise, adiando os trabalhos normais do parlamento, que se envolve nas intermináveis disputas em torno de criação, direção, funcionamento de CPIs. Suspender as CPIs para deixar o Senado funcionar seria um grave equívoco de tolerância com atos imorais. Por isto é preciso manter acesa a chama das CPIs. Mas, no atual estado de denúncias e comportamentos suspeitos, ao concentrar nelas as atividades, o Senado faz com que deixemos de cumprir nossas atividades e obrigações normais.

As denúncias e suas apurações tomam tempo que deveria ser utilizado para debates e disputas sobre os destinos nacionais. Nossos líderes são obrigados a concentrar seus esforços e energias na convocação e organização de CPIs que, depois de instaladas, recebem grande parte da atenção dos senadores e a totalidade da atenção da mídia. Assuntos importantes ficam relegados para depois de cada crise chegando a praticamente paralisar os trabalhos normais do Senado.

Não é de agora que o Senado praticamente pára por conta de escândalos envolvendo agentes governamentais dos mais variados Órgãos. O último grande tema em discussão no Senado Federal é a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o mau uso dos Cartões Corporativos por ministros e servidores do Governo Federal.

Ainda está claro em nossas memórias o quanto o Senado foi engolido pelo episódio do “mensalão”, só para citar um exemplo. Cada vez que aparece um escândalo, governo e oposição sacam das suas armas constitucionais e regimentais para criar uma CPI ou barrar esse direito da minoria. Um fato inédito aconteceu agora quando afloraram as denúncias do cartão de crédito: o próprio investigado – o Poder Executivo – colheu assinaturas para criação de uma CPI para investigar a si mesmo. Como o Governo Federal sempre tentou impedir a criação de outras CPIs para investigá-lo, talvez se tratasse de uma manobra para amenizar

os resultados. Logo depois surge a suspeita de que a bancada do governo e a bancada de oposição se alinharam para uma autoproteção entre o atual governo e o anterior.

Nesse imbróglio político-jurídico, a população brasileira vê arranhada a credibilidade do Congresso Nacional. Um parlamento sem fôlego para mostrar aos eleitores a sua preocupação com os grandes problemas nacionais de hoje e de amanhã. É bem verdade que a fiscalização dos atos do Executivo é uma das funções do Congresso Nacional. Mas não podemos prejudicar nossa função principal a de legislar em virtude do jogo político que se organiza em torno de cada CPI.

Com o intuito de tirar o Senado Federal desse ciclo vicioso da criação de CPIs, sugerimos a criação de uma Comissão Permanente de Inquérito com as mesmas atribuições e poderes já determinados na Constituição Federal para a CPIs, e as mesmas características das demais comissões Permanentes. Essa Comissão Permanente seria composta por até 30 Senadores ou Senadoras, com mandatos de 2 anos, indicados pelos partidos nas mesmas proporções previstas para cada comissão permanente. O número elevado de membros tem por finalidade dar o máximo de chance a cada partido. A presidência e a vice-presidência serão escolhidas como para as demais comissões permanentes: na ordem do tamanho das bancadas partidárias. Para afastar qualquer suspeita sobre seus trabalhos, o seu Presidente e Vice-Presidente não podem ser, simultaneamente, de partidos da mesma base aliada.

Para cada inquérito será escolhido um relator diferente eleito pelo plenário da comissão, tomando-se a precaução de que só poderá disputar a relatoria Senadores da bancada contrária a do seu Presidente.

Este projeto se situa dentro da preocupação de outros parlamentares, como o Deputado Federal Paulo Renato de Souza, com a sua Proposta de Emenda a Constituição, nº 115, de 2007. O presente projeto aqui apresentado não substitui a idéia do Tribunal Superior da Proibidade Administrativa apresentado em 10 de julho de 2007, pelo Deputado Paulo Renato, apenas propõe, dentro da própria Casa, uma alternativa que evita as paralisias provocadas pelas CPIs, sem parar e até ampliando a responsabilidade investigadora do Senado.

Solicito o apoio dos nobres parlamentares para aprovação deste Projeto de Resolução, entendendo ser da maior importância para o Senado Federal.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2006.

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;
- II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
- IV – Comissão de Educação – CE;
- V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;1
- VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH;2
- VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
- VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI;
- IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR;3
- X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. (NR)4

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 21;5
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 17;6
- VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 19;7
- VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23;
- IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, 17;8
- X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 17.5.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Cada senador poderá integrar até três comissões como titular e três como suplente. (NR)5

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão: 85

I – se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários: 35

a) Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas; 35

b) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura: às terças-feiras, quatorze horas; 35

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas; 35

d) Comissão de Assuntos Sociais: às quintas-feiras, onze horas e trinta minutos; 36

e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: às quintas-feiras, dez horas; 35

f) Comissão de Educação: às quartas-feiras, onze horas e trinta minutos; 36

g) Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: às terças-feiras, onze horas e trinta minutos; 36

h) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: às terças-feiras, doze horas; 36

i) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: às quartas-feiras, quatorze horas; 36

j) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: às quintas-feiras, doze horas. 36

II – se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado;

III – as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das comissões permanentes. 35

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado. (NR)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos

tos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....
 Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
 § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – O projeto que acaba de ser lido será publicado e ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of./Lid.nº 30/2008

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Indicação de membro para comissão mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ilderlei Cordeiro – PPS/AC, em substituição a Deputada Marina Maggessi – PPS/RJ, para integrar, como suplente, a comissão mista especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 19/2008

Brasília, 13 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC, solicitou seu desligamento como membro titular das Comissões de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, bem como das Subcomissões Permanentes de Cinema, Teatro, Música e Comunicação – CECTMCS, Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência – CASPREV e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, conforme cópia de ofício em anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

Ofício nº 8/08 – GSGMJ

Brasília, 12 de fevereiro de 2008

Senhor Senador,

Como é do conhecimento de V. Excelência, atualmente presido a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Tal encargo exige muita concentração e dedicação, para que os resultados sejam aqueles esperados.

Assim sendo, solicito-lhe seja promovida a minha substituição, como titular, nas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, bem como das Subcomissões Permanentes de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social (CECTMCS); do Trabalho e Previdência (CASPREV) e das Pessoas com Deficiência (CASDEF).

Certo do atendimento ao pedido, cumprimento Vossa Excelência.

Atenciosamente, **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador – PMDB/AC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – O Senhor Presidente da República adotou, em 20 de fevereiro de 2008, e publicou, na mesma data, a **Medida Provisória nº 419, de 2008**, que “Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.”

Nos termos dos §§ 2º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco da Minoria (DEM/PSDB)**

Demóstenes Torres (DEM)	Kátia Abreu (DEM)
José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PcdoB/PP/PRB)**

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PcdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)
PMDB (Maioria)	Valdir Raupp
Gilvam Borges	Wellington Salgado de Oliveira
Leomar Quintanilha	Valter Pereira
Neuto de Conto	

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

PSOL*

José Nery

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves	Vinícius Carvalho
Maurício Rands	Edinho Bez
Mário Negromonte	André Vargas
Luciano Castro	Benedito de Lira
Jovair Arantes	José Carlos Araújo
Hugo Leal	Sérgio Moraes

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal	Antonio Carlos Magalhães Neto
Onyx Lorenzoni	Arnaldo Jardim
Fernando Coruja	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Guilherme Campos

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Paulo Pereira da Silva	Rodrigo Rollemberg
Márcio França	Dr. Ubiali

PHS*

Miguel Martini	Felipe Bornier
----------------	----------------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 20-2-2008 (Ed. Extra)**
- Designação da Comissão: **21-2-2008 (SF)**
- Instalação da Comissão: **22-2-2008**
- Emendas: até **26-2-2008**
- Prazo na Comissão: **20-2-2008 a 4-3-2008** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **4-3-2008**
- Prazo na CD: **de 5-3-2008 a 18-3-2008** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-3-2008**
- Prazo no SF: **de 19-3-2008 a 1º-4-2008** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **1º-4-2008**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 2-4-2008 a 4-4-2008 (43º ao 45º dia)**
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **5-4-2008 (46º dia)**

Prazo final no Congresso: **19-4-2008** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, Mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 47, DE 2008

(Nº 69/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 21 a 23 de fevereiro de 2008, em visita à República Argentina.

Brasília, 20 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 92 – C. Civil

Em 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 21 a 23 de fevereiro de 2008, em visita à República Argentina.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da **Mensagem nº 35, de 2008**, e vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 90, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 1, de 2008 (nº 998/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no

cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21 de fevereiro de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati sobre a Mensagem (SF) nº 1, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, por 21 votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 1 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> <i>Sen. Tasso Jereissati</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO SUPLICY <i>[Assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVÉLLA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>[Assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ² <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO <i>[Assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI (RELATOR) <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 29/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas;

(3) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

A Mensagem Presidencial em epígrafe tem por base o art. 111-A, **caput**, da Constituição Federal, e com ela são encaminhados, para apreciação, os dados pessoais da Senhora Kátia Magalhães Arruda.

O referido art. 111-A da Constituição Federal estabelece que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República. A escolha de quatro quintos dos ministros do TST deve recair sobre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

Por sua vez, o art. 52, III, **a**, e o próprio art. 111-A da Constituição Federal, atribuem ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos pelo Texto Maior, entre os quais se enquadra a indicação de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Para tanto, foi encaminhado, com a Mensagem Presidencial, o **curriculum vitae** da indicada, que demonstra sua atuação profissional.

O art. 101, II, **i**, do Regimento Interno do Senado Federal confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

A documentação encaminhada atende ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito do colegiado.

Passamos a historiar a formação jurídica, produção acadêmica e atuação profissional da indicada pelo Presidente da República.

Brasileira, nascida em Ipaumirim, no Ceará, no ano de 1966, a Juíza Kátia Magalhães Arruda bacharelou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1988. É especialista em Economia do Trabalho pela Universidade Federal do Maranhão, mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

A indicada desempenhou inúmeras atividades profissionais, das quais se destacam:

1. Na Magistratura do Trabalho:

Juíza do Trabalho Substituta – Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região – de 1990 a 1992;

Juíza do Trabalho Presidente das Varas de Imperatriz, Caxias e 4ª Vara de São Luís – Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região – de 1992 a 2001;

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região – a partir de junho de 2001;

Desembargadora convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho – a partir de setembro de 2007;

2. No magistério:

Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Maranhão – desde 1999;

Professora de Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura do Maranhão de 1999 a 2000;

Professora de Direito Constitucional e Teoria Geral do Processo da Universidade Federal do Maranhão – de 1994 a 1999;

3. No Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região: Oficial de Justiça Avaliador – de 1989 a 1990;

4. Na advocacia:

Elaboração do Plano de Cargos e salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Maracanaú/CE;

Defensora dativa da Justiça Federal do Ceará de 1989 a 1990.

Kátia Magalhães Arruda presidiu o Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região no biênio 2005/2007, foi Vice-presidente do Colégio Nacional de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, no ano de 2006, bem como Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região entre os anos de 2003 e 2005, cargos em que revelou equilíbrio, discernimento e capacidade administrativa.

A participação em inúmeros congressos, seminários e encontros científicos, demonstra a contínua busca pelo aprimoramento profissional e acadêmico da indicada.

São inúmeras as publicações de sua lavra, decorrendo com o mesmo brilhantismo, sobre diversos ramos do direito. É evidente sua preocupação com os direitos humanos e sua repercussão nos direitos sociais, especialmente sua relação com o direito do trabalho. Neste particular, destaca-se a sua percuciente abordagem sobre o trabalho do menor, o trabalho escravo e o trabalho da mulher, temas recorrentes em

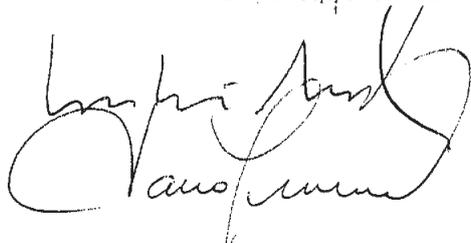
suas publicações acadêmicas. Merecem especial relevo suas participações em obras como “Democracia e Direito do Trabalho”, “A Exploração do Trabalho de Crianças no Brasil”, “Dos Direitos Humanos aos Direitos Fundamentais” e artigos como “O Princípio da Igualdade no Trabalho da Mulher e outros Estudos” e “Trabalho Análogo à Condição de Escravo: Um Ultraje à Constituição”, entre muitos outros.

Essa dedicação a temas sociais já se revelara na sua atuação no movimento estudantil cearense onde a Dr^a Kátia foi por duas vezes consecutivas, eleita Presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Fortaleza (UMES).

É relevante ainda o fato de que a Dr^a Kátia Magalhães Arruda, por incrível que possa parecer, será se aprovada por nossos nobres pares a primeira mulher nordestina a alcançar o elevado cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Neste sentido, a sua dedicação ao tema da proteção ao trabalho da mulher, assegura que as milhões de brasileiras, em especial aquelas trabalhadoras que até hoje ainda precisam lutar pelo reconhecimento de seus direitos em uma sociedade predominantemente masculina, certamente encontrará nesta Magistrada cearense, senão uma ardorosa defensora, ao menos alguém que entenda suas dificuldades, estude, compreenda e conheça de perto sua realidade. Sua chegada ao TST, portanto, além de coroar uma carreira cheia de vitórias e conquistas obtidas graças ao seu talento, esforço e superação pessoal, caminha na direção de reparar essa discrepância, qual seja; a importância do trabalho da mulher e a sua pequena representação nos órgãos judiciais trabalhistas, mais precisamente em sua mais alta corte.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação da ilustre Juíza Kátia Magalhães Arruda.

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2008.

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 91, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/10, de 2006 (nº 74/2006, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando para o fim previsto no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias de documentos referentes à declaração incidental de inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, em caráter terminativo, o Ofício “S” nº 10, de 2006 (Of. nº 74 – P/MC, de 11 de setembro de 2006, na origem), da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, que enviou ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para o fim previsto no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do **Habeas Corpus** nº 85.056, transitado em julgado em 1º de setembro de 2006, que declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do § 3º do artigo 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais [dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais] do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002.

São encaminhadas, também, cópias do julgamento do habeas corpus em referência e da respectiva certidão de trânsito em julgado, além dos pareceres do Ministério Público Federal.

Em decisão unânime, o dispositivo foi declarado inconstitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, porque limita a eficácia do princípio constitucional do juiz natural, no que se refere à interposição dos recursos nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a ponto de permitir que o juiz singular, prolator da sentença na primeira instância, possa novamente reexaminar o processo na turma recursal.

II – Análise

Tendo em vista o disposto no art. 101, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania propor, em caráter terminativo, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, do dispositivo legal declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do extrato da ata do registro taquigráfico do julgamento, da Lei questionada, bem como dos pareceres da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas, portanto, as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição, compete ao Senado Federal, privativamente, *suspender* a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

No caso presente, trata-se do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº I, de 14 de agosto de 2002, declarado inconstitucional, incidentalmente, por decisão unânime da Suprema Corte, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 1º de setembro de 2006.

Realmente, o inciso X do art. 52 da Constituição se aplica às hipóteses em que a declaração de inconstitucionalidade não ocorreu em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Com efeito, nessa hipótese, a decisão do Supremo Tribunal Federal que concluir pela inconstitucionalidade, por si só, exclui do ordenamento jurídico positivo o dispositivo legal declarado inconstitucional, não sendo necessária a intervenção do Senado Federal.

Depreende-se da leitura do art. 52, inciso X, da Constituição, que a Resolução do Senado Federal não anula nem revoga a lei declarada inconstitucional pela Suprema Corte, mas apenas suspende sua execução. A resolução terá efeito no plano da eficácia da lei e não nos planos da existência ou validade. Desse modo, os efeitos da resolução, se aprovada, serão **ex nunc**, ou seja, não retroagem.

O controle de constitucionalidade de normas no Brasil, um dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa, quanto pela concen-

trada, com profundas diferenças no que se refere à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide e eficácia, não apresenta, ainda, perfeição que permita o desafogo do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, diante da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para apreciação.

À míngua do início da utilização efetiva da súmula vinculante, instituída pela Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006, e criada pelo art. 103-A da Constituição, acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, instrumento eficaz para conter a proliferação abusiva de causas judiciais repetidas, mormente nas áreas tributária, previdenciária e administrativa, mantém-se, ainda, a utilidade da previsão de competência do Senado Federal (Constituição, art. 52, inciso X), para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

A despeito da declaração de inconstitucionalidade de lei ser de competência do Supremo Tribunal Federal, a suspensão da execução, no controle incidental, é função privativa do Senado Federal. Integram-se, portanto, numa tarefa constitucional comum, o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal. Sem o trânsito em julgado de decisão declaratória de inconstitucionalidade, além da comunicação formal do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal não se movimenta, pois somente lhe é dado suspender a execução de lei declarada inconstitucional, nos exatos termos previstos no art. 386 do Regimento Interno desta Casa, para, tão-somente, ampliar a eficácia erga omnes da decisão da Suprema Corte, com efeitos **ex nunc**.

O papel do Senado Federal cinge-se à suspensão da execução de lei declarada, no caso concreto, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva, que nada mais é do que estender erga omnes os efeitos de uma decisão judicial **incidenter tantum**, que alcançava originariamente apenas as partes integrantes do processo.

Nessa hipótese, ou seja, em ação de natureza subjetiva, que produz efeitos unicamente para as

partes, a intervenção do Senado Federal é imprescindível para estender a todos (**erga omnes**) os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, evitando, com isso, a proliferação desnecessária de ações judiciais que tenham por pedido o mesmo fundamento fático-jurídico.

A suspensão da execução de dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal é benéfica para toda a sociedade. Essa medida esclarece qual o direito a ser aplicado, aumenta a segurança jurídica e evita a necessidade de que todas as pessoas que se encontram em uma determinada situação sejam compelidas a ingressarem com ações judiciais idênticas.

Feitas essas considerações, passemos a análise do objeto da presente proposição.

No julgamento do **habeas corpus** anteriormente mencionado, a Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade incidental do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002, que restringe a eficácia do princípio constitucional do juiz natural, no que tange à interposição dos recursos nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, permitindo que o magistrado singular, prolator da sentença, integre o quórum de julgamento da turma recursal.

Com o intuito de garantir a imparcialidade do órgão julgador, ainda que de forma negativa, a Constituição impõe certas vedações à atuação do magistrado, na pessoa física que o representa. A proibição decorre do inciso LIII do art. 5º da Constituição que estabelece que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. Como a própria Constituição diz, tal impedimento obsta ou impede o exercício da “jurisdição” pelo juiz e não somente a competência. Conseqüentemente, os atos praticados por juiz impedido são nulos, não podendo ser sanados, em face da ofensa ao Texto Constitucional.

A violência à Lei Maior fica ainda mais evidente porque as turmas recursais dos juizados especiais se compõem de apenas três juizes, sendo nítido o prejuízo recursal da parte interessada, caso o magistrado prolator da sentença torne a reexaminar, em grau de recurso, a própria decisão. De fato, a norma impugnada restringe fortemente as possibilidades de sucessos dos recursos ou de qualquer ação manejada contra a decisão anterior, pois já é de se prever que ao menos um voto será desfavorável ao recorrente.

Portanto, é cristalino que a suspensão da execução do dispositivo vergastado terá efeitos práticos.

Por fim, apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial, temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata do dispositivo legal impugnado, por se percorrer matéria processual civil, especialmente sensível na ordem jurídica, e, igualmente, pela extensão da inconstitucionalidade apontada, a contaminar inúmeros processos judiciais em curso na Justiça Mineira, tudo violando a determinação constitucional do juiz natural.

III – Voto

Diante de todo o exposto, e considerando-se, ainda, a conveniência de dar eficácia **erga omnes** à mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal, votamos pela suspensão da execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002.

Concluimos, para tanto, nos termos do art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal, pela aprovação do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, DE 2008

Suspende a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do **Habeas Corpus** nº 85.056, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: CFS Nº 10 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/09/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Romeu Tuma	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLY <i>[Assinatura]</i>	3.PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7.JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	1.ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	4.PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3.ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>
EDISON LOBÃO	4.KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>(Relator)</i>	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1.OSMAR DIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: CF/03 Nº 40, DE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - IDELI SALVATTI				
SIBA MACHADO	X				2 - INACIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
ALOIZIO MERCADANTE					4 - MARCELO CRIVELLI				
EPITÁCIO CAFETEIRA					5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI					6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					7 - JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
JARBAS VASCONCELOS	X				4 - PAULO DUQUE				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Provisória)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
EDISON LOBÃO					4 - KÁTIA ABREU				
ROMEU TUMA	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VANIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 43 SIM: 12 NÃO: 31 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 02 / 2007

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 09/08/2007)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006).

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 1038, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Regulamenta o arts. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 89/07 PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de setembro de 2007

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ ao Ofício “S” nº 10, de 2006.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que **Projeto de Resolução nº 4, de 2008**, que *suspende a execução do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais*, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 6º:

“Art. 26.

.....

§ 6º O Esperanto constituirá componente curricular facultativo da grade escolar do ensino médio, sendo sua oferta obrigatória caso a demanda o justifique. (NR)”

Art. 2º Os sistemas de ensino terão o prazo de três anos para regulamentar exigências estabelecidas no art. 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Vivemos em tempo de violência e guerras. Um dos desafios da atualidade é levar a paz para dentro das escolas. O movimento esperantista é um vetor de paz, de integração mundial pelo sonho de um idioma unificando toda a humanidade.

Seu criador, Ludwik Lejzer Zamenhof, publicou a versão inicial do idioma em 1887, com a intenção de criar uma língua de fácil aprendizagem, que servisse como língua franca internacional. O sonho inicial de seu fundador certamente não se realizará pela generalização do idioma que ele criou, porque o inglês ou a tradução automática entre computadores já está em fase experimental, serão os veículos de integração lingüística no mundo. Até lá porém, o esperanto é um instrumento de comunicação entre centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo e muito, mais que isso, é parte de um imenso movimento pela paz.

Se a escola quer ser um agente da paz, a oferta do esperanto como uma língua adicional a ser oferecida aqueles que desejarem, pode ser um fator importante, não só pelo idioma que oferece, como também pelo espírito de pacifismo que simboliza.

Sem querer substituir qualquer outra, o esperanto é uma língua universal que segue critérios de econo-

mia e de eficiência admiráveis e se transformam em suas regras fundamentais estabelecem critérios de expansão lógicos e naturais, de modo que a língua se enriquece continuamente, seja através dos usos que dela se faz, seja agregando conteúdos novos, que não existiam nos primórdios de sua existência. Além de ser mais um idioma e um símbolo e instrumento de paz, seu aprendizado certamente trará contribuições ao desenvolvimento lógico dos estudantes que a aprendam.

O campo de emprego do esperanto tem crescido nos últimos anos e hoje ele é utilizado em viagens, correspondência, intercâmbio cultural, convenções, literatura, ensino de línguas, televisão e transmissões de rádio.

Alguns sistemas estatais de educação já oferecem cursos, opcionais do idioma, e há evidências empíricas de que aprendê-lo auxilia no aprendizado de outras línguas. Este projeto de lei trata de fazer com que o curso seja obviamente voluntário, mas havendo interesse em número necessário o governo deverá oferecer.

Finalmente, optamos por fixar o prazo de três anos para que os estabelecimentos de ensino se adaptem à determinação contida neste projeto, por sua regulamentação e posterior contratação de professores de esperanto.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educa-

ção básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793 de 1º-12-2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

.....
(À Comissão de Educação Cultura e Esporte, decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2008

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o art. 923 ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional dos empregados.

Art. 923. A cada triênio de trabalho, o empregado poderá afastar-se das suas atividades, sem prejuízo do emprego e do salário, por no mínimo 120 (cento e vinte horas) para frequentar cursos de capacitação profissional.

Parágrafo primeiro. O curso servirá necessariamente para melhorar a capacitação do empregado em área relacionada aos interesses produtivos da empresa.

Parágrafo segundo. Se pedir demissão antes de um ano após o gozo da licença citada no **caput**, o beneficiário será obrigado a ressarcir o empregador o equivalente ao salário recebido durante a licença.

Parágrafo terceiro. Os períodos de licença de que trata o **caput** não são acumuláveis.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No dia 30 de outubro de 2007 o jornal **O Globo** informava que 750 mil jovens, dentre os 1,5 milhão de desempregados, foram às agências de emprego e voltaram sem emprego apesar de existirem as vagas, porque aqueles que procuraram o trabalho não tinham condições de exercê-lo. Este é um país onde existem vagas e desempregados, e os desempregados não casam com as vagas por falta de qualificação.

Ao mesmo tempo, é comum as empresas serem forçadas a demitir trabalhadores que não atendem às novas exigências técnicas de suas funções. A substituição de um trabalhador antigo desatualizado por um novo sempre trás prejuízo à empresa.

Essa rotina de vagas convivendo com desemprego e empresas obrigadas a substituir trabalhadores, repete-se todos os dias. Vários trabalhadores são despedidos ou não são contratados por falta de qualificação profissional. Como Brasil ainda não fez a revolução na educação, é necessário e urgente o comprometimento de toda a sociedade na disseminação do conhecimento para o maior número possível de brasileiros. Além disso, daqui para frente, toda empresa necessitará reciclar seus empregados, e todo empregado necessitará de permanente reciclagem de sua qualificação.

No caso dos trabalhadores formais, atualização profissional é o que lhes garante o desempenho eficiente de sua função, o emprego e o sustento da família.

Como estamos numa época em que se exige cada vez menos a força braçal e muito mais a capacidade intelectual é imperioso o empenho da sociedade organizada para garantir ao trabalhador a manutenção do emprego e ao empregador a reciclagem dos seus empregados.

Com esse pensamento, é que sugerimos alterar a Consolidação das Leis do Trabalho – lei maior do empregado brasileiro – para garantir que o empregado possa reciclar seus conhecimentos. Este projeto objetiva beneficiar tanto o empregado que mantém o seu emprego e o empresário que num prazo curto de

noventa dias pode contar com um empregado atualizado, mais comprometido com o trabalho e conseqüente aumento da sua produtividade com mais qualidade e melhor desempenho.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos colegas parlamentares a esta iniciativa que ora apresto, em prol tanto dos empregados como dos empresários brasileiros.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

TÍTULO XI

Disposições Finais e Transitórias

(À Comissão de Assuntos Sociais, decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2008

Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo terão trinta por cento de seu valor aplicado em infra-estrutura e poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência. (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

Justificação

Instituída há mais de cinquenta anos, por meio da Lei nº 2.004, de 1953, mediante a qual foi estabelecida a política nacional do petróleo e criada a Petrobras, a compensação financeira pela exploração de petróleo e gás poderia ter servido à transformação do ambiente socioeconômico dos municípios e estados beneficiários dessa compensação financeira.

O uso desses recursos esteve afetado, inicialmente, de forma indicativa, à produção de energia elétrica e à pavimentação de rodovias. Posteriormente, ampliou-se o universo de políticas públicas contempladas, que passou a incluir os investimentos em abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento.

Hoje, a vigente Lei do Petróleo (Lei nº 9.478, de 1997), editada no auge das discussões acerca da reforma administrativa do Estado brasileiro e da desregulamentação da economia, é silente no que respeita aos destinos desses recursos no âmbito dos estados e municípios, permitindo o uso discricionário pelos gestores.

Nos últimos dez anos, o montante de **royalties** distribuídos no País foi elevado em aproximadamente quarenta vezes, passando a ter peso significativo na receita orçamentária da União e dos entes federados envolvidos com as atividades de exploração de petróleo e gás natural. Em alguns municípios produtores, essa receita supera as transferências constitucionais e legais.

Desse modo, parece justa uma indagação corrente em todo o País: para onde estão indo esses recursos, se não é possível perceber quaisquer benefícios nas comunidades às quais deveriam servir? Até que ponto essa flexibilidade de utilização está contribuindo para que esses recursos sejam desafetados de importantes e necessárias políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nesses locais?

Convém lembrar, ainda, nobres colegas, que essas receitas são dependentes de um recurso muitas vezes não renovável, cuja exaustão deveria estar sendo compensada, há muito, com ações integradas

destinadas a melhorar as condições de vida da população. E com essa preocupação que vislumbramos a possibilidade de atrelar uma parcela desses recursos a investimentos em infra-estrutura, conferindo-lhes uma aplicação mais nobre.

Em razão do alcance social e da conformidade da proposição com o propósito mais elevado da Constituição Federal, que é o de garantir cidadania e dignidade para o conjunto do povo brasileiro, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação desta iniciativa em lei.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, ensejará compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta lei.

(...)

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.

§ 1º Não se aplica a vedação constante do **caput** no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades.

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser

utilizados também para capitalização de fundos de previdência.

.....
(*Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2008

Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena, se o apenado for primário, e de 4/5 (quatro quintos), se reincidente.

..... (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XLVI, positivou que “a lei regulará a individualização da pena.

Veio a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – denominada Lei dos Crimes Hediondos, regulando esse dispositivo constitucional, fixando em seu § 1º do art. 2º, que a pena seria cumprida integralmente em regime fechado, sem direito a progressão de regime prisional.

Em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o § 1º do art. 2º da Lei dos Crimes Hediondos, por impor cumprimento integral da pena em regime fechado, não regulando a sua individualização, pelo contrário, coletivizando a pena, em afronta ao já citado preceito constitucional.

A Lei dos Crimes Hediondos foi alterada através Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, determinando o cumprimento inicial da pena em regime fechado, permitindo a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados, ao condenado que cumprir 2/5 da pena.

Quando da tramitação da proposição que originou a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, o relator da matéria, Senador Demóstenes Torres (DEM – GO), após intensas negociações com a base governista, que insistia em manter o prazo de 1/3 para progressão do regime, conseguiu modificar o prazo para progressão de regime prisional para 2/5 da pena (40%), se o apenado for primário, e de 3/5 (60%), se reincidente.

Com o presente projeto pretendo retomar a discussão e elevar o período de manutenção, em regime fechado, de presos considerados pela Justiça perigosos para a sociedade.

Assim, propõe para crimes hediondos, o cumprimento de dois terços (2/3) da pena (66%) para progressão de regime prisional, se o apenado for primário, e de quatro quintos (4/5) da pena (80%) para reincidentes.

Consideramos, assim, contribuir para o aperfeiçoamento de nosso ordenamento jurídico penal.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senadora **Kátia Abreu**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa; e
- e) suspensão ou interdição de direitos.

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I – anistia, graça e indulto; e

II – fiança. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. (Incluído pela Lei nº 11.464, de 2007)

LEI Nº 11.464, DE 28 DE MARÇO DE 2007

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

II – fiança.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado.

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, se possível, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – A mesma coisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Faço a mesma solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges, primeiro orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que bom que o Senado entra em uma nova fase, em que os grandes temas nacionais e as grandes reformas estarão sendo priorizados nesta Casa.

Lamentável foi o período em que passamos dias a fio adentrando a noite, mais de sete meses no ano passado, às voltas com um pequeno caso extraconjugal, um problema sexual. Esta Casa consumiu 90% de seu tempo em um imbróglio nunca visto na história da República. Triste período em que nos apequenamos, em que baixamos o nível desta augusta Casa.

Graças a Deus, Sr. Presidente, estamos iniciando o ano com uma pauta positiva. Os colegas já não estão usando mais a tribuna para perder seu tempo falando de cartões corporativos. Esse é um ciclo que ficou para trás, pois, assim, a Oposição, que sempre dá e sempre dará a sua contribuição decisiva em qualquer período da vida pública nacional, contrapondo-se, trazendo críticas positivas, contribuindo para que as grandes matérias possam ser votadas nesta Casa, já está consciente de que não é com cartão – com o qual compraram uma tapioca que tem rendido Nação

afora – que permaneceremos nessa fase terrível da história do Senado.

Esta augusta Casa tem o dever e a obrigação constitucional, pelas suas prerrogativas, de discutir os grandes temas que se fazem necessários.

Fico muito constrangido, Sr. Presidente, quando vejo a inutilidade, a inapetência e mesmo a consistência do jogo democrático da linha de oposição, que se perde no tempo. É lamentável, mas compreensível.

Esse período está passando. O tema do cartão já ficou para trás. Agora, vamos entrar em uma nova fase. Não nos irritamos, nem nos incomodamos: ficamos constrangidos, porque deveríamos estar nos grandes temas aqui – nos quais vamos entrar a partir de agora. Grandes temas: reforma política, reforma tributária. Esta Nação tem prosperado.

Sabe por quê, Sr. Presidente? Se o objetivo é desgastar o Governo ou o próprio Presidente Lula, as pesquisas mostram que quanto mais batem, mais ele cresce.

As pesquisas já mostraram que a ação da Oposição está completamente na contramão. A Oposição raivosa, temperamental, irresponsável, que perde tempo falando de coisas que não atingem diretamente o Governo deveria reavaliar essas posições. Já houve reuniões dos Partidos importantes que contribuem para a democracia com a Oposição, em que foi dito que não há jeito: têm-se que mudar a tática, a linha, para poder haver uma nova preparação, a fim de que haja compreensão.

A última pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 15 deste mês, em 136 Municípios. Não é surpresa: o Presidente Lula continua crescendo, com uma popularidade incrível. Para mim, isso não é surpresa, porque, como homem público experiente – estive no Oiapoque recentemente, acompanhando a comitiva oficial, para o encontro do Presidente Lula com Sarkozy...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a depois me concede um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Assim que for oportuno, eu o concederei com o maior prazer.

Vi mais de cinco mil pessoas, na manifestação, abraçando o Presidente Lula.

Graças a Deus, à Santa Genoveva, a todos os santos citados nesta tribuna, o País cresce. Cresce muito. Vivemos uma nova fase na República.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui, além disso, é que amanhã abordarei os temas importantes da reforma política e tributária, como sempre o faço – e insisto. E vejo que o Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, em uma pauta extremamente positiva, também se reunirá com o *staff* do Governo,

para trabalhar uma agenda positiva, de coisas belas e importantes na vida econômica do País, que estão ocorrendo. O País está crescendo.

Dinheiro na conta – vamos ao que interessa. Emitente: Secretaria Nacional de Segurança Pública; ordem bancária nº 20.070B941149; valor: R\$256.704,84. Projeto de Gestão de Conhecimento. Governo do Estado.

Dinheiro na conta. Prefeitura Municipal de Porto Grande. Ordem bancária nº 2007OB907852; Banco do Brasil, conta nº 103802. Valor: R\$298.874,99. Construção e aquisição de equipamentos para fábrica de beneficiamento de polpa de frutas para o Município de Porto Grande.

Ministério do Turismo. Governo do Estado, também. Dinheiro na conta nº 6081–X; objeto: fortalecimento institucional. Aquisição de equipamentos à unidade executora do Prodetur Norte, no Amapá. Valor: R\$300.000,00.

Cada moeda, cada dinheiro que chega é geração de emprego. Além das grandes idéias e da função desta Casa, é dever nosso também acompanhar, com a equipe que montamos, o trabalho, junto aos Ministérios, referente aos projetos de interesse do Estado do Amapá.

Dinheiro na conta para o Governo do Estado. Valor: R\$314.533,04. Agência nº 3575. Já na conta o recurso. Projeto de valorização profissional. Emitente: Secretaria Nacional de Segurança Pública. Vejam que as coisas também na área de segurança pública estão ocorrendo muito bem.

Novamente, Prefeitura Municipal de Porto Grande. Dinheiro na conta. Valor: R\$317.954,75. Construção e aquisição de equipamentos de quadra poliesportiva. Banco do Brasil.

Prefeitura Municipal de Porto Grande. Governo do Estado. Dinheiro na conta. Novamente para o Governo do Estado. Conta nº 60593, Banco do Brasil. Valor: R\$345.153,00. Projeto de reaparelhamento. A Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional envia recursos para o combate à violência.

Município de Santana, no Amapá, segundo maior do Estado. Emitente: Ministério da Defesa. Dinheiro na conta. Banco do Brasil, conta nº 172626. Valor: R\$249.775,00. Construção do Conselho Tutelar, obra importante.

Prefeitura Municipal de Macapá, Dinheiro na conta. Banco: Caixa Econômica Federal, agência 0658, conta nº 1497. Valor: R\$230.000. Objeto: inclusão digital maciça de até 40 mil pessoas. É importantíssimo o projeto, já com o dinheiro na conta.

Prefeitura Municipal de Santana, novamente. Emitente: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. O dinheiro já está na conta nº 25004–X do Banco do

Brasil, Agência nº 3346. Valor: R\$200.000,00. Objeto: implantação de centro de referência.

Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí. Banco: Fundo Nacional de Saúde; conta nº 91453. Valor: R\$200.000,00. Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. Novamente, dinheiro na conta. Este País caminha e muito bem.

Governo do Estado do Amapá. Banco do Brasil. Agência: 3575, Conta: 60771. Valor liberado: R\$180.000,00. Objeto: Execução das Ações previstas no Plano Aquarela Marketing Turístico Internacional do Brasil, para o Estado do Amapá.

Governo do Estado do Amapá. Mais dinheiro na conta. Banco do Brasil. Agência nº 3575 Conta nº 61077. Valor Liberado: R\$177.864,00. Objeto: fortalecimento institucional das coordenadorias municipais de políticas públicas para as mulheres. Quer dizer que, para todas as políticas empreendidas pelo Governo Federal, estão sendo liberados os recursos para já serem executadas pelas Prefeituras e Governos.

Novamente, dinheiro na conta. Caixa Econômica Federal. Agência nº 0658 Conta nº 66470693. Valor liberado: R\$156.000,00. Novamente, Prefeitura de Santana. Obras de infra-estrutura urbana.

Agora mais recursos, Sr. Presidente, para o Governo do Estado do Amapá. Valor: R\$144.103,91. Objeto: projetos e unidades funcionais. Secretaria Nacional de Segurança Pública atuando.

Novamente dinheiro na conta: Ordem Bancária nº 2007OB941152. Conta nº 60585. Banco do Brasil. Valor: R\$131.769,00. Projeto de prevenção da violência. Novamente para o Governo do Estado executar com projetos apresentados.

Dinheiro na conta: Banco do Brasil. Valor R\$131.164,30. Novamente para projeto de prevenção da violência.

Novamente Prefeitura Municipal de Santana. Recursos federais, Banco do Brasil. Emitente: Fundação Nacional de Saúde. Valor: R\$112.000,00. Objeto: sistema de abastecimento de água. Lá, algumas pequenas comunidades recebem benefícios tão importantes.

Novamente dinheiro na conta, Prefeitura Municipal de Macapá. Valor: R\$108.225,00; Caixa Econômica Federal. Conta: 66470561. Ordem Bancária nº 2007OB908044, dinheiro depositado já na conta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria e responsabilidade que temos uma equipe especializada, e quando não estou nesta tribuna estou nos Ministérios, juntamente com a aguerrida Bancada Federal do Amapá, liderada pelo Presidente José Sarney, Senador Papaléo Paes, Davi Alcolumbre, Fátima Pelaes, Evandro Milhomen; estamos trabalhando com Jurandir Juarez, falamos de uma Bancada com Lucenira

Pimentel, com Janete Capiberibe, todos integrados e trabalhando sob a nossa coordenação. Todos os dias, cada Parlamentar, além de falar na tribuna, estarão sempre visitando os Ministérios conforme agenda pre-estabelecida, e o dinheiro chega.

Prefeitura Municipal de Santana novamente – atenção Prefeito Nogueira! –, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Valor: R\$100.000,00 novamente. Objeto: estruturação da coordenadoria de políticas para mulheres, mais recursos na conta.

Novamente dinheiro na conta para o Governo do Estado do Amapá. Ordem Bancária: 2007OB900724. Ministério do Turismo. Banco do Brasil, Agência 3575, conta 61042. Valor liberado: R\$98.500,00. Objeto: elaboração de projeto de sinalização turística do Amapá.

Novamente dinheiro na conta para a Prefeitura Municipal de Santana, que lidera o *ranking* na captação de recursos federais. O FPM é muito fraco, mais de cinco mil Municípios amargam a dificuldade dos entraves por falta de recursos públicos. Esses prefeitos então lançam a sua bateia, a sua rede para mariscarem aqui em Brasília, captando recursos. Parabéns Santana! Ordem Bancária nº 2007OB 908706. Ministério das Cidades. Valor: R\$86.131,49 – dinheiro chegando no Município! Objeto: obras de infra-estrutura urbana.

Prefeitura Municipal de Itaubal. Srs. Vereadores, líderes comunitários, Sr. Prefeito. Banco do Brasil, Agência 3575, Conta 57916. Valor liberado: R\$56.361,88. Objeto: melhorias sanitárias e domiciliares. Emitente: Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, mais dinheiro na conta. Muito trabalho aqui no Congresso Nacional. As emendas apresentadas pelos Parlamentares e depois acompanhadas, assistência aos prefeitos, ao Governo do Estado nos alegram muito. Com a Bancada combativa, eficiente que, em vez de estarem conversando miolo de pote, estão trabalhando, Sr. Presidente, nos Ministérios, pela liberação de dinheiro.

Governo do Estado do Amapá, mais dinheiro na conta. Banco do Brasil, agência 3575, conta: 60577. Valor Liberado: R\$49.396,00. Cada moeda chegando é dinheiro gerando emprego, melhorias na qualidade de vida do povo. Objeto: projeto de prevenção da violência. Mais dinheiro para a segurança pública.

Mais dinheiro na conta para o Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Direito Econômico. Banco do Brasil, agência 3575, conta 60852. Valor: R\$46.500,00. Objeto: execução do Projeto de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental para o Consumo Sustentável.

Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao Senador Mário Couto, com a aquiescência de V. Ex^a.

Senador, desculpe, mas eu precisava agilizar.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Principalmente quando vejo V. Ex^a distribuir tanto dinheiro no Estado do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É o Governo Federal e o esforço da Bancada.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Mas meu nobre Senador, V. Ex^a elogiou e depois criticou o seu colega Papaléo Paes.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Como?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pois é, eu vou lhe lembrar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Por favor.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a primeiro colocou o Senador Papaléo Paes como um dos contribuintes para esses recursos serem liberados. Concorda?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – E chamou o Senador de responsável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Responsável.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pronto, está certo. Antes disso, você disse que a Oposição é irresponsável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Em algumas matérias.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Então chamou o Senador de irresponsável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – O senhor é um que fica o dia todo...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Chamou de responsável e chamou de irresponsável depois. Mas deixe para lá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – O dia tem sol e tem lua.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não é isso, deixe para lá. Só quero lhe dizer para o senhor justificar aí, porque chamou de responsável e de irresponsável. Eu prefiro ficar com o responsável, que é o grande Senador Papaléo Paes, com respeito até a ausência dele. Depois, você sabe que eu lhe admiro, por isso estou fazendo essas colocações.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Depois V. Ex^a falou que dinheiro público, farinha de tapioca... tapioca

é uma coisa muito barata. Lá no Pará custa R\$0,50 uma tapiquinha. Bobagem! Ministro pode comprar e com cartão corporativo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Esqueceu V. Ex^a que o mesmo efeito que faz R\$1,00 faz R\$1 milhão. É dinheiro público. Não interessa que sejam R\$0,50 e nem interessa que sejam R\$500 milhões. É dinheiro público. É o mesmo efeito e o mesmo grau de corrupção. Não é porque é menos que o grau de corrupção é menor. É dinheiro público, é intocável, é do povo. Estou comentando com V. Ex^a exatamente para lhe colocar essa situação, que é real. A situação é real. Se isto é verdade – e vou falar sobre isso já, já –, se a pesquisa que V. Ex^a está comemorando for real...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É verdadeira, Excelência.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Sim, não estou dizendo que não é; estou dizendo que, se ela for real,...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Como a tapioca é real; ela existe.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – É, já falei da tapioca, R\$0,50. Tem o mesmo efeito de R\$500 mil.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a fala da tapioca.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Porque V. Ex^a diz: “Não, a tapioca é muito baratinha; estão criando caso com uma besteira”. Dinheiro público! Pode ser R\$0,01 do desvio e pode ser R\$1 milhão. Certo?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Ah, tá bom.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dois: se a pesquisa for verdadeira – e eu já vou falar sobre isso –, aí a coisa complica mais, porque nós estamos dizendo que este País assimilou a cultura da corrupção. Aí é pior. Oxalá, tomara que tenha erro e não seja verdadeira, porque, se for verdadeira, o País – não acredito – assimilou a cultura da corrupção, infelizmente. Vou falar sobre isso. Quero parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Obrigado, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a está mostrando na tribuna uma série de... e tem razões de defender o Governo. Lógico, defende o Governo, e o Governo retribui dando dinheiro para o seu Estado. Isso é normal.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – E com responsabilidade, não é, Ex^a?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Com responsabilidade. Mas só quero terminar dizendo a V. Ex^a,

até para corrigir as notas taquigráficas, diga que o seu colega do Amapá, brilhante Senador da República, igual a V. Ex^a, diga que ele é responsável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida, eu já disse.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pronto.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agora, é irresponsável quando não toma responsabilidade em algumas matérias importantes. O mesmo se estende a V. Ex^a e a outros que passam o dia com a tapioca na cabeça. Deixe o Tribunal de Contas da União cuidar disso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Passamos o dia...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Não vamos botar banca de tapioca para estar conversando. V. Ex^a é um homem inteligente...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me condição de dialogar com V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Acho que a tribuna do Senado Federal agora tem de ser dentro da linha, como está ocorrendo já. Ficou isso para trás.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me condições de dialogar com V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Esse negócio de abordar agora problemas de namoro, de fofoca, de tapioca, de não-sei-quê, isso não cabe.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me condições de dialogar com V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – É, não cabe.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me condições.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então, V. Ex^a...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Só mais trinta segundos, trinta segundos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas é o seguinte: não podemos, porque tem tempo...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me mais trinta segundos só.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas, amanhã, vou estar aqui e debateremos, fica melhor...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Está bom, vou à tribuna daqui a pouco.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ...em respeito ao colega.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vou à tribuna daqui a pouco.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Aí V. Ex^a vem falar da tapioca; não tem problema.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vou à tribuna.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, graças a Deus, o País agora entra numa pauta positiva. Os ataques, esses já não estão dando muito certo: quanto mais bate, mais o Presidente Lula cresce. Acho que a Oposição tem homens brilhantes que, sem, dúvida, dão uma contribuição fantástica à democracia, mas vamos ter paciência, vamos ter paciência. Estou incomodado já assim há algum tempo. Sento ali e fico ouvindo os colegas, sentados numa banca de tapioca e contando as tapiocas: quem comprou a tapioca, quem não comprou a tapioca; porque o cartão...; porque aí o PSDB, o PT, o "PQP", o não sei o quê, não prestou conta. Poxa! Não vamos repercutir da tribuna essas coisas! O PSDB é um grande Partido, e vejo Senadores aqui, gritando que não é isso. Ora, que não é isso? Todo mundo sabe que o Partido agiu e age com correção. Para que vir à tribuna para repercutir coisa à toa? Não adianta! Até com relação ao meu Partido também, eu não repercuti coisas negativas. Eu prefiro dizer coisas positivas.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite um aparte, nobre Senador Gilvam Borges? Somente trinta segundos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, se o Sr. Presidente permitir, V. Ex^a pode ter dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a vai usar da concisão e apartear o Senador Gilvam Borges por dois minutos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente, de trinta segundos, só para dizer ao nobre Senador Gilvam Borges que cheguei agora e não tive o privilégio de assistir a todo o seu pronunciamento, mas, ao final, V. Ex^a diz que a Oposição não deve ir à tribuna para falar dos malfeitos deste Governo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – E nem do próprio Partido.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, mas quem fala dos malfeitos é o Tribunal de Contas da União.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sim. A União que o reprove...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nós apenas repercutimos aqui o que o Tribunal de Contas...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ...mas usar desta tribuna para ficar falando de tapioca a vida toda? Vamos parar com isso!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mas é só o que o Tribunal de Contas da União levanta que repercutimos aqui. Agora, V. Ex^a ...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já está cansando esse negócio de tapioca! Vamos acabar com isso!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E tapioca cara, de R\$8,00. Lá no meu Amapá custa R\$0,50.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sim. Qual é o problema? Quem cobrou foi o comércio de lá.

O Sr. Presidente (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Quem tem de responder é o comerciante. Vamos acabar com esse negócio de tapioca, aqui, na tribuna do Senado! Não adianta. Quando mais bate, o Presidente Lula cresce. É preciso mudar a tática. Vocês ficam falando muito mal de vocês e vêm aqui na tribuna dizer: "Ah, porque o Partido...". Não falem isso não. Façam oposição inteligente, correta e contributiva, nas críticas que possam contribuir, porque não está dando certo. Não está dando certo. Nós estamos há um ano aqui falando sobre problema de namoro sexual – foram sete meses. Agora, entramos numa pauta de cartão de crédito institucional, falando de tapioca. Ah, não dá, meu amigo! Não dá!

Vamos falar de reforma política, vamos falar de reforma tributária, vamos falar da Nação, do seu desenvolvimento e das coisas que estão ocorrendo de positivo. Esta Casa cumpriu o seu papel constitucional de tratar de assuntos de Estado. De tapioca que cuide lá a tapioqueira e o Tribuna de Contas da União. Já chega.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero dedicar esta humilde fala à memória do Senador Jonas Pinheiro. Lembro aos homens do campo do Brasil que perdemos o grande defensor dos lavradores, dos agricultores, da agricul-

tura brasileira, do agronegócio do Brasil, e que nós, membros do Parlamento que lutamos pelo homem do interior, temos de redobrar nossos esforços diante da voz que se cala de Jonas Pinheiro neste plenário, sempre em defesa da agricultura brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucas visitas de um Presidente da República ao Espírito Santo revestiram-se de tanta importância para o Estado como a realizada esta semana pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque, apesar da curta duração, foi pródiga em resultados, garantindo recursos para uma série de obras estratégicas, urgentes e indispensáveis ao desenvolvimento do País e do Espírito Santo.

A visita começou, na manhã de terça-feira, por uma das estações do segundo trecho do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), trecho que liga Cabiúnas, em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, a Vitória, que já distribui gás para a Região Sudeste desde o início do mês. Numa primeira fase, o segundo trecho transporta mais de cinco milhões de metros cúbicos por dia de gás natural do norte do Espírito Santo, no Município de Linhares, até o Rio de Janeiro. Tem mais de 300 quilômetros de extensão e exigiu investimentos de mais de R\$1 bilhão. Lá o Presidente anunciou o início das obras do terceiro trecho do Gasene, que ligará a unidade de tratamento de gás de Cacimbas, em Linhares, à unidade de Ipojuca, no Estado da Bahia.

São mil quilômetros de gasodutos cuja construção custará R\$3,1 bilhões. A execução ficará a cargo da estatal chinesa Sinopec, a mesma que venceu a licitação do segundo trecho e que deverá gerar 40 mil empregos, durante pouco mais de dois anos. Para se ter uma idéia da dimensão total do Gasene, as obras do gasoduto somam R\$4,5 bilhões, e sua extensão chega a 1.384 quilômetros.

Como bem lembrou o Governador Paulo Hartung, originalmente, essa estrutura foi concebida para levar gás do Rio de Janeiro para o Espírito Santo. Como a produção da Bacia de Campos crescia, foi planejado um gasoduto, para que as indústrias capixabas pudessem consumir esse gás. Inverteu-se a situação: é o Espírito Santo que está suprindo as necessidades do Estado do Rio, garantindo um aumento na geração de energia elétrica pelo fornecimento de gás para usinas termelétricas situadas no território fluminense.

O Governador Paulo Hartung ressaltou que, atualmente, o Espírito Santo é uma meia Bolívia para o Brasil em matéria de fornecimento de gás natural. A produção da Bacia do Estado chegará, daqui a dois anos, a 20 milhões de metros cúbicos diários. “Temos a alegria de poder estender a mão ao Brasil em uma questão fundamental no mundo, que é a energia, base

para o desenvolvimento, para a geração de emprego e para a distribuição de renda”, disse o Governador.

A assinatura pelo Presidente Lula da ordem de serviço para o início da duplicação de 18 quilômetros da Rodovia do Contorno, trecho da BR-101, o ponto mais crítico das rodovias do Estado, atende a uma antiga reivindicação dos moradores da região metropolitana de Vitória. Por esse trecho, passam dezenas de milhares de veículos por dia, 70% deles transportando carga.

A rodovia que liga os Municípios de Cariacica e Serra é fundamental para o sistema de logística portuária do Estado, mas o volume de tráfego tem cobrado um preço trágico, fazendo com que ganhasse o apelido de “Rodovia da Morte”. No ano passado, segundo a Polícia Rodoviária Federal, 16 pessoas morreram e 224 ficaram feridas, em 481 acidentes, mais de um por dia, ocorridos no trecho. Este mês, já ocorreram três mortes. A duplicação da pista, somada à construção de uma ciclovia de 20 quilômetros e de sete passarelas, deverá fazer com que essas estatísticas pertençam definitivamente ao passado.

Também com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no setor rodoviário, o Governo deverá investir ainda R\$47 milhões, em dois anos, na recuperação da BR-101, que atravessa o Espírito Santo de norte a sul, e R\$45 milhões, no mesmo período, na recuperação da BR-262, que liga os portos do Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais.

O PAC financiará ainda, Sr. Presidente, a construção de novas redes de água e tratamento de esgoto que beneficiarão 300 mil pessoas em nove Municípios, 72 mil delas em Vitória. Investimentos de R\$620 milhões permitirão a construção de elevatórias, de estações de tratamento, de ligações domiciliares e de redes coletoras. Na capital, 22 bairros da região de Santo Antônio, na ilha de Vitória, ganharão sistema de esgoto sanitário.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o Presidente Lula visitou as instalações do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que oferece cursos técnicos de Informática, Eletromecânica e Rochas Ornamentais. Com salas amplas e climatizadas, laboratórios e recursos para os professores, esse Centro tem 650 alunos e funciona desde agosto de 2005. No ano que vem, a meta é criar os cursos de Segurança do Trabalho, Ensino Médio e graduação em Engenharia de Minas.

De norte a sul do Estado, o Ministério da Educação pretende investir nos próximos anos R\$45 milhões, incluindo sete unidades de Cefet, em Nova Venécia, em Linhares, em Aracruz, em Vila Velha, em Venda Nova do Imigrante, em Ibatiba e em Guarapari.

São obras essenciais, obras aguardadas há muitos anos, como é o caso da Rodovia do Contorno, obras de que o Estado precisa para prosseguir em sua trajetória de crescimento. A participação do Governo Federal na construção da estratégia de desenvolvimento do Estado é indispensável. A visita do Presidente Lula, Sr. Presidente, reaviva a convergência de recursos e de esforços dos Governos federal, estadual e iniciativa privada para garantir a qualidade desse nosso desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Gerson Camata.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de verificar se ainda há a possibilidade de me inscrever nas comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Já há três oradores inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) –

Então, eu gostaria de me inscrever pela Liderança do Partido da República (PR), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito pela Liderança do PR.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) –

Pela Liderança, há quantos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– São três Senadores inscritos, contando com V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Sou o terceiro, então?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É o terceiro.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Demóstenes Torres, ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a tem dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pois não, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a manifestação do Senador Mão Santa,

eu gostaria de fazer minha inscrição para fazer uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Passo a palavra, para uma comunicação de Liderança, ao Senador Sérgio Zambiasi, enquanto o Senador Mão Santa se prepara para chegar à tribuna.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, ocupo a tribuna para fazer um agradecimento muito especial à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); ao Senador Eptácio Cafeteira, Relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n^o 49; ao Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão; e a todos os seus integrantes.

Hoje, votamos um tema que interessa, inclusive, ao nosso querido Paraná, Senador Alvaro Dias: a faixa de fronteiras. Há 150 quilômetros em torno do Brasil com restrições muito sérias em termos de investimento para o sul do Brasil, especialmente a partir do Mato Grosso do Sul. Temos de rever toda essa discussão, preservando a região amazônica, mas mudando esses conceitos de fronteira pelos menos em relação à parte sul e à parte sudoeste brasileira.

Demos, hoje, um passo importante na aprovação dessa PEC na CCJ. Espero que, logo, consigamos votá-la aqui no plenário e, em seguida, encaminhá-la à Câmara dos Deputados.

É um início de discussão, porque integração com faixa de fronteira é quase impossível. De todos os países sul-americanos, apenas o Brasil, com 150 quilômetros; a Bolívia, com 50 quilômetros; e o Peru, com 50 quilômetros, possuem faixa de fronteira. Os demais países não têm restrições às faixas de fronteira e, portanto, aos investimentos.

Conhecemos bem a questão do Rio Grande do Sul, que tem a famosa metade do sul, muito rica, e outra, muito pobre exatamente pela falta de investimentos. Deixei um convite a todos, para que conhecessem as fronteiras gaúchas, as do sul paranaense, com nossa belíssima Foz do Iguaçu, e as santa-catarinenses, para que pudessem sentir o que é aquele cotidiano, aquele dia-a-dia.

O Mercosul, hoje, Sr. Presidente, afirma-se com a Carteira de Fronteira. O que é a Carteira de Fronteira? É uma espécie de dupla cidadania. Os cidadãos que residem nas fronteiras do Brasil com o Uruguai, a partir de abril, provavelmente, poderão exigir

sua Carteira de Fronteiriço. Morando 25 quilômetros adentro das fronteiras do Uruguai e da Argentina ou 25 quilômetros adentro do Brasil, não importa se são uruguaios, argentinos ou brasileiros, são fronteiriços do Mercosul, exercitando, portanto, seu direito em relação ao trabalho, ao emprego, ao estudo, à saúde, a todas essas questões. Esse é o reconhecimento da necessária integração sul-americana.

Sr. Presidente, na semana passada, houve um saudável debate aqui em relação à questão das emancipações. Tramita aqui, desde 2003, a PEC nº 13, que devolve aos Estados a competência para legislar sobre sua organização administrativa, ou seja, as emancipações. Sabemos que já ocorreram excessos no passado, mas não deve ser por isso que restringiremos o direito de comunidades buscarem seus caminhos.

Na semana passada, houve a publicação de um estudo apresentado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) que mostra a *performance* nas diversas áreas nos últimos cinco anos, conforme o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS). Nessa edição de poucos dias atrás, são apresentados os resultados entre 2002 e 2006, para que os gestores possam ter uma idéia não só da sua situação atual no *ranking* do Índice, mas também da evolução ou do retrocesso ao longo dos anos.

O IRFS dos Municípios é decomposto em três subíndices – fiscal, gestão e social –, cada um deles medindo a *performance* na área por meio de distintos indicadores. Entre os cem Municípios melhores classificados no índice geral, a maioria pertence a São Paulo, 41; seguido do Rio Grande do Sul, com 30; de Santa Catarina, com 11; de Minas Gerais, com 10; do Paraná, com 4; e de Sergipe, do Rio, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, cada qual com um Município. É a lista dos cem melhores Municípios nessa *performance* administrativa.

Dessas constatações, podemos observar que, dos trinta Municípios melhores classificados no nosso Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, 24 têm menos de vinte anos de existência, ou seja, foram criados sob a égide da Constituição de 1988, quando a competência de legislar sobre o tema era dos Estados.

Dos cem Municípios que apresentaram melhores Índices de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão, a grande maioria possui menos de dez mil habitantes – a comunidade fica muito próxima da administração, e, portanto, as soluções são mais ágeis e mais fáceis –, comprovando que os chamados pequenos Municípios têm competência de gestão e condição de auto-sustentabilidade.

Por isso, Sr. Presidente, Colegas Senadoras e Senadores, vale a pena refletir um pouco sobre esses

dados, sobre o pacto federativo e sobre o respeito às competências estaduais como legítimos representantes, que é o que somos aqui no Congresso ou nas Assembléias Legislativas.

Chamo atenção para o fato de que existe uma manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) na decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 3.682, cujo Relator, Presidente Alvaro Dias, estipulou o prazo de dezoito meses, a fim de que o Congresso Nacional regulamentasse a matéria das emancipações. Esse prazo está correndo desde maio do ano passado. Logo ali à frente, estaremos completando um ano. Logo em seguida, faltarão apenas seis meses, Senador Expedito.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a é regimentalista, cumpre o Regimento, mas gostaria de verificar a possibilidade de apartear o nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a já o está apartear.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Mas não sem antes pedir a permissão de V. Ex^a, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi, e dizer que tivemos, na semana que passou, um embate aqui sobre a discussão e a votação da PEC nº 13. Sei da necessidade do Rio Grande do Sul. Vários Municípios estão prontos para isso no Estado de Rondônia. Inclusive, vi aqui Senadores do Acre pedindo que votássemos a PEC nº 13. Por incrível que pareça, pela segunda vez, esta Casa devolve-a à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para emitir parecer. O parecer daquela Comissão já foi dado, o projeto está pronto, e temos de votá-lo. Não podemos mais nos esquivar de decidir aqui nesta Casa. Depois ocorrem casos como o do Supremo, que decidiu matérias de nossa competência.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – É a questão dos vereadores, Senador: reduziu-se o número de vereadores, mas não se reduziu o orçamento das Câmaras. Portanto, as despesas dos Municípios com relação às Câmaras de Vereadores permanecem as mesmas. Houve uma redução do número de vereadores, instituída pelo STF, mas não houve interferência com relação ao orçamento das Câmaras. Os Municípios continuam gastando a mesma coisa.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Sérgio Zambiasi, vou falar por Rondônia, onde há vários distritos maiores do que muitos Municípios do Estado. Esses distritos já estão prontos para se transformar em Municípios. E, se for especificado na legislação que a determinação será feita pelo Governo Federal, não veremos jamais um Município ser criado no Estado de Rondônia. Cumprimento V. Ex^a. Já está

na hora de votarmos a PEC nº 13, que já está pronta para ser votada. Faço até um apelo ao Sr. Presidente – já foi dado o parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, para que traga para cá esse projeto. Sei que quem não tem interesse de que a matéria seja votada nesta Casa é o Governo, mas vamos fazer um esforço concentrado, principalmente a Oposição, para votarmos essa PEC, pois estaremos fazendo um bem ao País.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço-lhe sua manifestação, Senador Expedito Júnior.

Concluo, Sr. Presidente, chamando atenção, especialmente, para a situação do Norte do País, em que, em alguns Estados, a distância entre a sede do Município e o distrito chega a mais de mil quilômetros. É um absurdo que tem de ser corrigido, respeitando as questões do passado. Sabemos que houve excessos, mas os erros do passado não podem ser motivo nem justificativa para não corrigirmos o problema no Congresso hoje. As emancipações devem ser tema para discussão no plenário.

A solução tem de ser imediata, urgente. Se não decidirmos este ano, não haverá emancipações pela frente. Há toda uma regulamentação a ser feita. Podemos trabalhar todos os limites necessários para fazer essas correções, mas quero, mais uma vez, deixar consignado que o Supremo nos deu um prazo de dezoito meses, que consta na decisão da Adin nº 3.682. O Relator nos deu dezoito meses de prazo, para que o Congresso regulamentasse a matéria. O prazo está correndo desde maio de 2007. Estamos já no final de fevereiro de 2008. O Congresso precisa agir com a rapidez necessária, sob pena de, mais uma vez, não legislar sobre um tema dessa relevância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

A Presidência pede a colaboração dos Srs. Senadores para o tempo, uma vez que hoje estamos sem o painel eletrônico. Estamos sem controle de tempo, só o relógio nos orienta. Não há a campanha para acionar o ouvido dos oradores, especialmente o Senador Mão Santa, que está com a palavra.

O relógio de V. Ex^a está funcionando corretamente.

Tem a palavra por dez minutos o Senador Mão Santa.

Começa às 14 horas e 57 minutos e termina às 15 horas e 7 minutos, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo

sistema de comunicação do Senado, Senador Paulo Duque, V. Ex^a é o Senador que tem mais experiência, e a experiência é a mãe da cultura, da competência.

V. Ex^a, outro dia, fez um livro sobre discursos no Parlamento brasileiro. Estou aqui com o livro *Discurso Político*, de Patrick Charaudeau, professor na Universidade Paris-Nord, diretor-fundador do Centro de Análise do Discurso, que, entre outras publicações, co-dirigiu com Dominique Maingueneau o *Dicionário de Análise do Discurso*. Patrick Charaudeau empata com V. Ex^a.

Jarbas Vasconcelos, que está meditando, atentai bem para o que diz aqui o mestre:

O argumento de ignorância retira da acusação a possibilidade de atribuir ao acusado a intenção voluntária de cometer um ato que causa prejuízos a outros. Ao declarar “eu não sabia”, o sujeito pleiteia a inocência, o que o libera, em parte, de sua responsabilidade.

Duque, estudar música é complicado, tem aquele do, ré, mi, fá, sol, lá, si, mas há aqueles que têm o dom e tocam de ouvido. Pois o Luiz Inácio não se debruçou, mas ele tem esse dom. Ele é como aquele músico que toca de ouvido. Mas os estudiosos o denunciam:

Ao declarar “eu não sabia”, o sujeito pleiteia a inocência, o que o libera, em parte, de sua responsabilidade.

A ignorância pode dizer respeito aos fatos. Eis onde estamos.

Aí é perdoável, Mário Couto, mas, agora, Sua Excelência, nosso Presidente da República, ultrapassou os limites. Foi lastimável ontem: uma Ministra saiu por erro, por malandragem, por traquinagem, e disse que foi agredida pela imprensa há dez dias. A imprensa! O que seria deste País sem a imprensa! A corrupção... Não haveria “Ordem e Progresso”, e, sim, “roubar mais, mais e mais”. A imprensa é para denunciar. Ela é reconhecida nas sociedades civilizadas como o quarto poder. Aqui, ela é o primeiro poder. Está desgastado o Poder Executivo, desgastado o Poder Legislativo e desgastado o Poder Judiciário.

Ré confessa, a Ministra, com provas, com essa vergonha do cartão corporativo. Em choque, tomar posse... “Não, eu tive uma conversa”. “A companheira não vai ficar, eu a convenci, porque ela estava sendo agredida, durante dez dias, pela imprensa.”

Em verdade, em verdade vos digo – Cristo assim falava, e eu digo – Luiz Inácio, aquilo foi malandragem, traquinagem. Está no Livro de Deus: “Àquele que muito lhe é dado, muito lhe é cobrado”. Vossa Excelência deu-lhe prestígio, tornou-a Ministra. Então, tem de cobrar mais. É a lei de Deus.

Luiz Inácio, se não quiser ler a Bíblia toda, existem aulas de catecismo, ensinadas na igreja cristã: “Não roubarás.” Essa é a verdade. E, se não quiser estudar, nunca vi erro em um provérbio, na sabedoria popular. Ô Demóstenes, existem até na Bíblia os provérbios de Salomão. “Cada macaco no seu galho.” Luiz Inácio, fique no seu galho! Vossa Excelência é o Poder Executivo, e Vossa Excelência já quer julgar? Deixe as instituições funcionarem. Uma malandragem daquela! Além do valor.

Luiz Inácio, domingo passado, eu estava no Leblon e entrei na igreja Santa Mônica. O padrezinho, estrangeiro, perdeu-se: “tentação, somos tentados; moças de biquíni, bebida... E, agora, apareceu nova tentação: esse cartão...” E ele não sabia o nome. E os fiéis: “corporativo”. “Pois é, tínhamos de excomungá-los.” Pois é!

Ô Luiz Inácio, não somei, não me interessa isso. Tenho é que cumprir meu dever, e meu dever é esse.

Mas, Luiz Inácio, o exemplo de Padre Antônio Vieira: “Palavra sem exemplo é um tiro sem bala”. O exemplo arrasta. Se a Ministra faz essas traquinagens, essas malandragens, como é que vão agir nossos cidadãos humildes, que não tiveram esses privilégios, essas facilidades? Não é esse exemplo que está tornando a sociedade uma barbárie? E é no Brasil todo.

Alvaro, pode me dar mais meia hora! “Pedi e dar-se-vos-á.”

Um quadro vale por dez mil palavras. Tenho um amigo muito bom, trabalhou a vida toda. Fez economia, mas o Governo não oferece saúde. Não mata nem o mosquito da dengue no Rio de Janeiro – coitado do Estado do jeito que está! –, avaliem no meu Piauí! O meu amigo precisou de dinheiro e foi a um banco. Tirou R\$30.000,00 para pagar as cirurgias. Quando ele chegava em casa – bem ali, em Teresina –, aí é que se tem de preocupar com essa violência, passou alguém de moto, deu-lhe uma coronhada e tomou-lhe os R\$30.000,00. Isso ocorreu às 10h na minha Teresina.

Esse é um mal exemplo. Deve-se condenar o homem da motoca, se a Ministra faz o que faz... “Companheira, não foi nada, não”. E ainda julga!

Cada macaco no seu galho. Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência é do Executivo, nós o colocamos lá. Quem faz as leis somos nós. Deixe a Justiça absolver. Que negócio é esse? Atacar a imprensa?

Luiz Inácio – vou falar agora para o Luiz Inácio um ditado, porque ele diz que não gosta mesmo de ler: “Cachimbo põe a boca torta”. Vossa Excelência vai a um duelo em que está a imprensa. Imaginem este País sem imprensa! Imaginem! Demóstenes, aí aparece um conflito com um jornalista, alguém constrói

uma igreja rica, e aparecem saraivadas de processos, do Oiapoque ao Chuí. Aí, lá vai o Luiz Inácio julgar o comportamento, o litígio entre o jornalista, que busca a verdade, e a Justiça, que diz quem tem razão.

Cada macaco no seu galho – não sei se macaco tem barba, mas está pulando demais. Já pulou aqui, já nos humilhou. Garibaldi parece que vai dar um basta. Vejam os vetos: não derrubamos nenhum.

Bem, então, ele se mete. E, agora, vem com um negócio de “pesquisa”. Ora bolas, num país deste, onde se compra tudo, onde se compra dignidade, onde se compra sentença, não se compra pesquisa? Ora, um país deste, que é uma sociedade de barbárie, porque acabou a ética, a busca da verdade, a dignidade, a retidão! Ruizinho disse que, de tanto se verem as nulidades chegaram ao poder, campear a corrupção, rir-se das honras, vai chegar o dia em que vamos ter vergonha de ser honestos. E está chegando.

Está aqui um cabra bom da imprensa: Carlos Chagas. Aliás, esse nome é bendito. Na Medicina, é um pescador. Carlos Chagas, jornalista de um jornal lá do seu Rio de Janeiro. Hélio Fernandes, ô cabra macho! Já foi preso várias vezes. Aliás, ele é o maior jornalista vivo; morto é Carlos Castello Branco, do meu Piauí, que enfrentou a ditadura. De Carlos Chagas, **O País da Corrupção**, que peço que todos leiam. É esse o título.

Carlos Chagas não é qualquer um, não. Carlos Chagas não é qualquer um. Ele é jornalista de uma vida, foi governo. Então, **O País da Corrupção**, grande, tem de ser lido por todo mundo, na tribuna, na imprensa. Puxem aí na Internet!

Olhe o que ele diz, ô Duque, analisando as pesquisas. É interessante.

O Jarbas foi um extraordinário governante, prefeito e governador. Fui a Pernambuco e todo mundo me disse: “Convença o Jarbas a candidatar-se a prefeito. Lance-o para Presidente da República”. É uma confusão doida. Eu fui lá no fim de semana.

Olhe aqui, Jarbas, estouro nas pesquisas, porque isso é fácil. O Fidel Castro tem 98% de pesquisa; o Chávez tem 95%; o Correa, ali, 94%; o Morales, 95%; o Ortega e esse pessoal, aí, são do mesmo time. É fácil: pagou, levou. Com o Figueiredo era: “Bateu, levou”. O Figueiredo era honrado, honesto. Aqui é: pagou, levou. A indagação é a seguinte: como é que pode, Jarbas? V. Ex^a foi governador. V. Ex^a teve 80% e saiu aplaudido, está aqui.

E aí? Segurança, olhem a pesquisa: porcaria, menos de 10. Educação: porcaria, no pau. Saúde: no pau, não mata nem um mosquitinho, o mosquitinho que Oswaldo Cruz matava. No Rio de Janeiro, que é uma beleza, há uma epidemia. Saúde no pau, tudo no

pau. E aí, como é que pode? O Governo é um só. Não tem esse negócio, não existe esse troço. Tudo no pau. Legislativo? As pesquisas. Judiciário? Também.

É aquilo que Patrick Charaudeau disse: “Ao declarar ‘eu não sabia’, o sujeito pleiteia a inocência, o que o libera, em parte, de sua responsabilidade”.

Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência é o responsável. Só temos um responsável por tudo. Unidade de comando e unidade de direção, são esses os princípios da administração. Então, pela baixa qualificação na educação, na saúde, na segurança, na moral, na ética e na decência, o responsável é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, mas é bom e o Carlos Chagas merece:

A coisa pública foi transformada em coisa privada, como se fosse normal para aquele que puder, funcionário público ou empresário, cidadão comum ou desempregado, meter a mão e locupletar-se do erário e do próximo. E nem falamos, até agora, da vergonha que tem sido o aparecimento de milhares de ONGs fajutas, de fancaria, criadas à sombra do partido do governo e adjacências, sustentadas por dinheiro público, sem prestar contas de seus gastos.

Ô Luiz Inácio, é muito complicado. O artigo de Carlos Chagas tem quatro páginas. Ele disse que ler uma página, Senador Expedito Júnior, dá uma canseira, é pior do que fazer uma hora de esteira. Ele não vai ler quatro páginas.

O jornalista diz que “quem nunca comeu melado costuma lambuzar-se”.

Essa turma nunca comeu mel e estão todos melados.

“A registrar emerge o fato de que a corrupção transformou-se em regra geral. Quem pode aproveita, com o beneplácito da sociedade.”

Em respeito a Carlos Chagas, que até se parece com V. Ex^a, assim, elegante:

É claro que tudo acontece pela falência do poder público, incapaz de obstar tanta bandidagem, seja por incapacidade, seja por estarem seus agentes atolados até o pescoço na flexibilização de seus deveres.

Torna-se necessário descer mais a fundo nesse poço infinito. Qual a causa de tanta corrupção? A impunidade, para começar. Se os outros podem, por que não poderá o cidadão comum, se, em vez de punido, o corrupto é exaltado e seguido como um vencedor?

Como a Ministra! “A cabeça é boa, é companheira... Não fez nada.” Substituiu-se a ética pela malandragem.

Este é o nosso Carlos Chagas: “Falta-nos uma corporação, uma categoria social ainda não contaminada, pois todas se viram dominadas pela corrupção ou pela impotência”.

Ele termina dizendo que, para virar o jogo, só se for – ele é interessante e faz uma gozação – como uma partida entre Flamengo e Corinthians, em que o jogo pode ser virado pela torcida, porque esses que estão aí dão mau exemplo.

Estamos aqui para dar um basta nisso. Havermos, neste Senado, não de continuar a ter a esperança, mas a certeza de que vamos manter este País na ordem e no progresso. As cores da bandeira são essas e não aquele vermelho, nem o treze, do azar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, encaminhei à Mesa um requerimento solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado voto de aplauso ao Dr. Euderson Kang Tourinho, pela posse como acadêmico na Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do ilustríssimo Dr. Euderson Kang Tourinho e ao presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

A justificativa, Sr. Presidente, é que o Dr. Euderson, natural de Porto Velho, Estado de Rondônia, formou-se em Medicina na Universidade Federal do Pará, especializando-se em Radiologia, inclusive com cursos nos Estados Unidos e no Japão. O ingresso desse profissional lá da Amazônia – nascido em Rondônia e formado no Pará – na Academia de Medicina do Rio de Janeiro representa o reconhecimento da luta científica que ele empreende pela sobrevivência da vida humana.

Então, solicito que seja colocado em discussão e em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex^a e dará o seguimento regimental a ele.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tratar da Proposta de Emenda à Constituição de nº 29, de 2007, de minha autoria, que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Ela altera o art. 17, §1º, da Constituição Federal.

Em 15 de agosto do ano passado, foi aprovado o relatório do Senador Tasso Jereissati, favorável à proposta. A matéria foi encaminhada à Mesa para prosseguimento da tramitação, onde aguarda inclusão em Ordem do Dia desde 28 de agosto de 2007.

A proposta reúne todas as condições para ser incluída na Ordem do Dia do plenário desta Casa. Nesse sentido, faço um apelo às lideranças e à Presidência da Casa, com o objetivo de sensibilizá-los para a importância da matéria. Uma vez que a aprovação da reforma política revelou-se um fracasso, penso que o fim das coligações nas eleições proporcionais seria um primeiro passo no sentido do fortalecimento dos partidos políticos no Brasil.

Em apoio ao meu ponto de vista, levo ao conhecimento da Casa um trecho do editorial de **O Estado de S.Paulo**, de 17 de agosto de 2007. É curto.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou Proposta de Emenda à Constituição que extingue as coligações partidárias nas eleições proporcionais. Se a decisão for ratificada pelo Plenário (e ainda pela Câmara), será um avanço histórico para o saneamento da política brasileira, ferindo de morte as infames legendas de aluguel, que vendem aos outros partidos as suas frações de tempo no horário eleitoral em troca de lugares para seus criadores na chapa comum para deputados (ou vereadores). As alianças nesses pleitos, além de imorais, são um ato de lesa-leitor. Não custa repetir: ele vota no candidato X do partido A e acaba elegendo, sem saber, o candidato Y do partido B coligado àquele. Há quem diga que, se a reforma política devesse se limitar a um só ponto, seria este.

Assim, apelo às lideranças do Senado e a V. Ex^a pela imediata inclusão, na Ordem do Dia, dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A questão levantada por V. Ex^a é oportuna.

A Presidência desta sessão recomenda à Secretaria da Mesa do Senado Federal a inclusão da matéria para entendimento de lideranças, a fim de que ela possa ser colocada na pauta da Ordem do Dia com a máxima urgência.

Concordo com V. Ex^a: trata-se de matéria imprescindível, exatamente no contexto da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 214, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inclusão em Ordem do Dia, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007.

Justificação

– Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007 de minha autoria que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. (Alterando o art. 17, § 1º da Constituição Federal)

– Em 15-8-07 foi aprovado o Relatório do Senador Tasso Jereissati favorável à Proposta. A matéria foi encaminhada à Mesa para prosseguimento da tramitação, onde aguarda inclusão em Ordem do Dia desde 28-8-07.

– A Proposta reúne todas as condições para ser incluída na Ordem do Dia do Plenário desta Casa. Neste sentido, faço um apelo às Lideranças e à Presidência da Casa, com o objetivo de sensibilizá-los para a importância da matéria.

– Uma vez que a aprovação da reforma política revelou-se um fracasso, penso que o fim das coligações nas eleições proporcionais seria um primeiro passo no sentido do fortalecimento dos Partidos Políticos no Brasil.

– Em apoio ao meu ponto de vista levo ao conhecimento da Casa trecho do Editorial de **O Estado de S.Paulo** de 17 de agosto de 2007.

“A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou Proposta de Emenda à Constituição que extingue as coligações partidárias nas eleições proporcionais. Se a decisão for ratificada pelo Plenário (e ainda pela Câmara), será um avanço histórico para o saneamento da política brasileira, ferindo de morte as infames legendas de aluguel, que vendem aos outros partidos as suas frações de tempo no horário eleitoral em troca de lugares para seus criadores na chapa comum para deputados (ou vereadores). As alianças nesses pleitos, além

de imorais, são um ato de lesa-leitor. Não custa repetir: ele vota no candidato X do partido A e acaba elegendo, sem saber, o candidato Y do Partido B coligado àquele. Há quem diga que, se a reforma política devesse se limitar a um só ponto, seria este.”

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – **Jarbas Vasconcelos**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e juntado ao Processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2008

(Da Senadora Patrícia Saboya)

Senhor Presidente,

Em adendo ao Requerimento nº 114, de 2008, requieiro que a data da sessão especial destinada a comemorar os 80 anos de fundação do jornal **O Povo**, anteriormente marcada para o dia 6 de março, seja re-marcada para o dia 11 de março, do corrente ano.

Justificação

Em função da expectativa de que diversas personalidades da vida cultural, social, econômica e política do Estado do Ceará desejam comparecer a esta sessão, propomos nova data de forma a compatibilizar com outros eventos que serão realizados em Fortaleza – CE.

Sala de Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – **Patrícia Saboya**, Senadora.

Sen. Cristovam Buarque
Sen. Fernando Mesquita
Sen. Inácio Arruda
Sen. Fátima Ceidade
Sen. Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2008

Requeremos nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 27 de agosto de 2008, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do 9º aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – **Cristovam Buarque**, Senador.

1- Cristovam Buarque
(Poder Executivo)
2- Gibi Medeiros
3- Paulo Sérgio Carneiro
(Senador Vice-Presidente)
4- Fernando Mesquita
5- Inácio Arruda
6- Fátima Ceidade

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 11 de setembro de 2008, Sessão Especial em razão do Dia Mundial da Alfabetização.

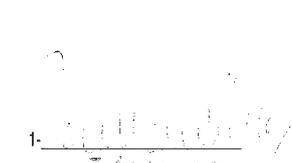
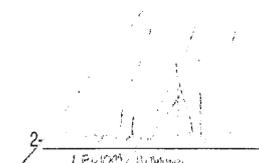
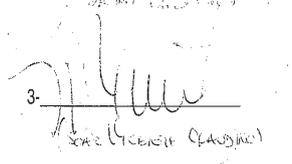
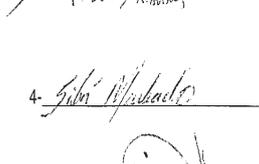
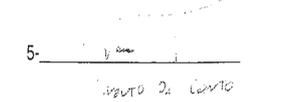
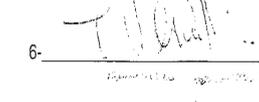
Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

1- Cristovam Buarque
(Poder Executivo)
2- Gibi Medeiros
3- Paulo Sérgio Carneiro
(Senador Vice-Presidente)
4- Fernando Mesquita
5- Inácio Arruda
6- Fátima Ceidade

REQUERIMENTO Nº 153, DE 2008

Requeremos nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 15 de outubro de 2008, Sessão Especial em razão do Dia do Professor, com o objetivo de homenagearmos os protagonistas da verdadeira abolição que desejamos para o nosso País.

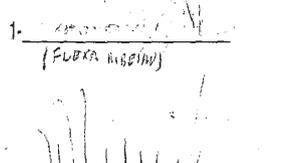
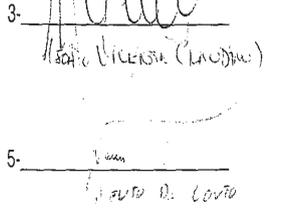
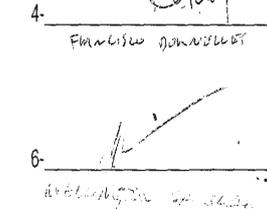
Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – **Cristovam Buarque**, Senador.

1-  Cristovam Buarque	2-  Gilson Machado
3-  Sérgio Vicensini (LACUSINI)	4-  Gilson Machado
5-  Paulo de Lencastre	6-  Francisco Damasceno

REQUERIMENTO Nº 154, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 14 de novembro de 2008, Sessão Especial em razão do Dia Nacional da Alfabetização.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – **Cristovam Buarque**, Senador.

1-  Cristovam Buarque	2-  Gilson Machado
3-  Sérgio Vicensini (LACUSINI)	4-  Francisco Damasceno
5-  Paulo de Lencastre	6-  Francisco Damasceno

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Francisco Pinto, ocorrido em Salvador – BA, no dia 19 de fevereiro 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Salvador, no dia 19 de fevereiro de 2008, do ex-Deputado Federal Francisco Pinto.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Francisco Pinto, especialmente à viúva e à filha.

Justificação

Peemedebista histórico, Francisco Pinto, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Feira de Santana (1964), foi uma das vozes mais intransigentes na defesa da democracia no Parlamento brasileiro.

Eleito prefeito de sua terra natal, Feira de Santana, exerceu o mandato por pouco mais de um ano. Foi deposto e preso pelo regime de exceção então vigente no Brasil. Em 1970 voltou à política, elegendo-se deputado federal, reeleito para um segundo mandato.

Sua característica de defensor das liberdades tornou-o uma das maiores vozes do País contra a ditadura militar. Lutou pela liberdade e o fim da ditadura. Seus discursos eram verdadeiros libelos contra o regime discricionário. E acabou, pelo seu destemor, sendo punido.

As críticas, em pronunciamento na tribuna da Câmara, à presença do Ditador chileno Augusto Pinochet durante a posse do Presidente Ernesto Geisel levaram-no a mais um período na prisão. Condenado a seis meses de cadeia, Chico cumpriu a pena.

No dia 14 de março de 1974, o valoroso deputado baiano proferiu o que foi um dos mais virulentos discursos de sua carreira parlamentar, opondo-se à presença no Brasil do ditador Augusto Pinochet, que chamou de assassino. Ao descer da tribuna, indagou a um amigo, no Comitê de Imprensa: “O que você achou?”. “Maravilhoso e necessário, mas temo pela sua sorte”. Ao sair do prédio do Congresso foi preso. Amargou a prisão, em dependências do Exército em Brasília e, por ocasião do Natal de 1974, recusou o indulto de Natal sinalizado pelo Governo Geisel, a quem dirigiu breve carta manuscrita com os dizeres: “Rogo a

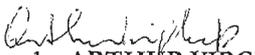
Vossa Excelência que me livre de mais esse constrangimento – o de um perdão que não solicitei”.

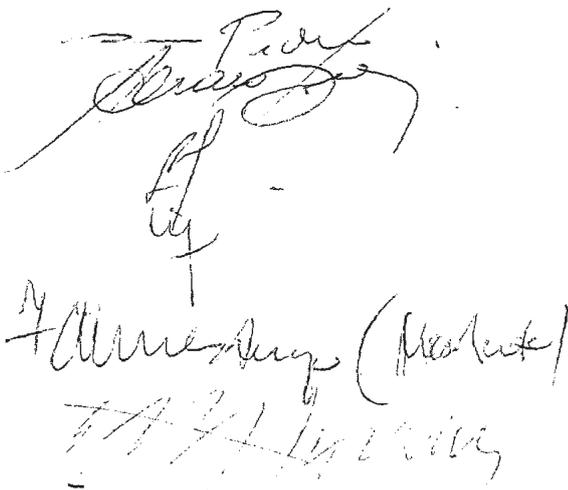
Chico Pinto morreu ontem na capital da Bahia, depois de longo sofrimento decorrente de problemas renais.

Não só o conheci. Com ele convivi na Câmara dos Deputados, pelo que meu testemunho permite que eu o tenha como um dos mais valorosos parlamentares do Brasil, honrando o mandato que o povo baiano lhe conferiu.

Sua prisão teve como causa a luta pela democracia e, especialmente, pela liberdade de expressão no Parlamento. Como deputado federal, entendeu de condenar um ditador que viera ao Brasil para a posse do Presidente Geisel. Sua palavra custou-lhe a liberdade que defendia. Em 26 de março de 1974, poucos dias após sua fala, o então Ministro da Justiça Armando Falcão, encaminhava ofício ao Procurador-Geral, alegando que o parlamentar fizera afirmações ofensivas a um Chefe de Estado estrangeiro, “o que configurava crime contra a segurança nacional”.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, o Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a prorrogação necessária.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou mudar o direcionamento do tema que trazia a esta tribuna nesta tarde. Eu iria, obviamente, Senador Paim, continuar a falar sobre os aposentados e os seus problemas. Mas, como na terça-feira iremos fazer uma sessão especialmente para isso, resolvi, Senador Demóstenes, tecer algumas considerações a respeito da pesquisa do Presidente da República, comemorada com muito entusiasmo pelo Senador Gilvam Borges ainda há pouco.

Que V. Ex^a comemore, tudo bem! Mas devo dizer que V. Ex^a não pode mandar nenhum Senador calar a boca. V. Ex^a tem de pedir para 1,5 milhão de paraenses que votaram em mim. Aí, se eles aceitarem, eu me calo. Não falo mais do Presidente Lula, nem toco mais no assunto da corrupção nesta tribuna. Eu vim para cá exatamente para ser oposição. Eu não vim pra cá negociar cargos públicos. Não preciso! Nunca precisei! Não preciso negociar com o Governo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Dar-lhe-ei, tranquilamente.

Quero lhe dizer também que R\$1,00 público é a mesma coisa que R\$1.000 ou milhões de reais públicos. É dinheiro do povo. Se uma tapioca custa R\$0,40 no meu Estado, e cobraram R\$8,00 por ela, é o mesmo crime de lesar em um milhão os cofres públicos. Não há diferença alguma! A não ser que o jurista Demóstenes Torres me corrija. No meu entendimento, não há diferença alguma, Senador. Quem mexe com R\$1,00 e quem mexe com R\$1 milhão dos cofres públicos – dinheiro do povo – paga o mesmo pecado mortal.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já, já, tenha calma! Tenha calma! Escute-me. Escutei V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Então, aguardo V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero dizer a V. Ex^a também que o Senador, do meu partido, Papaléo Paes não é irresponsável. Nem a oposição é irresponsável. Nem a oposição! Ao contrário, Senador. Aqui fazemos uma oposição responsável.

Escute-me e veja como é responsável e como falo a verdade.

Senador, se essa pesquisa for verdadeira, estamos criando uma nova cultura neste País. Será que V. Ex^a não atentou para a gravidade dos fatos? Será que V. Ex^a não pensa no futuro deste País, dos filhos

deste País – dos seus, dos meus, dos nossos? O que pensa um menino de 12 anos de idade que lê um jornal que diz que nenhuma acusação, nenhum ato ilícito cometido por este Governo tem qualquer significado, porque não dá em nada, não pega nada, e o Presidente continua subindo nas pesquisas? Será que V. Ex^a ainda não pensou nesse fato e no futuro deste País? O próprio Secretário do Partido dos Trabalhadores, Senador – repito: o próprio Secretário do Partido dos Trabalhadores –, veio a público, Senador, dizer que é verdade, sim, o mensalão!

Ó Senador, o Ministro confessa que errou.

Senador, será que o ladrão que é pego pela polícia e devolve o roubo deixa de ser ladrão? Deixa? Porque devolveu, pagou o pecado? Ele confessou o crime. A população está vendo. É notório, é claro, é diário.

Eu desculpo V. Ex^a. Acho que V. Ex^a não falou a sério. Eu tenho uma profunda admiração por V. Ex^a, e acho que vou ter sempre.

Olhe, Senador, quase toda semana eu leio... Olhe o que os brasileiros podem dizer disso! Eu não acredito que seja verdadeira a pesquisa. Eu comungo com o Senador Mão Santa. Eu não acredito. Não acredito que se esteja construindo um muro da impunidade neste País! Não acredito que se esteja implantando neste País uma ditadura política! Não acredito que o brasileiro seja avalista de tudo isso! Eu não acredito, Senador! Se isso, realmente, for verdade, criou-se uma nova cultura neste País! Pode-se fazer tudo com o dinheiro público que não dá em nada!

Olha, aqui, são fatos reais. Ninguém inventa fato, Senador. O dia em que eu vier a esta tribuna com fatos que não tenham uma fonte, peça à Mesa que me discipline. Peça uma punição à Mesa para mim que eu aceito, eu dou o meu “ciente”, aceitando. Questionem-me, Senador! Todos os dias em que eu vier a esta tribuna, questionem-me sobre a fonte das minhas informações. Eu não sou leviano. Não cometerei a leviandade de trazer a esta tribuna fatos que não tenham fontes, criados por mim. Tudo que trago aqui tem fonte.

Já vou terminar, Sr. Presidente.

Quando a Fundação Getúlio Vargas disse que o País paga R\$3,5 bilhões de corrupção, não fui eu que inventei. Não fui eu que inventei, foi a Fundação Getúlio Vargas que publicou. Quando eu digo aqui que o Governo do Presidente Lula é o mais corrupto da História deste País, eu tenho fontes para dizer, eu tenho provas para dizer. Estão aqui.

Olhe, Senador, vou repetir mais uma vez, agora atualizada, lista tirada hoje, lista de hoje:

Governo Geisel: nove grandes escândalos de corrupção;

Governo Figueiredo: onze grandes escândalos de corrupção – lista de hoje, atualizada.

Governo Sarney (de 1985 a 1990): seis grandes escândalos de corrupção;

Governo Collor: 19 escândalos de corrupção;

Governo Itamar Franco: 32 escândalos de corrupção;

Governo Fernando Henrique Cardoso: 47 escândalos de corrupção;

Governo Lula – por isso é que eu falo: uma página, duas páginas, três páginas, quatro páginas, cinco páginas. Atualizado hoje. Cinco, não. Perdão, tem mais uma. Enganei-me. São seis páginas. Atualizado hoje: 132 casos de corrupção. E ainda tem três anos de mandato.

Que oposição é irresponsável aqui, Senador? Não faça isso! Estamos, ainda, em uma democracia. A nossa oposição aqui, neste Senado, é coerente e responsável. Ai do Presidente Lula se ela fosse igual aos tempos em que o PT fazia oposição! Ai do Presidente Lula! Queremos um Brasil melhor. Queremos um Brasil em crescimento. Aplaudimos Senadores e Senadoras de responsabilidade, que não se vendem, que não se trocam, que não se curvam, que não se ajoelham aos reis – que não se ajoelham aos reis! –, que cumprem com seu papel, que protegem a sociedade, que fiscalizam o Governo, que é nossa obrigação, que vêm aqui denunciar. Estou aqui para isso, para cumprir o meu dever, cumprir a minha obrigação, Senador Flexa Ribeiro, para representar o povo que amo, que gosto, que adoro, que é o povo paraense, que, neste momento, está passando por um drama de violência, em que nem carteiros podem entregar cartas na periferia de Belém, Senador Demóstenes Torres.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já encerro, Sr. Presidente.

Será, Senador Demóstenes Torres, que a população está satisfeita com a saúde neste País e nós não devemos falar nisso? Será que a população brasileira está satisfeita com a segurança neste País e não devemos falar nisso? Com os transportes, com as estradas, com os portos, com as ferrovias? Será que a população brasileira está satisfeita com tudo isso? Não. Não, eu não acredito que a população brasileira

esteja dando aval para que este País continue assim, sem vela, sem rumo, com seus filhos sofrendo, a classe média achatada...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...e os aposentados sofridos.

É por eles, Senador, que venho sempre a esta tribuna, e sempre virei. E só quem me cala é o povo do meu Estado. Ninguém, Senador, ninguém!

Presidente, vou conceder o aparte ao...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É impossível regimentalmente. V. Ex^a já extrapolou o tempo. Portanto, peço a compreensão de V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Sr. Presidente, não vou fazer um aparte. Gostaria apenas de convidar o Senador Mário Couto para estar aqui amanhã. S. Ex^a está me convidando justamente a fazer um pronunciamento amanhã, e gostaria que estivesse aqui. Como não há tempo...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Amanhã não estarei aqui...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Lamentavelmente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas estou à disposição de V. Ex^a a semana inteira.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Quando é que V. Ex^a viaja?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou ao meu Estado.

Eu estou à disposição de V. Ex^a a semana inteira.

Eu não vou fugir do debate não, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o Senador Gilvam Borges tem direito a falar pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Senador Mário Couto que conclua o pronunciamento.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Sr. Presidente, não vou usar do meu direito regimental. Convido o Senador Mário Couto. Seria bom S. Ex^a cancelar sua viagem amanhã,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Convite feito, convite aceito, Senador. Peço a V. Ex^a que me permita anunciar o próximo orador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Porque, amanhã, a *persona* vai ter que cair. V. Ex^a vai estar no âmagô. Se a questão é essa, esse dedo que V. Ex^a aponta sempre, essa expressão teatral que V. Ex^a utiliza, o espancamento que V. Ex^a sempre faz a essa tribuna sofrida, amanhã nós estaremos aqui para conversar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência pede licença aos Srs. Senadores para chamar à tribuna o Senador Demóstenes Torres, que é o próximo orador inscrito. V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Amanhã, estou viajando ao meu Estado, mas estou à disposição de V. Ex^a a semana inteira.

V. Ex^a tem que ter mais respeito com os Senadores. V. Ex^a ouviu porque não está tendo respeito com os Senadores...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a ouviu porque chamou a oposição de irresponsável. A oposição não é irresponsável e V. Ex^a nunca mais vai repetir isso. Nunca mais!

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Amanhã, amanhã...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – À hora que V. Ex^a quiser, pelo tempo que V. Ex^a quiser.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, por dez minutos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência suspende a sessão até que se restabeleça a ordem no plenário.

(Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 36 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “o sigilo das contas é ético na visão absolutista, do Estado não-democrático” (Roberto Romano).

A revista **Época** desta semana traz uma reportagem que demonstra o quão é diversificada a matriz corruptora do Partido dos Trabalhadores. Ou melhor, de como são extensas, profundas e entranhadas as relações promíscuas entre o Partido e os mecanismos institucionais do poder central. O escândalo revelado pela reportagem traz de volta o professor Delúbio Soares, o companheiro número dois nas operações do mensalão, envolve diretamente o presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Sr. Rolf Hackbart, tem como centro de operação uma organi-

zação não-governamental fundada e controlada por petistas e, para variar, contabiliza milhões de reais do contribuinte brasileiro.

Antes de detalhar a falcatura reportada pela revista **Época**, adianto que já encaminhei à Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs a documentação comprobatória da fraude, reunida pela Procuradoria da República em Goiás, para que o fato seja investigado com maior extensão.

A operação destinada a sangrar a União e aquilhoar illicitamente os petistas veio à tona depois que um cidadão de bem, no uso das suas prerrogativas constitucionais, representou junto ao Ministério Público Federal em Goiás para que fossem investigadas as operações com dinheiro público de certa ONG cuja denominação é tão nebulosa como suas atividades. Trata-se do Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Rosa da Paz (Ifas). Para fazer breve histórico, tal ONG foi fundada em 1985 por doze petistas, entre eles o professor Delúbio e o atual Secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Hamilton Pereira da Silva, conhecido como Pedro Tierra, poeta de poucos recursos literários, mas, como se verá, expressiva articulação institucional quando a temática é transferir dinheiro público para engordar a conta bancária companheira.

Após realizar investigação, com diligências, apreensão e análise de documentos, quebra de sigilo bancário, o Procurador da República, Dr. Raphael Perissé, descobriu que o Incra havia firmado, em 26 de dezembro de 2006, convênio com o IFAS, inicialmente no valor de R\$5.262.253,20 para – vejam que singeleza extraordinária, Sr^{as} e Srs. Senadores! – “promover a capacitação de 9.375 assentados”, em vários Estados da Federação, sob a motivação de “ampliação do processo de organização e fortalecimento das áreas de assentamento de reforma agrária”.

Não satisfeitos com o volume financeiro inicialmente pactuado, as partes se decidiram por majorar o referido convênio, com um aditivo que elevou os valores para mais de R\$7 milhões. Foi quando “a miríade de irregularidades desabrochou”, conforme manifestou o integrante do Ministério Público em ação cautelar impetrada na Justiça Federal em Goiás para obstaculizar danos ainda maiores da operação. Vamos aos fatos, Sr. Presidente.

Em total contrariedade ao princípio da moralidade administrativa e em completo desacordo com a instrução normativa que disciplina a celebração de convênios pelo Governo Federal, o Sr. Presidente do Incra assinou o convênio com o Ifas, do professor Delúbio e de Pedro Tierra, sem a apresentação do plano

de trabalho. Tal documento é pré-requisito à formalização de qualquer convênio, pois contém exatamente o conteúdo do mesmo, como as razões que o justificam, o objeto de execução, a descrição das metas a serem atingidas, as etapas a serem cumpridas, com início, meio e fim.

Então, celebraram um convênio sem definição do plano de trabalho, que só foi apresentado, Sr. Presidente, dez meses depois da contratação, justamente na data em que decidiram majorar o contrato. Consoante afirmou na ação cautelar o Dr. Procurador da República, “o convênio foi firmado em moldes absolutamente propícios ao apoderamento do dinheiro público”. É interessante destacar os termos do plano de trabalho tardio, cujo detalhamento só é compreensível para petistas letrados e escolados na malandragem do assembleísmo e dos movimentos sociais.

Resumo da ópera, o Governo Federal, por intermédio do Incra, repassou quase R\$5 milhões para o pessoal do PT promover, junto ao MST, dois seminários nacionais, 60 módulos microrregionais, 24 oficinas de formação, 357 cursos modulares, 12 seminários estaduais, 36 reuniões estaduais, 3 reuniões nacionais, 2 cadernos pedagógicos de 25 mil exemplares e uma revista de memória de 20 mil exemplares.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que chamo cinismo técnico justificar o dispêndio do dinheiro público com finalidades vagas e nebulosas, como revista de memória, módulos microrregionais e reuniões. O Governo Federal está passando dinheiro, para se fazerem reuniões, Sr. Presidente! Então, é isso que significa capacitar assentados da reforma agrária?

E onde ficam, Sr. Presidente, o plantio das batatas, a ordenha do gado, a colheita da couve e o manejo sustentável dos recursos naturais? Qual é a significação disso, Sr. Presidente? Qual o quê! A turma só sabe pôr a mão na massa, quando o assunto é contar dólares transportados na cueca ou carregar malas de dinheiro em aeroportos.

O mais interessante que o Ministério Público Federal descobriu foi que, em um ano de vigência do malsinado convênio, não houve prestação das contas de nenhum centavo, Sr. Presidente, dos quase R\$5 milhões entregues à ONG filiada ao PT. Ainda que o convênio estabeleça a necessidade de apresentação de relatório trimestral de atividades, nada foi apresentado ao Incra, e o Sr. Rolf Hackbart declara, sem o menor rubor, que não há nada de irregular na transação e justifica que a execução do convênio vem sendo acompanhada de forma sistemática pela equipe tecnicamente responsável pelo programa. Programa? Que programa, Sr. Presidente? O único

programa que esse pessoal acompanha sistematicamente é o do desfalque do dinheiro público.

Em uma democracia minimamente escorada na decência, esse Presidente do Incra deveria ser sumariamente demitido, afastado da função, para que fossem apuradas as irregularidades e recomposto o prejuízo causado aos cofres do Poder Público.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há ainda algo mais escandaloso, que a CPI das ONGs poderá ajudar a esclarecer. O Ministério Público Federal diligenciou junto ao Banco do Brasil e obteve a informação de que nenhum repasse federal foi efetuado na conta bancária do Ifas. Nenhum dinheiro foi para lá, Sr. Presidente! Ou seja, conforme destacou o Procurador Raphael Perissé: “o dinheiro saiu dos cofres públicos, mas não chegou ao seu destino convencionado, e não se sabe de seu atual paradeiro”.

Isto que foi dito aqui ainda há pouco: a malandragem, a corrupção, a malversação do dinheiro. O Governo precisa atentar-se para isso; a CPI das ONGs também. O Ministério Público Federal está fazendo a sua parte, e nós temos de fazer a nossa. Em realidade, apenas parte do numerário foi rastreado.

Sr. Presidente, na comprovação de tantos indícios fraudulentos, o Ministério Público requereu e obteve da Juíza Federal Luciana Laurenti Gheller liminar que suspende o repasse do Incra à ONG Ifas da última parcela do convênio fraudulento, o que representa a salvaguarda de R\$1.729.717,19, que o Ministério Público conseguiu que fosse torrado na farra dessa ONG petista.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com todo prazer, nobre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O som do microfone está liberado, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem de ligar o som.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já liquei, Sr. Presidente. Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a exerce aqui um papel importante como Senador pela Oposição – e o faz com muita determinação e capacidade, por seu histórico como membro do Ministério Público. Gostaria de encaminhar a V. Ex^a o documento, que me foi encaminhado pela Presidência do Incra, de esclarecimentos sobre o convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar. Não tenho meios de ler, neste aparte, todo o documento, em que consta que o Incra está procurando responder a cada uma das perguntas; que aquele órgão, antes de repassar qual-

quer recurso para o Ifas, exigiu que fosse aberta uma conta específica, exclusiva para o convênio e que, por essa razão, os recursos não foram repassados para a conta indicada no convênio; que o Incra celebrou o convênio com o Ifas em 26/12/2006, juntamente com o Plano de Trabalho e Projeto Básico, que foram assinados também na mesma data; e que os documentos foram assinados com todas as atividades que seriam desenvolvidas e uma série de outros esclarecimentos pormenorizados. Passo-o às mãos de V. Ex^a e tenho a convicção de que o Sr. Rolf Hackbart estará disposto a esclarecer, inclusive, na CPI das ONGs, todos os pontos. Por tudo que conheço de sua vida, trata-se de uma pessoa que sempre procurará resguardar o interesse público e estará disposto a esclarecer todas as dúvidas que V. Ex^a aqui levanta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que é um homem sério. Eu o receberei e remeterei ao Procurador da República que propôs a ação. Entretanto, fica assentado que aquilo que afirma o Presidente do Incra é justamente o contrário do que afirmam, em sua petição e decisão, respectivamente, o Procurador da República – tenho até a cópia da petição – e a Juíza Federal, Dr^a Luciana Laurenti Gheller. Por enquanto, prevalece a decisão da Justiça, até porque houve busca e apreensão e, certamente, os documentos serão analisados e poderemos rastrear o que foi feito com esse dinheiro.

Sr. Presidente, para concluir, a magistrada ainda atendeu ao pedido cautelar de indisponibilizar os ativos financeiros existentes na conta bancária do Ifas, bem como da quebra do sigilo bancário da organização não-governamental para que a apuração avance e venha instruir a ação civil pública que a instituição, na devida oportunidade, irá mover contra essa camarilha instalada no Governo Federal.

Eu gostaria de parabenizar o trabalho corajoso do Ministério Público Federal em Goiás, bem como a isenção e clareza jornalísticas da reportagem da revista *Época*, assinada pelos jornalistas Rodrigo Rangel e Murilo Ramos. A matéria inclusive traz a informação adicional de que a Ifas recebeu da estatal Petrobras mais R\$4 milhões para ensinar os trabalhadores rurais de três Estados a plantar mamona, fato que precisa ser devidamente investigado pela CPI das ONGs.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente,.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Demóstenes. Este assunto já está na pauta da CPI das ONGs, onde apresentei vários requerimentos de convocação e de informações para que o assunto que V. Ex^a traz à tribuna de forma oportuna possa ser esclarecido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É responsabilidade dessa CPI apurar esses fatos. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Se me permite, Sr. Presidente, gostaria de saber se o Senador Demóstenes autoriza que o documento que entrego a V. Ex^a possa, inclusive, constar da manifestação na íntegra, porque é uma resposta às observações que V. Ex^a colocou. Agradeço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Pode constar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência atende a essa solicitação do Senador Suplicy, na forma do Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem rapidamente, com a vênua de V. Ex^a, só para cumprimentar a *Revista O Globo*, o encarte do jornal *O Globo*, que traz essa matéria intitulada “Operação Resgate”. V. Ex^a, que já foi governador, e muito bom governador, avaliado, respeitado no seu Estado – sou testemunha disso, porque na CPI do Narcotráfico estive no seu Estado, no Paraná, e tudo que encontramos de bom lá naquela ocasião foram as referências a V. Ex^a – sabe do trabalho que a CPI do Narcotráfico fez naqueles dias. O Paraná não esquece. Lembro-me muito bem de que na presidência da CPI do Narcotráfico recebia telefonemas insistentes de V. Ex^a para que a CPI fosse lá. Embora não tivéssemos relacionamento, V. Ex^a depois fez a CPI do Futebol, quando nos estreitamos, mas V. Ex^a conhecia a problemática da violência que envolvia o seu Estado, Senador Alvaro Dias.

E, com isso, o que vou falar aqui V. Ex^a conhece de outras instituições lá, porque foi útil e teve a visão de ajudá-los quando foi Governador do Paraná. E o povo do Paraná que me ouve sabe exatamente do que estou falando, principalmente desse segmento.

A *Revista O Globo*, meu Presidente, traz uma matéria chamada “Operação Resgate”, que mostra a figura do Pastor Marcos Pereira, aqui, do outro lado das grades, e do lado dele, Waguiinho, o pagodeiro Waguiinho, daquele grupo Os Morenos, que era viciado em cocaína, no tempo da sua fama, e que se converteu, e hoje está aqui engravatado com o Pastor Marcos fazendo o trabalho nos presídios do Rio de Janeiro.

Essa revista mostra o que o Fantástico já havia mostrado: a ação desse homem dentro dos presídios,

mostrando coisas que pessoas debocham, Senador Paim. Aqui tem centenas de ex-presidiários, tem um trabalho que eu conheço há 28 anos, e V. Ex^a conheceu, Senador Paim, no meu Estado, o Projeto Vem Viver.

Esse Pastor Marcos Pereira foi investigado por cinco anos pela Polícia, por tirar drogados, bandidos e traficantes das ruas e dos morros do Rio; um

homem acostumado a acabar com rebelião, que colocou a sua vida a serviço do resgate de pessoas, provando que o drama do vício que conduz ao crime é espiritual, é uma relação no mundo espiritual que conduz as pessoas a cheirar cocaína, a fumar *crack*, a jogar granada, a atirar para cima uma bala perdida, a esturpar, a matar, a denegrir e desmoralizar a família.

Fico feliz por esse reconhecimento, e aqui cumprimento a revista *Globo* e quantos Marcos Pereiras nós tivéssemos no Brasil, como esse homem do Rio de Janeiro e tantos outros quanto às instituições do seu Estado, Senador Alvaro Dias, que V. Ex^a tanto ajudou enquanto Governador, que V. Ex^a conhece, Senador Paim, do seu Estado e que teve oportunidade de conhecer o Projeto Vem Viver que dirijo no Estado do Espírito Santo, nós estaríamos libertando a sociedade de tanta violência.

Mas isso aqui não tem reconhecimento não, Senador Alvaro Dias, o que tem é deboche, anarquia. A *Revista O Globo* fez uma matéria verdadeira, mostrando a veracidade de milhares e milhares de ex-drogados marginais, marginalizados, gente de cadeia, porque, especificamente, Marcos Pereira milita dentro das cadeias do sistema prisional penitenciário brasileiro. Eu pretendo levá-lo ao sistema prisional do meu Estado e recomendo a todos que façam a mesma coisa, porque a ação desse homem dentro dos presídios é salutar, necessária, saudável. Um homem que merece todos os elogios deste País, principalmente da população do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo trabalho que fez como Governador, atendendo as instituições de recuperação de drogados no Estado do Paraná. Eu sou testemunha de como V. Ex^a trabalhou e como fortaleceu esse sistema de trabalho benéfico à sociedade brasileira no Estado do Paraná.

Parabenizo esse grande gigante Marcos Pereira, que faz um trabalho quase que sozinho. Não sozinho, porque a mão de Deus está sobre ele.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Paulo Paim por 5 minutos.

Em seguida, como oradora inscrita, a Senadora Kátia Abreu. Logo após, leremos um requerimento de autoria dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, eu gostaria de, neste momento, fazer um apelo aos Senadores e Senadoras, quem sabe em nome da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que o debate na Casa seja feito da forma que eu entendo que querem todos os Senadores e Senadoras, que não parta para a agressão física nem para a agressão verbal.

Muitas vezes, uma agressão verbal sem limite pode levar a fatos como esse que vimos aqui no plenário do Senado. Faço esse apelo com a maior tranquilidade.

Em segundo lugar, aproveito este momento para informar à Casa que o Senador Mercadante ficará afastado por mais quinze dias porque está em tratamento médico em São Paulo. Por isso, S. Ex^a não está aqui em plenário. Informo também, Senador Flexa Ribeiro, que o Senador José Nery, que é do seu Estado, só não está aqui porque está enfrentando uma situação muito difícil com seu pai, que será operado hoje à tarde.

Por último, Sr. Presidente, como tenho somente cinco minutos, quero dizer que, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, fiz um pronunciamento, aqui registrado em três páginas, em solidariedade à família do nosso Senador Jonas Pinheiro, que, infelizmente, faleceu. Peço a V. Ex^a que o considere lido na íntegra e o registre nos *Anais da Casa*.

Com certeza, teremos uma sessão para Jonas Pinheiro, na qual faremos a justa homenagem pela perda, infelizmente, desse nosso companheiro de Senado e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que estive no Palácio do Planalto ontem e assisti ao pronunciamento do Presidente Lula no momento da posse do novo Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, Deputado Federal.

Quero dizer, Sr. Presidente, com todo o respeito a todas as Senadoras e Senadores, até mesmo àqueles que não estiveram lá, sinceramente, que ouvi um discurso do Presidente equilibrado, tranquilo e do mais alto nível. E não entendi o porquê de tanta crítica.

O que disse o Presidente? Conversei com a Ministra Matilde, ela reconheceu que houve um erro, e aconselhei-a dizendo que o melhor seria renunciar ao cargo e fazer sua defesa com a maior tranquilidade, o que ela de pronto acatou. Renunciou ao cargo e está

inteiramente à disposição de todos os órgãos que queiram averiguar, discutir o erro cometido. Tomara, Sr. Presidente, que, neste País, em cada câmara de vereadores – em cada câmara de vereadores! –, independentemente do partido, em cada prefeitura, em cada governo de Estado, nos governos anteriores e também neste, cada vez que houver uma denúncia, se faça o debate que se está fazendo em relação à Ministra Matilde e à postura que ela teve: renunciou ao cargo, está à disposição para investigação e admitiu onde errou. Foi isso que o Presidente disse.

Segunda questão. O Presidente, no seu pronunciamento, teve um gesto ousado. No momento em que batem tanto nessa questão que defendo aqui no Congresso, como todos sabem, que é combater todo tipo de discriminação, o Presidente disse: “Sai a Ministra Matilde por renúncia, e o Ministro que entra não entra mais somente com o *status* de Ministro; entra como Ministro”. Ora, também é um gesto ousado.

Terceira questão. Pediu à Câmara dos Deputados que seguisse o exemplo do Senado. O Senado aprovou, por unanimidade e com rapidez, o Estatuto da Igualdade Racial. O Presidente pediu à Câmara que seguisse, no seu discurso, o exemplo do Senado e aprovasse o Estatuto, que são as ações afirmativas simplesmente. Esse debate país como os Estados Unidos já fez e está até ultrapassado. E nós não conseguimos nem fazer o debate nem aprová-lo com a tranquilidade que o momento exige.

Por isso, Sr. Presidente, não sei o porquê. Pelo menos eu estava lá e assisti. Se eu não estivesse lá, tudo bem! Eu estava lá e assisti. Foi um dos melhores discursos que o Presidente Lula, no meu entendimento, fez num ato de posse: equilibrado, tranquilo, chamando à unidade. Não foi desrespeitoso com ninguém e, naturalmente, apontou a sua visão de uma sociedade onde ninguém deve ser discriminado por motivo algum e, no caso, pela cor da pele.

Mas, Sr. Presidente, não era esse, inclusive, o eixo do meu pronunciamento. O meu tempo terminou, e V. Ex^a me lembra de que eu teria, no máximo, mais um minuto. Eu quero cumprir o tempo.

Senador Pedro Simon, eu ia, na verdade, fazer o meu pronunciamento – e ele tem quase 10 páginas – prestando homenagem à nossa cidade Caxias do Sul, porque hoje nós temos a abertura da Festa da Uva, festa que, sem sombra de dúvida, se tornou um símbolo em nível nacional e com repercussão inclusive internacional.

Sr. Presidente, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, se tornou a melhor festa desse gênero na América Latina. Sem sombra de dúvida, representa neste ano uma situação especial, porque Caxias do Sul, com o apoio dos três Senadores, foi transformada também em Capital Nacional da Cultura. Por isso, Sr. Presiden-

te, faço este registro por mais essa Festa da Uva e, como meu tempo terminou, somente dizer que o título da Festa da Uva deste ano é: “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro”. Há inclusive uma canção escrita pelo Sr. Mário Michelin, que diz mais ou menos o seguinte: “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro” – e aqui eu quero homenagear todos os imigrantes, independente da origem, da raça, da etnia, enfim de todos os segmentos. Diz:

Há um sorriso feliz
 Nos cachos da videira
 É a Festa que sempre se quis
 Pra lembrar a vida inteira.
 Deixa o teu coração
 Se embalar na melodia
 Nosso amor cultiva este chão
 E os sonhos de cada dia.
 (...)
 Uma vez imigrante
 Para sempre brasileiro
 Este aroma... de onde vem?
 É a uva da Serra Gaúcha
 Quem já veio trazendo alguém
 Porque há um laço que nos puxa.
 Vem aqui festejar
 É Caxias tão bela e radiante
 No esplendor do teu olhar
 Fica ainda mais brilhante”.

Eu apenas citei alguns trechos, Sr. Presidente, da canção da Festa da Uva deste ano lá na minha querida Caxias do Sul, minha cidade natal.

Fiquei muito feliz com o tema: “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro”. Espero que esse clima da Festa da Uva contagie um pouco o Senado, para que se trave um debate de alto nível, no campo das idéias, sem nenhum tipo de ofensa verbal e, muito menos, de agressão pessoal.

Sr. Presidente, peço que meus pronunciamentos sejam publicados na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o tema “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro”, inicia hoje (21), se estendendo até o dia 09 de março, na minha cidade natal, Caxias do Sul, a 27^a (vigésima sétima) Festa Nacional da Uva e a 21^a Feira Agroindustrial.

Serão momentos inesquecíveis, onde a brava gente da serra gaúcha, recebe de braços abertos e sorrisos largos a todos que se achegarem por aqueles parreirais para encherem os olhos numa das maiores festas comunitárias do país.

Quem já esteve em Caxias sabe o encantamento dessa festividade. Os shows musicais e teatrais, os desfiles com carros alegóricos, os bailes, a gastronomia típica, um bom vinho, o povo nas ruas e muita, muita diversão.

Não há quem não fique seduzido e enamorado pelo sabor da uva.

Tudo iniciou há 77 anos na sede do Recreio Cruzeiro, esquina Visconde de Pelotas com Sinimbu.

A iniciativa foi da prefeitura e da Estação Experimental de Viticultura e Enologia.

A idéia era celebrar a vindima – a colheita da uva. Já no segundo ano, os comerciantes passam a colaborar com o evento e, eis que surge em 1933, na terceira edição, a primeira rainha da festa.

O então governador do estado, Flores da Cunha, colocou na cabeça de Adélia Eberle uma pequena coroa.

Tenho enorme carinho por Caxias do Sul e sua gente... O meu sentimento é muito forte. Está agregado na minha pele e navega nos rios das minhas veias.

Não há como negar a importância que a “Pérola das Colônias” tem na minha vida.

Quando eu era guri de calças curtas, corria livre, soltava pandorga e jogava bolita pela rua Antonio José Ribeiro Mendes.

Essa rua me viu crescer e, como meus irmãos, também foi testemunha dos ensinamentos dos meus pais, Ignácio e Itália.

E foi pela Antonio José Ribeiro Mendes – a rua da minha infância, que eu vi passar, em 1954, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, que viera participar da festa e inaugurar o Monumento ao Imigrante e o Parque de Exposições da Festa da Uva.

O velho Getúlio Vargas foi o primeiro presidente da República a participar da festa. Depois vieram outros e mais outros.

Mais recentemente o presidente Luis Inácio Lula Silva tem sido um honroso visitante ao abrilhantar com seu carisma as vindimas de um novo tempo. Neste ano ele será representado pela Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, é a partir dos anos 60 que a Festa da Uva de Caxias do Sul se torna o maior evento do gênero da América do Sul, atraindo pessoas dos mais longínquos rincões do país, artistas, celebridades, e autoridades nacionais e internacionais.

A importância da Festa da Uva já era tão visível que ela foi escolhida para receber a primeira transmissão de TV em cores no Brasil.

Isso aconteceu durante o desfile do dia 19 de fevereiro de 1972. Na época, o Ministro das Comunicações era o caxiense Hygino Corseti.

Senhoras e senhores, a Festa Nacional da Uva envolve mais de 1 milhão de pessoas.

Neste ano ela tem um significado especial, pois ocorre no ano que Caxias do Sul será a Capital Nacional da Cultura.

Realizada a cada dois anos, ela tem seu primeiro ponto alto cinco meses antes a sua realização.

É no mês de setembro que a Festa Nacional da Uva escolhe seu Trio de Soberanas.

Esse evento reúne mais de 13 mil pessoas e envolve toda a região. Para a edição de 2008, a Festa escolheu sua 24ª Rainha, Andressa Grillo Lovato, que ao lado de duas Princesas, Paula da Costa Taddeucci e Vanessa Susin, são o símbolo da beleza e da hospitalidade caxiense.

Mas a estrela mais festejada da festa é sem dúvida a uva... preta, branca, rosada, doce.

Mais de 250 mil quilos da fruta estão sendo preparados; os Pavilhões, uma estrutura de 40 mil metros quadrados que vista de cima tem o formato de cachos de uva e expõe toda a força produtiva de Caxias e da região; o Corso Alegórico, composto por sete desfiles; a Olimpíada Colonial, jogos que incluem arremesso de queijo, debulhar milho

e corrida de trator e de carrinho de mão, além de demonstrações de como fazer massa e amassar uvas com os pés; e os projetos Tirando o Pó e Recantos, que envolvem a comunidade no resgate histórico da Festa e da colonização italiana e na decoração da cidade.

A Festa da Uva de 2008 será uma das maiores dos últimos anos.

Conta com o apoio do Governo Federal, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Petrobrás, Barrisul, Lei de Incentivo à Cultura, entre outros.

Desejo boa sorte ao Presidente da festa, Reomar Slaviero, e a toda Comissão Organizadora.

À comunidade caxiense o meu buona fortuna!

Para finalizar, termino com a letra da música "Uma vez imigrante, brasileiro para sempre" de autoria de Mário Michelin.

Há um sorriso feliz
 Nos cachos da videira
 É a Festa que sempre se quis
 Pra lembrar a vida inteira.
 Deixa o teu coração
 Se embalar na melodia
 Nosso amor cultiva este chão

E os sonhos de cada dia.
 O vento da felicidade
 Nos leva a todo o lugar
 Quanta alegria nos invade
 Contigo poderemos cantar:
 Uma vez imigrante
 Para sempre brasileiro
 Este aroma... de onde vem?
 É a uva da Serra Gaúcha
 Quem já veio traz alguém
 Porque há um laço que nos puxa.
 Vem aqui festejar
 É Caxias tão bela e radiante
 No esplendor do teu olhar
 Fica ainda mais brilhante.
 O vento da felicidade...
 A saudade traz lembranças
 E a Festa, encantos mil
 Colorimos de paz e esperança
 A imagem do nosso Brasil.

Grazie senhor Presidente, Grazie Senhoras e Senhores Senadores, Grazie a todos.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, outro assunto envolve minha cidade natal. Gostaria de informar que amanhã, sexta-feira (22), acontece uma audiência pública, na Câmara de Vereadores, de Caxias do Sul, para discutir o novo aeroporto regional.

O evento terá a participação do Ministro de Defesa, Nelson Jobim.

Desde já, agradeço o convite feito pelo Presidente da Câmara de Vereadores, Edio Elói Frizzo e, pelo Presidente da Câmara de Indústria e Comércio e Serviços, Milton Corlatti.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, vítima de falência múltipla de órgãos, faleceu nesta terça-feira (19), o senador Jonas Pinheiro (DEM/MT). Ele deixa viúva Celcita Rosa Pinheiro da Silva, com quem teve dois filhos – Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antonia de Moraes.

Nascido em Santo Antonio do Leverger (MT), em 22 de janeiro de 1941, filho de pescador, estudou em escola agrícola e formou-se em medicina veterinária.

Foi três vezes deputado federal e estava no segundo mandato de senador. Dedicou sua vida pública à defesa da agricultura.

De fala simples e gestos humildes, dizia-se um representante, no Senado, do lavrador.

Dizia ele:

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se dão de cumprir”.

Ao longo de seus dois mandatos no Senado, Jonas Pinheiro apresentou 59 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, predominando nessas iniciativas os temas ligados à agricultura e ao meio ambiente.

Integrava como membro titular quatro comissões do Senado: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Também era membro titular da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis.

Participava, como suplente, Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Assuntos Econômicos.

Em 2007, Jonas Pinheiro apresentou sete proposições, incluindo um projeto de resolução (PRS 96/07), em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que permite aos estados, Distrito Federal e municípios a emissão de títulos da dívida pública, no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União.

Recentemente, o Senador Jonas Pinheiro, apoiou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), emenda de nossa autoria, ao PL 42, do Poder Executivo, para garantir aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste que for dado ao salário mínimo até o ano de 2023.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de fazer um rápido comentário sobre a posse do novo titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, ocorrida ontem no Palácio do Planalto.

Com certeza, Edson Santos dará continuidade ao trabalho desenvolvido por Matilde Ribeiro.

Ele me disse que as medidas desenvolvidas até o momento pela Seppir como, políticas de cotas, o estatuto da igualdade racial e a agenda social quilombola serão mantidas e aprofundadas em sua gestão.

Da mesma forma gostaria de saudar e cumprimentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que na ocasião, aproveitou para anunciar que irá transformar o cargo de Secretário de Promoção da Igualdade Racial, em Ministro.

Destaco que o Presidente Lula fez um apelo para que o movimento negro entre em consenso em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria, para que o Congresso Nacional aprove o quanto antes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Paulo Paim. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada. Gostaria aqui de me solidarizar com a família enlutada do venerável da Loja Maçônica 24 de junho, Dr. José Geraldo, que faleceu ontem prematuramente na cidade de Mossoró. E na maçonaria de qual ele era venerável, Sr. Presidente, foi onde nasceu, na nossa cidade, a luta pela libertação dos escravos cinco anos antes da Lei Áurea.

Quero aqui mandar nosso abraço solidário, de pesar, a todos os maçons da minha cidade, e à família, à Maria Isabel, sua esposa e aos filhos do Dr. José Geraldo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Subscrevemos as palavras de V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu por dez minutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada a V. Ex^a.

Antes de tudo, gostaria de fazer aqui a leitura do protocolo de requerimento que fiz à Mesa, principalmente em nome dos Colegas Senadores Jayme Campos e Serys Silhessarenko, que ficaram no Estado de Mato Grosso em função do falecimento do nosso querido amigo, Senador da República, grande lutador do agronegócio brasileiro, Senador Jonas Pinheiro.

Queremos fazer esse protocolo, para que, na semana que vem, possamos realizar nesta Casa sessão solene especial do Senado em homenagem ao eminente

te brasileiro Senador Jonas Pinheiro da Silva. Então, está aqui o protocolo, em nome de vários Senadores, mas, especialmente, em nome dos Senadores Jayme Campos e Serys Silhessarenko.

Obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, Sr. Presidente, eu estava inscrita ontem para falar, mas, como disse há pouco, fomos até Mato Grosso levar nossa despedida ao Senador Jonas Pinheiro. Não houve aqui a sessão de ontem.

Anteontem, à noite, no Jornal Nacional, foi veiculada matéria que me constrangeu bastante, que me constrangeu muito, que, na realidade, me envergonhou. Fora anunciado que, no Estado de Tocantins, no meu Estado de Tocantins, na cidade de Palmas, minha Capital, nossa Capital, Palmas, foram libertados alguns prisioneiros que cometeram crimes hediondos. Trinta e três prisioneiros foram libertados ontem por ação do juiz Dr. Luiz Zilmar dos Santos, da nossa Capital.

Sr. Presidente, presto esclarecimento aos ouvintes da TV Senado, especialmente ao meu Estado de Tocantins, ao qual pretendo levar as notas taquigráficas deste pronunciamento, porque toda a nossa Capital e o Estado estão em estado de choque pela libertação desses presos que cometeram estupro, latrocínio, vários crimes, ofendendo a população do meu Estado do Tocantins.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que a Lei de Crimes Hediondos, a Lei nº 8.072, aprovada no dia 25 de julho de 1990, dizia que todos aqueles, homens ou mulheres, que praticassem crime hediondo teriam cumprimento da pena máxima, sem direito ao regime semi-aberto ou à liberdade condicional. Posteriormente, Sr. Presidente, em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) interpretou que esse artigo que proíbe a progressão da pena é inconstitucional, que não pode haver pena máxima sem o mínimo de progressão, direito garantido por cláusula pétrea da Constituição.

Os juízes, então, iniciaram a aplicação da parte geral do Código Penal, que determinava a progressão a partir do cumprimento de um sexto da pena. Isso significa que um criminoso que praticou crime hediondo e que estivesse condenado a 30 anos de prisão poderia ficar apenas cinco anos preso e, depois, ser liberado pela Justiça. Mas, no dia 28 de março de 2007, ano passado, foi aprovada nova lei, a Lei nº 11.464, que alterou os percentuais do período de prisão desses criminosos.

O que é um crime hediondo todos os Senadores e todas as Senadoras sabem muito bem, mas gostaria de exemplificar para aqueles que nos ouvem nos Estados do Brasil, especialmente no meu Estado do Tocantins, que está tão indignado com o que aconteceu lá. Crime hediondo implica homicídio quando praticado

em atividade física de grupo de extermínio; latrocínio, que é roubo seguido de morte; extorsão qualificada pela morte, que é chantagem seguida de morte; extorsão mediante seqüestro; estupro; atentado violento ao pudor; epidemia com resultado de morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

São 33 marginais que cometeram esses tipos de crime e que foram ontem liberados pela Justiça, mas não de forma incorreta. A forma foi correta pela lei existente hoje, até porque, Sr. Presidente, todas as leis aprovadas no Congresso Nacional não retroagem para prejudicar, mesmo que o prejudicado seja praticante de crime hediondo, como falei anteriormente.

O Relator desse projeto que foi enviado pelo Governo Federal amenizava a pena com relação ao réu primário e ao reincidente, mas o Senador Demóstenes Torres, de Goiás, dos Democratas, que é grande especialista, Promotor de Justiça, fez um relatório exemplar, melhorando essa condição com relação aos crimes hediondos, passando para dois quintos da pena para o réu primário e para três quintos da pena para o reincidente. O Relator ainda queria apertar um pouco mais e fazer com que os praticantes de crimes hediondos pudessem cumprir um maior número possível de tempo na cadeia, mas não recebeu apoio suficiente para isso.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de pedir o apoio dos meus Colegas Senadores e Senadoras, pois protocolo, nesta Casa, hoje, um projeto de lei que passa a determinar que dois terços da pena por crimine hediondo têm de ser cumpridos. Para ser um exemplo, isso significa que o criminoso deverá cumprir, no mínimo, 70% da pena que a ele tenha sido imputada pela Justiça do nosso País. Caso esse criminoso tenha pegado 30 anos de prisão, terá de cumprir pelo menos 20 anos na cadeia, não apenas cinco anos, como era anteriormente.

Infelizmente, no meu Estado do Tocantins, na minha Capital, Palmas, em relação a esses que foram libertados, não temos, neste momento, o que fazer, pois a lei não retroage para prejudicar, repito, mesmo que se trate de criminosos.

Então, peço o apoio dos Colegas Senadores e Senadoras, para que não sejam dois quintos ou três quintos da pena, mas que esses criminosos, praticantes de crimes hediondos, possam cumprir pelo menos 70% da sua pena dentro das cadeias do Brasil, protegendo a sociedade brasileira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Valter Pereira, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Kátia Abreu, acompanho atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, e a indignação que manifesta dessa tribuna tem toda procedência. Indiscutivelmente, a sociedade brasileira não tolera mais conviver com essa situação de assistir ao marginal praticar um crime hediondo, um crime horripilante, e, pouco tempo depois, cumprir essa pena no regime semi-aberto. Aconteceu o seguinte: a Lei nº 8.072, que veio para regulamentar os crimes hediondos, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Posteriormente, veio a Lei nº 11.464, que já ampliou os rigores com relação aos crimes hediondos, obrigando que, só depois de três quintos do cumprimento da pena...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – O cumprimento de três quintos da pena é para reincidente.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Exatamente. Só depois desse período, o criminoso pode cumprir o restante da pena no regime semi-aberto. A Lei nº 11.464 decorreu de um ajustamento que o legislador pretendeu fazer nos termos da Constituição. Por quê? Porque, no texto constitucional, não há restrição ao regime de progressão da pena. Então, se não há essa restrição, o que se precisa fazer, na verdade, é mudar a própria Constituição. E é nesse sentido que tenho uma proposta. Depois, inclusive, quero conversar com V. Ex^a e pedir seu apoio, para que façamos a mudança no texto constitucional, pois, se não fizermos isso, qualquer outra legislação que aprovarmos que não implique progressão de pena será novamente considerada inconstitucional pelo STF.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Correto, Senador, mas, no projeto, estamos solicitando que haja um aumento, mas com progressão, sim. No entanto, deve haver o cumprimento de pelo menos 70% da pena.

A informação que tive da assessoria é a de que não podemos mudar a Constituição, porque a questão da progressão se trata de cláusula pétrea. A progressão é obrigatória em cláusula pétrea da Constituição. Assim, estou colocando dois terços, para que possa aumentar ainda mais o tempo desse praticante de crime hediondo atrás das grades, tentando reparar principalmente o que aconteceu ontem e indignou todo o País, mostrado pelo Jornal Nacional.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Na verdade, a assessoria de V. Ex^a tem um pouco de razão, porque vai incidir no art. 5º da Constituição. No entanto, essa questão da cláusula pétrea é outra discussão que temos de travar aqui. Na verdade, quando o legislador constituinte insere na Constituição Federal um dispositivo para proteger a sociedade contra a violência, é claro que todo o mecanismo que esse artigo neces-

sitar para cumprir sua finalidade tem de ser admitido. Essa questão da cláusula pétrea tem de ser discutida no contexto da defesa da sociedade.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Todos nós, Senadores e Senadoras, podemos lutar em prol dessa bandeira. O ideal é que 100% da pena sejam cumpridos de acordo com a Constituição. Isso é o que a sociedade brasileira espera de nós. Vamos, pois, unir nossas cabeças e nossos esforços aos da assessoria da Casa, para tentar montar esse projeto. Peço ao Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Casa, que coloque em votação, em regime de urgência, a mudança da Constituição, para que o praticante de crime hediondo tenha de cumprir 100% da pena.

Sr. Presidente, gostaria ainda...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Peço um derradeiro aparte. Gostaria de ponderar o seguinte: vou subscrever e apoiar o projeto de V. Ex^a, mas acho que uma coisa não colide com a outra.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Essa iniciativa de ampliar o cumprimento da pena, mesmo adotando-se o regime de progressão, é válida, é salutar e é importante para que se sinalize a vontade do Congresso, que é a de chegar a um ponto em que o preso, condenado por 30 anos, como V. Ex^a pontificou, fique exatamente os 30 anos cumprindo sua pena, como ocorre praticamente na unanimidade de outros países.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza, Senador Valter Pereira. Muito obrigada por seu aparte. Vamos unir nossos esforços para corrigir essa distorção, que, na realidade, obrigou o juiz a tomar essa decisão, que, diante da lei, foi correta. De direito, ele está correto, mas, de fato, temos de corrigir a lei, porque, moralmente, estamos em dificuldade. Nossa obrigação – a de nós, Senadores e Deputados – é fazer a correção das distorções naquelas leis em que possamos ter cometido erro.

Sr. Presidente, gostaria, rapidamente, se V. Ex^a me permitisse, de falar sobre um assunto muito importante para o Brasil, para a economia nacional, que é o embargo da carne pela União Européia no início de fevereiro. Não gostaria de passar desta semana e, por isso, estou usando esta tribuna para falar de dois assuntos tão diferentes, mas há medidas urgentes a serem tomadas a partir da semana que vem com relação aos embargos da carne. Amanhã, sexta-feira, voltaremos para nossos Estados, e, na terça-feira ou na quarta-feira, o próprio Governo brasileiro e nós teremos de tomar algumas medidas para solucionar esse imbróglio.

Recolhi, Sr. Presidente, 76 assinaturas de Senadores, de forma suprapartidária. Não alcançamos os 81 Senadores, simplesmente porque não os encontramos, mas tenho a certeza de que completaremos essas assinaturas com os 81 Senadores da República.

Todos os dias, temos ouvido que o Parlamento europeu estabeleceu medidas sanitárias e fitossanitárias com relação ao Brasil, como se o Parlamento europeu pudesse legislar no nosso País. O abaixo-assinado dos Senadores brasileiros tem o objetivo de mostrar para a União Européia que aqui também existe o Parlamento brasileiro, que tem força, que tem a obrigação de referendar os acordos internacionais.

Então, de forma suprapartidária, pensando na economia do País e na pecuária brasileira, gostaríamos, Sr. Presidente, que esta Casa pudesse protocolar junto ao Presidente da República, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministério da Agricultura, esse apoio, para que seja revertido esse acordo malfeito no passado. Tenho o apoio de todos os Senadores. Não concordamos com essa lista discriminatória, que cria um cartório de 300 propriedades rurais.

Sr. Presidente, em cinco minutos, quero explicar o que significa esse acordo, para tranquilizar todos os Colegas. A grande maioria aqui conhece esse acordo, sabe como ele funciona, mas gostaria de reiterar detalhadamente a respeito desse assunto.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) determina as regras básicas, os princípios básicos, dos acordos bilaterais em qualquer área, seja na agricultura, seja em outras circunstâncias, em outra situação. No que diz respeito às questões sanitária e fitossanitária, a OMC estabeleceu o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), um tratado internacional que todos os países signatários da OMC têm a obrigação de cumprir.

Esse acordo estabelece principalmente alguns princípios e normas para a aplicação dessas medidas sanitárias, quando são para animais, e fitossanitárias, quando são para os vegetais, que é o caso dos nossos grãos. A OMC estabeleceu cinco princípios básicos e gerais, porque é assim, de forma inteligente, que deve ser praticado o mercado internacional – cada país é um país; cada lugar é um lugar.

Assim, os princípios básicos, Sr. Presidente – o primeiro é o da harmonização –, aos quais o Brasil precisa atender e obedecer, são princípios científicos. A OMC determinou ao Organismo Internacional de Epizootias (OIE), que cuida apenas da sanidade animal, que estabelecesse os critérios da ciência para o controle dos animais bovinos, de todos os animais que pudessem ser comercializados entre países e assim por diante. Não

podemos inventar uma regra científica que não seja determinada, escolhida e referendada pela OIE.

O segundo princípio, Sr. Presidente, é o da equivalência. O que significa isso? Eu, União Européia, não posso exigir de países terceiros, de países dos quais importo, práticas que não faço no meu País. O que eu exigir no meu país tenho de exigir para outros países. Não posso tratar meus produtores com facilidade e dificultar a vida dos produtores de outros países. Então, essa equivalência é obrigatória, é uma norma rigorosa da OMC.

O terceiro princípio, Sr. Presidente, é a transparência. Qualquer modificação que possamos fazer no nosso acordo, nas nossas condições, temos a obrigação de dar transparência, de comunicar ao parceiro.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço-lhe mais dois minutos, Sr. Presidente. Já estou concluindo.

Com relação à transparência, tenho de dar publicidade a mudanças que faço no País com relação a esses acordos.

O quarto princípio é a avaliação de risco. O que é a avaliação de risco? Tenho de trazer todas as medidas, para, em primeiro lugar, defender a saúde humana e também a saúde animal.

E o quinto e último princípio da OMC é a não-discriminação e o tratamento nacional. Não pode haver discriminação no tratamento entre os países. O que é discriminação? Se no Uruguai, na Argentina e na Austrália não se exige lista de 300, não se exige lista de 100, não se exige lista de 1000, por que se pedir lista de 300 dos produtores rurais do Brasil? Isso fere o princípio da OMC, e não vamos permitir que isso aconteça.

Sr. Presidente, o que ocorre é que, quando vamos fazer uma parceria, um acordo internacional, no caso da União Européia, o país interessado em exportar para aqueles países dita as regras, ditas as normas, desde que obedeça aos cinco princípios. Isso significa que minha maneira de fazer no Brasil não tem de ser idêntica à da Argentina nem à do Uruguai. Preciso apenas cumprir os cinco princípios, principalmente os de equivalência e da ciência.

Então, quem fez o acordo do Uruguai com a União Européia? Foi o governo uruguaio que preparou sua posição e falou: “Posso cumprir isto”. E a União Européia verificou se cumpria os cinco princípios da OMC e assinou o acordo. A Argentina, igualmente, ofereceu seu tratado, e a União Européia o acatou, baseada no cumprimento dos cinco princípios. No Brasil, o Governo

anterior ofereceu à União Européia regras que são inexecutableis no País, porque nosso País é de tamanho...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço-lhe mais dois minutos, por favor.

Nosso País é continental. Aqui, temos um rebanho de 190 milhões de cabeças; o do Uruguai é de 11 milhões de cabeças, e o da Argentina é de 50 milhões de cabeças.

Se continuarmos insistindo, Senador Sibá, nesse mal acordo feito no passado, ficaremos eternamente reféns da União Européia, que, a cada movimento comercial de mercado, pode apontar o dedo no nosso nariz e dizer que estamos errados. Quando convier a eles, porque está faltando carne, nosso método estará correto.

Então, quero aqui rogar ao Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que tem dado grande contribuição ao País; ao Ministro das Relações Exteriores, talvez o maior responsável, pois sua função principal é ajudar os Ministros nessa área em que tem mais experiência, o Itamaraty; e ao Presidente da República. Exportamos para a União Européia um valor considerável, não em percentuais da produção interna. De tudo que produzimos, exportamos apenas 3% da nossa carne para a União Européia, mas, em termos econômicos, é muito, US\$1,2 bilhão, e isso não podemos dispensar. Só queremos repactuar nosso acordo, conforme as condições do Brasil e as normas internacionais.

Em nenhum momento, o Brasil se recusa a cumprir as normas da OMC nem as da OIE, só não queremos continuar com um acordo em que somos reféns de certificadoras, trazendo ônus ao produtor rural brasileiro. No Uruguai e na Argentina, toda certificação é gratuita, o governo banca, e o produtor não tem nenhum ônus.

Por que o fazendeiro europeu rastreia todo o seu rebanho e, de preferência, torce para que a vaca venha a parir dois bezerras? Porque, a cada cabeça que ele tem na fazenda, ele ganha 257 euros e mais 0,38 euros por quilo vivo de animal. Então, lá existe o estímulo e o incentivo, e o produtor que não rastreia o seu gado e não dá a informação correta não recebe o subsídio. E ele recebe o subsídio vendendo o boi ou não.

Quero lembrar que, enquanto nosso preço está em torno de R\$1,4 mil a carcaça, na União Européia, além do subsídio de que falei, são mais de quatro mil euros.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Kátia, vou ser expulso da Mesa.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Quero pedir desculpas ao Sr. Presidente e aos Colegas. Agradeço-lhes a paciência, mas, por último, devo dizer que vamos reagir de forma inteligente, de forma racional. O mercado é importante para nós, precisamos da União Européia, mas não continuaremos reféns de um acordo malfeito no passado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora, a solicitação de V. Ex^a é atendida pela Mesa, que encaminhará o que solicita aos órgãos do Governo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos artigos 154, inciso III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial do Senado, no próximo dia 28 de fevereiro, destinada a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro da Silva, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senadores **Jayme Campos, Serys Shessarenko, Kátia Abreu, Eduardo Suplicy, Maria do Carmo Alves, Jarbas Vasconcelos, Sibá Machado, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Francisco Dornelles, Eduardo Azeredo, João Ribeiro, João Tenório, Valter Pereira, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Gerson Camata e Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do editor, político e intelectual Antonio Carlos Noronha Portella, ocorrido em Petrópolis – RJ, no dia 19 de fevereiro 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Petrópolis – RJ, em 19 de fevereiro de 2008, do editor, político, intelectual e empresário Antonio Carlos Noronha Portella.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do Dr. Noronha e ao **Diário de Petrópolis**.

Justificação

Político por vocação, o Dr. Antonio Carlos Noronha Portella, foi vitorioso empresário em Petrópolis – RJ. Ali, além de exercer atividades como advogado e empresário agropecuário, ele foi um dos fundadores do jornal **Diário de Petrópolis**. O Dr. Noronha, que faleceu no dia 19 de fevereiro de 2008, foi também vereador e deputado. A política sempre foi sua grande paixão. Ultimamente, já doente e aposentado, jamais deixou de ter tempo para conversar sobre os acontecimentos políticos nacionais. Amigo do saudoso Amaral Peixoto, o Dr. Noronha ajudou a fundar o MDB, o atual PMDB. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República a esse ilustre cidadão brasileiro, com quem também tive o prazer de conviver e merecer sua amizade.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, só queria fazer um registro da visita do Presidente Lula, anteontem, ao meu Estado e agradecê-lo, porque, na figura de Presidente, tem sido o maior governador daquele Estado. Ele foi nos levar uma notícia alvissareira, a ordem de serviço do nosso contorno de Vitória.

V. Ex^a, quando for ao nosso Estado, e está devendo essa visita há muito tempo, vamos duplicar os vinte e poucos quilômetros do contorno de Vitória, tão importante para vida do Brasil por causa da importância do Estado do Espírito Santo, o contorno de Cachoeiro de Itapemirim.

Essas duas ordens de serviço significam muito para o Estado. Cachoeiro de Itapemirim, a capital do mármore e do granito, o sul do Estado será beneficiado com esse contorno. E mais a inauguração de um Cefet no nosso querido sul do Estado.

Significou muito para nós, Sr. Presidente, a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem nos faltado em nenhum momento. Nós que passamos anos no Estado do Espírito Santo sem receber a visita de um Presidente da República. E até acho que eles estavam certos, porque o crime organizado mandava

no Estado do Espírito Santo e os presidentes tinham medo de serem fotografados com os homens que o mantinham e estavam no poder no Estado.

O Presidente Fernando Henrique foi ao Estado uma vez e ficou lá 15 minutos, para não ser fotografado com aqueles que estavam no poder. E ele estava certo. Mas hoje o nosso Estado vive um outro momento, um momento diferenciado. A presença do Presidente da República para levar para lá o final das obras de São Mateus e uma obra que foi um parto de vinte e tantos anos no passado, que foi a ponte, as obras de Colatina que, finalmente, chegou ao seu fim, quero agradecer, em nome da população do Estado do Espírito Santo, até porque o dinheiro nem é do Presidente Lula. Ele não está nos fazendo favor nenhum. Mas o gesto, a boa-vontade desse Presidente com o Estado do Espírito Santo, como tem sido com o Brasil inteiro. Os índices apontam para isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão plenária do dia 18 de dezembro de 2007, quando discutíamos o PLC nº 029, que trata da política nacional de pesca e aquicultura, houve um acordo com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, no sentido da retirada do processo de pauta para tramitar novamente na Comissão de Agricultura. Isso consta dos Anais da sessão. Contudo, até hoje o projeto permanece na Mesa do Senado, não tendo sido encaminhado à Comissão de Agricultura.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a das providências necessárias para que chegue... Esse é um projeto da maior importância para o Brasil e precisa ser discutido na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem razão V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

A Secretaria da Mesa vai trazer as informações a respeito, vai relatar à Presidência o ocorrido, e as providências serão adotadas como requer V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passa-se à votação dos requerimentos de autoria dos Srs. Senadores Pedro Simon, Vasconcelos e outros Srs. Senadores.

Francisco Pinto é uma figura conhecida do mundo político nacional. Foi um símbolo de resistência democrática nos períodos autoritários, foi a figura exemplar da indignação popular.

Chico Pinto era padrão de dignidade, de competência, decência e honradez. Que o seu exemplo possa inspirar os políticos da atualidade.

Vamos colocar em votação o requerimento, como se recomenda regimentalmente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, solicito ao Senador Pedro Simon licença para subscrever o requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento está sobre a mesa. Os Senadores que desejarem poderão subscrevê-lo, é claro, com a concordância dos autores.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e depois aos Senadores Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Suplicy; enfim, todos os Senadores que se encontram no plenário.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a disse muito bem, Sr. Presidente. Todos os Senadores.

Eu tenho a convicção de que é uma data triste e uma manifestação que todos nós vamos desejar fazer com relação a essa figura extraordinária de Chico Pinto.

Estamos em uma época, hoje em dia, em que a figura se chama Fidel Castro, que renunciou ao mandato, surpreendentemente, depois de apenas 49 anos. Estamos vivendo uma data em que talvez não se recorde o nosso passado. Mas Chico Pinto, salientou muito bem V. Ex^a, é um nome que marcou época neste País e neste Congresso Nacional.

A política brasileira perdeu, na terça-feira, um dos seus maiores nomes. Morreu o advogado, jornalista, deputado federal por quatro mandatos e Constituinte, Francisco Pinto, conhecido na nossa história, nos corredores do Congresso Nacional e no coração do povo baiano e brasileiro como Chico Pinto. Um nome, uma legenda. Uma estatura política à altura de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Mário Covas. Se fosse possível defini-lo numa única palavra, talvez escolhesse dignidade. Ou, quem sabe, seriedade. Talvez correção, pureza, brilhantismo, coerência. Ou, ainda, todas elas reunidas numa característica que marcou a vida de Chico Pinto: a autenticidade. Era isso: Chico Pinto era um autêntico. Vem daí a marca que ele deixou no nosso velho e querido MDB, nos tempos mais duros do regime militar: foi um dos mentores mais importantes do chamado Grupo Autêntico do partido.

Era o início dos anos 70 e, com ele, o MDB passou a viver um novo momento. Foi quando se iniciou o grande

debate que fundamentou as mais memoráveis campanhas pela restauração da democracia brasileira. Foi ali que surgiram as idéias que resultaram, por exemplo, nas campanhas da Diretas Já, da luta pela anistia, pelo fim da tortura, pela Assembléia Nacional Constituinte, entre tantas outras, que o velho MDB e o povo brasileiro levaram às ruas, e Chico Pinto estava em todas elas.

Além da presença, Chico Pinto exerceu uma liderança marcante em todos esses movimentos que marcaram a nossa história.

Ele era um articulador dos mais competentes. Sem jamais abandonar os seus ideais por um País democrático e soberano, demonstrou-se um dos melhores articuladores daquele momento em que se ouvia apenas a voz da repressão. Preso exatamente por defender esses ideais, nas ruas e na tribuna da Câmara, percebeu que o seu pensamento tinha ressonância entre um grupo significativo dos próprios militares brasileiros. Assim, sem transigir com qualquer conveniência pessoal, soube, como ninguém, dialogar com todos, inclusive com militares que se insurgiram contra aquela triste realidade. Foi daí que surgiram as anticandidaturas. A primeira foi com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Com eles, percorremos o País disseminando a democracia o Brasil inteiro. Depois, ainda quando presidentes da República eram somente militares ungidos, foi lançada a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, tendo a seu lado o bravo Paulo Brossard de Sousa Pinto.

Em todos esses movimentos pela democracia, o contraponto, da voz, da luta era Chico Pinto. Não transigiu nem mesmo quando da prisão lhe acenaram com a idéia de um possível perdão. Para ele, perdoar o que, se ali estava exatamente por defender o que mais acreditava: em um país mais justo e democrático? Em carta dirigida, então, ao Presidente Ernesto Geisel, recusou, antecipadamente, o indulto de Natal que lhe seria oferecido: “Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento – o de um perdão que não solicitei”.

Foi vasta a experiência política de Chico Pinto. Tudo começou na década de cinqüenta, eleito vereador na sua querida Feira de Santana. Não tardou em se eleger prefeito. Já naquele tempo, colocou em prática a sua aptidão pela democracia na gestão dos recursos públicos. Foi pioneiro – fala-se tanto nisto, meu amigo Jarbas – no chamado orçamento participativo. Pois foi ele, lá na sua Feira de Santana, o primeiro que pôs em prática, que discutiu, que debateu e que defendeu a tese do chamado orçamento participativo.

Também vem desse tempo a perseguição política que lhe seria implacável: foi sacado da Prefeitura pelo regime militar já no seu início, em 1964. No livro de

posse de seu sucessor consta o nome de comandantes que houveram cercado a Prefeitura e que provocaram a sua deposição. Lá ele ficou cercado e lá foi deposto, tendo sido apeado da Prefeitura.

Respondeu a inúmeros processos, a inúmeros inquéritos militares. Já Deputado Federal pelo MDB, em 1974, foi processado, a pedido do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, por ter protestado, na tribuna da Câmara dos Deputados, com a escandalosa presença e com as honras prestadas a Augusto Pinochet, contra as torturas de todos os tipos de violências que se praticavam no Chile, igualmente sob o regime de exceção. Por esse motivo, foi condenado a seis meses de prisão, em triste decisão do Supremo Tribunal Federal, além de perder o mandato por decisão, triste decisão, da Mesa da Câmara dos Deputados.

Voltou ao Congresso Nacional em 1978, sendo reeleito em 1982 e em 1986, até que se desiludiu da realidade brasileira e deixou a vida pública.

Que discursos faria hoje Chico Pinto, desta mesma tribuna do Congresso Nacional, neste momento sensível do Parlamento brasileiro, que atinge, talvez, os mínimos limites da indignidade?

Na impossibilidade de ouvirmos, a partir de agora, os seus ensinamentos, fique o seu exemplo. Que fique também o seu pensamento. Registramos os seus discursos na Câmara dos Deputados, para que a história brasileira lhe renda o devido tributo.

Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais do Senado Federal – está aí na mesa, com V. Ex^a – da sua última entrevista, dada ao portal Terra, histórica e memorável. Peço, neste momento, que ela faça parte dos Anais desta Casa, pela coragem de sempre, pela luta de sempre, pela importância de sempre.

Sr. Presidente, perdoe-me por recordar, mas eu me lembro da Executiva do nosso velho MDB: Dr. Ulysses, Presidente; eu, Primeiro Vice-Presidente; Teotônio, Vice-Presidente; Chico Pinto, Secretário-Geral; Tancredo e Covas. Eu me lembro do papel, meu amigo Jarbas, meu amigo Heráclito, que essa Executiva fez.

Éramos nós e a ditadura; éramos nós e a violência; éramos nós e o arbítrio.

Lembro-me da reunião em que a Bancada do MDB decidiu que votaríamos contra o projeto de reforma da Constituição para reformar o Judiciário, porque ela não era justa, não era correta, não era real. Lembro-me do Dr. Tancredo dizendo “nós não vamos votar isso”. Fazia um apelo para que não votássemos porque diziam que os militares estavam de “olho arregalado”. Votamos, votamos contra. Aí fecharam o Congresso Nacional e fizeram o que quiseram. Mas não havia nem entendimento, nem acordo, nem o que se vê agora, Sr. Presidente. Vejo o Chico Pinto, vejo o papel que re-

presentamos naquele momento, vejo que temos liberdade absoluta hoje, que temos autonomia, que temos independência para fazer o que quisermos, mas vejo também esta quinta-feira absolutamente vazia.

Não sei quando sairá a Comissão de Inquérito. As manchetes de jornais dizem que estão em entendimento e que só sai a Comissão quando os cargos da energia elétrica e da Petrobras forem nomeados. Dizem que é em nome do PMDB. Pelo amor de Deus, tirem o meu nome fora disso! Sei que posso dizer para tirarem o Jarbas e muitos outros, porque não é em nosso nome que estão negociando cargos para abrir mão da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse não é o nosso Partido, Sr. Presidente! Vejo também a discussão em torno do fato de que oferecem um nome para um cargo. O Presidente agora liberou o cargo, mas tem que, primeiro, vir uma negativa de autoria do Tribunal de Contas da União. Pelo amor de Deus! Outro é nomeado, mas tem que vir a negativa de três processos a que está respondendo, e por isto não sai a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ó, meu velho MDB! Ó, nosso querido Partido! Ó, nossa querida história! No meio disso tudo, esta Pátria

Eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que falasse com o Presidente da Câmara. Que ele fizesse... Eu ia fazer constar do documento, mas acho que não seria elegante, porque cabe a ele. Que a Câmara publicasse, este ano, como fazem todos, como fazemos aqui e fazem lá, que a Câmara publicasse um livro com a vida e a obra de Chico Pinto. A ele o meu carinho, a ele o nosso afeto.

As coisas passam, mudam, e nós não podemos nem fazer que a sociedade brasileira de hoje sinta o que foi Chico Pinto na hora em que ele viveu. Mas tenho certeza de que ele foi um patriota, um homem que honrou a sua história, que honrou este País.

Para mim, Sr. Presidente, é com emoção que digo, foi um grande amigo e professor que tive ao longo da minha vida pública.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Morreu hoje, 19 de fevereiro, em Salvador, o ex-deputado federal Chico Pinto. Estava internado desde 2007, no hospital San Raphael, onde resistia a um câncer. Veio uma infecção urinária e, em seguida, a infecção bacteriana generalizada.

Durante quase um ano, fez de seu quarto de hospital um espaço de memórias. Recebeu amigos e ex-companheiros de partido – Waldir Pires, Sigmaringa Seixas, Airton Soares, Sebastião Nery, Hélio Duque, Alencar Furta-do... -, despedindo-se lentamente da vida. Não perdeu a ironia, embora revelasse desencanto com os rumos da política brasileira.

Em 3 de janeiro, **Terra Magazine** publicou uma entrevista exclusiva com Chico Pinto. Republicamos agora, dia de sua morte. O ex-deputado será enterrado em Feira de Santana, sua terra natal, na Bahia. Deixou uma mulher, Taís Alencar, e uma filha, Taís Alencar Pinto dos Santos. O governador Jaques Wagner decretou luto oficial.

“Chico Pinto quer falar.” Internado no hospital San Raphael, em Salvador, o ex-deputado federal Francisco Pinto, um dos maestros da resistência à ditadura militar no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), deseja gravar suas memórias políticas. Com certa ansiedade, convoca o repórter. Teme perder o impulso.

O recado chega em 1º de setembro de 2007. Há meses, vinha adiando um registro de suas reminiscências. Estimava um tempo mais tranqüilo para alinhavá-las. Àquela altura, porém, dispensava saúde e formalidades. Queria falar.

A história da esquerda democrática, no Brasil dos anos 70, passa pelos discursos e conspirações de Chico Pinto. Em quartéis e encontros sigilosos, ele arquitetou um espinhoso diálogo entre o MDB e os militares nacionalistas.

Dessa estranha alquimia nasceu a candidatura do general Euler Bentes à presidência da República, em 1978, numa artimanha para dividir as Forças Armadas. Participou da articulação o senador de Pernambuco, Marcos Freire, morto em 1987 num acidente aéreo.

Eleito para a Câmara Federal em 1970, Chico Pinto aglutinou parlamentares no Grupo Autêntico do MDB e ajudou a estabelecer os limites entre oposição e governo.

Superava rugas recentes com os militares. Em 1964, fora deposto da prefeitura de Feira de Santana, na Bahia. Fez, sozinho, sua defesa no tribunal militar. Absolvido, partiu para novo encontro com as urnas.

Em Brasília, percebeu que não era possível atuar sem pertencer a um agrupamento

político forte. No jogo interno do MDB, as posições do grupo Autêntico, que criticava sem meias palavras a ditadura, empurravam o comedido Ulysses Guimarães para o enfrentamento com o governo.

– Os autênticos marcaram a vida política no instante em que a ditadura atingia todos os recordes de popularidade. Em 1974, quem votava em branco, nulo, passou a ver que o voto era uma forma de derrubá-la. E isso é consequência da atuação de Chico Pinto e dos autênticos – analisa o ex-deputado federal Hélio Duque.

O ex-ministro da Defesa Waldir Pires define:

– Ele resistiu na área de uma política de faz-de-conta, o Congresso Nacional daquela época.

O balé de radicais e moderados encenou a Anticandidatura de Ulysses e do presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho. Em 1974, os dois reacenderam as artes de uma campanha nacional.

“A luta dos ‘Autênticos’, como membros do MDB, principalmente no episódio da Anticandidatura, deu ao partido conotação de oposição efetiva, de resistência ao regime militar”, avalia a historiadora Ana Beatriz Nader, em “Autênticos do MDB”, importante registro de história oral.

Em 1974, ao discursar contra a presença do general Augusto Pinochet no Brasil, e denunciar os crimes humanitários da ditadura chilena, reafirmou o papel constitucional da tribuna parlamentar. Gramou a prisão e o afastamento do Congresso.

Trinta anos depois, a imagem histórica de Pinochet faz valer todos os adjetivos empregados por Chico Pinto – mesmo os que, por prudência, preferiu guardar.

Eternidade

Deitado num leito do San Raphael, onde resiste a um câncer, Chico Pinto rememora todas essas passagens. Está sem o gorro russo usado em velhas campanhas. No criado-mudo, romances de José de Alencar, jornais, revistas...

Os visitantes transformam o quarto do hospital em um confessionário político. Ali deixaram postas do passado os ex-governadores Waldir Pires, Lomanto Júnior e Roberto Santos, além de velhos correligionários e amigos

como Sebastião Nery, Mário Lima, Hélio Duque, Alencar Furtado, José Carlos Brandão e Portela.

– Às vezes, o homem pensa que é eterno e retarda os compromissos. Agora eu vejo que não é. De repente, a saúde some e abala essa certeza de eternidade – diz Pinto, antes de iniciar a entrevista, naquele setembro de 2007.

Continua internado em Salvador, sempre acompanhado por sua esposa, Thaís. Esquece até de praguejar o cigarro. Não o responsabiliza pelos males à saúde. Fumou desde a adolescência, mas, por caráter, evita desmerecer todos os maços que passaram por suas mãos.

– Eu estava na UTI e lá refletia sobre o cigarro. Usava quatro piteiras por dia. Em média, vinte cigarros para cada uma. Fumava de oitenta a cem cigarros. Usei piteiras espanholas, portuguesas, americanas, e me fixei na piteira Tar Gard. Quando descartava uma, deixava ao sol e formava aquela massa sólida de nicotina. Eu dizia às pessoas: esse é o lado negativo.

Chico ajeita a coberta, coça a barba que o aproxima dos profetas, e arremata a exposição, voz baixa e mansa:

– Mas era o cigarro que me acompanhava nos momentos tensos, ajudava-me a ter inspiração na hora de escrever... Fumo desde os 12 anos. O cigarro foi um companheiro de toda a vida. Falar mal dele agora seria mau-caratismo. Se você quiser, abra aquele armário e veja minha carteira. Tem lá uma carteira de cigarro. É para provar que não o abandonei.

Sob nuvens de memória e tabaco, Chico Pinto, 77 anos.

CORDÃO DOS AUTÊNTICOS

Terra Magazine – O senhor pode explicar as divisões internas do MDB durante a ditadura?

Chico Pinto – No MDB, você tinha três grupos. O grupo Adesista estava no partido e defendia o governo. Grupo Moderado, quem era? Tancredo, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, esse pessoal. O terceiro grupo foi criado quando eu cheguei ao Congresso: os Autênticos. Porque, na Bahia, em reunião com os companheiros, inclusive do próprio Partido Comunista, me diziam que eu estar sozinho não adiantava nada em Brasília. “Tem que se organizar lá”.

Então, eu pedi a relação dos deputados que foram votados pelo Partido (Comunista), que era ilegal e não podia ter nenhum “eleito”. Pedi essa relação do Partidão. Os outros apoiavam o voto nulo. No dia da homenagem que a Câmara prestou aos Autênticos, José Genoíno (PT) fez uma revelação interessante: falando em nome do PT, mostrou a influência que a minha presença na política teve para gerar uma discussão interna sobre a participação institucional ou não.

Havia diálogo com os defensores do voto nulo?

Sim. Algumas pessoas do voto nulo até me diziam: “Olha, eu acho uma posição errada, vou acompanhar o Partido, defender, mas meu voto pessoal, aqui pra nós, eu vou lhe dar”.

E a lista?

O Partidão mandou os nomes, mas não tinha os nomes do País inteiro. Me deram alguns nomes. Não deram Lysâneas Maciel (ex-deputado federal do Rio de Janeiro). Lysâneas não teve apoio do Partido, mas era um socialista, importantíssimo. No Rio, eles votaram com Walter Silva e J.G. de Araújo Jorge, poeta.

Eu ia em cima, procurava esse pessoal já conhecido. Uma vez, Hélio Duque (ex-deputado federal do Paraná) me deu alguns nomes. Alencar Furtado não foi apoiado pelo Partido Comunista. **Freitas Nobre?**

Ele não era do Partido, mas teve uns votos. O Partido em São Paulo votou em Santinho Sobrinho... No Rio Grande do Sul, Nadyr (Rossetti) e Amaury (Müller). Ambos foram cassados depois. Tinha o Getúlio Dias. Lá em Santa Catarina, um bom sujeito, que foi deputado e depois senador, Jaison Barreto.

Foi montado esse quadro, então?

Estou citando alguns nomes. Em Pernambuco, quem recebeu apoio foi Fernando Lyra, e não Marcos Freire. Marcos recebeu apoio de Dom Hélder e da esquerda católica. Na Bahia, o Partido votou comigo. Veja que estou dando alguns exemplos, pra você ver que tinha alguma facilidade de procurar e encontrar receptividade pra formação do grupo que se tornou o grupo Autêntico do MDB. E o grupo teve uma unidade, rapaz, com 20 e tantos deputados...! Faltei falar em Alceu Collares e Freitas Diniz, do Maranhão, bom companheiro.

DIÁLOGOS NA SOMBRA

Como é que o senhor percebeu que havia uma possibilidade de diálogo com os militares nacionalistas?

Desde o início, eu me convenci de que nós (da esquerda) precisávamos de um braço armado. Não existia ainda, mas passou a existir com o braço armado civil: Caparaó, Araguaia, etc. Vibrava com aquele negócio, embora soubesse que não ia conseguir quebrar a chamada unidade das Forças Armadas.

Lá dentro do Conselho Militar, onde respondi a processo, eu via que os militares se revezavam de quatro em quatro dias. Alguns deles queriam me conhecer: “O cara é um nacionalista...”

Onde era o Conselho?

Em Salvador. Na Auditoria Militar. Então, fui conhecendo esses caras, alguns me convidavam para ir às casas deles. Queriam outra política que não a entreguista de Castello Branco, exigindo mudanças contra a tortura. Aí facilitou, né? Em determinado momento, eu me integrei a esses grupos. Viajava para o Rio de Janeiro – algumas vezes até com Inácio (Gomes, advogado de presos políticos baianos). Porque Inácio era bom pra conversar com militar.

“BRASIL ACIMA DE TUDO”

Conversava com a organização militar Centelha Nativista?

Centelha, Brasil Acima de Tudo. No meu primeiro discurso na Câmara, terminei falando: “Brasil acima de tudo!”. Era um recado pra eles. Médici quis me cassar por esse discurso. Proibiram a publicação no **Diário Oficial**, enquanto eles decidiam. A notícia toda é que eu seria cassado. Os jornalistas: “ó, você vai ser cassado...”

E eles começaram a dizer que era um discurso agressivo, comunista, contra as Forças Armadas. Não pegou porque espalhei o discurso entre os militares conhecidos, muitos deles reimprimiram, distribuíram com os colegas. Criou um clima de resistência.

Como é que vão cassar este homem que está defendendo os militares? E como é que eu defendia? Peguei a origem das Forças Armadas brasileiras, toda a luta travada contra a escravidão, a resistência de muitos militares daquela época em cumprir a ordem de perseguição aos escravos... A revolução de 22, 24, 25...

RESISTÊNCIA INTERNA

Qual era sua leitura?

Estudei muito. Como estudei muito sobre a psicologia dos militares. Também era importante saber como eles reagem. Ao mesmo tempo, o convívio facilitou isso, a confiança recíproca. Sem dizer, você levantava e mostrava a importância dessas revoluções, desses tenentes, o papel que o Exército exerceu naquele período. Como é que eles iam dizer que eu estava contra o Exército? Ao contrário. Não publicaram meu discurso, mas depois publicaram com cortes e tal. Com silêncio, ninguém sabia – na área militar, eu seria inimigo do Exército e... corta a cabeça! Acabou. Era o Médici, naquela época. Ele se viu em dificuldade pra me cassar. Por isso, é que eu entendia aquelas brigas internas do PC, PCdoB...

INSPIRAÇÃO DOS TENENTES

E a resposta dos militares?

Houve um crescimento, rapaz! Acho que foi um papel importante que não tem sido ressaltado. Você não podia falar em divisão das Forças Armadas. Isso era intolerável. Você tinha que fazer as coisas como os tenentes fizeram.

Eu peguei, por exemplo, o processo do brigadeiro Eduardo Gomes, que estava preso na década de 20. É um negócio interessantíssimo. Era chamado de subversivo – não se falava “comunista” -, esbodegavam com ele. Um dos juízes do Supremo Tribunal, na época, disse: “Esse nunca será glorificado, esse homem é contra o País”. Tenente quem? Eduardo Gomes.

Nunca falavam das Forças Armadas. Falavam em derrubar os governos que estavam constituídos: Washington Luiz e outros. Então, eu me integrei de uma forma espontânea e também estudada. Foi muito bom o período.

SENHA NA MADRUGADA

Uma vez, jogaram um caminhão na Vila Militar do Rio de Janeiro. Bem, à noite, eu tinha os endereços de uns oficiais nacionalistas pra conversar... Parecia um doido. Entrava no carro e ia atrás. Batia na porta. Mas eu não ia à toa. Sabia quem era.

Agora, alguns deles me davam o endereço do camarada, davam uma senha, vinha um outro colega deles, pra poder conversar. Tanto assim que um do Rio de Janeiro, quando cheguei lá, estava com um colega, compadre

dele, capitão também. Bati na porta, ele na moita. Olhou... Joguei a senha e ele (sinal de silêncio). Dando sinal que eu não falasse na vista do outro. Quando o outro saiu, disse:

– É meu compadre, meu amigo, mas é muito reacionário.

Isso era uma coisa importante, você criar uma resistência dentro do batalhão que sustentava o governo. O batalhão que eu digo aí é a força política e econômica que sustentava o governo.

Na segunda parte da entrevista, Chico Pinto avalia a personalidade de três personagens da redemocratização do País: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Teotônio Vilela.

Para a história, ficou a imagem do Ulysses destemido, condutor da democracia, esfinge que não contempla as disputas de bastidores.

Entre os “autênticos” do MDB, Ulysses passava por conservador. Experiente em disputas partidárias, Tancredo ganhou a plumagem da conciliação. Teotônio temperava as trocas de pontapés.

Nas eleições indiretas de 1974, a Anticandidatura de Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho pacificou, momentaneamente, as correntes intrapartidárias. “É o anticandidato que vai percorrer o País, denunciando as antieleições”, dizia Ulysses, na sucessão de Médici.

A idéia da campanha simbólica partiu dos autênticos. Mas um acordo foi quebrado: em vez de renunciar à candidatura e denunciar o caráter antidemocrático das eleições, os dois quixotes do MDB permaneceram até o fim. Não receberam os votos dos autênticos. O general Ernesto Geisel saiu vitorioso.

“O acerto com os autênticos era renunciar na véspera e esvaziar o pleito. Mas isso não foi mesmo cumprido”, lembra-se o ex-deputado e ex-ministro da Justiça Fernando Lyra. O ano de 1974 marcaria ainda a vitória legislativa do MDB, que ampliou seus quadros no Congresso.

Chico Pinto reconhece que a Anticandidatura serviu, ao menos, para Ulysses “tomar gosto” pela oposição aos militares.

LAMARCA E A LUTA ARMADA

Terra Magazine – Qual era a resposta dada pelos militares a suas sondagens? O senhor se lembra de alguns nomes?

Ah, tive contato com vários. Esqueço muito de nomes e, pra mim, era importante esquecer. Se você perguntar sobre aquele pessoal que eu ajudei da luta armada, é a

mesma coisa. Eu tinha três revólveres 45 e dei dois, fiquei com um. Isso eu nunca disse a ninguém porque era um negócio perigoso. Ajudava como eu podia, era um apoio logístico ao movimento... Alguns dos militares tinham lido Marx. Um deles, em casa, me mostrou um livro de Marx...

Na certa, apreendido de comunistas.
(risos) Mas não era!

O senhor chegou a ter contato com Lamarca?

Pessoalmente, não. Indiretamente. Sabia onde ele estava. No princípio. Sobretudo sabia mais quando Iara (Iavelberg) estava na casa de um médico de Serrinha chamado Hamilton. Ela passou uma temporada lá.

Hamilton Saphira?

É. Era “comuna”. Muito reservado, mas do Partido.

BRIGAS NO MDB

Como era a relação do grupo autêntico com Ulysses e Tancredo?

Tumultuada. No princípio, muito tumultuada porque Ulysses não era o presidente do MDB, era Oscar Passos. Ulysses era vice e queria assumir. Depois do AI-5, pra você ter uma idéia, não se fazia discurso contra o governo. Nem projeto se apresentava, a não ser um de estrada e não-sei-o-quê.

Tancredo, Ulysses, Thales Ramalho eram do grupo majoritário. E se aliavam ao grupo adesista pra impedir nosso avanço. Porque eles achavam que nós prejudicávamos a abertura democrática com radicalismos.

Começou com muito atrito. Porque eles não queriam avançar. O Tancredo, sabidamente, embora em determinado momento histórico tivesse sido de muita coragem – no caso de Getúlio Vargas, foi dos poucos que admitiram a resistência, e no próprio governo de Jango, quando ele foi líder do partido e não votou no Castelo Branco -, mas o Tancredo, depois dos perigos que passou, se retraiu muito.

Ulysses era a posição de querer agradecer ao pessoal adesista – e aí se chocava com a gente. A diferença entre nós era grande. Primeiro, não achávamos que dava para fazer oposição penteando macaco. Era necessário ser aguerrido. Íamos pra tribuna, pau violento. Correndo riscos, mas não tinha conversa. Mas é claro que ninguém queria perder o mandato.

ULYSSES E OS MILITARES

Aí você pergunta: e a relação deles (moderados) com os militares? Animosidade. Ulysses não gostava de militar, não queria saber da vida militar.

Chamou a Junta militar de “Os três patetas”.

Mas isso foi depois... O grupo autêntico, você sabe, a maioria tinha sido vítima, presa em 1964. Por isso, defender a tese de aliança com os militares era um negócio inusitado. Foi um trabalho convencê-los politicamente da necessidade disso. Em determinado momento, começou a mudar a posição.

Mas, contato direto com os militares, a grande maioria não teve. Quem teve, porque eu queria que tivesse, porque era muito eficiente, era o Lysâneas. Mas ele não tinha limite no dizer as coisas. Dizia francamente tudo. Não dava.

Tivemos vários debates e disputas internas, quando eles (moderados e adesistas) se uniam todos e nos derrotavam. Nós conquistávamos com muita dificuldade espaços dentro do diretório nacional, da Executiva do partido. Mais tarde, eu cheguei até a ser secretário-geral do partido.

ZANGA DE TEOTÔNIO

Como foi essa escolha?

Nessa época, em 1981, Ulysses queria barrar nossa participação. Fui secretário-geral do partido porque houve um atrito sério com Teotônio (Vilela, senador), que já estava no PMDB. Ulysses acertou com os grupos que Tancredo seria o segundo vice-presidente e Teotônio, o primeiro-vice. E ele, o presidente. Estava acertado.

De noite, Ulysses telefona. Eu já era da Executiva, mas não ocupava esse cargo. Convocou a gente. O pessoal de Tancredo exigia Tancredo na primeira vice-presidência e Teotônio, na segunda.

Teotônio se revoltou e eu fiquei com ele. Aí, no dia seguinte, quando Teotônio ameaçou sair do partido, foi uma briga, né? Teotônio mandou chamar Ulysses, que estava presidindo a convenção do partido, que discutia a fusão entre o PP (Partido Popular) de Tancredo e o PMDB.

CANETA VERMELHA

E Teotônio...

Nessa briga, Teotônio ameaçou deixar o partido. Ulysses não vinha falar com

ele, no Senado. Aí ele mandou um recado para Ulysses, dizendo que ia chamar a imprensa pra dar uma entrevista, desligando-se do PMDB. Ele veio. Quando Ulysses disse que vinha, Teotônio pediu uma caneta vermelha. “Vou fazer minha chapa”. Ele se retirava da Executiva, deixava Tancredo Neves lá e me jogava como secretário-geral. Isso pra causar uma confusão maior ainda.

Teotônio disse a Ulysses: “Aqui, ó, minha chapa é essa. Ou aceita, ou eu renuncio ao partido. Tô fazendo de caneta vermelha de propósito”. Era um certo simbolismo do meu comunismo, né? Ele tomou um susto.

Ulysses recebeu a notícia e disse que não podia decidir sozinho, tinha que ouvir o Tancredo Neves. Tancredo estava interessado na fusão e, pra nossa surpresa, disse: “Perfeitamente. Pode botar o Chico Pinto”.

Nunca tive atrito com Tancredo. Ulysses e eu tivemos vários. Mas confiava e gostava de mim. Eu sabia. E ele revelava. Um secretário dele, encontrando comigo um dia, em São Paulo, falou assim: “Sabe que o dr. Ulysses gostava muito do senhor?”. Eu disse: “Desconfiava”. “Mas era. Dizia que o senhor era uma pessoa séria. Brigava, mas gostava muito”.

TEMPO DE SOBRA

Já no governo Sarney, Marco Maciel e Aureliano Chaves eram ativos, rapaz. Vieram de lá (da Arena), não tínhamos a menor simpatia por eles, e nos ministérios eles botavam pra quebrar. Nosso pessoal, por falta de prática – o que está acontecendo hoje com o PT: tateando -, sempre dizia: “Nós recebemos uma ordem do presidente para não fazer”.

Eles dois mandavam firme. Uma vez, uns meninos que estudaram num país desses e não eram legalizados aqui, e precisavam ser, queriam que eu conversasse com o senador Marco Maciel. Com oito dias, ele já me telefonava, dando a resposta. Tô mostrando a rapidez com que agiam. Aí eu falei: “Dr. Ulysses, o nosso pessoal não anda.” E dei o exemplo de Marco Maciel. Ele respondeu: “O que é que você quer? O Marco Maciel não come, não dorme, não bebe... Então tem tempo!”. (risos)

A ANTICANDIDATURA

Como surgiu a idéia da Anticandidatura de Ulysses e Barbosa Lima?

Nós tínhamos decidido, no grupo, e dialogamos com Ulysses e companhia, que nós

devíamos participar da campanha (de 1974), sabendo antecipadamente da derrota. Havia aquele voto vinculado. Não podia votar contra, senão estava expulso do partido. Você sabia antecipadamente o resultado.

Combinamos o seguinte e eles aceitaram: o MDB renunciaria à candidatura na véspera da eleição. O acerto foi feito com Ulysses e o grupo dele, com o compromisso da renúncia da candidatura do MDB se eles não permitissem o uso do rádio e da televisão. Posição do nosso grupo: participar do processo era uma forma de estar conivente.

Acertaram tudo e depois recuaram. Sempre faziam um pouco o joguinho do outro lado. Geisel estava torcendo para o MDB ter candidato, porque a vitória dele seria consagrada como uma luta política entre a oposição brasileira e a ditadura.

Quem convidou Barbosa Lima (Sobrinho, jornalista e presidente da ABI), em primeiro lugar, fomos nós. Fui ao Rio de Janeiro com Marcos Freire, Lysanêas Maciel, Araújo, esse pessoal do Rio, convidá-lo a ser candidato à presidência. Depois é que eles fizeram um acordo. Saíram Ulysses, Nelson Carneiro e Tancredo à casa do Barbosa e o convidaram a ser o vice. Ele aceitou. Claro que Barbosa não estava muito a par dessas divergências internas.

DEU NA BBC

O acordo não foi cumprido?

Qual era o compromisso? Usar o rádio e a televisão, e renúncia. Quando eles viram que o partido estava disposto a fazer confronto, o Tribunal Eleitoral decidiu que não era permitido o uso de rádio e televisão na campanha, porque o voto era indireto. Tirou o sentido de nossa luta.

Nós não votamos em Ulysses. No nosso grupo, nenhum. Vinte e tantos. A permanência tirou o efeito político de nossa luta. Serviu porque Ulysses se empolgou e começou a ser oposição. Mas oposição pra fazer comício. Não tinha o efeito de você ter usado o rádio e a televisão.

A BBC de Londres, quando terminou a votação, eleito Geisel... Aqui, aquela pressão toda, nós sabíamos que era difícil. Mas esperamos pra ver o que a BBC diria. Deu o resultado assim: no Brasil, foi eleito Ernesto Geisel, com tantos porcentos, MDB tantos

votos e oposição brasileira: 23 votos". Ah, rapaz! Pulamos de alegria! Porque era a BBC de Londres reconhecendo que só havia uma oposição. E éramos nós do grupo Autêntico! (risos). Reconhecimento internacional.

Três décadas antes das pelepas do ditador chileno Augusto Pinochet em tribunais internacionais, Chico Pinto denunciou da tribuna da Câmara de Deputados os crimes cometidos pelo general após o golpe de Estado contra Salvador Allende, em setembro de 1973.

Em 14 de março de 1974, Pinto discursou contra a presença de Pinochet no Brasil. O general viera prestigiar a posse de Geisel e sugeriu a formação de um eixo Brasil-Bolívia-Chile-Uruguai. Soou o alarme.

O deputado do MDB redigiu o discurso com cuidado. Mediu as palavras. Preservou a artilharia verbal.

“O que nos vem do Chile de Pinochet é o fechamento de jornais, é a censura desvairada à imprensa remanescente. O que nos vem do Chile é a opressão mais cruel, de que nos dá idéia a reportagem e as fotos publicadas pela revista Visão, do campo de concentração da Ilha Dawson. O que nos vem do Chile é o clamor dos presos (...) Três mil mortos, segundo Pinochet declarou a Dorrit Harazim, da revista Veja (...)

Mas o que nós desejamos, Sr. Presidente, é apenas deixar registrado nos Anais, o nosso protesto e a nossa repulsa pela presença indesejável dos vários Pinochets que o Brasil infelizmente está hospedando. Se aqui houvesse liberdade, o povo manifestaria seu descontentamento e a sua ira santa, nas ruas, contra o opressor do povo chileno. Para que não lhe pareça, contudo, que no Brasil estão todos silenciosos e felizes com sua presença, falo pelos que não podem falar, clamor e protesto por muitos que gostariam de reclamar e gritar nas ruas contra sua presença em nosso País”.

A pedido do presidente Geisel, o ministro da Justiça Armando Falcão representou contra Chico Pinto, com base num artigo da Lei de Segurança Nacional que vedava ofensas a chefes de nações estrangeiras. Era o auge de sua carreira pública, em um momento igualmente digno da história do parlamento brasileiro.

Em 28 de maio, veio a determinação da censura federal, registrada no pioneiro livro

A censura política na imprensa brasileira, do jornalista Paolo Marconi:

– De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, de notícias, comentários, referências, transcrição e outras matérias relativas ao deputado Francisco Pinto.

Nos jornais, Barbosa Lima Sobrinho saiu em defesa de Chico Pinto. Mandato cassado, preso no 1º Batalhão da Polícia Militar de Brasília, o deputado foi libertado em abril de 1975. Antes do julgamento, repetiu as críticas ao governo num programa da Rádio Cultura de Feira de Santana (BA). Novo processo. A concessão da rádio foi cassada em 1975. Dois anos depois, Chico seria absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade.

Em 17 de dezembro de 1974, numa carta dirigida a Ernesto Geisel, recusou o indulto de Natal sinalizado pelo governo: “Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento – o de um perdão que não solicitei”.

CASO PINOCHET

Terra Magazine – Em 1974, houve seu famoso discurso contra o general Augusto Pinochet. Da tribuna, chamou o ditador chileno de “assassino”, “mentiroso” e “fascista”. Como foi a preparação do discurso?

Quando o general (Alfredo) Stroessner esteve aqui, participou de uma sessão de homenagem da Câmara. Nós nos reunimos e decidimos que era um absurdo, um homem que fechou a Câmara do Paraguai, como é que nós da oposição íamos estar presentes? Todos do grupo moderado foram. Mas nossa decisão foi não ir ninguém.

Nosso protesto, aparentemente, ficou nisso. Ninguém foi. E eles fizeram a homenagem a Stroessner. Absurdo total, não é? Ele fecha o Congresso de lá e, aqui, o Congresso o homenageia? Aí eu recebi... O pessoal do Rio me escrevia muito, mais do que o pessoal da Bahia, dando sugestões. Uma carta vinda, se não me engano, do Rio, me dizia: como é que nós participávamos da homenagem a um ditador?

Para a população, foi o partido todo. Era um perigo isso, né? Aí, fiquei magoado comigo mesmo: é verdade, nós devíamos ter aproveitado pra denunciar... Foi um protesto que nós

pensávamos que tivesse repercussão e não teve. Chega a posse do Geisel. Chega aqui Pinochet, Stroessner, (Juan Maria) Bordaberry, a mulher do Nixon, Pat Nixon, e mais outros convidados.

O DISCURSO

À noite, eu li uma entrevista do general Pinochet dizendo que vinha ao Brasil, inclusive, pra organizar um Eixo Brasil-Paraguai-Chile. Quando eu li aquilo, rapaz, fiquei assombrado. Estava no hotel. Eu lembrei da crítica e pensei: agora vou aproveitar. Fiz o discurso. Fiquei acordado até tarde, redigi com cuidado. Chegou a ler o discurso?

Sim.

Cuidadoso. Tem umas porradas ali.

No outro dia, eu falei. Quando fui pegar umas cópias na secretaria, a moça me disse que não podia dar, porque havia recebido ordens superiores. Só falando com o secretário da Câmara. Encontro com ele: “Que negócio é esse? Impediram de me dar o meu discurso?”. Ele: “Não, tá apreendido...”.

Mas a apreensão não servia aos interesses deles. Vem aí um raciocínio meu: mandaram publicar para caracterizar o crime. Porque eles consideravam um crime. Ele autorizou a moça que me desse. Peguei para distribuir.

E a repercussão?

Foi proibida a publicação, só teve um jornal – não sei se o Correio Braziliense, que, mais tarde, publicou uma parte do documento que mandei para o Geisel, não aceitando o indulto. A gente sentia no ambiente quando crescia a tentativa de punir.

“PROCESSO DEMOCRÁTICO”

Um dia, eu estou no restaurante dos Lagos, com uns amigos, e uma amiga minha estava sentada numa outra mesa, com um pessoal. Depois que eles foram embora, ela veio pra minha mesa: “Eles são coronéis e me perguntaram: ‘Aquele ali é Chico Pinto? Ele vai ver o estrago que ele fez com Pinochet’”.

Essa foi uma notícia que me espantou. A outra é que quando Pinochet chegou a um quartel, do Forte Apache (em Brasília), alguns oficiais jogaram o quepe para cima. Isso significa uma saudação muito afetiva, né? Jogar o quepe para cima é uma alegria.

Quando me contaram isso, vi que o clima estava terrível. “Vou ser cassado”.

O que veio depois?

No gabinete, me telefonam. Era o presidente da Câmara, o Célio Borja (nos anos 90, ministro da Justiça de Fernando Collor), pedindo pra me chamar, queria falar comigo. Estava muito ocupado e pedi pra ir no dia seguinte. Isso já era à noite. Mas ele disse que queria falar rápido. Era pra me mostrar o comunicado de Armando Falcão (ministro da Justiça do governo Ernesto Geisel), dizendo que tinha encaminhado um pedido ao procurador-geral para me processar.

Aí ele conversou de forma, vamos dizer, um tanto carinhosa, querendo não criar aborrecimento. “Você faz sua defesa, é um processo democrático, pode ser absolvido naturalmente”. Eu disse: “Você acha que eu acredito que vou ser absolvido? A mando do general-presidente?”. Ele: “Isso acontece, é um processo democrático”, essas besteiras. E deu no que deu. Fui embora e foi aquela confusão danada.

NOVO PROCESSO

O senhor esperava essa repercussão?

Aqui no Brasil, foram duas revistas que publicaram notícias sobre o que estava acontecendo no Chile. Parece que a Veja deu uma notinha. Com o processo, houve uma repercussão maior. Depois houve o discurso do (Edward) Kennedy, que foi lido na Câmara pelo Fernando Cunha, que pediu a inscrição nos anais do discurso pronunciado nos Estados Unidos. E ele fazia referência a esse fato.

Depois, houve a recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA) de fazer pronunciamentos que condenassem o comportamento do general Pinochet, a respeito do parlamento. Eu estava acobertado pela legislação e por eles.

Esse processo foi tumultuado. Veio a condenação. Quando eu fui a Feira de Santana, pela primeira vez depois do processo, dei uma entrevista à Rádio Cultura. E o repórter, bom de entrevista, ajudou. Fui pra cima de Geisel. Governo de mentira... Esbodeguei. Outro processo. Mandaram requisitar (a fita), suspenderam a rádio por oito dias.

Depois, suspenderam em definitivo a Rádio Cultura. Foi reaberta quando o dono, que era do MDB, aderiu à Arena: Oscar Marques, um bom companheiro. Foi ele que mandou me ouvir.

1977: CANDIDATURA EULER BENTES

Como foi a articulação da candidatura do general Euler Bentes a presidente?

Eu tinha uma relação boa com a área militar e vinha defendendo, há algum tempo, um candidato que falasse para o auditório militar. O discurso civil, na ocasião, falaria para quem? No máximo, para alguns militares. Era até meu caso... Agora, se você põe um candidato militar, quando ele fizesse um pronunciamento, faria para toda a tropa.

E aí uns militares, conversando comigo, disseram: “Por que vocês não lançam a candidatura de Euler Bentes?”. Sempre me queixava disso: “É preciso ouvir a voz de vocês”. Euler era nacionalista, mesmo quando estava na ativa, na Sudene.

Esse oficial me disse (eu estava com Marcos Feire nesse dia): “Você quer conversar com ele?”. Vambora!

Onde foi isso?

Ele estava na região dos Lagos, numa chácara. Tinha saído da ativa há pouco tempo. O oficial não disse onde Euler estava, mas saímos ele, eu e Marcos Freire. Quando chegamos lá, encontramos o general, que nos disse:

– Não adianta, vocês não podem fazer candidato a presidente, vai depender da maioria do partido. O partido não vai aceitar.

Isso não era um despropósito, não! Freire entrou nesse negócio. Na saída, pra ir embora, um soldado que fazia a segurança dele me avisou: “Tem gente aí fora, no portão, parecendo de jornal”. Ninguém sabia do encontro, só o coronel que estava com a gente. Quando íamos saindo, um flash: Jornal do Brasil! Furou. E publicou. O que fizeram? Primeiro, o pessoal do governo: “taí o general cercado de dois comunistas...”

MILITAR NACIONALISTA

Quem informou ao Jornal do Brasil?

Quem sabe? Eu e Marcos Freire soubemos desse encontro de tardinha, guardamos a maior reserva. No dia seguinte, cedo, fomos à região dos Lagos, que tinha uma estrada horrível. Usamos o carro do coronel. Aí bateram aquela fotografia e publicaram com essa manchete: “General Euler Bentes cercado por dois comunistas”. Ele no meio, e nós de um lado e de outro. A notícia prejudicou um pouco. Mas era inevitável.

Por que o senhor e Marcos Freire chegaram ao nome de Euler Bentes? Somente pela sugestão do oficial ou avaliaram o passado dele?

É isso. Esse perfil que eu falei, conhecido como nacionalista. Ocupou cargos no governo da ditadura, na Sudene. Ele teve um comportamento de defesa dos interesses nacionais. Dentro do MDB autêntico, que, no princípio, não tolerava militar, eu vinha sempre debatendo. No nosso grupo, como havia disciplina, houve dissidência dos que não estavam alegremente aceitando a tese. Lysâneas era, digamos, muito rebelde, mas comigo era um negócio interessante, não houve nenhum atrito, ele aceitava.

JORNAIS MILITARES

Não houve rejeição?

A candidatura do general foi aceita. Mas Ulysses não gostava de militar. Embora não fosse militar, era um político dessa linha hierárquica. Para ele, o importante era o presidente, o deputado federal, o presidente dos diretórios regionais, porque esses articulavam as candidaturas para a direção. Era muito objetivo nisso aí.

Na Escola do Exército, um deles me dizia assim: "Você ainda tem a sorte de poder ir pra tribuna e se libertar através da palavra. Corre o risco de ser punido, mas diz o que quer. Nós não podemos nem fazer isso. Temos que ficar contidos, tramando, organizando, ampliando os quadros, fazendo os jornais...".

Eles tinham jornais interessantes, que eles me davam quando eu ia ao Rio. Punham nos escaninhos dos colegas, subterraneamente. Havia uma organização! Essa história é não-objetivada, não-aprofundada. E uma história importantíssima. O papel de um grupo democrático tentando mudar aqueles quadros.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Ex^a sobre se será lido na sessão de hoje o requerimento de instalação da CPI que foi proposta por 33 Srs. Senadores, de instalação da CPI, no Senado, para investigar o uso dos cartões corporativos desde

a sua criação, em 2001. Evidentemente, de 2001 até hoje passaram-se três governos: o de Fernando Henrique Cardoso, o primeiro governo do Presidente Lula e o segundo governo do Presidente Lula.

No começo da tarde de hoje, foi lido, na sessão do Congresso, o expediente que instala, ou que dá início aos trabalhos de instalação da CPI Mista, Câmara e Senado, que vai investigar a questão dos cartões corporativos.

V. Ex^a sabe, assim como a Casa, que esperamos um fato que não nos foi comunicado até o momento, a decisão do Governo, porque parece que vem do Planalto, não das Lideranças na Casa. Parece que se espera que o Presidente Lula, pessoalmente, diga se quer ou não uma investigação paritária, com a presidência e a relatoria entregues a respeitáveis Senadores de partidos do Governo e da Oposição, para que o debate se estabeleça e a transparência da investigação fique clara, embora, no plenário da CPI Mista, a desvantagem das forças de Oposição seja flagrante, na proporção de dois por um. Mas, mesmo assim, a Oposição está disposta a participar. Não está disposta a participar, evidentemente, pelo que declarou, de uma farsa ou de uma auto-investigação, onde as forças do Governo ocupem a relatoria, a presidência e dois terços da composição do plenário.

Por esta razão é que protocolamos, na Secretaria-Geral do Senado, anteontem, um pedido com 33 assinaturas para instalação da CPI só no Senado, onde, em qualquer circunstância, sob qualquer raciocínio, com amparo no Regimento, amparo legal, teríamos direito a uma das posições, ou presidência ou relatoria. E o equilíbrio de forças no Plenário seria muito mais próximo do meio a meio do que na CPI Mista.

Para isso, evidentemente, uma vez que foi lido o requerimento de instalação da CPI Mista no plenário do Congresso hoje, faz-se imprescindível a leitura do requerimento da instalação da CPI do Senado.

Gostaria de saber de V. Ex^a se vai ser lido hoje, para que possamos tomar as providências em função até do que possa nos dizer, hoje ou amanhã, o Líder do Governo, que está encarregado de fazer as tratativas com a Base do Governo e com o Palácio do Planalto sobre a transparência ou não das investigações.

É a formulação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou responder à questão de ordem do Senador José Agripino e peço aos Srs. Senadores que suspendam eventuais questões de ordem, porque estamos em meio ao processo de votação do requerimento dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

Posteriormente ao encaminhamento de votação e à votação desta matéria, os Srs. Senadores poderão solicitar a palavra para uma questão de ordem.

Respondo ao Senador José Agripino que o Presidente Garibaldi Alves decidiu e anunciou ontem que submeterá à reunião de Líderes da próxima semana, provavelmente na próxima terça-feira, os requerimentos que dizem respeito à instalação de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal.

Portanto, o requerimento da Oposição que solicita a instalação da CPI dos cartões corporativos não veio para esta sessão, e, lamentavelmente, não poderei fazer a sua leitura. Respeitando a decisão do Senador Presidente Garibaldi Alves Filho, aguardaremos a reunião de lideranças da próxima terça-feira, quando este assunto será colocado na pauta. Certamente, se fará a leitura na próxima terça-feira do requerimento que propõe a instalação da CPI dos cartões corporativos no Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço a V. Ex^a, mas quero deixar muito claro que, na reunião de Líderes...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estamos votando um requerimento de pesar pela morte do Deputado Chico Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quería pedir a compreensão dos Srs. Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o Líder do Democratas tenha a grandeza de entender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Peço desculpa a V. Ex^a e volto à questão em seguida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Depois. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Senador José Agripino.

O Senador Arthur Virgílio deseja se inscrever.

Falarão os Senadores Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, João Pedro, José Agripino, Arthur Virgílio e Sibá Machado.

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos, para encaminhar votação do requerimento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon conhece a história do PMDB, esse PMDB tão desfigurado, descaracterizado nos dias de hoje, tomado de assalto por um número de pessoas que não têm nenhum compromisso com a sua tradição, com a sua fundação, com a sua história, história de luta. O Senador Pedro Simon, com a sua sensibilidade, a sua coerência, a sua coragem, coloca nos devidos termos a homenagem que se presta hoje, nesta Casa, com o

voto de pesar em face do falecimento do ex-Deputado Francisco Pinto, Chico Pinto.

Fui Deputado Federal por duas ocasiões: no meio da década de 1970 – 1974 a 1978 – e de 1982 a 1985. Saí para ser candidato à prefeitura da Cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

Fui companheiro de Chico Pinto.

Quis o destino, inclusive, que esta sessão em que se homenageia Chico Pinto seja presidida por V. Ex^a, que pertenceu, como representante do Paraná, às hostes do PMDB Autêntico, junto com Alencar Furtado e Fernando Gama, se não estou enganado. V. Ex^a foi um daqueles que acompanharam o destemor, a coragem, a dimensão que tinha o Deputado Chico Pinto.

Embora o Senador Pedro Simon já tenha feito com absoluta precisão um histórico da vida de Chico Pinto, é importante dizer que ele sempre marcou pela coerência e determinação sua carreira política. Iniciou como Vereador, ascendeu à Prefeitura de Feira de Santana, um dos principais Municípios do grande Estado da Bahia. Eleito Prefeito e advindo o golpe militar de 1964, golpe que foi determinado pela insubordinação de um grupo de militares, de militares insubordinados, ele foi deposto, inclusive, do cargo de Prefeito.

Em 1964, ficou ausente. Voltou novamente à atuação política na década de 70. Foi aí que encontrei pela primeira vez Chico Pinto, como Deputado Federal. Era um Deputado que levantava sua voz, primeiro, contra o arbítrio, contra a ditadura e, segundo, colocando-se sempre ao lado dos direitos humanos – um defensor intransigente dos direitos humanos –, contra a censura à imprensa, a imprensa que se encontrava amordaçada àquela época. Defensor também, de forma muito clara e transparente, dos operários e estudantes que eram perseguidos pelo regime militar, pelo regime de exceção.

Chico, depois de uma longa temporada, deixou a política na década de 80, mais precisamente em 1986, se não estou enganado. Adoeceu e faleceu anteontem, no Estado da Bahia, mais precisamente na Capital, Salvador.

É justo que esta Casa preste esta homenagem a ele. A nossa história não pode ficar sem um registro, no Senado da República, de um ex-Deputado por quatro legislaturas, que marcou a sua presença pelo seu destemor, pela sua coragem e pela sua dimensão.

V. Ex^a foi testemunha disso, porque V. Ex^a também, com a sua coragem, com o seu desembaraço, integrou esse grupo, que com muita honra também integrei, chamado Movimento Autêntico do PMDB, criado na década de 70.

Por isso, Senador Alvaro Dias, quero fazer minhas as palavras proferidas pelo grande e nobre Se-

nador Pedro Simon, acrescentando este alinhavado que faço agora de improviso, porque Chico merecerá, ontem, hoje e sempre, as homenagens de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

A Presidência quer anunciar ao Plenário que anexa a este requerimento, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, o requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, subscrito também por outros Senadores. E, ainda, o requerimento do Senador César Borges, com o mesmo objetivo.

Portanto, esta deliberação diz respeito a três proposições de voto de pesar pelo falecimento de Francisco Pinto.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Para encaminhar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com um certo susto, meu caro Senador Jarbas, que tomei conhecimento do falecimento do ex-Deputado Chico Pinto. Sabia que ele passava por um processo de recuperação de saúde, mas, ontem, passei o dia fora de Brasília e só tomei agora conhecimento, por meio desse requerimento de sua autoria e do Senador Pedro Simon.

O grande problema no Brasil hoje é que estamos perdendo, na vida pública, grandes nomes e não temos a reposição adequada e necessária. Cada um no seu campo, cada um com seu componente ideológico, cada um com sua maneira de atuar. Só que se perdem os mais competentes, e, infelizmente, vivemos um hiato – até compreensível –, mas um hiato em que a substituição fica muito aquém. Chico Pinto é um desses exemplos, exemplo de difícil substituição no cenário da política nacional, pela sua característica ímpar, pela sua maneira de atuar.

O Senador Pedro Simon foi muito feliz. Chico Pinto conseguia ser rebelde e revoltar o regime militar sem alterar a voz, sem ser áspero, tampouco histriônico. Era um homem de voz pausada, era um homem de palavras medidas e comedidas; no entanto, sabia atacar o ponto que toda uma geração que lhe confiou consecutivos mandatos queria atingir, que era exatamente a retomada imediata das liberdades democráticas.

Tive oportunidade de conviver com Chico Pinto; o Senador Arthur Virgílio também. Ainda não era Deputado, não era Parlamentar. Chico Pinto morava no Brasília Palace. E era sempre um conselheiro dos parlamentares e dos jornalistas. Com o seu cigarro protegido por uma piteira, como a proteger a própria saúde, era aquela figura que, pelo hiato de

silêncio que fazia entre cada frase que pronunciava, prendia a atenção de todos que o cercavam.

Figura extraordinária, decepcionado com a política, resolveu não concorrer mais a nenhum cargo público, mas continuou sendo, na sua Feira de Santana e na sua Bahia, um ponto obrigatório de visita para aqueles que queriam aprender com as suas lições, com a sua experiência, e acumular cabedal para o futuro desta vida de tantas incertezas que é a vida pública.

Portanto, meu caro Senador Pedro Simon, meu caro Senador Jarbas, ao associar-me ao requerimento de V. Ex^{as}, quero associar-me também à dor do povo baiano e de todo o Brasil que soube compor, com a geração de Chico Pinto, através daquele movimento de incertezas, mas que, acima de tudo, era de busca de esperanças, uma história que está marcada na vida de toda uma geração

Deixo, portanto, este registro, associando-me à dor daqueles que tiveram o prazer e a oportunidade de com ele conviver e à tristeza dos que não foram privilegiados pelo destino com essa oportunidade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para encaminhar também o requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Francisco Pinto, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apoiar as palavras dos Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e Heráclito Fortes e de todos aqueles que estão manifestando solidariedade a Chico Pinto, aos baianos e ao povo de Feira de Santana.

Chico Pinto foi um dos mais corajosos e destemidos lutadores pela democracia, sempre com muita firmeza e coragem. Muitas vezes me deparei com ele quando, no Congresso Nacional, o via trabalhando intensamente por esses ideais de democracia e de justiça para todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para encaminhar o requerimento de pesar do ex-Deputado Francisco Pinto, o Senador inscrito Inácio Arruda, do PCdoB do Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, pedi autorização aos autores de um dos requerimentos, o Senador Pedro Simon e o Senador Jarbas Vasconcelos, para subscrivê-lo, porque considero Chico Pinto uma figura extraordi-

nária que exerceu vários mandatos parlamentares, participou do Executivo, dirigiu a sua cidade de Feira de Santana, aquele político que não exerce a política só com mandato. Chico Pinto não exerceu política só com mandato.

Eu o conheci como Constituinte, porque fui ao plenário da Câmara dos Deputados realizar vários debates durante o período da Assembléia Nacional Constituinte sem mandato. Eu não tinha mandato algum.

E assim era Chico Pinto. Ele deixou o mandato, mas continuou fazendo política como articulador que pensava o Brasil. Chico Pinto pensava o Brasil, pensava o nosso País, pensava a liberdade, pensava a democracia. Não queria restringir democracia. Chico Pinto queria democracia ampla.

Estávamos nós, do Partido Comunista do Brasil, no PMDB e, antes, no MDB, mas Chico Pinto nos olhava e dizia: “Quero ouvir a voz do PCdoB, do Partido Comunista do Brasil, no Senado e na Câmara. Não desejo restrições para a participação de nenhum partido.”

Imagine, Sr. Presidente, o PCdoB ter um Senador, um só. Será que dá para criar instabilidade no País um Senador? Ou quinze, doze, treze Deputados Federais em uma bancada comunista, será que criam uma instabilidade no País, uma dificuldade? Chico Pinto achava que não; achava que tinha de ampliar a democracia, achava que tinha de ampliar a liberdade política.

Chico Pinto ajudava a distribuir panfletos junto conosco. Eu distribuía o jornal **Movimento**, o jornal **A Classe Operária**, e Chico Pinto, quando chegava em qualquer canto deste País, não era somente na Bahia, não era só em Feira de Santana, mas no Ceará, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo, participava conosco de palestras. Aqui mesmo em Brasília, mandava-se para as cidades satélites, para discutir com o povo, para articular junto com os movimentos nascentes, muitos impedidos.

Quando quiseram fazer a reforma do Judiciário, fecharam o Congresso Nacional. Chico Pinto protestou com os Senadores que estavam aqui. O Senador Pedro Simon e outros Senadores protestaram, porque as tentativas de fechar o Congresso Nacional sempre foram no sentido da restrição democrática: como impedir, como criar os meios para diminuir a representação popular no Congresso Nacional e nas casas legislativas.

Chico Pinto nunca colaborou com isso. Nunca! Nunca colaborou com a restrição democrática, sempre pensando como se ampliava, porque, quanto mais povo, quanto mais organizações populares, mais solidez para a democracia brasileira, mais criatividade. O povo tem muita criatividade. Está demonstrado em todas as áreas, em todos os setores.

Essa foi a trajetória de Chico Pinto até se recolher da atividade parlamentar, mas jamais deixar de fazer política. Jamais deixar de sentar na casa de um amigo, de articular a visita com os amigos para discutir política com essas lideranças que hoje são expoentes do PMDB. Ele sentava e discutia o Brasil. Discutia o nosso País. Lá da sua Feira de Santa, mas discutindo o Brasil, o seu progresso e desenvolvimento. E era um defensor intransigente da transparência, da honradez da atuação política em qualquer campo, especialmente quando detinha um mandato parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, em nome do meu Partido, daqueles todos que se sentaram com Chico Pinto, Aurélio Peres, um operário que foi eleito pela legenda do PMDB, mas era do Partido Comunista, na clandestinidade – mais difícil –, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, essa turma toda que militou com Chico Pinto na UNE, na UBES, nas organizações populares, na Conclat, da qual se originaram a CUT e várias outras centrais sindicais.

Chico Pinto esteve presente nesse meio todo, participando de todos os movimentos sociais para fazer do Brasil uma democracia bem mais ampla, jamais restrita. Democracia ampla – esse era o seu pensamento junto conosco, em várias reuniões, em nome do seu Partido, mas sobretudo em nome da liberdade e da democracia.

Por isso quero deixar aqui a nossa saudação a Chico Pinto, em nome do Partido Comunista do Brasil, em nome do PCdoB, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Se V. Ex^a quiser subscrever, aqui estão vários requerimentos: um de Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, outro do Senador Arthur Virgílio e outro do Senador baiano César Borges.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já subscrevi, juntamente com os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, estou discutindo o requerimento do Senador Pedro Simon e do Senador Jarbas Vasconcelos, mas fui signatário também do requerimento do Senador Arthur Virgílio, que o apresenta e se associa.

Quero me associar à reflexão da história de um grande homem. Lendo o requerimento do Senador Arthur Virgílio, há uma passagem que considero em-

blemática, para refletirmos acerca da história do Brasil recente, das agressões ao Congresso Nacional.

Veja V. Ex^a que o Deputado Francisco Pinto teve seu mandado cassado por se contrapor, por ter feito uma crítica à vinda do então Presidente, General Augusto Pinochet e condenado à prisão por seis meses. Veja só em que contexto o Brasil vivia. Então, quero me associar a essa história de homens corajosos, valentes, que ousaram e defenderam, com muita audácia, as liberdades democráticas no nosso País.

Lembro que minha primeira saída do Amazonas participando das lutas políticas foi em 1979. Fiz parte da delegação de 22 delegados que foram para o Congresso de Reconstrução da UNE, União Nacional dos Estudantes, realizado em Salvador. Pois bem, para garantir a realização do 31º ou 29º Congresso – está me fugindo agora a data exata –, a abertura do Congresso da União Nacional dos Estudantes, em maio de 1979, lá estavam Deputados do movimento denominado “Autênticos do MDB”. Dentre as principais referências daquele Bloco de Parlamentares estava um baiano, o Deputado Federal Chico Pinto, como era conhecido. Fizeram-se presentes os Deputados que ajudaram na mobilização, na realização da abertura, lá em Salvador, do congresso da União Nacional dos Estudantes.

Então, cito esse exemplo porque, naquele momento em que a UNE, então perseguida, encontrava-se na ilegalidade, lá estava o Deputado Chico Pinto com outros Parlamentares evidentemente.

Transmito minhas condolências à sua família e ao povo baiano, que choram a perda de um grande homem público.

Assinei o requerimento do Senador Arthur Virgílio por resgatar a vida de um homem que não pode ser esquecido, porque engrandece a luta daqueles que são batalhadores em momentos difíceis da história dos nossos povos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, a fim de encaminhar o requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Francisco Pinto, o líder do Partido Democratas, representante do Estado do Rio Grande do Norte, Senador José Agripino, que delega sua fala à inteligência privilegiada do Líder dos Tucanos, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subscrevi um requerimento, ao lado dos Senadores Alvaro Dias, João Pedro e mais alguns outros ilustres colegas nossos sem saber que o Senador Pedro Simon, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Heráclito já haviam providenciado uma

outra homenagem. Mas creio que, em se tratando de Chico Pinto, quanto mais melhor. E sei que nós falamos por toda a Casa.

Eu ouvi o depoimento interessante, esclarecedor, do Senador Inácio Arruda; ouvi o depoimento emocionado dessa figura racional mas nem por isso pouco cálida nos seus sentimentos que é o Senador Jarbas Vasconcelos; ouvi o depoimento também tocado, comovido, do Senador Pedro Simon, e sinto que devo dar aqui a minha própria contribuição, procurar falar algo que não redunde, que acrescente ao que disseram companheiros tão queridos e tão ilustres.

Eu fui amigo pessoal de Chico Pinto e fui deputado com ele no PMDB, que era o partido que abrigava o grosso dos opositores ao regime ditatorial. Mas no PSDB nem tudo eram flores na minha relação política com Francisco Pinto; tínhamos uma relação fraterna mas discrepávamos muitas vezes. Pertencíamos ambos à esquerda do Partido, mas tínhamos visões táticas que nem sempre coincidiam. A solidariedade a ele quando da violência que sofreu no Governo Geisel, retirado da Câmara dos Deputados porque disse uma absoluta verdade a respeito do ditador Augusto Pinochet e, a partir daí, foi trancafiado em um quartel do Exército Brasileiro por seis longos meses, com a dignidade de recusar o indulto de Natal, oficiando ao Presidente Geisel, dizendo a S. Ex^a “Por favor me poupe do perdão que eu não lhe solicitei.” Geisel queria incluí-lo no indulto de Natal, e Chico disse, em um ofício muito curto ao Presidente Geisel: “Excelência, me poupe do perdão que não solicitei”. E optou por passar o Natal preso, para não coonestar, de forma alguma, o que poderia parecer uma “generosidade” – estou aspeando a palavra generosidade – do regime autoritário.

Mas eu dizia a V. Ex^a que, muitas vezes, havia discrepância entre nós. Chegamos a pertencer ao grupo Travessia, que era um grupo mais à esquerda do Partido, e nem sempre coincidíamos na escolha dos nossos Líderes, nem sempre coincidíamos – eu repito – no jogo tático-estratégico a seguir.

Certa vez, por exemplo, Chico, que era um extremado, em reunião de uma dessas Comissões da Câmara dos Deputados, muito desesperado, irritado com o clima de insegurança lá de fora – o General Newton Cruz praticando todos os absurdos, todos os desrespeitos a Parlamentares e, sobretudo, àqueles que não eram detentores de nenhum mandato popular –, chegou a sugerir que os Deputados fizessem uma greve em solidariedade aos Professores. Ele foi prontamente rebatido pelo Deputado Marcelo Cordeiro, da Bahia, que disse: “Chico, se fizermos greve, aí o Newton Cruz não espanca, ele assassinará os professores.”

Ele era uma figura, portanto, impulsiva, de pouca tribuna, mas de muita articulação – disse muito bem o Senador Arruda. Ele sabia, como ninguém, o que dizer para a imprensa nos seus **briefings** quase diários, quando Secretário-Geral Nacional do PMDB. Muito firme nas suas posições, corajoso. Não era de se retratar. Muito querido em Feira de Santana, muito estimado e muito respeitado até pelos seus adversários. Chico Pinto era um homem generoso.

Quando eu falo dele, eu me lembro de figuras que, como ele, exercitaram um papel relevante na luta por democracia neste País. Muitos deles vivos e bem vivos, graças a Deus, como José Eudes, Bete Mendes, Alencar Furtado – o velho Alencar Furtado, aquele das viúvas do quem sabe, das viúvas do talvez, cassado justamente pela coragem que teve de expor as vísceras do regime. Quando se obteve uma nesga de liberdade, conseguiu-se o horário gratuito de televisão, que foi muito bem utilizado pelo PMDB, com a ida à televisão de Alceu Collares para falar da questão trabalhista, com a ida à televisão de Franco Montoro para falar de economia, com a ida à televisão de Ulysses Guimarães, que era o Líder das Oposições, e com a ida à televisão de Alencar Furtado, que fez o discurso que comoveu o País, falando de anistia, falando de tortura, falando de desrespeito aos direitos básicos da pessoa humana.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar de Elquison Soares, de Airton Soares, de Valmor de Luca, de Luiz Henrique da Silveira, de Pimenta da Veiga. Eu gostaria de recordar lembrando sempre que estava coerente com o que é, em sua posição de sempre, o atual Senador Jarbas Vasconcelos, o meu prezado Heráclito Fortes. Gostaria de homenagear todos eles e pensar se não estamos sendo omissos, se não deveríamos fazer uma homenagem em vida a Alencar Furtado – por sinal, sogro de Chico Pinto –, alguém que fez tanto pelo País, um País que cultiva pouco a sua memória, um País que esquece seus heróis, um País que tem pouco orgulho de seus heróis e não os cultiva, repito.

Chico Pinto morreu quase que no esquecimento. Fazia uma publicação, de caráter nacionalista, com idéias econômicas das quais divirjo. Uma vez, recebi um recado pelo Valmor de Luca – eu era Líder do Governo passado –, dizendo: “Olha, o Chico pergunta se você não quer escrever um artigo na revista dele”. Eu falei: “Muito bem. Se me derem a liberdade de discrepar, eu faço, com muito prazer”. Acabei não fazendo, mas ele me respondeu dizendo que sim, que eu poderia discrepar à vontade, porque era um democrata – Chico Pinto, que estava ali a falar. Chico Pinto mereceria ter

sido homenageado por nós antes, muito antes, e volto a lembrar da figura emblemática de Alencar Furtado.

Outro dia, encontrei às portas do Congresso – ia haver um evento espiritualista –, uma senhora que me perguntou se eu era eu. Eu falei que óbvio, que eu era o Senador Arthur Virgílio. E ela me abraçou. Era a viúva do Deputado Freitas Nobre, que foi meu líder aqui. Espiritualista, amigo de Chico Xavier, figura de uma bondade inexcelsável e de uma coragem muito forte, de uma coragem muito expressiva.

Eu não sei se alguém homenageou Freitas Nobre pelo País. Prefeito de Manaus, eu fiz um complexo esportivo no bairro Santa Etelvina, ao qual dei o nome de Deputado Freitas Nobre. Não sei se alguém mais homenageou Freitas Nobre. Parece até que não foi, por cinco vezes, líder, consecutivamente, do PMDB, resistindo, com sua coragem serena, ao regime de arbítrio. Parece até que não foi.

Eu, portanto, aproveito o ensejo da homenagem a Chico Pinto para me lembrar de como olvidamos Freitas Nobre, de como não reconhecemos os que tanto fizeram para que estivéssemos aqui disputando as nossas posições, e como podemos ainda homenagear Alencar Furtado, nós, Sr. Presidente, que nem sabemos o dia do falecimento do Dr. Ulysses.

Se eu perguntasse a qualquer companheiro... Talvez Heráclito me dissesse. Perdão, Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Dia 12 de outubro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dia 11 de outubro?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Doze.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Doze de outubro. Eu não saberia dizer.

Eu não me lembro de ter sido homenageado o Dr. Ulysses. Não me lembro. Lembro-me no calor de seu desaparecimento. Não me lembro.

Mas, Sr. Presidente, temos esse dever, e a minha sensação em relação a Chico Pinto é de saudade, é de dor, é até de remorso, porque alguns amigos disseram assim: “O Chico está muito doente. Vamos visitá-lo!”. E eu falei: “Vamos”. E a lufa-lufa diária do Congresso Nacional me impediu de ir lá. Eu deveria ter ido, poderia ter ido, ele estava lúcido. Poderia ter ido! Acabei não indo, e nem esses companheiros foram também. Poderia ter ido! Deveria ter ido!

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, ontem, nós e V. Ex^a também prestamos homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, nosso colega, que estava cercado de uma multidão em sua pequena cidade natal no Mato Grosso. Descemos no avião presidencial, em Cuiabá; fomos de ônibus até a cidade dele; retornamos por Cuiabá e chegamos a Brasília já no meio da noite.

É um contraste: Jonas foi adversário meu, de Heráclito, de Jarbas e de Chico Pinto, na Câmara dos Deputados, e, nem por isso, deixava de ser o amigo, o cordial, o colega correto que prometia e cumpria as coisas que prometia. E percebi, ontem, o caráter da relação dele com seu povo. Muita gente à sua volta, homenagem bonita e significativa.

Jonas fará falta ao setor agropecuário, ao setor do agronegócio.

Ele, que era silencioso como sempre, um dos líderes mais eficazes desse segmento econômico tão importante para o Brasil.

Jonas, silencioso como sempre, **low profile**, dele se dizia que, no episódio CPMF, votaria com o Governo porque o Governador de lá pediria para ele votar. Enfim, especulava-se, e eu próprio cheguei a fazer essa especulação. Será que o Jonas fica conosco, será que o Jonas vai roer a corda? E o Jonas quieto, sem dizer sim nem não, na hora da votação, votou literalmente conosco. Não votou conosco, votou com a consciência dele.

Ele será substituído por um colega que conhecemos, o Gilberto Goellner, que teve uma bela passagem, em uma interinidade, quando de um tratamento de saúde de Jonas Pinheiro. Mas deixa uma saudade enorme, deixa um vazio, deixa... Eu assistia ontem a um *tape* de uma das nossas sessões do Congresso e lá estava a Senadora Serys, sorridente, ao lado de um Jonas sorridente. Não sei o que falavam. Ele sentado, ela em pé. Estavam ambos conversando qualquer trivialidade e, de repente, a morte o saca do nosso convívio.

Tenho, portanto, muita emoção ao poder falar de figuras politicamente tão díspares, mas unidas ambas pela coerência, e, eu, unidas a elas, a Chico Pinto e a Jonas Pinheiro, pelo sentimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria também de fazer uma homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a falará em seu nome e em nome de seu partido...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas, quando cheguei, vi que o Senador Cristovam Buarque estava com o microfone, pedindo a palavra antes de mim. Se...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pelo mesmo assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu agradeço ao Senador Renato

Casagrande, não apenas pela sua generosidade, mas pelo seu cavalheirismo constante e sua elegância de ter lembrado, porque de fato levantei o microfone e sentei. Então, o certo até seria que S. Ex^a falasse.

Porém, eu não poderia deixar de manifestar também o meu sentimento em relação à perda desse grande brasileiro, Chico Pinto. Quero manifestar a minha solidariedade com sua família, sua esposa, Taís.

Quero lembrar um aspecto que não tem sido lembrado: o exemplo do Chico. Ele foi um exemplo na luta contra a ditadura. Mas sabem de uma coisa que mais me tocou na vida do Chico Pinto, nos últimos anos? A sua capacidade de se retirar da política quando percebeu que não tinha mais muito o que fazer na política. Ele teve a sensação de que, ao ganhar a democracia, entramos num marasmo, entramos no que por aí chamam de geléia geral, de uma mistura completa, numa falta de rumo, numa falta de desejo de mudar o País, na perda do vigor transformador. E ele achou que, nesta situação, melhor era ir para casa, melhor não fazer política.

O Chico foi um exemplo de luta coerente pela democracia, mas ele foi exemplo de luta pelas reformas que este País precisa fazer. Quando sentiu que, nesta Casa, na maneira que estamos praticando, os diversos partidos deste País, essas mudanças não viriam, como não estão vindo, ele preferiu se retirar e manter a sua honra, os seus princípios, a sua coerência, e conviver com a sua família, escrever, conversar, e disse: “Não vou fazer teatro, não vou apenas encenar que estou ajudando a construir um novo País. Eu prefiro ficar em casa”.

Foi isso o que ele disse. Esse talvez seja o maior dos seus exemplos. E a maior das suas vitórias foi derrubar o regime militar e construir a democracia. Essa foi a sua vitória. Mas seu maior exemplo foi dizer ao Brasil que, quando a gente não tem mais como ajudar a mudar a realidade do nosso País, naquele momento, porque as circunstâncias não permitiam, e não permitem, é melhor retirar-se para entrar na história como aquele que não transigiu.

Esse exemplo do Chico eu queria deixar registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ouviremos ainda, para encaminhar o voto de pesar ao ex-Deputado Francisco Pinto, da Bahia, o Senador Renato Casagrande, do PSB, do Estado do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero de fato fazer o registro e lembrar com muito carinho da imagem que tenho do Líder Chico Pinto.

Não convivi, em nenhum momento, diretamente com ele, mas pude conviver com suas posturas e com seu comportamento. Portanto, com sua ausência, agora, neste nosso mundo, consignar minha admiração pela vida pública e pelo trabalho que ele prestou ao País.

Mas quero, Sr. Presidente, especialmente, fazer minha homenagem ao saudoso Senador Jonas Pinheiro e, publicamente, transmitir também o meu abraço à sua família, que não conheço, mas sei o que é perder uma pessoa querida da família.

Convivi com o Senador Jonas Pinheiro diretamente durante um ano, mas já havia convivido em outras ocasiões e em outros episódios. Um Senador muito discreto, determinado, trabalhador e cuidadoso com as coisas; autor e relator de muitos projetos, deixará a área da agricultura e do agronegócio órfãs pela liderança que exercia aqui no Senado, no Congresso Nacional, no seu Estado do Mato Grosso, à frente dos interesses desse segmento, desse setor, que legitimamente S. Ex^a defendia.

Então, deixo registrado nos Anais da Casa a minha homenagem ao cidadão, ao Senador, e a minha solidariedade à sua família, para que ela possa suportar com dignidade e fé em Deus esse sentimento de perda por que naturalmente está passando.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, quero tratar de um outro tema muito rapidamente. Tivemos hoje aqui um contratempo, um entrevero entre dois Senadores, Mário Couto e Gilvam Borges, o que naturalmente demonstra mais ou menos o que a Casa está vivendo. O Senado, após vivenciarmos uma crise no ano passado, começou este ano envolvido em outro debate: o da investigação dos cartões corporativos, a respeito do qual ainda não se chegou a um entendimento aqui.

Sinceramente espero que a gente consiga chegar a um ponto de entendimento, porque o que o Senado está vivendo é, mais ou menos, a fotografia desse desentendimento que tivemos aqui hoje. Como não estamos tendo a oportunidade de debater temas de maior importância, de maior repercussão para a sociedade, estamos debatendo a questão da formação de uma CPI. Mas, não conseguimos chegar a um consenso com relação à CPI, e, com isso, percebemos a ausência de temas importantes. E essa ausência de temas de vulto cria, estabelece um terreno fértil para esse tipo de desentendimento como o que tivemos aqui hoje.

Não estamos bem. A imagem do Senado não é boa, não está boa. A imagem do Governo, a imagem do Presidente Lula está aprovada, e, mesmo que o Governo tenha toda a responsabilidade aqui dentro, não conseguimos demonstrar efetivamente que o Senado tem uma pauta efetiva, positiva e propositiva.

Então, espero que a gente consiga um entendimento. O Senador Garibaldi Alves precisa começar e coordenar um entendimento para que a gente possa iniciar essa investigação a partir da semana que vem, e, assim, com o fluxo da investigação acontecendo, a gente possa também, paralelamente, ter essa agenda para demonstrar efetivamente que 2008 será um ano diferente do ano de 2007. Essa é a minha expectativa com relação àquilo que precisamos fazer aqui no Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Vamos votar três requerimentos que foram assinados por quase todos os Srs. Senadores e encaminhado por dezenas. São requerimentos de votos de pesar pela morte do ex-Deputado Francisco Pinto.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consulto a lista de oradores inscritos. O Regimento manda que fale em primeiro lugar o Líder inscrito. O Líder inscrito é o Senador José Agripino, Líder do Democratas. Em seguida, concederemos a palavra aos demais oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz uma consulta há pouco, quando presidia a sessão o nobre Senador Alvaro Dias, a respeito do PLC nº 29. Gostaria de saber se Mesa já tem alguma informação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou ler. A eficiente Cláudia Lyra acaba de passar-me a informação:

A Presidência informa que, em relação à consulta formulada pelo Senador Flexa Ribeiro na sessão de hoje, no período em que o Senador Alvaro Dias ocupava a Presidência, foi protocolado, no dia 18 de dezembro de 2007, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado, requerimento de adiamento de discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, fundamentado no art. 279, Inciso I, do Regimento Interno. Uma vez que a matéria não havia ainda sido incluída na Ordem do Dia, não houve oportunidade para que o referido

requerimento fosse apreciado, já que a matéria não chegou a entrar em fase de discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, regimentalmente, solicito a V. Ex^a que acolha e aprove o requerimento que apresento neste instante:

Nos termos do art. 255, II, alínea **c**, item 12 do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências, seja ouvida a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Então solicito a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa apenas aguarda chegar aqui o requerimento para dar o encaminhamento regimental com toda a ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...com toda a brevidade, tratando-se do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E peço desculpas ao nobre Senador Agripino Maia que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

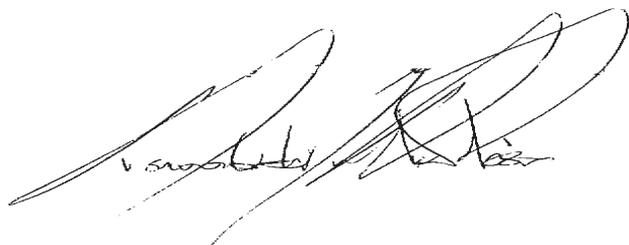
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Audiência de Comissão.

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, que “dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências”, seja ouvida a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Presidente Mão Santa, deliberadamente, quero me antecipar

às homenagens que seguramente serão prestadas, na devida oportunidade, ao nosso querido Senador Jonas Pinheiro.

V. Ex^a como eu, como muitos, o Senador Wellington Salgado, o Senador Arthur Virgílio, e tantos dos que estão aqui presentes, Senador Heráclito Fortes, estivemos ontem em Cuiabá, em Santo Antônio do Leverger, uma cidade pequenina, Senador Suplicy, distante 30 quilômetros de Cuiabá, para participar, com muita tristeza, dos funerais do Senador Jonas Pinheiro, que era amigo de todos nesta Casa. Não tinha ninguém com quem ele fosse indisposto.

Eu queria não falar da vida de Jonas, mas dizer à Casa o que vi. Chovia em Santo Antônio. Fomos no avião que a FAB destacou para transportar perto de 30 Parlamentares, Deputados e Senadores. Chegamos à casa de Jonas, onde estava armada uma barraca de lona para abrigar as centenas, milhares de pessoas que velavam seu corpo. Havia uma multidão de pessoas que era o próprio retrato da vida de Jonas, a começar pelos seus familiares.

Senador Mão Santa, V. Ex^a deve ter reparado, como reparei, na fisionomia dos irmãos dele, dos filhos dele, bem como da esposa Celcita, que foi Deputada Federal e que estava ao lado do caixão o tempo todo. Fiquei um bom tempo ao lado do caixão de Jonas e pude reparar nas fisionomias. Claro que estavam lá o Governador, o Prefeito de Cuiabá, Parlamentares do Brasil inteiro. Reparei bem a fisionomia dos irmãos de Jonas. Era a fisionomia de homens do campo, quase lavradores – V. Ex^a haverá de concordar comigo –, quase lavradores. Pessoas de fisionomia sofrida – claro que viviam um momento sofrido –, mas sofridos pela vida que enfrentam, de pecuaristas ou de lavradores que moram na terra, no interior, que cultivam a terra, que tiram da pecuária o seu sustento, pessoas com fisionomia igual às que vejo no interior do meu Estado; V. Ex^a, no seu Piauí. Aquela era a história de vida de Jonas Pinheiro.

Senador Suplicy, Jonas foi um homem do campo que chegou ao Senado da República. Na verdade, ele era um homem do campo, um pequeno proprietário, homem do interior do Mato Grosso, que conseguiu fazer o curso de Técnica Agrícola e pela ajuda de alguns formou-se em Medicina Veterinária.

Pela sua capacidade de se relacionar, dentro de sua modéstia, mas com argúcia, inteligência e habilidade pessoal, foi convidado para ser Presidente da Emater do Mato Grosso e daí fez carreira política, pela sinceridade no trato da questão do agronegócio, da pecuária e no trato com as pessoas, fossem importantes ou não.

Estavam no enterro de Jonas pessoas importantes e pessoas que aparentemente não têm tanta importância, pessoas do povo, pessoas humildes, modestas, simples e que estavam ali para homenagear, com muito sofrimento, o líder que partia, aos 67 anos de idade, vítima de parada respiratória e falência múltipla de órgãos.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a estava lá. V. Ex^a se senta atrás, na diagonal da bancada em que Jonas se sentava, e onde vai se sentar o suplente Gilberto Goellner. Deve se lembrar das lutas de Jonas. Quando se tratava de tecnologia agrícola, quando entrava em pauta a transgenia, quando entrava em pauta a necessidade de repactuação de dívida do crédito rural, ele era a figura em que o partido se espelhava para emitir opinião. Não que o partido não tivesse outras figuras, que as tem, mas é pelo respeito que tinha à seriedade permanente das opiniões de Jonas.

O grande mérito de Jonas Pinheiro era a sua seriedade no trato com o assunto do agronegócio. Ele nunca puxava o assunto – que é assunto voltado para o campo econômico – nunca o tratava com egoísmo ou pensando em si. Ele pensava em seu Estado, o Mato Grosso; ele pensava na sua região, o Centro-Oeste; ele pensava na agricultura do Brasil. Por essa razão é que nós democratas, ao levarmos a efeito as idéias que praticávamos relativas ao agronegócio, sempre buscávamos, na opinião de Jonas, a nossa referência.

Jonas se foi. Fica o exemplo de sua vida. O partido foi lá quase todo, a bancada de Senadores do seu partido foi lá quase toda. Foram também muitos Deputados Federais de muitos Estados. Fomos lá para dar a ele o adeus e para demonstrar com a nossa presença o nosso apreço e o nosso sentimento de pesar ao Estado e à família; à Celcita e aos seus irmãos. Aos seus modestos irmãos, que sentiram e demonstraram, com muita clareza, a dor pela ida do irmão referência.

E fomos lá para dizer: Jonas Pinheiro, você foi um exemplo para o partido. Você, que ajudou tanto o Mato Grosso, foi um exemplo para o nosso País. E o nosso partido, como os partidos que aqui vêm reverenciam a memória de um homem sério que se chamava Jonas Pinheiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É muito oportuno, porque falaram aqui que o Senado não tem prestígio. Ontem, Jonas Pinheiro mostrou que o povo respeita os Senadores da República. O povo chorava. E, ontem, o nosso Presidente, do qual estou orgulhoso, estava ali. De todos os estudos que ouvi na minha vida sobre oratória em fato semelhante, há um que a história diz que ficou, de Shakespeare: o

sepultamento, as exéquias que o senador Marco Antônio fez a Júlio César.

O nosso Senador da República, o nosso Presidente Garibaldi se igualou ao Senador Marco Antônio. Ele transmitiu o sentimento desta Casa à perda do Senador, nosso querido amigo Jonas Pinheiro.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar o requerimento?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a vai submeter a votação?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, logo em seguida, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Logo em seguida.

Em votação o **Requerimento nº 156, de 2008**, que solicita sessão especial no dia 28 de fevereiro para homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar pela liderança do partido. No momento oportuno, eu gostaria que V. Ex^a me chamasse para que eu faça o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ainda estão inscritos para falar V. Ex^a, pela Liderança do PR; o Senador Delcídio Amaral, pelo Governo. A Senadora Lúcia Vânia não está. Já falou como Líder do Democratas o Senador José Agripino.

Pela ordem da lista vamos chamar os oradores inscritos. Está inscrito o Senador Eduardo Suplicy, que pode ir se aproximando...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador José Agripino, enquanto o Senador Suplicy não chega à tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exercia a Presidência meia hora atrás o Senador Alvaro Dias, quando tive oportunidade de indagar sobre a leitura do requerimento apresentado anteontem pelo PSDB, assinado também pelo Demo-

cratas e por vários Parlamentares de muitos partidos, inclusive por V. Ex^a, solicitando a instalação de uma CPI só do Senado para investigar o funcionamento dos cartões corporativos.

Hoje de manhã, na sessão do Congresso, foi lido o requerimento da instalação da CPMI, e nós esperávamos – conversava há pouco com o Senador Arthur Virgílio sobre isso – que na sessão de hoje fosse lido o requerimento da CPI do Senado sobre os cartões corporativos. Todavia, o Senador Alvaro Dias nos informou que o Presidente Garibaldi Alves Filho, que se ausentou de Brasília – foi a São Paulo –, teria dito que ia aguardar uma reunião de Líderes na terça-feira para decidir sobre a leitura de quatro requerimentos de outras Comissões Parlamentares de Inquérito – não conheço, não recordo, não sei que requerimentos são esses – para deliberar.

O que eu quero dizer é que o meu Partido deseja e declara desde já que se for possível ler hoje todos os requerimentos, todos, o que é regimentalmente possível, que se leiam todos os quatro, cinco ou seis requerimentos de Comissões Parlamentares de Inquéritos, e aos Líderes restará a alternativa de ordenar no tempo a designação dos membros, tendo em vista que o meu Partido, pela Câmara e pelo Senado, não fará indicação nenhuma até que, primeiro, haja uma definição relativa à presidência e à relatoria da CPMI, que até agora não tem presidente nem relator por acordo indicados. E até que haja ou não acordo, mas uma definição sobre esse ponto, o meu Partido não indicará os membros dessa CPMI. E quando houver o entendimento sobre se nós da Oposição ocuparemos uma posição ou não, nós faremos uma reunião, que eu proponho desde já, entre os Partidos da Oposição, para que tomemos em conjunto a deliberação.

Até que o requerimento da CPI do Senado seja lido e resolvido, a minha posição é a de não indicar membro nenhum de CPI nenhuma. Eu não entendo a razão de não ter sido lido o requerimento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma exigência do Brasil para que se investigue com transparência.

De modo que eu quero insistir com V. Ex^a, que ocupa neste momento a Presidência, para que seja feita a leitura do requerimento da CPI dos cartões corporativos ou, se existir algum óbice, pelo fato de existirem outros requerimentos, que sejam lidos todos os requerimentos. Não há nenhum óbice para que sejam lidos todos os requerimentos – é automático – e que os Líderes se reúnam, em seguida, para ordenar, no tempo, a instalação da comissão.

Então, em nome do meu Partido, estarei pronto para indicar os Senadores do Democratas para comporem a CPI, para que seja marcada a data da elei-

ção do presidente e a designação do relator e sejam iniciados os trabalhos. A menos que concorde a base do Governo – quero deixar claro, Senador Arthur Virgílio, que o Líder do Governo concorda, o Presidente do Senado concorda, e me foi informado que o Líder do PMDB também concorda com isso – haja a divisão dos postos de comando da CPMI, sendo o relator de uma facção e o presidente da outra facção.

Se não há definição, penso que só há uma pessoa que pode estar significando óbice ao entendimento: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estaria interferindo nos trabalhos legislativos, que estaria claramente interferindo nos trabalhos legislativos, o que é inaceitável.

Por essa razão, quero, na pessoa de V. Ex^a, cobrar uma solução sobre a leitura dos requerimentos da CPI do Senado, deixando registrado, desde já, a posição que eu pretendo levar a efeito no meu Partido, reunindo as Bancadas do Senado e da Câmara.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Segundo informação da Secretária Cláudia Lyra, o Presidente Garibaldi Alves já determinou que, terça-feira, vai reunir o Colégio de Líderes e dar seqüência a todas as CPIs solicitadas.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, o Presidente Garibaldi, figura tão estimada por todos nós, não precisava tomar providência nenhuma de reunir quem quer que fosse; ele teria, a meu ver, que ter lido hoje todos os requerimentos das CPIs apresentados. As CPIs são superiores à vontade, por exemplo, de um Presidente, por mais ilustre que seja; elas representam o peso de pelo menos um terço dos Senadores com assento nesta Casa. É uma coisa automática. É tipo assim: apertou o botão, o elevador desceu ou subiu. É como o elevador: automático.

Hoje falei com o Senador Garibaldi. Óbvio que S. Ex^a está investido de uma posição de muita responsabilidade, que é a de Presidente do Senado Federal, e chegou aí com muita legitimidade, graças, inclusive, ao trânsito de que sempre gozou no seio das oposições. Foi a pedido do Senador José Agripino, levando em conta a atuação correta que ele teve como relator da CPI do Bingos, levando em conta esse trato cordial com S. Ex^a, que é maravilhoso, é algo estimulante, construtivo, que nós, do PSDB, não lançamos – e, se lançássemos, seríamos fatalmente apoiados pelos Democratas, pelos dissidentes; iríamos repetir, no mínimo, a *performance* da CPMF –, a candidatura da Senadora Marisa Serrano para competir com Ga-

ribaldi. Ganharíamos? Creio que não, Sr. Presidente. Perderíamos. Ganharíamos muito peso político. Divulgaríamos nacionalmente um nome que merece isso pela sua honradez, pela sua competência, que é o da Senadora Marisa Serrano, mas tiraríamos a legitimidade da eleição do Senador Garibaldi. Entendemos, ao fim e ao cabo, que fazer isso seria muito negativo, muito ruim, porque vínhamos da crise que resultara no afastamento do Presidente anterior. Uma disputa pareceria algo cristizador de divisões internas no Senado Federal. Não fizemos isso.

Hoje fiz uma interpelação fraterna pública na sessão do Congresso Nacional ao Presidente Garibaldi, num mesmo tom fraterno, que é aquele que vai me acompanhar. Desejo a ele e a mim também que tenhamos uma vida de tartaruga, mais 300 anos para cada um, e haveremos de ser amigos pelos próximos 300 anos, nós dois. Eu disse ao Presidente Garibaldi: “Garibaldi, não tem nada que justifique você não ler o requerimento da CPI agora. E mais, Garibaldi, se tem algo que prego e prezo é a coerência.” Quando houve aquela história daquela palavrinha “apoio”, e a Dr. Cláudia, com muita percuciência, alertou, S. Ex^a prontamente mostrou o defeito técnico que havíamos cometido.

Não foi assim?

Então eu imaginei que os próximos passos todos haveriam de ser céleres, precisamente em nome dessa coerência que tem marcado a posição de S. Ex^a na Casa, e em nome da coerência que marca a minha própria vida. Então não consigo imaginar que na terça-feira haverá uma reunião. Para ver o quê? Depende do quê? Da opinião do Líder do PT, Senador Suplicy? Não depende dele. Depende do Líder não sei de quê? Não depende.

Vinte e sete Senadores ou mais requereram “x” CPIs. Esses requerimentos têm que ser lidos, nós temos que estabelecer, disse muito bem o Senador José Agripino, uma hierarquia e decidir quais vão funcionar imediatamente.

Eu não sei o teor de todas, mas vou dar um exemplo bem chão, chão, terra, terra. Digamos que haja uma que proíba cruzamento de borboleta com elefante. Essa pode ficar para depois, porque me parece meio inviável resultar alguma coisa de filho, de cria, num cruzamento de elefante com borboleta. É difícil, mas da de cartão corporativo, não; pode-se esperar muita coisa. É preciso abrir aquele baú. Essa é a demanda que a sociedade está colocando. Então, não há por que esperarmos.

Sr. Presidente, vou dizer a V. Ex^a algo que busquei na memória e que me parece eloquente. E, para isso, eu peço a atenção da Casa. Eu participei de duas

comissões parlamentares de inquérito no Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que foi o último delegado da ditadura militar no Brasil. Eu não sei como era a composição na CPI da Coroa Brastel, que teve uma participação muito brilhante do Senador Eduardo Suplicy.

Disso eu me lembro. Dediquei-me pouco àquela CPI, da qual era suplente, mas me lembro da atuação ativa e pertinente do Senador Suplicy, que poderá muito bem dizer, se sua memória não o trai – e acredito que não trairá – como era a composição. Mas vou dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, como era a composição da CPI Delfim-BNH, que resultou numa condenação pública do Sr. Ronald Levinhson. O relator era dos quadros do PMDB, o atual Vice-Governador de São Paulo, Alberto Goldman, que era, àquela altura, abrigado no PMDB, membro da fração parlamentar do Partido Comunista Brasileiro.

A ditadura, por meio do General João Figueiredo, não se intrometeu num assunto que era do Congresso naquele episódio. A ditadura, que era ditadura, não usou a sua maioria para praticar essa manobra; a ditadura tolerou, sim, que a proporcionalidade fosse obedecida, e então disse: o maior partido da Câmara dos Deputados é o PDS – obviamente que era mesmo –, e o segundo maior partido era o maior partido das oposições, o PMDB. Então. O PMDB, reúne-se e indica ao seu líder, Deputado Freitas Nobre, o nome do então Deputado Alberto Goldman para ser o relator de uma CPI que deu resultado, sim, como deu resultados também aquela do caso Coroa Brastel. Ou seja, estão propondo uma regressão a tempos pré-João Baptista de Oliveira Figueiredo, Sr. Presidente, e não há razão para isso tudo.

Ainda agora, passava por mim o Senador Delcídio Amaral, que tem um nome a zelar. S. Ex^a, escolhido talvez porque pensavam que ele fosse prestar serviços, prestou serviços, sim, mas à sociedade. Indicaram pelo PMDB, derrotando um candidato nosso, o Senador César Borges, por um voto, em uma eleição penosa, o Deputado Osmar Serraglio, achando que ele seria também um prestador de serviços. E ele prestou serviços, sim, à causa da verdade. E aí estão os quarenta processados por indicação do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, sendo julgados já como réus no Supremo Tribunal Federal.

Chega a ser inútil e revela uma má intenção. Vamos para a matemática, Sr. Presidente: a maior bancada do Senado não é outra, é o bloco PSDB/DEM. E tanto isso é verdade que, na momentosa e grave CPMI do Banestado, coube ao meu Partido, pelo bloco de Oposição, pelo bloco minoritário no Senado, mas majoritário enquanto unidade, a Presidência da

CPI mista – o mesmo caso – ao Senador Antero de Barros. Ou seja, fizeram contas e constataram aquilo que não mudou de lá para cá: que a maior bancada era a nossa.

Por outro lado, há uma desculpa que não é uma desculpa correta. Nós temos de nos curvar à verdade. É como se eu dissesse assim: Geraldo Alckmin ganhou de Lula a eleição. Não é verdade. Geraldo Alckmin perdeu por vinte milhões de votos. Eu não torço a verdade. Agora, vamos a uma contrapartida. “Ah, porque nunca deram ao PT do Senador Suplicy relatoria de CPI.”

O Senador Suplicy foi Líder e era membro de um Partido que tinha ele e mais sete. Então, ele estava fora da proporcionalidade. O PT, durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique, não foi nunca maior, nem segundo maior, nem lá naquela Casa, na Câmara, nem nesta Casa.

Então, quando dizem que se tem de invocar o princípio da proporcionalidade e, ao mesmo tempo, dizem que não tiveram ocasião até então, é porque pensavam que àquela altura mereceriam algum ato de generosidade do poder e que, agora, nos dariam ou não a presidência ou a relatoria por um ato de generosidade deles. Não tem isso. Não temos que submeter nomes a eles. Não temos que mendigar ou implorar coisa alguma. Temos o direito legítimo, Sr. Presidente, conquistado nas urnas, de indicar o presidente ou relator da CPMI. E essa é a nossa intenção.

Ainda agora me perguntava uma jornalista: “Mas se os senhores não indicarem, o Presidente Garibaldi pode indicar?” Olha, poder pode. Eu já vi tudo. Ouvi histórias, graças a Deus não vi, mas ouvi histórias de gente que mordeu cachorro, quando o normal é cachorro morder a pessoa. Enfim, já vi tudo. Mas não acredito. Até porque, se indicar, num gesto de ousadia que não é próprio dele, até pela sensatez que o anima, alguém do PSDB, eu destituo imediatamente. Vai ser indicado pelo PSDB alguém que eu, a partir dos meus companheiros, decida que será o representante do PSDB, e mais ninguém.

Agora, sinceramente me causa espécie estarmos esperando terça-feira. Reunião de Líderes para quê? Para dizer o quê? Para discutir se temos direito? Parece que não receberam ainda a devida lição do Supremo Tribunal Federal.

Querem outro pronunciamento do Supremo Tribunal Federal? Esse sai rápido, porque já saiu o anterior. Esse sai rapidíssimo, basta pedirmos a confirmação de uma decisão já tomada. Ou seja, não é favor; é direito. Então, disse muito bem o Senador José Agripino. Quais são as coincidências entre o Senador José Agripino e eu próprio? E olha que há pessoas no Partido dele

que pensam como eu e há pessoas no meu Partido que pensam como ele, no que discrepamos.

Coincidência primeira: entendemos que não devemos oferecer nomes à CPMI enquanto o Governo não sentar conosco à mesa para decidir se nos dá a presidência ou a relatoria, e se lhes damos a presidência ou a relatoria, e segunda, enquanto não se viabilizar a instalação da CPI do Senado. Então, nesses dois pontos estamos de acordo. Onde ainda não temos acordo, vamos ter. É tão simples eu fazer acordo com o Senador José Agripino. É tão simples, tão fácil!

S. Ex^a diz: não legítimo uma CPI que só tenha na direção figuras supostamente chapas-brancas – ou de chapa-branca. Eu digo: olha, eu daria um crédito de confiança último, porque pensavam que o Delcídio seria chapa-branca, e ele não foi. Pensavam que Serraglio seria chapa-branca, e ele não foi. O que parecia chapa-branca era aquela outra CPI do Mensalão, e aquela foi tão desmoralizada que tenho até pena de relatar. Aquela ninguém põe no currículo. Duvido que um daqueles coloque: participei da CPI do Mensalão. Ela durou um mês e ela própria se fechou. Ela própria, envergonhada, fechou as portas, e não se falou mais no assunto. Porque ela estava lá para prestar serviço ao poder, enquanto a outra estava lá para investigar. Delcídio caiu em desgraça, nunca mais conseguiu ser nada, e o Osmar Serraglio continuou naquela vidinha. Eu o conhecia bem e sabia do homem sério que ele é.

Não tem por que duvidar das pessoas que eles estão indicando. Quero confiar que ambas são pessoas suscetíveis à influência da opinião pública. Se de todo não forem, depois de fazermos todos os requerimentos duros, nós nos retiráremos, denunciando uma fraude, e nos dedicáremos apenas à CPI do Senado.

A essa altura, vejo que é inevitável termos as duas, até para uma cobrar ação da outra, até para uma cobrar que a outra não faça o jogo de quem quer que seja, para que se busque a verdade, tão-somente a verdade, apenas a verdade, Sr. Presidente.

Veja o que trouxe do baú, Sr. Presidente, eu que quero abrir o baú dos cartões. Eu trouxe um gesto de alcance civilizatório significativo no governo do Presidente Figueiredo, quando Alberto Goldman, comunista, foi relator de uma CPI que deu resultado, sim. Saiu um belíssimo relatório, CPI exitosa. Imagino como alguém pode imaginar que, quase trinta anos depois, uma democracia midiática como a brasileira, com um Ministério Público atuante como o do Brasil, com uma oposição vigilante como a que nós temos, com as instituições funcionando e o Supremo Tribunal Federal dando provas de independência a cada decisão que toma, como é que alguém pode imaginar que os problemas dos cartões se resolvem nomeando fulaninho

e beltrinho e está acabada a história? De onde se pode tirar algo tão desbaratado? De onde se pode tirar algo tão absurdo? Entendo que basta um Senador ou um Deputado com algum fato irretorquível, e desaba a muralha de uma defesa artificial colocada por este ou por qualquer governo que porventura não queria apurar determinado fato.

Hoje é impossível. Hoje é impossível. Hoje não dá para abrir aqui, Sr. Presidente, as fotos... O Governo é pré-tecnológico. Letrinhas de celular, dá para um fotógrafo captar lá de cima. É um fato. Temos que inclusive trabalhar a compreensão de uma nova noção de privacidade. V. Ex^a tem direito a privacidade; eu tenho direito a privacidade. Nós não temos o direito é de usar cartão contra o dinheiro do povo. Isso nós não temos, nem V. Ex^a, nem eu, nem o Presidente Lula, nem ninguém. Não temos.

Agora eu tenho o direito à privacidade, mas tenho que me adaptar ao fato de que, se eu abrir, não posso proibir o fotógrafo de instalar. Longe de mim. Ao contrário, sempre lutei para que trabalhassem com a maior liberdade. Tenho que saber o que abro aqui. Se for uma carta pessoal, de cunho sentimental ou uma queixa de um filho meu, algo assim, não vou abrir aqui no plenário mais. É uma noção de compreensão do mundo tecnológico que nos cerca.

Como alguém pode imaginar...Então a imprensa diz assim para o relator, Seu João das Couves: Seu João das Couves está aqui o documento. O que o senhor acha, Seu João?

O Seu João das Couves não resiste duas semanas. O Seu João das Couves renuncia, e renuncia sob desmoralização, se não for capaz de fazer aquilo que a opinião pública esteja querendo através de investigações que porventura se mostrem densas, se mostrem verdadeiras, Sr. Presidente.

É um diálogo de surdos. Não sei por que tanto mistério. Mas algo vai passando com clareza: se não querem respeitar todas essas linhas de lógica, é porque tem alguma coisa mais grave. Só vão excitando-nos a imaginação, só vão excitando-nos a vontade de investigar cada vez mais isso.

Desgaste para a Casa, confusão na opinião pública. É isto o que querem: confusão. Querem fazer parecer que ninguém quer investigar. É a velha história do nosso prezado Chico Anísio, que foi ressuscitada agora. É aquela história do “Sou, mas quem não é?” Sou, mas quem não é!

Sr. Presidente, eu respondo pelos meus atos. Não quero que ninguém responda por meus atos solidariamente comigo. Não quero. Um jovem apanhado com drogas no carro, em 90% dos casos, tem a dignidade de dizer que a droga é dele e não do colega, a não ser

que a droga também esteja com o colega. Em 90% dos casos ele tem a dignidade de dizer: “A droga é minha e não dele.” Por que dizer: “Metade é dele; metade é minha”, se não é verdade?

Sr. Presidente, é um pronunciamento que faço em tom de desabafo. Gostaria de tê-lo feito na presença do nosso Presidente Garibaldi Alves Filho. Agora, não me conformo com essa história de que temos de discutir as CPIs. CPI é um direito. CPI não é para ser conversada em foro onde há Minoria e Maioria. CPI é, historicamente, uma prerrogativa da Minoria. Maioria não precisa de CPI. A Maioria tem os dados.

Essa conversa toda, Sr. Presidente, por exemplo, sobre os cartões corporativos do Presidente Fernando Henrique?! Por que o Presidente Lula não autoriza sua Secretaria de Comunicação Social – e aqui fica um repto – a mandar divulgar logo agora toda a vida do tempo dos cartões, da conta “b”, da conta “c” do Presidente Fernando Henrique? Por que não abre, aliás, todas? As do tempo do Presidente Sarney, do Presidente Itamar, do Presidente Collor? Por que não passamos mesmo em revista tudo isso? Se quer passar o País a limpo, é assim que se faz.

Agora, vir com essa conversa fiada – fiadíssima – de que, Sr. Presidente, se empurra para um, se empurra para o outro e não se assume responsabilidades? V. Ex^a ontem estava com um livro que dizia isso, que uma tática da fuga política à responsabilidade – V. Ex^a leu isso para mim no avião ontem – era dizer “eu não sabia”. Dizendo “eu não sabia”, de início, segundo o autor do livro, se livra de metade da responsabilidade.

Precisamos de pessoas que pratiquem a ética da sinceridade, a ética do “eu sabia”, a ética do “eu assumo”, a ética do “eu respondo”, a ética do “eu não tenho medo”, a ética do “eu quero ver aonde vai dar”, não a ética falsa de ficar com tiros para tudo que é lado, do pega ladrão de feira para que se confunda e não se saiba quem é aquele que bateu a carteira verdadeiramente na feira da rua Domingos Ferreira com Bolívar, em Copacabana.

Portanto, Sr. Presidente, eu não posso acreditar que a gente precise fazer uma reunião para discutir o óbvio. Se for assim, o Presidente Garibaldi vai começar mal e vai começar a ver piorar a qualidade do seu relacionamento com o Partido liderado por este admirador dele, que quis a sua candidatura, que a entendeu legítima e que a legitimou quando retirou o nome, que seria de muito agrado do País, da ilustre Senadora Marisa Serrano, que não pretendia disputar, mas que aceitaria fazê-lo se fosse para marcarmos uma posição em relação ao quadro pós-crise no Senado e até para acabarmos com os resquícios dessa mesma crise, Sr. Presidente.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, estamos na Presidência e acreditamos que este é o melhor Senado da história da República. Fazemos isso justamente quando tivemos a sensibilidade política inspirados em Montesquieu, em **O Espírito das Leis**. V. Ex^a, pelo Regimento, teria cinco minutos, mas V. Ex^a falou por 22 minutos, o que traduz a grandeza dos sentimentos que ora na Presidência represento.

Eu só poderia sair daqui se o mais velho exigisse, como manda o Regimento, que é o Pedro Simon, que está nos abençoando dali.

Queríamos ler as palavras do Presidente, do dia 19, que hoje S. Ex^a repetiu:

Recebo a matéria para atendimento das formalidades legais e lembro apenas que já se encontram recebidos também, pela Mesa da Secretaria-Geral do Senado, requerimentos para outras quatro Comissões Parlamentares de Inquérito do Senado. Mas deixamos o exame desta matéria para a próxima reunião [que hoje ele ratificou] na terça-feira.

Senador Arthur Virgílio, entusiasmado, eu estava ouvindo V. Ex^a, assim como o Brasil. Justamente quis Deus hoje, quando esta Casa prestava homenagem a Chico Pinto, que V. Ex^a fizesse lembrar Alencar Furtado. Um dos momentos mais emocionantes da minha vida como Senador foi quando adentrou este salão uma pessoa e veio me cumprimentar pela coragem de ter desempenhado o nosso papel de Senador do Piauí, e era Alencar Furtado. Pedro Simon, fiquei perplexo. Quando ele disse o nome, eu disse “lamento não tê-lo reconhecido, mas a história de V. Ex^a, o respeito e a gratidão são enormes”. Ele nos abraçava aqui e hoje foi homenageado. Então, V. Ex^a, Arthur Virgílio, repetiu Chico Pinto, Alencar Furtado e seu pai. Este Senado é vigilante.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, anteriormente falaria Wellington Salgado, que solicitou há mais tempo. Em seguida, darei a palavra a Neuto de Conto.

Quero dizer que a Mesa já havia chamado para assomar a tribuna, por inscrição, o Senador Eduardo Suplicy. Depois, chamaremos os Líderes que estão inscritos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se V. Ex^a autorizar, eu poderia passar, por causa do vôo do Senador Neuto de Conto, a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de conhecimento desta Casa, do Brasil, o embargo da carne bovina pela União Europeia. Perde hoje o Brasil R\$5 milhões/dia em função da atitude daquele mercado.

No dia de hoje, depois de alguns entendimentos, estamos recebendo do Embaixador João Pacheco um expediente de que virá ao Brasil, entre os dias 27 de abril e 01 de maio, uma Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu.

Já confirmamos uma reunião conjunta no Senado da República, quando a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado discutirá os temas vinculados ao segmento da agropecuária, agroenergia e todos os projetos de intercâmbio Brasil com a União Europeia desse importante segmento da economia do Brasil.

Portanto, no próximo dia 28 de abril, estaremos aqui com a Comissão para debatermos esse mercado tão importante que deveremos recuperar.

Era essa a comunicação à Casa e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Wellington Salgado, pediríamos brevidade, porque o Senador Eduardo Suplicy pacientemente aguarda.

Senador Eduardo Suplicy, aproxime-se da tribuna, porque teremos a brevidade do Senador Wellington Salgado, que tão bem atua, neste momento, como Líder do PMDB.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, ouvi atentamente o posicionamento do Senador Arthur Virgílio. Todas as vezes que esta Casa tem um problema de CPI, é o meu Partido que sempre cede uma vaga para que a Casa se acomode. Foi assim quando tínhamos a Presidência da CPI das ONGs, do ilustre Senador Valter Pereira; foi assim quando o meu Partido tinha o direito à Presidência do Conselho de Ética. A todo momento, meu Partido vem cedendo para acalmar esta Casa.

O maior Partido, a maior Bancada do Senado tem sempre de ceder para que a Casa se acalme, para que haja uma situação de acomodação. Ou seja, o meu Partido já tornou público quem é o Presidente da Comissão Mista. E agora se começa a cogitar que se tem de fazer um acordo, e é o meu Partido que vai sempre pagar a conta.

Essa história de haver duas CPIs, uma mista e outra no Senado, é possível dentro do Regimento, claro que é. Nós já tivemos essa experiência nas duas

CPIs do tráfego aéreo. É uma espécie de cruzamento de burro com vaca: não serve para puxar carroça nem para dar leite. Quer dizer, não é possível isso!

E agora, de novo, para se acomodar, tem de se encontrar uma solução e alguém, ou o maior partido, ceder espaço. E os nossos grandes nomes do meu Partido, o PMDB, do qual V. Ex^a, Sr. Presidente, faz parte – e muito nos orgulha –, outra vez, tendo indicado alguém; terá de ceder para fazer um acordo.

Já está dito, junto às suas bases, que esse Senador será o presidente, como aconteceu com o Senador Valter Pereira, na CPI das ONGs, da outra vez. A mesma coisa. O Senador Valter Pereira já tinha comunicado e, para se acomodar, teve de voltar atrás e ceder o espaço para que houvesse um acordo. Toda vez acontece isso. Eu não acho justo.

Claro que a indicação é do meu Líder Valdir Raupp. A prerrogativa de indicação em comissão é do líder. O voto, na comissão, é do Líder. O voto, no plenário, é do Senador. Então, o Senador Valdir Raupp vai ter, mais uma vez, de tomar uma decisão, que, de repente, para se acomodar no Senado, tenha de desagradar um Senador do meu Partido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Para contestar, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, evidentemente, a generosidade...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha, Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Para contestar a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim. Mas quem quer contestar é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Serrei breve.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a se lembra daquele imbróglio em que ele disse que iria se enfezar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, a V. Ex^a, que invoca Rui e a sua justiça, estou solicitando o direito de defender o meu Partido, de defender a Oposição.

SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria paciência ao Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero dizer que a generosidade demonstrada inicial-

mente pelo Senador Wellington consegue ser maior do que o seu tamanho físico.

Quem está inadvertidamente assistindo à TV Senado pensa que o Partido dele abre mão desses cargos de maneira franciscana. Abre por abrir, porque quer colaborar com o andamento dos trabalhos desta Casa.

Meu nobre Senador, na primeira vez que o Partido de V. Ex^a abriu mão de uma participação na CPI, esta Casa saiu lucrando. Hélio Costa tornou-se Ministro e V. Ex^a veio para cá. Na primeira vez! Na segunda vez – vou enumerar fato por fato –, V. Ex^{as} estão na iminência de abrir vagas nas CPIs, mas estão postulando de boca aberta cargos no Governo Federal.

Lembro a V. Ex^a que o problema envolvendo o Senador Valter Pereira foi da Base com a Base. A abertura da vaga generosa de V. Ex^a foi para atender ao Governo, que queria um homem da sua absoluta confiança e sabia, naquele momento, que o Senador Valter Pereira, por ser um rebelde, não seria um nome que tranqüilizasse as hostes governistas naquela questão.

Essa generosidade franciscana do Partido de V. Ex^a, trocando participação na CPI pela Eletrobras, sempre à procura de dar luz, todos nós faríamos. Não vamos ser ingênuos. O Brasil está atento a esse tipo de coisa. O que se está fazendo aqui é uma briga num camelódromo. Vamos ser sinceros. Tanto é que V. Ex^a, em determinado momento, falou em pagar a conta. Veja em que situação está a Casa Legislativa. O seu Partido não paga a conta, sempre recebe.

Nós, da Oposição, não aceitamos isso. Reivindicamos a participação na CPI, primeiro, porque tem autoria da Oposição. E há uma praxe nessa Casa, que não deve ser quebrada, de que os autores participem da Mesa.

Em segundo lugar, não seria compreensível uma CPI para apurar denúncias contra o Governo, comandada genuinamente pelo Governo. É a mesma coisa de querer se arquivar e se engavetar uma CPI que já nasceria morta.

De forma que, meu caro Senador Wellington Salgado, fico feliz em saber que V. Ex^a momentaneamente é o Líder da Casa, mas permita-me contestar. A sua base perde com uma mão e ganha generosamente com a outra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de aqui ter em conta a exposição que fiz hoje na Comissão de Relações Exteriores, inclusive acompanhada de um documentário feito pelo Jornalista Sérgio Kalili, agradecendo ao Presidente Heráclito Fortes pela oportunidade de estar apresentando, de forma mais completa aqui no plenário do Senado, o relatório sobre a viagem que fiz em 16 e 17 de janeiro último ao Iraque.

Em março de 2007, quando Ibrahim Al-Jaafari, ex-Primeiro Ministro do Iraque visitou o Brasil tive a oportunidade de conversar com ele e sobretudo explicar-lhe como em 2003 eu havia proposto a Sérgio Vieira de Mello, designado pela ONU para coordenar as ações ali no Iraque, que pudesse propor aos iraquianos que instituisse uma renda básica de cidadania, levando em conta, sobretudo, que o Iraque é um País com enorme reserva de petróleo...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte apenas para um registro histórico? Às 18h30 finalmente chega ao plenário o Líder do Governo nesta Casa, evidentemente para esclarecer alguma coisa sobre o destino da CPI que o Brasil tanto espera. São 18h30, a hora do anjo passou há meia hora.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, então, ao explicar que havia Sérgio Vieira de Mello abraçado esta proposta, inclusive exposto ao então Embaixador Paul Bremer III, ao Banco Mundial, a autoridades, inclusive ao Sr. Ibrahim Al-Jaafari, fiquei bastante entusiasmado. E ele, em 1º de agosto de 2003, havia me telefonado, informando que a proposta estava sendo bem aceita e inclusive o Banco Mundial a havia considerado factível.

Eis que, em 19 de agosto daquele 2003, uma bomba foi colocada em um caminhão junto ao Hotel Canal, em Bagdá, explodindo e matando 21 pessoas, inclusive ferindo a companheira e esposa de Sérgio Vieira de Mello, Carolina Larriera, que hoje se encontra aqui nos visitando. Ela teve a oportunidade de participar da Comissão de Relações Exteriores na manhã de hoje.

Agradeço a atenção da Sr^a Carolina Larriera, porque, justamente nessa viagem, em diálogo com as mais diversas autoridades iraquianas...

Vou pedir ao Senador Arthur Virgílio que possa aguardar, porque S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, peço permissão para prorrogar por mais uma hora, para todos os inscritos usarem da palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

Senador Arthur Virgílio, com a maior honra, quero lhe conceder um aparte, mas V. Ex^a poderia aguardar um pouco para eu desenvolver o tema.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida. O tema é o mesmo e eu gostaria de prestar essa mesma homenagem que, tão oportunamente, V. Ex^a propicia.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a terá assegurado o aparte.

Então, fui convidado pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, o Sr. Mahmud al-Mashhadani, para visitar o Parlamento iraquiano, inclusive sem despesas para o nosso Senado, pois foi o Parlamento daquele país que financiou essa viagem. Ali, fui recebido como um verdadeiro amigo. O próprio Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, que me recebeu em sua residência, queria expressar sua admiração pelo povo brasileiro, que, tendo pessoas dos mais diversos segmentos, sabe viver harmoniosamente e que conseguiu algo que eles muito desejam, que é a democratização do País de maneira pacífica. Disse o quanto eles desejam se verem livres o quanto antes das tropas estrangeiras que ocupam aquele país.

Avaliaram como muito significativo, importante e válido que possam estar considerando seriamente a proposta de uma renda básica de cidadania, ou seja, o direito de todos os 30 milhões de habitantes do Iraque partilharem da riqueza daquele país, como dos recursos naturais, como o petróleo. Inclusive, na ocasião, eu lhes expliquei, como faz com tanto sucesso o Alasca nos últimos 25 anos.

Estive com Ibrahim Al-Jaafari, com cinco Ministros de Estado, inclusive o Ministro do Planejamento, que me disse que estão estudando a destinação dos recursos provenientes da exploração de petróleo. Primeiro tiveram que aplicá-los, e o estão fazendo, na reconstrução da infra-estrutura, tão danificada com a guerra, mas estão – explicaram-me isso as diversas autoridades, os Parlamentares – considerando, exatamente neste momento, a definição das regras do que vai ser feito com recursos, por exemplo, dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais.

Nosso embaixador no Iraque, Bernardo de Azevedo Brito, que, por segurança, fica a maior parte do tempo em Amã, na Jordânia, acompanhou-me nessa visita. Quero agradecer a sua atenção, bem como do Ministro Celso Amorim e de Samuel Pinheiro Guimarães, que procuraram assegurar que essa viagem fosse feita com a maior segurança possível.

Quero dizer que o Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque, Nawfal Assa Mossa Alssabak, e o Presidente dessa Câmara, Jalal Jamel Dawood Chaya, prestaram todo o seu apoio à viagem. Inclusive, o Sr. Alssabak foi o tradutor de muitos dos nossos diálogos quando o português e o árabe foram utilizados.

Quero aqui dizer que estivemos também com o Ministro das Relações Exteriores do Iraque e com o representante da ONU, o Sr. Staffan de Mistura, que substituiu Sérgio Vieira de Mello. Em todas as ocasiões, falaram-me da admiração, do respeito, da gratidão que todos, no Iraque, têm com Sérgio Vieira de Mello. O Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, al-Mashhadani, me informou que, em breve, o Iraque irá prestar uma homenagem muito especial a Sérgio Vieira de Mello, que se constituiu num exemplo muito especial para todos nós, brasileiros.

Quero dizer como expliquei ao Ministro do Planejamento, Ali Baban, as vantagens da Renda Básica de Cidadania, como vai assegurar a todas as pessoas muito maior grau de liberdade, de dignidade, e as vantagens de termos um sistema de pagamento igual para todos os habitantes em relação aos diversos sistemas existentes hoje em países como o Brasil e tantos outros.

Mas expliquei-lhes como o Brasil, pioneiramente, é o primeiro em que o Congresso Nacional e o Presidente da República aprovam e sancionam uma lei visando à criação da renda básica que será instituída em nosso País gradualmente, o que poderá ser feito, inclusive, a partir de exemplos que começam a surgir nos mais diversos lugares do mundo.

Ainda hoje, transmitti ao Ministro Patrus Ananias e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Senador Arthur Virgílio, que, na Namíbia, um dos países de maior desigualdade do mundo, mas que está avançando muito, houve um movimento da sociedade civil, liderado pelo Bispo Kameeta, um movimento de coalizão pela instituição de uma renda básica de cidadania. Pois bem, justamente na Namíbia, uma pequena vila, a cem quilômetros de Windhoek, capital da Namíbia, a partir de janeiro deste ano, passou a distribuir aos 1.005 habitantes uma renda básica igual para todos, como um direito à cidadania, uma experiência pioneira em um país com tanta desigualdade. É como se, no Estado do Piauí, em uma vila pequena, fosse instituída tal experiência, cujas vantagens e desvantagens será examinada a cada seis meses. Essa experiência está sendo considerada de grande relevância, porque,

entre os países em desenvolvimento, é a primeira que está acontecendo.

Senador Arthur Virgílio, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Suplicy, parabênizo V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e quero associar-me a ele, sobretudo na homenagem que faz à Sr^a Carolina Larriera, companheira do brasileiro Embaixador Sérgio Vieira de Mello, que foi a principal autoridade da ONU no Timor Leste, onde cumpriu brilhantemente a sua missão, que estava sendo repetida no Iraque quando a tragédia sobre ele e sobre ela se abateu. Eu dizia à Sr^a Carolina que vejo sinais muito positivos na política americana hoje, algo assim como uma democracia madura consertando os seus desvios. Os oito anos do Presidente George Walker Bush não foram felizes. Do ponto de vista econômico, significaram trocar a bonança e o *superávit* pelo *déficit* absurdo, levando-se em conta algo, que não deve ser do desconhecimento de V. Ex^a, o fato de os Estados Unidos terem gasto, desperdiçado na guerra do Iraque, talvez, soma equivalente a tudo que o Brasil produz em riquezas no ano. Lá já se foi algo parecido com o PIB brasileiro inteiro e sem solução e todos sabiam que aquela era a marcha da insensatez, que não pôde ser vivida pela imortal Bárbara Tuchman. Muito bem, os americanos, na maturidade da sua democracia, encaminharam três possibilidades: o conservador John MacCain, que é um homem absolutamente ajuizado, herói de guerra, responsável, de certa forma dissidente das linhas adotadas pelo Presidente Bush, moderado em relação ao esforço belicista; e os democratas, que podem escolher entre a experiência, a cultura, o preparo comprovado da Sr^a Hillary Clinton e essa esperança que espero vire realidade, que não se esfumace como algo vão, que é a esperança enorme em torno do Senador Barack Obama. Em qualquer situação, a impressão que me socorre é que os Estados Unidos haverão de retomar aquela linha que chegou a nos fazer ver Bill Clinton, nos jardins da Casa Branca, levando Yitzhak Rabin e Yasser Arafat apertarem as mãos. Os radicais dos dois lados se regozijaram com a vitória de Bush e se regozijaram em poderem, a partir do radicalismo imprimido pelo governo norte-americano, voltar a ter adeptos para as suas atitudes tão pouco sãs. Parabéns a V. Ex^a. Finalizo, dizendo a V. Ex^a que é um honra para o Parlamento brasileiro receber figura tão ilustre, tão sofrida que retrata a Sr^a Cristina Larriera.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Carolina.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Carolina Larriera. Eu não poderia nunca confundir o nome. Tenho uma filha com o nome de Ana Carolina. Mas retrata todo um quadro de sofrimento, de desolação, de dor. Nem por isso deixei de ver na sua face muita esperança, muita segurança, muita vontade de cumprir os seus papéis, o que mostra que temos todas as razões para acreditar neste mundo e não para dele descrever. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Carolina Larriera e Sérgio Vieira de Mello tinham entre seus maiores amigos José Ramos-Horta, hoje Presidente do Timor Leste, que visitou o Brasil de 28 a 30 de janeiro. Ela acompanhou o Presidente José Ramos-Horta, que, infelizmente, dia 10 de fevereiro, foi vítima de grave atentado. Ela me informou que, nos próximos dias, estará em Darwin visitando José Ramos-Horta.

Tive a oportunidade de dialogar com José Ramos-Horta, inclusive de explicar a viagem que fiz ao Iraque, e tive a honra de ter sido convidado por ele para, ao final de março, também no Timor Leste, explicar como, agora, com os recursos que estão sendo obtidos com a exploração de gás e de petróleo – US\$100 milhões –, instituir também para os 1,2 milhão de cidadãos do Timor Leste possivelmente uma renda básica de cidadania.

Espero, Sr. Presidente, que o Presidente Ramos-Horta logo recupere plenamente sua saúde e que possa continuar seu trabalho em favor do Timor Leste, seguindo o desejo de nosso brasileiro internacionalista Sérgio Vieira de Mello, que queria, sobretudo, a paz no mundo.

Senador Inácio Arruda, com muita honra.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, meu caro Senador Eduardo Suplicy, quero, primeiro, me associar a V. Ex^a na homenagem que presta a Sérgio Vieira de Mello, ao seu esforço de um homem ligado aos direitos humanos para, ali no Timor Leste, estabelecer uma Nação nova, uma Nação com estabilidade, para um povo cheio de vontade, como é povo timorense. Ao me associar, dirijo-me também à Sr^a Carolina Larriera, que está acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a da Tribuna de Honra do Senado Federal. Há ainda a viagem de V. Ex^a ao Iraque. V. Ex^a, numa saga – já podemos dizer – internacional, busca aplicar um projeto de renda mínima para os povos, seja na Namíbia, V. Ex^a vai propor no Timor Leste, com certeza propôs no Iraque e, há poucos dias, esteve na Venezuela.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Na próxima semana, será no Equador, a convite da Assembléia Constituinte do Equador.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – É interessante, nessa viagem de V. Ex^a ao Iraque, nós sempre sublinharmos a posição do Brasil contrária a que se passasse por cima das Nações Unidas, onde Sérgio Vieira de Mello servia, e, de forma unilateral, se invadisse uma outra nação, com um argumento que se demonstrou, agora de forma cabal, inverossímil. Uma mentira patrocinada por uma nação serviu de pretexto para se invadir uma outra nação, desmoralizando a Organização das Nações Unidas, invadindo um país e submetendo não só um dirigente político que foi deposto, mas submetendo o povo todo do Iraque a um sofrimento brutal que permanece até hoje, num país ocupado, literalmente. Ali é uma ocupação militar. Houve uma invasão e uma ocupação que permanece. Queira Deus que o Senador Arthur Virgílio tenha razão, ou seja, que o resultado da próxima eleição permita uma reflexão maior do povo americano, para que se impeça a permanência das tropas invasoras no Iraque e em outros países do mundo. Há várias bases militares espalhadas pelo mundo. Então, é uma paranóia americana. O sofrimento que se abate sobre o povo iraquiano é o desastre também americano. Por isso, considero que V. Ex^a examinou de perto, viu de perto esse sofrimento e busca compreender o que ocorre ali, ao mesmo tempo em que leva uma proposta concreta para buscar minimizar o sofrimento e a crueldade imposta a um povo por uma outra nação. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Quero dizer, inclusive, que o Deputado, hoje Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo, conversou há pouco comigo e com a Sr^a Carolina Larriera, recordando os tempos em que esteve aqui com José Ramos-Horta.

Quero também, tendo em conta as palavras do Senador Arthur Virgílio e agora de V. Ex^a, ressaltar como muito interessante o fato de justamente aquele que está liderando as pesquisas de opinião para a sucessão presidencial nos Estados Unidos, com nitidez, dizer que foi um erro o esforço bélico para derrubar Saddam Hussein. Por que não olharam um pouco para o exemplo do Brasil, que conseguiu derrubar uma ditadura por meios pacíficos, com o povo saindo às ruas e assim por diante, como todos nós conhecemos? Isso causa muita admiração entre os iraquianos em relação a nós, brasileiros.

Quero também aproveitar para agradecer ao Pelé, que me presenteou com duas camisetas, uma do Santos e a outra da Seleção Brasileira, com mensagens – “**I wish peace to Iraq**”, Pelé e “Para o Iraque, tudo de melhor”, Pelé. Dei as camisetas ao ex-Primeiro Ministro Ibraim Al-Jaafari e ao Presidente do Conselho de Representantes do Iraque, Al-Mashhadani. Ficaram contentíssimos, assim como também quando lhes dei o DVD sobre a vida de Pelé, de suas melhores jogadas, *Pelé Eterno*, de Aníbal Massaini.

Concedo um aparte ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito Fortes.

Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero fazer um rápido registro, caro Senador Eduardo Suplicy, exclusivamente para parabenizá-lo pela manhã de hoje, quando V. Ex^a, finalmente, teve a oportunidade de mostrar ao País a viagem de êxito que realizou ao Iraque. Uma viagem tão sonhada, tão aguardada, que finalmente V. Ex^a, com o apoio do Itamaraty e do Governo iraquiano, teve condições de realizar. Quero parabenizá-lo pela coragem, pela determinação e dizer que V. Ex^a, tenho certeza, pelo que vi, de que plantou uma semente que será positiva no território nesse momento tão conturbado pela falta da paz. Quero me associar aos outros companheiros e fazer um registro muito especial à presença da Sr^a Carolina Larriera, a quem tive o prazer de, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, convidar para participar da Mesa e pude ver, Senador Mão Santa, a dor que ela sentiu no momento em que revia as cenas trágicas que viveu no Iraque. Realmente, Dr^a Carolina, eu me comovi, porque vi que foram lágrimas sinceras, discretas, que foram derramadas à meia luz. E não houve, da parte dela, nenhum interesse de mostrar isso ao público. Vi a dor sofrida e, acima de tudo, a gratidão em vir a Brasília, pelo seu gesto solidário de mostrar ao mundo o que acontece no Iraque. Sérgio Vieira de Mello, depois de cumprir uma extraordinária missão no Timor Leste, foi designado, pela sua competência e pelos cargos ocupados na ONU para essa fantástica missão, que, infelizmente, não teve o êxito que o mundo todo esperava. É o registro que faço. Geralmente homens que são designados para missões dessa natureza não influenciaram nas causas. São designados exatamente para, após as conseqüências, tentar minimizá-las e fazer com a que paz volte a reinar. Senador Suplicy, V. Ex^a, hoje, teve um dia de muita felicidade. Também quero parabenizar o repórter Kalili, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sérgio Kalili.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sérgio Kalili pelo extraordinário trabalho que fez, mostrando, através daquele...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Documentário.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...pequeno documentário, de 25 minutos, o que foi o Iraque nos momentos mais difíceis e o Iraque que V. Ex^a percorreu.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a tem o dever e a obrigação de distribuir por onde for esse documentário, porque ele será um disseminador e um divulgador da paz entre os homens. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Quero aproveitar para informar que a TV Senado, logo que terminar a sessão plenária de amanhã, portanto, no início da tarde, por volta das 14 horas, rerepresentará de maneira completa a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida hoje por V. Ex^a, em que foi apresentado o documentário de Sérgio Kalili a respeito da sua viagem ao Iraque.

Então, requeiro, Sr. Presidente, que seja transcrito na íntegra o meu relatório “Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque”.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador João Pedro pede-me um breve aparte, mas concluo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É melhor concluir, porque há vários oradores inscritos.

A Senadora Lúcia Vânia, pacientemente, aguarda para se pronunciar como Líder, assim como o Senador Delcídio Amaral, também como Líder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o próximo inscrito, Heráclito, mas os líderes têm prioridade. Hoje, pelo menos, V. Ex^a não se enfureceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, prezado Senador João Pedro, a sua intenção de aparte. Vou respeitar, então, a designação regimental do Presidente Mão Santa, a quem agradeço.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY

Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque

Eduardo Matarazzo Suplicy

Em março de 2007, quando Ibrahim Al-Jaafari, o ex-Primeiro Ministro do Iraque (23/02/05-20/05/2006) visitou o Brasil, tive a oportunidade de conversar com ele em Brasília e em São Paulo. Disse-lhe que em abril de 2003, logo antes do brasileiro Sergio Vieira de Mello ter sido nomeado representante das Nações Unidas no Iraque, lhe escrevi sugerindo que os iraquianos seguissem o exemplo do sistema de Dividendos do Fundo Permanente de Alasca, um exemplo pioneiro e bem sucedido da Renda Básica de Cidadania. Com as grandes reservas de petróleo do país, o Iraque poderia seguir esse caminho. Contei-lhe que Sergio Vieira de Mello, em 30 de abril de 2003, considerara positiva a proposta e que a encaminharia para as autoridades administrativas do Iraque.

Em 23 de junho daquele ano, na Cúpula de Reconciliação de Chefes de Estado de Amã, o Embaixador J. Paul Bremer III, responsável pela administração do Iraque após a queda de Saddam Hussein, disse que os iraquianos poderiam seguir o exemplo do Alasca, de tal forma que todos pudessem participar da riqueza da nação. Em 1º de agosto, Vieira de Mello me ligou de Bagdá, informando que a proposta foi considerada positiva. Infelizmente ele foi vítima, junto com mais 21 pessoas, do ataque ao escritório das Nações Unidas em Bagdá no dia 19 de agosto daquele ano.

Hoje Ibrahim Al-Jaafari é membro da Assembléia Nacional do Iraque e líder do Partido Islâmico Dawa, o principal partido da coalizão Aliança Unida Iraquiana que faz parte da base do governo. Ele é um xiita e anteriormente era um dos dois vice-presidentes do Iraque sob o Governo Interino do Iraque em 2004.

Relatei que o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a Lei 10.835 que institui Renda Básica de Cidadania incondicional, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de janeiro de 2004. A lei estabelece que o programa seja implantado, passo a passo, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais carentes, como acontece hoje com o Programa Bolsa Família, até o dia em que todos no Brasil terão aquele direito. Como proponente do projeto, e Co-Presidente da BIEN - Basic Income Earth Network, desde 2004, eu estava pronto a ir ao Iraque explicar ao governo e parlamento iraquianos como este instrumento poderia contribuir para a democratização e a pacificação da Nação. Outros economistas e pensadores políticos como Steve Clemons, Guy Standing, Steven Schafarmam e o ex-governador do Alasca, Jay Hammond, também apresentaram a mesma proposta.

Como resultado, no último mês de abril de 2007, recebi um convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional de Iraque para visitar Bagdá. Considerei ir em abril e depois em julho. Mas o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim e o Secretário Executivo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fizeram um apelo para que

eu postergasse a viagem, pois era muito arriscado. Se algo acontecesse a mim, o governo brasileiro teria um sério problema. Mesmo na chamada “Área Verde” de Bagdá, sob o controle das forças de segurança de elite, a situação não era considerada segura. Como a confirmar essa afirmação, no mesmo dia da recomendação deles, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, assustou-se com uma explosão que ocorreu a 50 metros do local onde estava, matando várias pessoas. Concordei então que eu deveria ir quando as condições de segurança melhorassem.

Em outubro de 2007, o Embaixador brasileiro no Iraque, Bernardo de Azevedo Brito, que, por motivos de segurança, trabalha em Amã, Jordânia, disse-me que acabara de voltar de uma viagem de três dias a Bagdá, e que a situação em geral havia melhorado significativamente. Em vista disso, ele estava pronto a me acompanhar em uma visita oficial ao Iraque, durante três dias, em janeiro de 2008. Na ocasião, eu poderia contar com o apoio do governo brasileiro que contrataria os serviços de uma empresa inglesa de segurança durante toda a nossa permanência no Iraque e até o nosso retorno a Amã.

Eu estava convicto de que essa seria uma das mais significativas viagens dos meus 66 anos de vida. É claro que minha família, meus colegas de trabalho e os meus amigos estavam preocupados. Expliquei-lhes que estava convencido de que o Iraque poderia implementar efetivamente a Renda Básica de Cidadania

incondicional a todos os seus 30 milhões de habitantes, com o objetivo de pacificar a nação depois de muitos anos de guerra, violência e mortes, e que valeria a pena enfrentar o desafio. Senti-me honrado pelo convite feito pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud al-Mashhadani, - eleito em 22 de abril de 2006 para presidência, com 159 votos contra 97 e 10 abstenções como parte da lista da **Frente de Acordo Sunita** -, para esclarecer lhes de como ao iraquianos têm todas as condições para introduzir este instrumento de política econômica.

Dois conterrâneos estavam no mesmo vôo desde o Brasil: Nawfal Assa Mossa Alssabak, vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque – um iraquiano que reside no Brasil desde a década oitenta, com sua mulher e quatro filhos e que serviu de interprete em várias ocasiões; e Sergio Kalili, um jornalista independente que filmou todos os eventos importantes da viagem. De Amã a Bagdá, o Embaixador brasileiro também estava acompanhado por dois membros da equipe da Embaixada brasileira, Safana Sallooum e Valdir Guimarães.

Assim que chegamos ao aeroporto de Bagdá por volta das 10:00 da manhã do dia 16 de Janeiro de 2008, fomos cercados por seis seguranças com armas de fogo semi-automáticas. Atentamente fizeram varreduras em todos os lugares do grande saguão do aeroporto. Vestimos uma jaqueta à prova de balas de 15 kg e capacetes para percorrer o caminho do aeroporto à zona verde de

Bagdá. Eu havia prometido ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil de que não me aventuraria a sair da área verde. Chegando lá, fomos acomodados num recinto da empresa de segurança. Cada quarto, simples, estava protegido contra potenciais morteiros com pilhas de sacos de areia nas janelas e em cima dos telhados. Depois de deixarmos nossa bagagem, embarcamos direto para uma agenda de encontros.

Um fato me impressionou muito. Um membro da Câmara de Indústria e Comércio Brasil Iraque que nos acompanhava, o Sr. Alssabak, um iraquiano nascido em Bagdá, mas que há muito residia no exterior e que pela primeira vez voltava à sua cidade natal se disse muito desapontado. Ele disse que mesmo tendo viajado e conhecido várias cidades da Europa, Estados Unidos e América Latina considerava Bagdá a cidade mais bonita do mundo, mas que agora ficava muito triste, pois não reconhecia mais as redondezas; em cada rua e avenida, e especialmente na Área Verde, que eu também vi, a mesma cena se repete: muros de concreto com cerca de 3 a 5 metros de altura, algumas vezes cobertos de cercas de arame, impedem a vista da cidade. Na entrada dos prédios, especialmente nos destinados às atividades oficiais, sempre uma grande porta de aço, que se abre diante da presença de guardas de segurança. Entendi isso como um sinal da divisão que hoje marca o Iraque. Tudo isso me trouxe à mente que, nesta sociedade tão separada, os iraquianos estão gastando muito dinheiro para construir muros e aparatos de

segurança. Com certeza todo esse aparato não será mais necessário quando o princípio de justiça e de solidariedade se tornar uma realidade nessa nação.

Nosso primeiro encontro foi com o Representante Especial da Secretaria Geral das Nações Unidas para o Iraque, Staffan de Mistura, um ítalo-sueco, sucessor do Sérgio Vieira de Mello. Disse-lhe que, antes de deixar São Paulo, conversei com Carolina Larriera, a viúva de Sérgio, que também estava no Hotel Canal trabalhando no escritório das Nações Unidas, quando, em 19 de agosto de 2003, alguns metros de distância, um caminhão explodiu e o matou. Na ocasião, contou-me estar muito emocionada ao saber que alguém iria levar adiante a proposta que Sérgio Vieira de Mello abraçara. Ela me pediu para levar um pouco de terra brasileira para espalhar no Hotel Canal, onde ele morreu. Lamentavelmente, como ele se localiza fora da Área Verde não tive como atendê-la.

De Mistura disse-nos o quanto toda equipe das Nações Unidas admirava os esforços do Sergio a favor da paz. Ele nos levou ao local onde há uma placa em homenagem a sua memória. Deixei lá uma cópia do meu livro: *Renda Básica de Cidadania. A Resposta Dada pelo Vento* (L&PM 2006). A todas autoridades iraquianas que encontrei nessa viagem, dei um exemplar da publicação em inglês da Woodrow Wilson International Center for Scholars (março de 2007) desse livro, bem como sua tradução para o árabe, feita pelo Sr. Walthik Hindo, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque.

O segundo encontro foi com o Presidente da Comissão Consultiva do Primeiro Ministro, Thamir A. Ghadhban, que também foi Ministro do Petróleo. Expliquei-lhe como o Iraque poderia seguir o exemplo do Alasca em condições até melhores do que o Brasil que recentemente aprovou uma Lei para implementar a Renda Básica de Cidadania incondicional. Ele me apresentou até mais razões para fazê-lo e declarou que o Iraque havia ultrapassado a Arábia Saudita e agora é o primeiro país do mundo em termos de reservas conhecidas de petróleo. Ele enfatizou que dos 12 principais locais do mundo com as maiores quantidades de petróleo descobertas, 9 se encontram no Iraque.

O terceiro encontro foi com o Ministro do Planejamento, Ali Ghalib Baban, o homem chave na elaboração de políticas para o futuro, de acordo com o Embaixador Bernardo Brito. Em nossa conversa, de cerca de uma hora, expliquei-lhe a racionalidade de uma renda básica, seus fundamentos e de como os economistas, filósofos e cientistas sociais do mais largo espectro são favoráveis a idéia. Conte também como o Alasca decidiu separar 50% dos royalties provenientes da exploração dos recursos naturais para criar um fundo que pertence a todos os seus habitantes. Desde o início dos anos oitenta aqueles recursos têm sido aplicados em títulos dos EUA, ações das empresas do Alasca, das empresas americanas e internacionais e em investimentos imobiliários. O Fundo Permanente do Alasca evoluiu em valor desde então, de US\$ 1 bilhão para cerca

de US\$ 40 bilhões atualmente. Cada morador do Alasca, desde que resida por um ano ou mais – hoje são cerca de 700 mil – tem o direito de receber um dividendo igual, que evoluiu de cerca de US\$ 300, no início da década de oitenta, para US\$ 1.654 por ano, per capita em 2007. Este sistema tornou o Alasca o estado mais igualitário dos 50 estados americanos. Em 1976, quando o Alasca tinha 300 mil habitantes, foi realizado um referendo sobre a idéia e 76 mil votaram “sim” e 38 mil votaram “não”. Hoje, com base no que pude observar pessoalmente em 1995 - quando visitei Alasca durante 7 dias – e a partir das observações do Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em sua palestra na Conferência da Bien em 2002, seria considerado um suicídio político para qualquer líder naquele estado americano propor o fim do Sistema de Dividendos Permanentes do Alasca.

O Ministro Baban mencionou que atualmente eles estão analisando as diversas experiências dos principais países produtores de petróleo. Estão estudando, dentro do governo e do parlamento, qual a melhor utilização dos recursos provenientes do petróleo. Devido à destruição da infra-estrutura, incluindo a de extração do petróleo, eles decidiram usar boa parte dos recursos para primeiro reconstruir o que foi destruído pela guerra. Em todos os encontros enfatizei que nós, brasileiros, iraquianos e a população dos países em desenvolvimento, devemos ficar atentos aos efeitos dos vários tipos de programas de transferências de renda, tais como o EITC (Crédito

Fiscal por Remuneração Recebida) nos EUA e FTC – Family Tax Credit (Crédito Familiar Fiscal) no Reino Unido, que existem nos países desenvolvidos e tornam suas economias mais competitivas do que as nossas caso não adotemos procedimento similares ou melhores. Tentei mostrar que o melhor instrumento para esse objetivo é a renda básica incondicional.

O Ministro do Planejamento também mencionou que gostou da experiência de micro-crédito do Professor Muhammad Yunus e do Grameen Bank em Bangladesh e que o governo iraquiano estava expandido as operações de micro-crédito. Conte-ihe da minha interação com o Professor Yunus durante o ano de 2007. Primeiro, na Alemanha, em junho, fomos convidados pelo Professor Götz W. Werner para uma conferência na Universidade de Karlsruhe sobre “Micro Crédito e Renda Básica como instrumentos para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo”; segundo, em minha visita à Dacca, e terceiro, na visita de Yunus à Florianópolis, no Brasil. Nessas ocasiões, expliquei-lhe a minha profunda crença de como ambos os instrumentos, Micro Crédito e Renda Básica, podem ser harmonizados para atingir os objetivos de promover o desenvolvimento junto com a prática da justiça.

A partir das informações que coletamos, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que eu estava visitando o Iraque no tempo apropriado para apresentar a proposta sobre o que fazer com os rendimentos provenientes do petróleo e dos recursos naturais,

pois os iraquianos estavam exatamente analisando qual seria a melhor proposta. Aprendemos que nos últimos vinte anos o Iraque havia desenvolvido um Sistema de Distribuição Pública que tem caráter universal. Vários itens básicos, incluindo alimentos e bens domésticos, eram distribuídos “em espécie” pelo Estado através de uma rede de caminhões e lojas em todo o país. Depois de 2003, eles consideraram a distribuição em termos monetários. Mas até hoje o sistema bancário não está suficientemente maduro e desenvolvido para permitir essa alternativa.

Nosso encontro seguinte foi um dos mais importantes e muito especial. O ex-Primeiro Ministro e líder da coalizão principal do Conselho de Representantes do Iraque, Ibrahim Al-Jaafari, nos recebeu para uma conferência e um jantar na sua residência dentro da Área Verde. Eu estava bastante surpreso, porque não tinha idéia do que poderia acontecer. Ele nos recebeu no portão e nos conduziu ao saguão principal onde mais de 40 autoridades esperavam pela conferência. Al-Jaafari me apresentou a cada um dos cinco ministros do atual governo, ao Presidente da Alta Corte de Justiça, a vários ministros do governo anterior, no qual ele era o Primeiro Ministro, incluindo o Ministro da Justiça, e a seu próprio Chefe da Casa Civil, e a cerca de 30 membros, homens e mulheres, do atual Conselho de Representantes.

Por aproximadamente 25 minutos, ele falou em árabe, traduzido para português pelo Sr. Alssabak, sobre a importância de minha visita

ao Iraque e da proposta que iria apresentar. Tive a palavra por cerca de 50 minutos, o suficiente para explicar os fundamentos da idéia da renda básica, sua evolução durante a história da humanidade e as vantagens da proposta na promoção do senso de solidariedade entre os xiítas, sunitas, curdos, cristãos, judeus e outros grupos da sociedade.

Enfatizei que a renda básica era consistente com o Alcorão e com os escritos de seus seguidores, e que os ensinamentos dos princípios da justiça e igualdade no Islã são similares àqueles do Cristianismo. No Livro de Hadith, Omar, o segundo dos quatro califas que seguiram o Muhammad, recomendou aos cidadãos detentores de grandes propriedades ou de ganhos que eles deveriam reservar uma parte para aqueles que menos ou nada tem. A raiz da idéia pode ser encontrada na história antiga. Escrevendo no século VI antes de Cristo, Confúcio observou que “a incerteza é pior que a pobreza” e “alguém poderia sair de casa sem ser pela porta?”. De fato, quando estudamos a racionalidade da Renda Básica de Cidadania, concluimos que é uma solução de bom senso, assim como sair de casa pela porta.

Também relembrei a definição de Aristóteles para política: uma ciência para atingir o bem comum. A fim de estabelecer uma vida justa para todos os povos necessitamos de justiça política, que deve ser precedida pela justiça distributiva, tornando iguais os mais desiguais. Karl Marx, em 1875 no seu livro Crítica do Programa de

Gotha, apresentou idéias similares quando escreveu sobre a forma de comportamento maduro do homem na sociedade: “de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade”. O mesmo princípio pode ser encontrado na palavra mais citada no Velho Testamento da Bíblia, “Tzedaka” em hebraico, que significa justiça social, ou justiça na sociedade. Uma clara defesa do projeto de renda básica foi feita por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios, no Novo Testamento. Ele recomendou aos macedônios que seguissem o exemplo de Jesus, que decidiu se juntar aos pobres e viver entre eles. Como está escrito, para haver justiça e igualdade: “O que colheu muito não teve demais, e o que colheu pouco não teve de menos.” A renda mínima também foi claramente defendida pelo Budismo, como podemos ver nas declarações do Dalai Lama em *Ética para o Novo Milênio*: “Para alguém aceitar o consumo luxuoso dos mais ricos é preciso primeiro assegurar a sobrevivência de toda humanidade.”

Falei sobre os principais pensadores na História que desenvolveram a proposta de renda mínima garantida, tais como Thomas More, Juan Luis Vives, Thomas Paine, Bertrand Russell. Mencionei também o mais largo espectro de economistas como Joseph Charlier, Dennis e Mabel Milner, Joan Robinson, John Maynard Keynes, Friedrich Von Hayek, James Edward Meade, George Stigler, Milton Friedman, James Tobin, Robert Theobald, John Kenneth. Destaquei os fundadores da BIEN tais como Philippe Van

Parijs, Guy Standing e Claus Offe que podem ser convidados para mostrar aos iraquianos como a Renda Básica é capaz de ajudar a sociedade a prover dignidade e liberdade para todos.

Expliquei como no Brasil o Programa de Renda Mínima Garantida, vinculado às oportunidades educacionais e de saúde – o Programa Bolsa Família - e outras iniciativas governamentais, tais como o programa Bolsa Escola, que o precederam, foram desenvolvidos desde meados dos anos noventa. Hoje 45 milhões de brasileiros, ou um quarto dos 189 milhões de habitantes do país, são beneficiários do Programa Bolsa Família, que foi reconhecido como bastante eficiente no combate contra a pobreza e na promoção da igualdade. Depois anunciei a boa novidade de que o Congresso Nacional do Brasil foi o primeiro do mundo a aprovar uma lei que gradualmente introduzirá uma renda básica incondicional.

Lembrei que os iraquianos gostam de futebol e que eles têm grande admiração pelos jogadores brasileiros. Disse-lhes que recentemente lera na imprensa brasileira uma entrevista do técnico de futebol brasileiro, Jorvan Vieira, da Seleção Nacional de Futebol do Iraque, que foi responsável pelo Campeonato nos Jogos Asiáticos. Jorvan disse que no começo foi difícil para os xiitas passarem a bola para os sunitas, depois para os curdos e assim por diante, mas a partir do momento em que ele conseguiu harmonizar o time, eles foram capazes para se tornarem campeões. Quando estava saindo do Brasil para Iraque, pedi ao Pelé que autografasse duas camisetas:

uma do Santos Futebol Clube e outra da Seleção Brasileira, com as seguintes mensagens: *Para o Iraque, tudo de melhor, Pelé*; e *Desejo Paz para o Iraque, Pelé*. Dei a primeira camiseta para Al-Jaafari, juntamente com um DVD *Pelé Eterno*, que conta a história do Pelé e de seus melhores jogos.

Eles ficaram muito entusiasmados com a proposta e a idéia de que o futebol pode reunir pessoas. As mulheres, que eram membros do Conselho de Representantes, me pediram para apresentar de forma mais completa a Renda Básica de Cidadania à Comissão de Direitos Humanos. Elas gostariam de discutir a proposta do ponto de vista das mulheres. Aceitei e agendamos o encontro para o dia 18 de janeiro. Após minha apresentação, parte em português, traduzido para árabe, parte em inglês, saboreamos um típico jantar árabe para mais de 40 pessoas. Durante a conversa informal, tive a oportunidade de aprender mais sobre o Iraque e de responder perguntas sobre a viabilidade da renda básica.

Depois do jantar, por volta da meia noite, fomos informados que devido às festividades religiosas do Ashura, a serem realizadas nos dois dias seguintes - quando mais de 10 milhões de iraquianos em todo o país saem às ruas - seria implantado o toque de recolher. Portanto, nos dias 18 e 19 de janeiro seria impossível nos deslocarmos do local onde estávamos hospedados e ninguém poderia sair de suas residências para nos encontrar. Só poderíamos sair de Bagdá no domingo, 20 de Janeiro. Eu queria muito ficar até domingo,

mas o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito me explicou que isto custaria muito caro e não seria produtivo.

Assim, não pudemos cumprir alguns dos encontros já agendados, como a conversa com o Cardeal Católico Emmanuel Delly III, nomeado pelo Papa Bento XVI em 2007; com o Presidente da Comissão de Reconstrução Econômica e de Investimentos do Conselho dos Representantes, Yonadam Kanna e seus colegas; com a Comissão de Direitos Humanos e com o Reitor da Universidade de Bagdá, Mousa al-Musawi e seus colegas. Tendo em vista reduzirmos em um dia nossa visita, previamente planejada para três dias, a empresa de segurança também reduziu parte do custo do terceiro dia. As despesas de minha viagem foram pagas pelo Conselho de Representantes do Iraque, apesar de terem sido adiantadas pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. Não houve despesas pagas pelo Senado Federal.

No dia 17 de Janeiro fomos recebidos na residência do Presidente do Conselho de Representantes, Mahmoud al-Mashhadani. Diferentemente do uso de traje formal de autoridades no Conselho de Representantes, em casa ele estava usando o traje tradicional árabe. Contou que normalmente, durante os últimos dois anos, tem recepcionado autoridades no seu escritório no Parlamento. Em casa ele recebe apenas sua família e amigos próximos. No meu caso, entretanto, ele estava me recebendo em casa porque vim de um país muito amigo, o Brasil, o qual é um exemplo para o Iraque de

como pessoas de diferentes origens podem viver em harmonia e que fomos capazes de democratizar o país de forma pacífica e tranqüila. Também, acrescentou, que eu fora a Bagdá explicar uma proposta relevante para beneficiar o Iraque, mesmo sabendo que havia alguns riscos envolvidos na viagem. Portanto, ele estava me recebendo como um verdadeiro amigo do Iraque.

Dei-lhe a camiseta da Seleção Brasileira com a mensagem do Pelé, *Desejo Paz para Iraque*, e o DVD *Pelé Eterno*, produzido por Anibal Massaini, para os iraquianos aprenderem a jogar melhor. Mais uma vez fiz o paralelo de como seria importante os jogadores de um time harmonizarem o seu comportamento e de como a renda básica poderia ajudar todos os povos a viver com solidariedade, com base na aplicação dos princípios de justiça e da renda de cidadania incondicional.

Mas a Renda Básica seria paga a todos os cidadãos? Incluindo o Presidente al-Mashhadani do Iraque, o Pelé, o Senador Suplicy e os mais bem sucedidos empresários no Iraque e no Brasil? Sim, expliquei. Mas por que, ele continuou, se não a necessitamos para nossa sobrevivência? Respondi, que estaríamos contribuindo relativamente mais para nós mesmos e para que todos na sociedade pudessem receber a Renda Básica de Cidadania.

Quais são as vantagens de sua implementação? A eliminação da burocracia envolvida para saber quanto a pessoa está recebendo

no mercado formal ou informal, e com isso, também o fim do estigma de se sentir vergonha de ter que dizer: Só ganho isso, portanto preciso de uma renda complementar. Também acaba o fenômeno da dependência que resulta de um sistema que estabelece que alguém só receberia um complemento de renda se a sua renda não atingisse um determinado nível. Daí a pessoa avaliaria que ao aceitar algum trabalho e iria perder o que o governo estava lhe dando naquele programa, poderia decidir que não mais iria trabalhar, e isso produziria a armadilha do desemprego ou da pobreza. Principalmente, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, seria bem melhor saber de antemão que no próximo período e mais e mais, com o progresso da nação, você e todos os membros de sua família terão o direito de receber uma Renda Básica como um direito de participar da riqueza da nação. Uma vez mais, tentei explicar-lhe como o Iraque estava numa posição excelente para seguir o exemplo do Alasca e usar os recursos provenientes da exploração do petróleo para criar um fundo que pertencerá a todos os 30 milhões de iraquianos.

Ao final da conversa, contei ao Presidente al-Mashhadani sobre o discurso que fiz na tribuna do Senado brasileiro, em setembro de 2002, quando o governo dos EUA planejava atacar o Iraque para por fim ao regime do Saddam Hussein. Levei em consideração os movimentos populares por ações pacíficas do mundo inteiro. Comecei o discurso com o poema *A Bomba*, de Carlos Drummond de Andrade.

Este grande poeta brasileiro após citar os horrores da guerra, falava de sua esperança de que finalmente o homem vai destruir a bomba. relatei que no pronunciamento pedira ao Presidente George W. Bush para prestar atenção às recomendações de Martin Luther King Jr. em seu discurso *Tenho um Sonho* de 1963, onde ele recomendou a seu povo que não aceitasse tomar o chá do gradualismo daqueles que dizem que as coisas vão melhorar com o tempo, porque se não fizermos as mudanças necessárias, o mais breve possível, a América iria viver outro verão abrasador. Mas, também disse que nunca deveríamos beber do cálice da violência, do ódio, da vingança e da guerra; que deveríamos sempre enfrentar a força física com a força da alma. Depois pedi a sua permissão para cantar uma canção de um dos grandes poetas americanos, Bob Dylan, com a qual conclui meu discurso. Ele me deu a permissão, e finalizei cantando:

*Quantas estradas precisará o homem percorrer
até que ele seja chamado de homem?*

*Quantos mares precisará a gaivota branca navegar
até que ela possa descansar na areia?*

*Quantas vezes precisarão as balas de canhão ser
lançadas*

até que finalmente sejam banidas para sempre?

A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.

A resposta está sendo soprada pelo vento.

*Quantas vezes precisará um homem olhar para cima
até que finalmente possa ver o céu?
Quantos ouvidos precisará um homem ter
até que possa ouvir as pessoas chorarem?
Quantas mortes precisará haver
até que se perceba que pessoas demais já morreram?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

*Quantos anos precisará uma montanha existir
até que ela seja levada para o mar?
Quantos anos precisará um povo existir
até que ele alcance a liberdade?
Quantas vezes pode um homem virar a sua cabeça,
fingindo que não vê as coisas?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

O Presidente Bush não atendeu ao meu apelo, apesar de eu ter argumentado que nós, brasileiros, fomos capazes de por fim à ditadura através de ações pacíficas. Pude sentir que ele se emocionou de verdade. Disse-me que os iraquianos querem muito que a ocupação estrangeira termine logo. Asseverou que o Conselho de Representantes, onde há muitos jovens, aprovará a proposta da Renda Básica, e que ele deseja que eu retorne ao Iraque para ajudar

nesse processo. Ele me pediu para contar à família do Sergio Vieira de Mello que o povo iraquiano se sente em débito com este brasileiro que perdeu sua vida para ajudar a pacificar seu país. Os iraquianos têm grande respeito e admiração por Sérgio e programam para breve uma homenagem especial para ele.

Nosso último encontro foi com o Ministro de Relações Exteriores, Hoshyar Zebari, e com o Vice-Chanceler Labeed M. Abbawi. Eles expressaram o quanto estavam felizes em receber um Senador brasileiro e que gostariam muito de incrementar as relações entre o Brasil e o Iraque em todos os campos. De fato, o Ministro de Comércio do Iraque é esperado para visitar o Brasil em breve.

O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que considerou a nossa jornada muito produtiva, apesar de ter sido abreviada. Ele continua trabalhando nos assuntos decorrentes de nossas conversas com as autoridades iraquianas. O Presidente da Comissão de Reconstrução, Economia e Investimentos foi visitá-lo na semana seguinte à nossa viagem em Amã. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Comercio e Industria Brasil-Iraque, Jalal Jamel Dawood Chaya e Nawfal Assa Mossa Alssabak consideraram a viagem “um grande sucesso, com excelente repercussão em todo o Iraque, e real interesse de várias partes na aproximação de ambos os países”, como expressaram na carta anexa de 30 de janeiro de 2008.

Não vi nenhuma ameaça ou sinal de violência durante o tempo em que permanecemos em Bagdá. De qualquer forma é importante mencionar que a imprensa iraquiana registrou em 18 de janeiro, que

um dia antes da recepção na residência do Senhor Al-Jaafari's, dois morteiros caíram a 1 km de distância daquele local. Também, na semana seguinte, infelizmente, devido à ação de duas mulheres suicidas, duas bombas explodiram no mercado popular de Bagdá, matando 73 pessoas e ferindo mais de 100. Ouvei dos iraquianos que, em geral, os responsáveis por esses ataques violentos sabem exatamente quem pretendem atingir e que tais ataques são bastante precisos. Eu poderia ser considerado otimista, mas estava certo de que não seria alvo de qualquer tipo de violência, pois o motivo da minha viagem foi exatamente propor um instrumento que contribua para maior justiça naquela nação.

Agradeço ao Embaixador Bernardo de Azevedo Brito e ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pelas atenções e esforços para o sucesso dessa viagem. Também sou grato ao Sr. Chaya e Sr. Alssabak pelo importante apoio; ao Sr. Sérgio Kalili, jornalista que está produzindo um documentário sobre esta jornada tão incomum, mas bastante significativa.

Um Convite para Apresentar a Renda Básica no Timor Leste

Alguns dias após o retorno ao Brasil, Carolina Larriera me convidou para participar da recepção, no Rio de Janeiro, para o Premio Nobel de Paz de 1996, José Ramos-Horta, Presidente do Timor Leste. Na ocasião ele deu seu testemunho sobre a contribuição de Sérgio Vieira de Mello para a paz do Timor, durante o período de transição entre a Independência, a eleição da Assembléia Constituinte e as eleições na nova Nação, criada em 2002. Disse também dos

seus próprios esforços para normalizar a situação política no Timor Leste após o período de turbulências em 2006, quando ocorreram episódios de violência. Conteí sobre minha viagem ao Iraque. Então, ele me convidou para continuarmos nossa conversa no café da manhã do dia seguinte.

Durante quase uma hora expliquei-lhe o que é a Renda Básica de Cidadania. Que uma nova nação como o Timor Leste com 1,1 milhão de habitantes, que hoje tem uma renda mensal em torno de US\$ 100 milhões proveniente da exploração de gás e petróleo, também poderá criar um fundo, que com o tempo, começando modestamente, será capaz de pagar uma renda básica para toda a população. Ele classificou a idéia como fascinante e disse que gostaria que eu fosse ao Timor Leste para explicar a idéia ao Gabinete do Primeiro Ministro e ao Parlamento. No dia seguinte, pouco antes de deixar o Brasil, ele me ligou confirmando o convite. Disse-me que a melhor época será no final de março, durante um encontro em Dili com os representantes de todos os países doadores. Respondi que me sentia honrado e ficaria feliz em aceitar.

Infelizmente, em 10 de fevereiro, o Presidente José Ramos-Horta foi vítima de um atentado violento. Enquanto escrevo este artigo, ele está se recuperando de uma cirurgia bastante séria que extraiu três balas do seu estomago e pulmão. Gostaria de expressar aqui a minha profunda solidariedade à sua família e ao povo do Timor Leste, desejando e rezando por um breve restabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aconteceu uma tragédia no meu Estado. Um barco que saiu de Alenquer, no Pará, com 110 passageiros, no trajeto até Manaus, colidiu com uma balsa em frente à comunidade de Novo Remanso, no Município de Itacoatiara, à margem esquerda do Rio Amazonas, cerca de 250 quilômetros da capital, Manaus.

Nove corpos, ou seja, nove mortos – a minha assessoria informa-me que já há registro de novos óbitos – e 18 desaparecidos. De 110 passageiros, 92 pessoas foram resgatadas, com a certeza de que mais de 20 estão desaparecidas e com precárias chances de sobrevivência.

A Marinha está tomando as suas providências, mas há muito ouvimos isso.

É preciso energia do Governo do Estado, é preciso medidas muito firmes, é preciso projeto para se dar segurança. O BNDES tem que entrar nisso para construir barcos seguros, porque é uma aventura viajar pelos rios da minha região, que são as nossas estradas.

Eu lamento muito. É a hora em que eu me sinto mais revoltado e sinto a injustiça de maneira mais dura: é quando percebo que o meu povo, a minha gente tem uma vida que é menos vida do que a de um austríaco; está muito mais sujeito à insegurança do assalto, à insegurança da doença, à insegurança de perder a vida viajando de uma cidade para outra, levando mercadorias, levando suas esperanças e seus sonhos.

Faço este registro, porque isso é algo que se repete. É recorrente, entra ano e sai ano, entra tempo e sai tempo, e não conseguimos dar valor à vida dos caboclos da minha região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós nos associamos ao pesar pela tragédia que sofre o povo do Amazonas.

Convidamos para usar da palavra, como Líder da Minoria, a Senadora Lúcia Vânia. S. Ex^a é do PSDB e representa aqui o Estado de Goiás. (Pausa.)

Lúcia Vânia, V. Ex^a quer ceder a vez ao Senador Expedito Júnior? (Pausa.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Primeiro S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os cavalheiros Senadores não querem. Creio que ninguém deseja passar à frente de Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, esta tarde, com a missão de representar os Parlamentares que integram o Bloco da Minoria nesta Casa, para homenagear um dos mais queridos Senadores do qual cumprimos o doloroso dever de nos despedir, ao final da tarde de ontem. Inclusive, V. Ex^a nos acompanhava naquele momento.

A morte do Senador Jonas Pinheiro deixa um enorme vazio no Senado Federal. Sem sombra de dúvida, S. Ex^a foi o grande representante dos interesses dos produtores rurais e da agricultura, incansável na defesa da redução das taxas de juros aplicadas aos financiamentos agrícolas.

A sua atuação na Presidência da CPI do Endividamento Agrícola foi marcante e fez história nesta Casa. S. Ex^a fez questão de viajar com a Comissão por todo País, para ouvir os relatos dos produtores rurais que não tinham como honrar suas dívidas com os bancos oficiais.

Em junho do ano passado, quando o Governo lançou o Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008, o Senador Jonas fez um dos seus discursos mais contundentes nesta Casa. Não deixou de elogiar as medidas, mas fez questão de enfatizar que a redução das taxas anuais dos juros não era suficiente para aliviar a difícil situação enfrentada pelos agricultores.

Com seu jeito calmo, sua voz equilibrada, o Senador do campo, como a imprensa a ele se referia, afirmou, naquela ocasião: “Sei que o Governo, por intermédio do Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, está ainda aberto para discussões maiores”. Mas fez questão de mostrar, desta tribuna, que a dívida dos produtores rurais atingia a cifra de 100 bilhões de reais! E de explicar ao Brasil que se o Governo comemorava os bons índices da economia era porque o agronegócio dava uma grande contribuição para esse sucesso.

Hoje, a dívida está em 120 bilhões, conforme dados divulgados pelo próprio Ministro da Agricultura, no mês de janeiro. Um aumento, Sr^{as} e Srs. Senadores, de 280%, desde o ano de 2001 até agora, o que significa, segundo o Ministro, que além de não receber subsídios, a agricultura brasileira paga um custo muito elevado que deve ser negociado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era assim o nosso Senador por Mato Grosso, que hoje é homenageado no seu lugar neste plenário com um buquê de flores colocado pelos seus admiradores. Era assim o

nosso Senador por Mato Grosso, que se definia como um político cuja grande luta era e sempre seria a favor de novas condições de trabalho para o homem de campo, visando proporcionar aos agricultores os meios e os instrumentos de produção, prestar-lhes assistência técnica, dar-lhes escolas, hospitais, créditos, estradas, e diminuir, se não suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que a dificultam diretamente.

Foram 13 anos de atuação nesta Casa, uma atuação discreta mas firme, serena mas objetiva, marcante e respeitosa, com a qual o Senador Jonas Pinheiro angariou igualmente o respeito e a consideração de todos os Senadores, servidores, jornalistas e todos aqueles que tiveram a honra de estar com ele em algum momento de sua trajetória política.

Integrava como membro titular quatro Comissões do Senado: Meio Ambiente; Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Direitos Humanos e Legislação Participativa; Agricultura e Reforma Agrária; e Desenvolvimento Regional e Turismo. E participava, como suplente, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, foi Vice-Presidente, ao meu lado, e devo a ele o apoio indispensável para que a CDR tivesse uma atuação destacada no ano passado.

Com sua experiência e dedicação às causas regionais, o Senador sempre colaborou para que nossas reuniões e audiências públicas tivessem êxito e pudessem orientar nossos parlamentares na condução dos projetos de lei em debate.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Senado perde um grande Parlamentar. O Brasil perde um representante cuja trajetória sempre primou pela ética e a correção no trato da coisa pública. Nós de Goiás, do Centro-Oeste, perdemos uma grande defensor, que foi responsável por liderar o movimento em favor do Fundo do Centro-Oeste, foi responsável por liderar o movimento em favor do Fundo da Irrigação e foi o Coordenador e Mentor da recriação da Sudeco. E eu perco, além de um colega, um grande amigo, que já deixa saudades dos bons momentos que compartilhamos nesta Casa na defesa dos nossos Estado e da nossa região.

Concedo um aparte à nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Lúcia Vânia, as suas palavras realmente retratam a figura do grande homem, do grande cidadão, do político, do lutador, do batalhador que tão bem nós tivemos a oportunidade de conhecer nesta Casa. Eu queria apenas me associar à sua homenagem de pesar e de enaltecimento da grandeza de Jonas Pinheiro, o grande amigo, aquele que sabia ser amigo, leal, homem

de palavra, e que realmente engrandecia o Senado, o seu Estado. Ontem, foi muito emocionante o momento do seu sepultamento, quando o Presidente da Casa, o Senador Garibaldi Alves Filho, realmente tocou a todos nós com a sua emoção, com as suas palavras, quando dizia que Jonas tinha sido incansável na sua luta, defendendo os trabalhadores do campo, defendendo a produção rural, defendendo as questões do seu Mato Grosso, e que hoje ele está descansando em paz nos braços de Deus.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senadora Rosalba. Compartilhei com V. Ex^a a emoção daquele momento. Acredito que o nosso Presidente Garibaldi Alves foi de uma felicidade enorme no seu pronunciamento, que deixou a todos nós emocionados. Ele pôde, com seu linguajar, expressar realmente a dor do Congresso Nacional naquele momento. Não era apenas uma participação institucional, mas, acima de tudo, estávamos ali numa participação como amigos e companheiros, levando a sua mulher, que foi nossa colega nesta Casa, a Deputada Celcita Pinheiro, e a seus filhos a nossa solidariedade e, acima de tudo, o nosso gesto para mostrar a importância da sua presença aqui nesta Casa.

Hoje, quando seu lugar é ocupado por um buquê de flores, demonstramos com isso que ele, mais que nunca, estará presente aqui. Mais que nunca, a agricultura brasileira haverá de agradecer diariamente o seu trabalho em favor do produtor, em favor da produção.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Só para complementar: o que muito nos emocionou – a mim, particularmente – foi, caminhando com as pessoas da sua cidade, com os mato-grossenses mais simples, o sentimento dos mais simples, que retratavam o pantaneiro, realmente, o homem que, de forma humilde e simples, tinha conquistado o coração de todos. Apesar da sua simplicidade e da sua forma... Ele era um homem calmo e tranquilo aparentemente, mas, quando era para defender as questões que diziam respeito à atividade do campo, ele se agigantava, ele se transformava num guerreiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, mais uma vez, Senadora Rosalba Ciarlini, por acrescentar com suas palavras o meu discurso, a homenagem que faço aqui em nome da Liderança da Minoria.

Quero apresentar também minhas condolências aos seus conterrâneos, especialmente aos moradores de Santo Antônio de Leverger. Naturalmente, externando um desejo de seu marido, a Deputada Celcita Pinheiro fez questão de enterrar o Senador Jonas Pinheiro na cidade onde nasceu e que foi o berço de sua trajetória política.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, aprendi de um filósofo que, quando chegamos à vida, encontramos pessoas sorrindo, esperando-nos, uma criança, mas o máximo que conseguimos ao sair da vida é deixar os que estão ao nosso redor chorando, e S. Ex^a conseguiu isso. Aprendi também de um filósofo, Henri Lacordaire, que o orgulho divide os homens; a humildade une-os. Eu refletia sobre a humildade de Jonas Pinheiro, que uniu não a sua Santo Antônio, não Cuiabá, não o Mato Grosso, mas o Brasil todo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando oradores inscritos e Liderança.

Próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes, do Democratas do Piauí. Em seguida, falarão Exedito Júnior, obedecendo à alternância, e Delcídio Amaral. O País aguarda ansiosamente Delcídio Amaral. Com certeza até a novela vai perder Ibope.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um início de tarde em que a pressão chegou a limites críticos neste plenário, eu quero aproveitar este final de sessão para falar. Eu poderia falar de coisas amenas, mas não, quero falar um pouco aqui das belezas do Brasil.

É lamentável que um País como o nosso, com o potencial turístico que possui, não tenha tido ainda, meu caro Senador Delcídio, um plano estrutural para o setor que transcenda governos. Se nós olharmos aqui no plenário, vamos ver o Senador João Pedro, que é de um Estado onde há, talvez, o maior volume concentrado de belezas naturais do planeta.

O mundo inteiro tem, pela Amazônia, um verdadeiro fascínio, pelo seu ar de mistério, pelas suas florestas impenetráveis, pelos seus rios, e, silenciosamente, milhares e milhares de turistas, todo ano, se dirigem àquela região.

O Mato Grosso do Sul de V. Ex^a não fica atrás; o Amapá, agora cantado em prosa e verso pela Beija-Flor, cujo enredo tornou-a campeã, é outro exemplo; o Tocantins, do Senador João Ribeiro, com o Jalapão e outras riquezas naturais; o meu Piauí e do Mão Santa, com o Delta do Parnaíba, com os poços jorrantes de Cristino Castro, com a Serra da Capivara, com as Sete Cidades; meu caro Exedito Júnior, com a beleza de Rondônia. Estou dizendo tudo isso, Sr. Presidente, para chegar a algo que me chamou atenção no Nordeste brasileiro, cujo registro quero fazer, hoje, apelando para o bom senso do bravo povo paraibano.

Há dois anos, tive a oportunidade, Senador Delcídio Amaral, e penso que V. Ex^a conhece esse espetáculo, de ver, ao cair da tarde, à margem do rio Sanhauá, próximo a João Pessoa, em Cabedelo, em uma localidade chamada Jacaré, o espetáculo da interpretação do Bolero de Ravel, pelo músico local chamado Jurandir. Talvez, em turismo, tenha sido o que de mais sensacional houve no Brasil, porque se aproveitou o que a natureza nos deu, que é o rio, o espetáculo do sol se pondo e, há anos, um músico teve a criativa idéia de, à medida em que o sol se punha, interpretar em trombone e saxofone a sinfonia de Bach. Acrescentou a esse espetáculo uma canoa. Então, ele desliza pelas águas do Sanhauá, enquanto o sol vai se pondo sob um silêncio absoluto e aqueles acordes fortes de um bem definido e harmonioso saxofone. O espetáculo foi ganhando turistas e eu achava que devia a minha mulher a oportunidade de também presenciar aquele espetáculo, coisa que fiz neste final de semana. Ele não pára aí, é complementado. Logo em seguida, um violinista, Paulo Barreto, se não me engano, interpreta também, sob o mais absoluto silêncio, a Ave-Maria.

Ocorre que, por falta de ação das autoridades de turismo ou de orientação, uma divergência entre os que fazem aquele tipo de turismo, que é um turismo sem ajuda governamental até porque é um turismo barato, resultou em um atrito. E hoje os turistas que para lá se dirigem vêem não apenas um saxofonista, mas três ou quatro, um atrapalhando o outro por causa da propagação do som. Evidentemente, aquele espetáculo, sem paz de espírito, sem absoluta tranquilidade e um silêncio profundo, perde muito em sua beleza. E temo que, se as autoridades paraibanas – Secretário de Turismo, Prefeito de Cabedelo – não tomarem uma providência, dentro de pouco tempo se possa ter uma fuga de turistas, porque o objetivo primordial passa a perder sentido e valor.

A minha primeira palavra era um apelo para ver se entre eles mesmos haveria um entendimento. Não conheço a origem da briga, não sei o motivo, mas eles têm de pensar no turista, respeitar o turista que para ali vai assistir a esse espetáculo e entrar no entendimento que, se me perguntar qual é, não sei, mas haverá de se encontrar. O que não é agradável é você, em tempos diferentes, ouvir os acordes da mesma música, tendo um conflito auditivo completamente desagradável.

O espetáculo, repito, além de extraordinário e sensacional, mostra a capacidade criativa do cidadão brasileiro, porque, sem nenhum investimento, meu caro Senador João Pedro, consegue fazer algo que atrai quatro, cinco mil turistas. O Brasil inteiro frequenta aquele ambiente. Mão Santa, aí me dá uma inveja danada. Temos o pôr-do-sol mais bonito do Brasil,

que é o encontro das águas do Poti com o Parnaíba, e ninguém teve a idéia de fazer isso em nossa bonita Teresina.

Mas faço esse apelo. Faço um apelo até à Ministra Marta Suplicy, que já deve ter ido lá, quero crer. Mas, se não foi, faça isso urgentemente, não só pela beleza, mas também pela necessidade de até, quem sabe, intervir nessa questão, de forma amigável, por meio do diálogo, porque ali, pela força, não vai. Tem de ser pelo entendimento, com bom senso. Sei que quem começou, o pioneiro, chama-se Jurandir. Agora, é preciso ver se houve um desacerto comercial. O que foi não importa. A verdade é que o turista tem de ser respeitado e aquele tesouro que eles possuem deve ser mantido, porque realmente é uma conquista fantástica, produto da criação do homem.

Mas, Senador Mão Santa, passei um dia e meio em João Pessoa e fiquei positivamente impressionado com o sucesso da TV Senado. Depois foi que me dei conta de que, lá, ela é uma TV aberta. É uma TV aberta e assistida pela classe média, pelos aposentados, pelos funcionários públicos.

Imaginem os senhores que eu fui, no domingo de manhã, comprar jornal – aquela velha mania de saber quem está falando mal de quem –, dei 50 passos do hotel em que estava até uma banca de revista. Comecei a ser cumprimentado por taxistas, pelos funcionários e me deparei com uma cena interessante: em frente ao tradicional Hotel Tambaú existem dois bares, Pau Duro e Pau Mole, de livre escolha pela freqüência: um, por mais jovens, o outro, por aposentados. Ali, eles fazem um verdadeiro diagnóstico do que acontece, discutem o País, discutem João Pessoa e, o que é melhor, a fofoca da cidade.

Como tínhamos em Teresina a Rádio Calçada, hoje, é o Senadinho lá do *shopping center*. É uma coisa divertidíssima. Quero inclusive agradecer a maneira como todos eles me trataram. Quero dizer que essa minha ida a João Pessoa me deu mais força para continuar nessa luta, porque, a partir do momento, Mão Santa, em que percorremos este Brasil e começamos a ver que este trabalho daqui é assistido e que o cidadão sabe diferenciar o comportamento de cada um, isso nos deixa tranqüilo e nos anima.

Quero agradecer também ao meu colega Efraim Morais, nosso colega Senador, que se desdobrou em cortesia e carinho, acompanhando a mim, minha mulher e o casal que nos acompanhava, por toda a fantástica João Pessoa.

Mas eu sou um azarado, Senador João Pedro. Tem um restaurante em João Pessoa de que gosto muito. Tinha ido lá na campanha, quando fui coordenador do Alckmin, e vi um pianista – gosto muito de música,

não tanto quanto o Senador Delcídio Amaral – que me impressionou porque é aquele pianista que toca sem incomodar. Mas me dei conta que o restaurante se chama *Olho de Lula*. Infelizmente, é meio baixo. A gente vê pelo desenho da placa que não enxerga bem. Mas, tirada a brincadeira, é um restaurante fantástico. Se o dono estiver me ouvindo, troque imediatamente esse nome, porque tem de ser um restaurante isento. Mas, com nome ou sem nome, vou continuar a freqüentá-lo, porque, já da outra vez, encontrei um pianista chamado Santos, uma coisa rara. V. Ex^a veja como me ligo nessas coisas.

E lá tive a oportunidade de conhecer uma figura, um jornalista em João Pessoa, filho de um extraordinário homem público brasileiro, que era Abelardo Jurema. Tive a oportunidade de conviver, quando jovem, azar da idade, com o pai dele, que voltava do exílio. Tinha sido Ministro da Justiça de Jango. Tive uma convivência muito próxima e uma admiração pelo seu tio, que foi Senador, Deputado por Pernambuco, Aderbal Jurema.

Vou encerrar, Sr. Presidente, fazendo esse registro e um apelo à sociedade de João Pessoa e da Paraíba: que se unam, mas se unam mesmo, no sentido de encontrar uma saída para que os artistas que lutam pela vida, mostrando a sua arte naquele entardecer – e é um espetáculo diário – encontrem uma solução e harmonia para que a paz de espírito dos que vão lá e para que a harmonia não sejam quebradas. Tenho certeza de que a criatividade dos que tiveram aquela idéia é marcante e precisa ser preservada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ontem, embora em um momento triste, sentimos a força da televisão no Estado do Mato Grosso. Nós, que nunca tínhamos ido lá, éramos abraçados pela população. Como o Heráclito disse, Senador Delcídio Amaral, a televisão está competitiva. E eu anuncio que V. Ex^a vai ter de esperar um pouco, nosso artista e Senador Delcídio Amaral, porque nós vamos colocá-lo justamente para concorrer em audiência com Juvenal Antena. Então, aguarde com paciência.

Alternando oradores inscritos e lideranças, convidamos para falar o Senador Expedido Júnior, que falará como Líder do PR, representando o Estado de Rondônia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Sr. Presidente Mão Santa, quero, antes de iniciar o meu pronunciamento, fazer o registro que 2007 foi um ano muito bom para o Estado de Rondônia.

No final do ano, já no apagar das luzes, conseguimos a renegociação da dívida do Banco do nosso

Estado, Beron, ocasião em que tivemos a felicidade de obter aqui praticamente o apoio da maioria dos Senadores desta Casa. Aqui não houve oposição, aqui não houve base aliada; aqui, na verdade, houve a correção de uma injustiça para com o Estado de Rondônia: a correção de uma dívida injusta que vínhamos pagando.

Pena que o Governo ainda não cumpriu a decisão tomada por esta Casa, pela maioria dos Senadores na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senado já entrou com um mandado de segurança para fazer com que o Supremo exija do Governo Federal o cumprimento da decisão aqui tomada, sem entrar no mérito, não quer saber se a matéria é constitucional ou não. O que o Senado está exigindo é que se cumpra o que esta Casa aprovou. O Estado de Rondônia, depois que obtivemos essa conquista com relação ao banco do nosso Estado, tem uma expectativa muito grande de que seja votada aqui a PEC dos servidores rondonienses, a PEC da transposição dos servidores do nosso Estado.

O Presidente Mão Santa foi agraciado no aeroporto do nosso Estado, quando lá esteve em visita. Hoje já é cidadão de Rondônia, título conferido pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, pelos 24 Deputados estaduais daquela Casa. E há uma expectativa de que essa PEC seja votada agora.

Já foi votada aqui no Senado e encaminhada para a Câmara dos Deputados, já foi aprovada na comissão especial e precisa tão-somente que o Presidente Arlindo Chinaglia coloque-a em votação, já que a matéria foi votada na Comissão, para, se houver modificação, retornar ao Senado. Caso isso não aconteça, que seja encaminhada para a sanção do Presidente da República.

Faço esse apelo porque, como já disse, no ano de 2007 o Estado de Rondônia ganhou muito com a nossa vinda para Brasília como Senador da República. Espero que possamos coroar com êxito o ano de 2008, resolvendo esse problema que é um câncer no nosso Estado. Se foi resolvido o problema de Roraima, se foi resolvido o problema do Amapá e se está garantido na Constituição brasileira, por que não ceder isso para Rondônia? Não é nenhum favor que se estará fazendo para o nosso Estado. É uma obrigação, corrigindo um erro e uma distorção para com o nosso Estado.

Concedo a palavra ao meu líder, Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Expedito, neste momento, neste início de noite, primeiro quero testemunhar de forma bem clara, cristalina, o trabalho brilhante que V. Ex^a realiza aqui no Senado Federal. Faz V. Ex^a aqui um brilhante trabalho, uma

excelente defesa do Estado de Rondônia e da população, já que nós Senadores representamos os nossos Estados. São apenas três por Estado. Os Deputados representam a população, o eleitorado, e nós representamos o Estado, o nosso Estado. Portanto, V. Ex^a veio de Rondônia com objetivos definidos, claros, que é defender o que é melhor para o povo do seu Estado. Já conseguiu aqui uma brilhante vitória na questão do Beron, que contou com o apoio, praticamente, da unanimidade desta Casa. Eu tenho acompanhado V. Ex^a de perto mas também presencio à distância, porque não estou lá perto, mas por informação, o trabalho brilhante do Governador Ivo Cassol no Estado de Rondônia. Rondônia, que agora vai ceder para o Brasil duas grandes hidrelétricas, as maiores, que serão construídas no rio Madeira. Portanto, um Estado que contribui muito para o progresso, o desenvolvimento do País. V. Ex^a tem todo o direito de cobrar a transposição dos servidores, porque isso foi dado a todos os territórios brasileiros que foram se transformaram em Estado. No caso do Tocantins, por exemplo, quando o Estado foi criado, não tivemos como inserir isso nas Disposições Transitórias, na Constituição de 88, porque se exigíssemos isso não teríamos criado o Estado. Não tivemos esse privilégio que Brasília tem e hoje alguns Estados têm, pelo menos por algum período, que Mato Grosso teve, que outros Estados ex-territórios, como é o caso do Estado de V. Ex^a, tiveram. Portanto, é um direito garantido da população. V. Ex^a tem que cobrar, a Bancada de Rondônia tem que cobrar.

E nós precisamos convencer o Governo. Eu que sou líder do Partido de V. Ex^a, que é um Partido da base do Presidente Lula, que vota praticamente tudo com o Governo, entendo que existem questões das quais não podemos abrir mão. V. Ex^a é de um partido da base, mas há questões do Estado das quais V. Ex^a não pode abrir mão. Portanto, meus cumprimentos mais uma vez. O povo de Rondônia pode se orgulhar do Expedito Júnior, que veio, volto a dizer, com objetivos definidos, claros para defender de forma bem aberta, transparente o povo do seu Estado. Portanto, os funcionários, a população, o Governo de Rondônia e o povo daquele Estado podem se orgulhar muito do brilhante Senador Expedito Júnior. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu gostaria também de aproveitar para esclarecer algumas informações sonegadas pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Ministério do Meio Ambiente, sobre o grandioso trabalho que Rondônia tem feito em defesa de nossa Amazônia.

Na verdade, vim defender o povo de Rondônia na questão do meio ambiente.

Sempre que se anunciam novos números sobre o desmatamento é comum uma espécie de “carnaval” ou, usando as palavras do Presidente Lula, um certo “alarde” em cima de um problema tão sério.

A coisa funciona como se as autoridades estivessem mais interessadas em “mostrar serviço” do que combater o próprio problema.

E é nessa hora desse “carnaval”, com entrevistas coletivas recheadas de ataques, que ocorrem as generalizações e as injustiças com o Estado de Rondônia.

Diz-se que Rondônia é um dos vilões do desmatamento ilegal, mas se esquecem que nessa generalização estão atacando o povo do meu Estado.

Como Parlamentar de Rondônia, eu não posso, de forma alguma, concordar com esse tipo de notícia que sem fazer distinção ou qualquer tipo de ressalva, acaba colocando a população do meu Estado e todos os seus trabalhadores e geradores de emprego no banco dos réus, impedindo o nosso Estado e seus Municípios de prosseguirem com o seu desenvolvimento.

Os madeireiros, em Rondônia, não são criminosos. Porém, são tratados como bandidos. Também não o são os agricultores e os pecuaristas. Portanto, não posso admitir um ataque generalizado de tamanha grandeza, como o que faz a Ministra Marina Silva quando ataca o povo do meu Estado.

Criminosos são as pessoas que praticam o desmatamento ou a sua atividade econômica fora do que determina a lei. Mas, nesse caso, o Governo Federal precisa ter competência para identificar essas pessoas e puni-las, sem rotular como criminosos todos aqueles que fazem o Estado crescer.

Querem uma Amazônia santuário ecológico, “pulmão da humanidade” e depósito da maior biodiversidade do Planeta, mas desconhecem que no meu Estado existem pessoas, seres humanos que têm direito a um melhor padrão de vida e a uma existência mais digna. Pela generalização, desconhecem a realidade da Região Amazônica e, particularmente, revelam ainda maior ignorância em relação ao Estado de Rondônia, que com tanto orgulho represento nesta Casa.

É na defesa da população de Rondônia que estou aqui na tribuna, pois entendo como fundamental que os ouvintes da Rádio Senado e aqueles que a nós assistem pela TV Senado conheçam um pouco da história de Rondônia, o que já fizemos e o que estamos fazendo em favor do meio ambiente.

Rondônia é um Estado pioneiro na preservação do meio ambiente! Lá dispomos de uma legislação moderna que prevê zoneamento ecológico, áreas de

preservação de florestas nativas, áreas indígenas e ainda utilizamos instrumentos de política fiscal para estimular a preservação do meio ambiente.

Rondônia executou o Plano Agropecuário e Florestal (Planaflo), que representou uma tentativa de mudança e de melhoria do padrão de ocupação da Amazônia.

São exemplos de resultados positivos do Planaflo: o zoneamento ecológico, a regularização fundiária de terras públicas e privadas, o estabelecimento e a gestão de reservas ambientais, a proteção de povos indígenas, a pesquisa agropecuária e agroflorestal, o crédito e a assistência rural, os serviços e a infraestrutura para transporte, a eletrificação rural, o abastecimento de água, entre outros. O Estado de Rondônia criou 43 unidades de conservação, equivalentes a 20% da área do nosso Estado.

Em Rondônia, 99% da população indígena vive em terras demarcadas. Isso vem permitindo a mobilização das comunidades com o apoio a mais de 100 projetos comunitários e o seu crescimento significativo nos últimos anos.

A história recente de ocupação de Rondônia está fortemente relacionada às políticas adotada durante o período dos governos militares, em que a preocupação com a segurança nacional ultrapassava todas as nossas prioridades.

A doutrina da segurança nacional então em vigor, formulada pela Escola Superior de Guerra e firmemente institucionalizada e aplicada pelo regime autoritário, elegeu a ocupação da região amazônica como prioridade nacional.

Concedo o aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Expedito, eu estou acompanhando o discurso de V. Ex^a, que faz bem ao defender os interesses do povo de Rondônia, da sociedade de Rondônia, ao destacar avanços significativos na organização territorial, fundiária. Eu gostaria de falar um pouco da Ministra Marina Silva, porque V. Ex^a fez uma crítica na generalização. Eu gostaria de dar um depoimento em defesa da Ministra Marina porque ela é dura. E aí eu vou dar uma opinião. Ela é dura, e todo representante do Estado brasileiro tem que ser duro no cumprimento das regras, das leis, das normas. Ela é dura – e não abre mão disso – com quem infringe, com quem não respeita as normas. A Ministra Marina, pelo seu passado e pelo seu presente, não cometeria a injustiça de condenar o trabalhador, o empresário, o projeto que está dentro dos marcos da legalidade. Só isso. A Ministra é dura com quem comete ilegalidade. E ela é solidária. Eu conheço o pensamento da Ministra. Ela não quer a intocabilidade da Amazônia, mas ela quer encontrar

um meio-termo no sentido de nós combinarmos desenvolvimento sustentável com renda, com qualidade de vida que todos nós defendemos. Então, eu queria fazer este reparo do ponto de vista da postura da Ministra, que é muito solidária, compreende e quer o avanço da Amazônia dentro dos marcos da legalidade. No resto, V. Ex^a faz um pronunciamento como um legítimo representante do Estado de Rondônia, do seu povo. V. Ex^a está coberto de razão ao destacar os avanços e reivindicar aquilo que ainda não foi atendido, não só por este Governo, mas pelos outros governos, porque é um processo longo e duro, no sentido de nós alcançarmos aquilo por que a sociedade luta, deseja e quer. Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu respeito muito a Ministra Marina Silva. Eu só acho que ela deveria ser um pouquinho mais solidária com o Estado de Rondônia, que certamente é um dos Estados que fez o seu dever de casa na questão do meio ambiente. Nós somos, às vezes, acusados indevidamente, como eu disse aqui sobre o tratamento que se dá ao madeireiro. O madeireiro não é o que desmata, não é o que devasta; muito pelo contrário, o madeireiro – eu já fui –, quando entra na mata, ele procura a árvore madura. Ele não sai derrubando todas as árvores, não. Infelizmente, o madeireiro em Rondônia é tachado como criminoso.

Foi só em defesa do povo do meu Estado, Senador João Pedro, que eu saí. Respeito a política da Ministra Marina Silva. V. Ex^a diz que a Ministra é dura, que a Ministra é isso... Eu respeito esse posicionamento da Ministra. Por isso, ela continua como Ministra já no segundo mandato do Presidente Lula e, com certeza, deverá terminar o seu mandato como Ministra. A única coisa que eu peço é que ela conheça um pouco mais o meu Estado. Ela conhece tão bem a Amazônia, conhece tão bem o Estado do Acre, mas desconhece as peculiaridades do nosso Estado.

O antigo Território do Guaporé, hoje Estado de Rondônia, tinha em 1950 uma população de apenas 36 mil habitantes.

Em 1960, saltou para 69 mil habitantes. No censo do ano 2000, a população total já era de 1.379.787 habitantes. Esse crescimento vertiginoso da população ocorreu nas décadas de 70 e 80 e foi estimulado pela política de colonização da Amazônia, então estabelecida pelo Governo Federal e executada pelo Incra. A construção da BR-364 e a política agrária do Governo Federal, que oferecia aos colonos lotes de terra de até 100 hectares, com serviços básicos de infra-estrutura, a preços muito reduzidos, contribuíram decisivamente para esse enorme crescimento populacional.

Muitos agricultores sem terra foram atraídos pelo projeto de colonização do Incra, mas não conseguiram receber um lote sequer, o que criou uma grave situação econômica e social, gerando um foco permanente de conflitos nas áreas de projetos. Essas pressões sociais contribuíram para aumentar os índices de desmatamento e para acelerar as agressões ao meio ambiente, na tentativa de implantação de novas áreas agrícolas.

Apesar da falta, às vezes, de apoio do Governo Federal, principalmente no período de rápido crescimento populacional, Rondônia, entre todos os Estados brasileiros, é certamente o que mais adotou medidas, como eu já disse, e providências para preservar o meio ambiente. Rondônia dispõe de um avançado arcabouço jurídico que oferece as melhores condições de vida para as comunidades indígenas, possui áreas de proteção ambiental demarcadas e fiscalizadas e dispõe de uma legislação moderna e eficaz para promover o desenvolvimento sustentável.

Toda essa história, Sr. Presidente Senador Mão Santa, precisa ser levada em conta para compreendermos o presente, e reconhecermos o muito que Rondônia já fez e continua fazendo pela preservação ambiental.

Uma árvore não pode valer mais que um ser humano!

O que precisamos é encontrar os meios adequados de compatibilização entre a pecuária, o agronegócio, a agricultura familiar e a preservação da floresta e da biodiversidade amazônica. Os ataques generalizados em nada contribuem para criação de um ambiente favorável para a união de esforços na busca de um objetivo comum, que é a preservação da Amazônia, mas esse debate não pode ser feito afastando-se o fato de que lá também existem vidas humanas! Não é possível também que uma discussão tão complexa como essa seja simplesmente baseada na questão do meio ambiente, sem ter em vista o crescimento das exportações brasileiras e da vocação brasileira para o agronegócio.

Sr. Presente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil sempre teve um compromisso muito sério com a preservação do meio ambiente. Por isso mesmo, temos um papel de liderança a ser desempenhado na busca de soluções em favor da preservação do meio ambiente, e, repito, o meu Estado – o Estado de Rondônia – está fazendo a sua parte com muita competência!

Para encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Presidente Lula: quero que o Presidente Lula peça muita cautela à Ministra Marina Silva na condução da chamada “Operação Arco de Fogo”. Não precisamos de novos “alardes” e de nenhuma nova tragédia para chamar a

atenção negativamente sobre a forma como o Brasil demonstra se tem ou não competência para combater o desmatamento. A forma como já começaram os trabalhos dessa operação, tratando generalizadamente os madeireiros como criminosos – o que eles não são – já começou a demonstrar a falta de diálogo e a falta de competência para resolver um problema tão complexo como esse.

Faço esse alerta para que o Presidente Lula tome para si o comando do diálogo com os setores que, legalmente, sobrevivem na Amazônia dos seus recursos naturais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, que passo a ler:

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2008**

Altera o § 3º do art. 14 para incluir a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 14.

.....

§ 3º

.....

VII – idoneidade moral e reputação ilibada.

.....” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, no **caput** do art. 37, impõe o dever de observância ao princípio da moralidade na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos três níveis de Governo. O art. 14, § 9º, da Carta Magna, também trata do tema ao determinar que lei complementar disciplinará outros casos de inelegibilidade e sua duração, com o fim de proteger, entre outros, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato.

Ocorre que, ao tratar da vida pregressa dos candidatos, a Lei Complementar nº 64, de 1990, limitou-se a declarar inelegíveis os condenados definitivamente por determinados crimes. Não previu a inelegibilidade dos candidatos que não comprovem idoneidade moral e reputação ilibada. As disposições da referida lei viabilizaram, assim, a candidatura daqueles que lançam mão de inúmeros recursos legais ou não para postergar indefinidamente o trânsito em julgado de eventuais condenações criminais. E propiciou o aumento da corrupção e da irresponsabilidade nos Poderes Legislativo e Executivo.

Os conceitos de idoneidade moral e reputação ilibada possuem a propriedade de serem complementares e mutuamente inclusivos. Na lição de José Cretela Júnior, em seus **Comentários à Constituição de 1988**, vol. 5, assegura que “idoneidade moral é o atributo da pessoa que, no agir, não ofende os princípios éticos vigentes em dado lugar e época. É a qualidade da pessoa íntegra, imaculada, sem mancha, incorrupta, pura”. Para De Plácido e Silva, em seu **Vocabulário Jurídico**, vol. II, 12ª edição, Forense, idoneidade e boa reputação são termos que se completam e idoneidade moral “é a que se gera da honestidade ou dos modos de ação das pessoas no meio em que vivem, em virtude do que é apontada como pessoa de bem”.

Tais conceitos não se confundem com a exigência de trânsito em julgado de sentenças para a finalidade de se considerar uma pessoa primária ou reincidente.

No campo do direito penal a questão objetiva do reconhecimento de reputação ilibada e idoneidade moral é comparável aos antecedentes de um réu, para efeito do cálculo de dosimetria da pena, sendo certo afirmar que o STF considera suficiente para a caracterização de maus antecedentes a existência de distribuição criminal contra o réu ou inquéritos policiais em andamento em que se investigam condutas, em tese, ilícitas.

Ora, se tal compreensão do STF é utilizada como critério objetivo para agravar a pena de acusados em processos crimes, da mesma forma deve ser utilizada para se avaliar os requisitos para a questão da elegibilidade, ou de sua denegação.

Não se pode conceber a idéia de que o requisito previsto no art. 73, § 1º, inciso II, da CF, membros do Tribunal de Contas da União, seja de avaliação subjetiva, já que a pessoa merecedora da indicação irá cuidar do dinheiro e das contas públicas, revestindo-se das mesmas garantias da magistratura, e, portanto, o indicado deve gozar dos mesmos predicados que se exigem de um magistrado, até porque, em determina-

das situações, a Corte de Contas exara verdadeiros julgamentos das atividades administrativas.

Para corroborar a possibilidade de verificação objetiva dos requisitos de reputação ilibada e de idoneidade moral, traçada em paralelo com a posição do STF e adotada pelo STJ, trazem-se à colação os seguintes julgados:

A Turma, por maioria, indeferiu **habeas corpus** impetrado contra acórdão do STJ que mantivera o aumento da pena do paciente em dois meses, devido ao reconhecimento de maus antecedentes, em razão da existência de vários inquéritos policiais em curso, nos quais indiciado o paciente. Considerou-se que os maus antecedentes não resultam exclusivamente de decisões judiciais com trânsito em julgado, mas também das situações da vida pregressa do réu que, pela reiteração e desígnios, autorizem o magistrado a aumentar a pena imposta, sendo que, no caso concreto, o paciente possuía diversificada folha criminal, com inúmeros inquéritos em curso, na ocasião da prolação da sentença condenatória. Vencido o Min. Celso de Mello que concedia o **habeas corpus** para excluir da condenação o acréscimo relativo ao reconhecimento dos maus antecedentes, por entender que não podem ser considerados como elementos caracterizadores de maus antecedentes a existência de inquéritos policiais em curso contra o paciente. Precedentes citados: RE nº 211.207 SP (DJU de 6-3-98), HC nº 77.049 RS (DJU de 9-6-98) e HC nº 80.630 PB (DJU de 6-3-2001). HC nº 81.759 SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, 26-3-2002.

A consideração da reincidência como circunstância que sempre agrava a pena (CP, art. 61) não conflita com o princípio **ne bis in idem**. Por outro lado, a presunção de não culpabilidade (CF, art. 5º, LVII) não impede que se tome como prova de maus antecedentes do acusado a pendência contra ele de inquéritos policiais e ações penais sem condenação transitada em julgado. Precedentes citados: HC nº 70.871 RJ (DJ de 25-11-94); HC nº 72.370 SP, (DJ de 30-6-95). HC nº 73.394 SP, Rel. Min. Moreira Alves, 19-3-96.

É elemento caracterizador de maus antecedentes o fato de o réu responder a diversos inquéritos policiais e ações penais sem trânsito em julgado, justificando se, assim, a exacerbação da pena base (CP, art. 59). HC nº 73.297 SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, 6-2-96.

Analisando a jurisprudência majoritária da Suprema Corte, verifica-se que se avaliou de forma objetiva a existência de antecedentes criminais sem o trânsito em julgado para determinar a reputação ilibada de pessoas.

Outro não foi o entendimento do STJ, ao afirmar que primariedade não se confunde com bons antecedentes, alertando que tem bons antecedentes quem ostenta vida pregressa limpa, com bom conceito social.

Portanto, a conclusão a que se chega é que processos em andamento, investigações criminais e antecedentes judiciais não se confundem com condenações com trânsito em julgado, enquanto estas servem para determinar a reincidência, aquelas são utilizadas para determinar a reputação ilibada ou não de determinadas pessoas.

Essa situação não pode perdurar. A legislação eleitoral deve ser endurecida para adequar-se às condições e perspectivas atuais e alcançar o real objetivo das normas constitucionais relativas à moralidade administrativa.

Entendemos que o registro deve ser deferido somente aos candidatos com comprovada idoneidade moral e reputação ilibada. Afinal, a exigência de reputação ilibada, por exemplo, constitui requisito constitucional de acesso a inúmeros cargos públicos, como Advogado-Geral da União e Ministro do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (arts. 73, § 1º, II; 101; 104, parágrafo único; 131, § 1º, da Constituição Federal), e deve ser exigida também daqueles que pretendem ocupar cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo, representando o povo brasileiro e definindo os rumos da Nação.

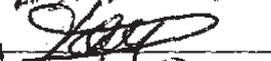
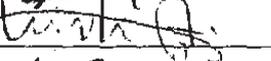
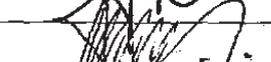
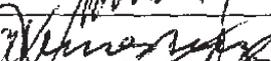
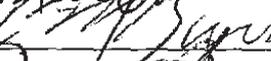
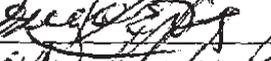
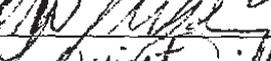
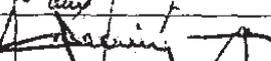
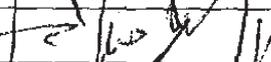
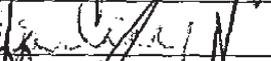
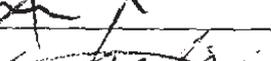
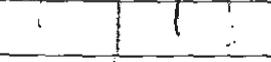
Desse modo, dá-se ao cidadão a oportunidade de escolher seu candidato entre aqueles com conduta moral compatível com as responsabilidades do cargo eletivo disputado. Cabe lembrar que significativa parcela da população, além de carente de direitos constitucionais fundamentais, não dispõe de meios de acesso às informações relativas à vida pregressa dos candidatos a cargos eletivos.

Portanto, apresentamos esta proposta de emenda à Constituição, que insere a idoneidade moral e a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade. Com o fim de integrar as normas eleitorais, apresentamos, simultaneamente, projeto de lei e projeto de lei complementar, que alteram, respectivamente, a Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições) e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), com idêntica finalidade.

A medida constituirá um grande avanço no sentido do aperfeiçoamento da representação política e da moralização dos Poderes Legislativo e Executivo de nosso País.

Sala de Sessões, 21 de fevereiro de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

- 01 Assinatura:  Nome: _____
- 02 Assinatura:  Nome: Raulo Pary
- 03 Assinatura:  Nome: CRISTOVÃO
- 04 Assinatura:  Nome: Claudio
- 05 Assinatura:  Nome: Augusto Botelho
- 06 Assinatura:  Nome: JEFFERSON FERES
- 07 Assinatura:  Nome: GERALDO MESQUITA JR.
- 08 Assinatura:  Nome: Expedito Gomes
- 09 Assinatura:  Nome: Wesley Aguiar
- 10 Assinatura:  Nome: GILYANI BORGES
- 11 Assinatura:  Nome: JOSE MARIANO
- 12 Assinatura:  Nome: SUPRICI
- 13 Assinatura:  Nome: OSCAR DIAS
- 14 Assinatura:  Nome: JOÃO CARLOS
- 15 Assinatura:  Nome: LEONARDO SANTANA
- 16 Assinatura:  Nome: SILVA MACHADO
- 17 Assinatura:  Nome: Paulo de Carvalho
- 18 Assinatura:  Nome: EDUARDO VIEIRA
- 19 Assinatura:  Nome: MAGNO MARTA
- 20 Assinatura:  Nome: ROSALENE PIMENTA
- 21 Assinatura:  Nome: JOSE ABRILHINO
- 22 Assinatura:  Nome: JOSE VICENTE CLAUDIO
- 23 Assinatura:  Nome: Eliseu Resende
- 24 Assinatura:  Nome: 1-4
- 25 Assinatura:  Nome: Yannick
- 26 Assinatura:  Nome: Vagner Pereira
- 27 Assinatura:  Nome: PAULO DIQUE
- 28 Assinatura: _____ Nome: _____
- 29 Assinatura: _____ Nome: _____

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO IV
Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que transcorre hoje a primeira sessão de discussão das Medidas Provisórias incluídas na pauta. Conforme acordo de Lideranças anteriormente firmado, não há deliberação, nesta sessão, da matéria constante do Item 1, ficando sobrestada a apreciação dos demais itens da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja a apreção fica transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória n 396, de 2007).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como*

contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anto-

nio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228*

da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que*

dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Silhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e de

monstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

35

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

36

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

37

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

38

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra*

apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

39

REQUERIMENTO Nº 1.496, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.496, de 2007, de autoria do(a) Senador Edison Lobão, que *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 27 do corrente, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores, convidamos a usar da palavra o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores do Amazonas.

E, em seguida, anuncio para Mato Grosso do Sul, para Mato Grosso e para o Brasil a fala do Senador Delcídio Amaral. A presença dele na nossa televisão vai coincidir com a novela da Globo, do Juvenal Antena.

Aliás, o Luiz Inácio não está pensando bem. Ele diz que o PT não tem candidato. Se ele colocar Delcídio Amaral na pesquisa, esse candidato aparece. O Brasil aplaudiu a democracia e o Senado quando Delcídio Amaral presidiu a CPI dos Correios. Aí, iniciou-se a moralidade, que acordou o Judiciário e o povo do Brasil. E temos que buscar a moralidade na vida pública.

Com a palavra o Senador do PT do Amazonas, João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente! Ainda bem que o Brasil está vendo que V. Ex^a está lançando um candidato a Presidente do PT. Fico feliz!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E, antes disso, para pacificar o Senado, a Câmara e o PT, sugiro ao Luiz Inácio que abençoe o nome de Delcídio Amaral para essa CPM. O Luiz Inácio não ganhou duas vezes? Então ele pode ganhar a presidência de uma comissão pela segunda vez.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente!

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar meu pronunciamento neste final de dia, nesta noite, primeiro, prestando solidariedade às famílias vitimadas, na manhã de hoje, nesse acidente trágico que envolveu mais de 110 pessoas, lá no Amazonas, no Município de Itacoatiara, precisamente na margem esquerda do rio Amazonas.

A história da Amazônia é marcada por essa adversidade, pela tragédia também, por que pagamos caro. Dói muito registrarmos mais uma vez um acidente envolvendo famílias, crianças, jovens, senhoras, mulheres que percorrem o nosso Rio Amazonas.

Sr. Presidente, nesses dois últimos dias, articulistas, em matérias especiais, falaram sobre Fidel Castro. Ontem, inclusive, o jornal *O Globo* publicou um caderno especial para refletir sobre a decisão do grande dirigente Fidel Castro de renunciar à Presidência do seu país. Eu gostaria também de me manifestar acerca dessa história, dessa decisão desse grande homem da nossa América que é Fidel Castro.

A renúncia de Fidel Castro, de 81 anos de idade, ao comando do processo revolucionário cubano dominou o noticiário da mídia internacional. O fato merece essa ampla cobertura. Afinal, Fidel é a vanguarda do socialismo no ocidente, o socialismo visto como um novo caminho para a libertação dos povos oprimidos por governos patrocinados pelo capitalismo.

Fidel pôs em prática utopias que só as condições revolucionárias seriam capazes de realizar, como os feitos nas áreas de saúde, da educação e dos esportes, considerados exemplares entre os países em desenvolvimento, reconhecido pelo mundo todo. Observem que essas conquistas de melhoria de qualidade de vida são comparadas às obtidas em países capitalistas.

Em momentos históricos de confronto entre as forças dos ideários socialistas e capitalistas, a tendência, de ambos os lados, é a da satanização mútua. Não cultuou o espírito perfeccionista, porque a história se faz na eterna reconstrução das idéias e das práticas. Não me recuso fazer ou refazer as coisas por temer o erro ou o equívoco. Por isso, penso que a superestimação dos prováveis erros da revolução cubana, principalmente em momentos como esse, deve ser encarada como peça panfletária dos que só enxergam as virtudes do capitalismo.

Entendo, do mesmo modo, que não há como deixar de reconhecer que os Estados Unidos agirão, de forma oportunista, para tentar pôr fim ao regime socialista cubano. Talvez, nem tanto pelo fato do socialismo em si, mas pelo fato de os Estados Unidos acreditarem que nenhum país possa experimentar uma nova maneira de viver fora do estilo de vida americano, fora do individualismo e do consumismo exacerbados.

Analisando os fatos, vejo que o comandante guerrilheiro que se acantonou na Sierra Maestra, para, de lá descer triunfante como libertador do povo cubano, em 1959, renuncia ao poder em momento estratégico. Trata-se de uma transição do poder simbólica, uma vez que Raúl Castro dirige o país desde que Fidel Castro, irmão dele, adoeceu. Ou seja, as mudanças que vierem a ocorrer em Cuba, caso elas venham a ocorrer, partirão da vontade da sua população, e não de uma pressão guiada por interesses externos.

Os cubanos são um símbolo de resistência, pela convicção de pensamento, ao poderio bélico e econômico norte-americano. Nenhum país resistiria a tanta pressão externa, como o embargo comercial de quase 50 anos, sem lastro ideológico consistente e sem conquistas sociais razoáveis. O povo cubano não resistiria por tanto tempo. Por isso, as análises mais sensatas indicam que, mesmo sem Fidel no comando da Revolução, não haveria horizonte de ruptura imediata no cotidiano da ilha, pelo menos da forma e da intensidade que almejam os arquiinimigos do ex-comandante Fidel.

Observo também, Sr^{as} e Srs. Senadores, que experimentem uma nova realidade geopolítica, que dispensa a retórica maniqueísta do pós-guerra. O poder político e econômico mundial pulveriza-se no entremeio da União Européia (UE), da China e dos Estados Unidos. Brasil, Rússia, Índia e China detêm, hoje, 15% do PIB mundial. Isso não significa que, mesmo nesses países, não haja exclusão social e enormes contingentes de pessoas vivendo em condições miseráveis.

Por isso mesmo, o socialismo se mantém relevante como uma das grandes utopias contra a injustiça social e contra a exploração do homem pelo homem. Sem as idéias socialistas, o mundo capitalista seria muito pior, principalmente nos países pobres.

A minha posição é a de que o Governo brasileiro continue a colaborar com o governo cubano e sua população, que, por sua vez, têm demonstrado admiração e respeito pelo Governo e pelo povo brasileiro. Por sinal, enquanto os cubanos necessitam de alta tecnologia brasileira, principalmente na área de perfuração petrolífera e de biocombustíveis, os brasileiros têm muito a aprender sobre programas de inclusão social nas áreas da educação, da saúde e dos esportes.

Quanto a Fidel, esse dirigente revolucionário, continuará ativo na vida política cubana, desempenhando a função de ideólogo máximo da revolução cubana. O guerrilheiro da Sierra Maestra se dedicará, a partir de agora, ao arsenal das idéias.

Fidel retira-se da cena principal. O futuro de Cuba aos cubanos pertence. Somente a eles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro porque tenho a convicção de que Fidel embalou nesses últimos anos, principalmente nos idos dos anos 60, o sonho, a utopia da juventude da América Latina. Penso que Fidel continua entre os grandes homens do Século XX e XXI. Penso que Fidel está próximo da poesia. O contexto do início daquela década era o contexto das revoluções, e Fidel foi um homem que soube dirigir um processo. Cometeu erros, excessos? Com certeza. Mas da condução, da firmeza, da defesa intransigente das idéias socialistas, disso ele não abriu mão. Por isso, merece essa reflexão, ao lado de tantos, no mundo todo, que prestaram e que reconhecem o Fidel como o grande comandante das idéias socialistas, da solidariedade, da firmeza em defender principalmente o povo pobre do seu país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra, como último orador inscrito, o Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul.

V. Ex^a faz com que tenhamos respeito ao Partido dos Trabalhadores. V. Ex^a engrandece aquele Partido, o Mato Grosso do Sul, o outro Mato Grosso, o Brasil e a democracia. Ninguém o excedeu em firmeza, em dignidade e em grandeza ao conduzir uma das CPIs mais importantes para a Pátria, a dos Correios.

V. Ex^a, com a sua coragem, com a sua firmeza, fez acordar o Poder Judiciário.

V. Ex^a não é mais a esperança, mas a certeza de que este Senado saberá dar sua contribuição para o aprimoramento da democracia. V. Ex^a tem o tempo que lhe convier. Quem não vai gostar é a Globo, que vai perder audiência com o Juvenal Antena porque V. Ex^a faz uma dura concorrência.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras sempre carinhosas e atenciosas. V. Ex^a tem uma fã incondicional, Dona Rosely, minha mãe, lá no Pantanal, o acompanha diariamente nesse trabalho competente que V. Ex^a faz não só pelo Senado, mas pelo Estado do Piauí e pelo Brasil.

Sr. Presidente, quero render minhas homenagens ao Senador Jonas Pinheiros. Estivemos juntos ontem, lá em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Choramos juntos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Choramos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Rezamos juntos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Rezamos juntos. Estivemos em Santo Antônio do Leverger, terra do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, para dar-lhe um último abraço de carinho, de admiração e de respeito e para nos solidarizar com a família do Senador Jonas Pinheiros, com seus filhos, com Dona Celcita e dizer-lhes que o Senado perdeu um grande Senador, um homem de bem, um homem sereno, um homem que pautou seu comportamento pela construção, pela pró-atividade, educado.

Foi talvez uma das figuras mais importantes, talvez o Parlamentar mais importante do agronegócio no Congresso Nacional. Eu sei bem, Senador Mão Santa, meu Presidente, do trabalho que o Senador Jonas Pinheiro fez olhando pelos pequenos, médios e grandes produtores. Lembro-me da grande discussão do projeto de biossegurança de que ele participou intensamente. Ele era praticamente o veículo dos grandes temas voltados para o agronegócio aqui no Congresso Nacional. Foi um dos expoentes na discussão da dívida dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil. Ele vai fazer muita falta, muita falta.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de me solidarizar com a família do Senador Jonas Pinheiro e dizer que ficou a referência dele: um homem público exemplar, um mato-grossense irmão, pantaneiro como eu. Ontem, existiam dois pantaneiros ali, em Santo Antonio do Leverger, Senadores: um Jonas Pinheiro, outro eu, só que ele é um pouco mais de cima e eu sou lá de baixo, de Corumbá, mas pantaneiro também.

Portanto, quero aproveitar a oportunidade para desejar que Deus ilumine e abençoe a família do Senador Jonas Pinheiro, acima de tudo, uma família que pode ter orgulho de ter um pai, um homem e um Senador da República que honrou não só o Mato Grosso, mas honrou o Senado e honrou o Brasil.

Sr. Presidente, estou falando por último nesta sessão. Acompanhei muitos debates e não poderia deixar de registrar aqui – e V. Ex^a é um homem muito lido, muito culto – que ouvi atentamente as palavras do Senador Suplicy acerca da visita que ele fez ao Iraque. Há alguns meses, li a coluna do jornalista Jânio de Freitas, que sugeria para os interessados pelo Oriente Médio livros escritos por um jornalista inglês chamado Robert Fisk, jornalista do *Times*, em Londres, e, depois, correspondente de guerra do *The Independent*. Foi uma leitura extraordinária com a qual não só tive oportunidade de aprender como também de esclarecer uma série de posições, muitas delas equivocadas, que a cultura ocidental faz, especialmente do Oriente Médio.

Não me recordo bem do título de um dos livros, mas o outro, que fala sobre o Líbano, chama-se *Pobre Nação*, leitura absolutamente imperdível para que conheçamos minimamente a realidade do Oriente Médio, tão distorcida em função da visão ocidental de algumas das potências que teimam interpretar aquilo que acontece no Oriente Médio a partir de uma visão absolutamente fora daquele contexto.

Mas, Sr. Presidente, vim a esta tribuna especialmente para falar sobre um tema que me é muito caro: energia.

O meu último discurso em 2007 foi de preocupação no que se refere ao suprimento energético brasileiro. Antevíamos um período de estiagem, os reservatórios baixando bastante. E por que o período de estiagem? Por causa do fenômeno La Niña. E, pelo histórico, La Niña sempre trouxe conseqüências, principalmente no regime de chuvas naquele período quando os reservatórios recebem a contribuição de todos os rios que alimentam esses projetos de hidroeletricidade e que, naturalmente, exigem um período de chuvas compatível.

O cenário era muito ruim, a situação dos reservatórios também – os reservatórios do Nordeste, do Norte e do Sudeste. Hoje, é importante aqui destacar, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, e Senador João Pedro, que a situação mudou. Tivemos um período bastante chuvoso em janeiro, contrariando as expectativas.

É importante registrar que hoje há uma recuperação dos reservatórios equivalentes nas várias regiões do País.

A Região Sul já acumula água em percentuais muito mais confortáveis; na região Sudeste, já passa dos 55% o volume útil dos reservatórios; na região Nordeste, que tem Sobradinho como seu principal reservatório, já chega a números próximos de 42%; na região Norte já atinge 39% do volume útil.

Portanto, as chuvas estão nos ajudando a recuperar os reservatórios, dando um pouco mais de tranquilidade ao País no que se refere ao suprimento energético.

Mas não foi só isso que foi feito. O operador nacional do sistema acionou as usinas termelétricas – não só a gás natural, mas a óleo combustível, a óleo *diesel*. As usinas nucleares de Angra I e Angra II, Senador João Pedro, foram despachadas.

Essa contribuição, Senador João Pedro, da geração termelétrica ajudou muito na recuperação dos reservatórios. E eu não posso deixar de destacar a atuação de Maria da Graça Foster, que assumiu a Diretoria de Gás e Energia da Petrobrás. E é importante, meu caro Presidente Senador Mão Santa, destacar que hoje a

Petrobrás despacha cinco mil megawatts em geração termelétrica a gás natural, sem prejudicar o mercado consumidor de gás natural brasileiro.

É importante destacar isso. E pelo que tenho acompanhado, as últimas decisões das principais autoridades do setor elétrico recomendam que os despachos de termoeletricidade à base de gás natural, de óleo diesel, de óleo combustível e nuclear devam continuar, Senador João Pedro. Por que isso? Porque o grande desafio nosso é 2009. A situação ruim dos nossos reservatórios não refletiria em 2008, caso a situação continuasse ruim. Ela iria trazer conseqüências drásticas para o País em 2009. E essa decisão é importante, porque, se continuarmos despachando as usinas termoeletricas e se continuar chovendo, meu caro Presidente Senador Mão Santa, teremos uma situação muito mais confortável em 2009. Por isso é importante mais do que nunca acompanharmos esse desempenho das nossas principais centrais, sejam elas hidroelétricas ou termoeletricas.

E é importante, meu caro Presidente Senador Mão Santa, registrar que no momento nós já podemos, eventualmente, até parar aquela geração a óleo, que é mais custosa para o bolso do contribuinte brasileiro. Mas acho que, por uma questão de segurança, é absolutamente necessário que venhamos a ser conservadores, para evitar qualquer surpresa no ano de 2009.

Sr. Presidente e Senador João Pedro, que nos acompanha até agora, essas ações foram implementadas agilmente, mas não podem parar por aí, porque os grandes aproveitamentos de energia – cito o rio Madeira e Belomonte – virão a partir de 2012, 2013, 2014.

Então, nós precisamos, mais do que nunca, meu caro Presidente Mão Santa, tomar medidas de médio e longo prazo, para que o País não venha a ser surpreendido por uma nova crise energética. Quais são essas medidas? Primeiro, a consolidação da geração a gás natural. E a Petrobras está tomando providências não só agora, com Cangoá/Peroá, mas também mediante a interligação desse campo que se situa no litoral do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, através de Vitória-Cacimbas. Isso traz um reforço de gás natural para a área Rio de Janeiro e para o Sudeste de 5 milhões m³/dia.

Portanto, a opção termoeletrica a gás natural é fundamental para otimizar o sistema. Não podemos viver, única e exclusivamente, de hidroeletricidade. Qualquer sistema confiável no mundo tem de trabalhar com as energias disponíveis para otimizar principal-

mente os seus reservatórios quando a base energética for de hidroeletricidade.

Temos, pois, de consolidar esse programa que agora tem sido muito bem implementado pela diretoria de gás de energia da Petrobras.

Nós não podemos parar por aí, meu caro Presidente Mão Santa. Nós temos de olhar as energias renováveis, implementar novas alternativas energéticas, com tarifas de referências compatíveis com a realidade do mercado, mas implementar a energia eólica, hoje largamente utilizada pelos países europeus, como Alemanha e Espanha. Só a Espanha tem instalada quase uma Itaipu de energia eólica. Temos de olhar também o bagaço de cana. Vamos otimizar todo o processo industrial dessas usinas de álcool e açúcar e ao mesmo tempo gerar energia através da biomassa.

Portanto, isso exige uma ação articulada, uma ação competente, sem falar, Sr. Presidente, da Usina de Angra III, cuja construção o Governo do Presidente Lula já decidiu e eu entendo como uma decisão absolutamente necessária.

Angra III está no Centro de Carga, é uma usina de 1.300 megawatts, tem uma usina irmã, que é Angra II, e que tem operado com excelente desempenho, inclusive gerando mais energia do que nós havíamos previsto. E, portanto, Sr. Presidente, com a geração hidroelétrica, que sempre será a base da nossa geração de energia, com as termoelétricas especialmente a gás natural, a carvão – que eu não citei aqui, mas que nós temos bons projetos no Sul do Brasil, olhando especialmente a questão ambiental, em função até da característica do nosso carvão – com a geração nuclear e com a geração principalmente de novos tipos de energia, energias essas operadas comercialmente como energia eólica, que é a energia dos ventos, como também de biomassa, aí sim, dentro de um planejamento maior, teremos as condições necessárias de ter uma matriz energética que traga tranqüilidade ao País e conseqüentemente venha a fazer com que o Brasil não seja surpreendido por um racionamento de energia, que é péssimo, é o maior pesadelo para um país que precisa absolutamente crescer.

Meu caro Senador João Pedro, ouço V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Delcídio, V. Ex^a faz uma análise importante, que chama a atenção, ao fazer um diagnóstico, no nosso País, acerca do nosso parque, do fornecimento de energia, e tocou em um assunto que eu considero muito importante, que são as alternativas de energia. Eu tive a oportunidade de conhecer, no final do ano passado, uma experiência com manejo florestal, lá no Amazonas,

a Mil Madeireira, no Município de Itacoatiara, em que a cidade tem 90% da energia a partir do manejo florestal, com baixo impacto ambiental. Ou seja, a madeira sai certificada e os resíduos são transformados em energia. E Itacoatiara tem 80 mil habitantes. Portanto, com baixo impacto, tem toda uma cadeia que possibilita a cidade receber energia a partir dos resíduos daquilo que foi manejado, da madeira que foi certificada. Essa foi uma experiência.

Chamo a atenção também para as pesquisas que a nossa Embrapa desenvolve. A Embrapa tem uma pesquisa concluída há mais de 20 anos, quase 30 anos, com o dendê. Este tema leva à questão ambiental, ao impacto ambiental. E tenho certeza de que V. Ex^a está alertando, levando em consideração o fato de termos energia para manter um país com crescimento econômico, um país com uma população significativa, como a brasileira, com pequenas e médias cidades, grandes centros urbanos e nós precisamos de energia. Não temos futuro sem energia.

Destaco, na Amazônia, a pesquisa levada a cabo com muito sacrifício pelos técnicos da Embrapa com o dendê, uma palmeira. Nós podemos recuperar aquilo que foi degradado na Amazônia a partir do dendê. Não defendo, de forma alguma, a derrubada de floresta. Pelo contrário, podemos melhorar aquilo que foi degradado na Amazônia com o dendê que a Embrapa pesquisou e termos, principalmente para as vilas, as cidades distantes, as pequenas e médias cidades, energia fornecida a partir da experiência do dendê.

Vale lembrar também o componente da economia familiar. A economia familiar pode ter acesso a esse processo. E nós podemos melhorar a qualidade de vida e a geração de renda na Amazônia com energia a partir do dendê.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Pedro, pelo aparte. Já existem muitos estudos sobre geração de energia, principalmente em função do manejo de florestas, como V. Ex^a citou, e citou muito bem citou.

É extraordinário o desenvolvimento, meu caro Presidente Mão Santa, na área de biocombustíveis, não só na produção de biodiesel de soja, o mais convencional, mas também de pinhão manso e de girasol. Enfim, há uma série de alternativas. A área de bioenergia terá um papel preponderante, importante, principalmente na composição de uma matriz energética ampla para o nosso País.

Nesse ponto, eu não poderia deixar de destacar o trabalho que a Embrapa vem desenvolvendo, sobretudo apoiando não só o Governo, mas também a iniciativa privada, no sentido de viabilizar investimen-

tos fundamentais para que o Brasil desenvolva uma matriz energética moderna, com absoluto cuidado com a questão ambiental e dentro de políticas que, efetivamente, garantam essa energia tão importante de que nosso País precisa para crescer.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de lembrar, Senador João Pedro, a Medida Provisória nº 396, que chegou aqui no Senado, que dá uma abertura maior para que a Eletrobrás, efetivamente, retome o papel que detinha há anos e anos como empresa alavancadora, principalmente dos projetos de geração, dos projetos de transmissão e dos projetos a serem desenvolvidos – e essa Medida Provisória prevê isso – em países vizinhos, integrando energeticamente os países da América do Sul.

Portanto, nós precisamos discutir a Medida Provisória nº 396, porque ela trará novas ferramentas para que a Eletrobrás retome o seu papel fundamental e principalmente estratégico para o crescimento do setor de energia elétrica.

Não estou aqui fazendo discurso estatizante, porque a iniciativa privada é absolutamente bem-vinda e terá uma participação importante nos investimentos na área de energia elétrica. Mas a Eletrobrás precisa resgatar o seu papel e, especialmente, nós precisamos promover a abertura da Eletrobrás para que ela atue nos países vizinhos, até em função da integração energética que hoje já existe e que, mais do que nunca, se implementará ao longo dos próximos anos, com o Peru, com a Bolívia, com o Paraguai, com a Argentina, com o Chile.

Portanto, nós precisamos de uma Eletrobrás forte e que tenha um papel efetivamente estratégico nessa integração energética, que é a razão de ser de um continente unido, um continente onde todos os países vão se integrar.

A Comunidade Econômica Européia começou com a energia, e não vamos fugir desse modelo na América do Sul. Não há dúvida alguma, não há dúvida alguma! A Comunidade Econômica Européia começou com a geração de energia na França, por meio das usinas nucleares francesas, com o gás da Rússia, atendendo boa parte da Europa. A integração começou por aí, pela energia, e penso que não vamos ter um modelo diferente.

E, Sr. Presidente, fruto de tudo isso que alinhabei rapidamente aqui, vejo, hoje, uma discussão grande por cargos em empresas de energia, na Petrobras, na Eletrobrás e em suas subsidiárias. Noto uma preocupação muito grande do Governo, especialmente da Ministra Dilma, que conhece o setor, no sentido de respeitar a meritocracia, respeitar, nessas composições, aqueles executivos de carreira dessas em-

presas, que têm uma história de serviços prestados naqueles segmentos que vão dirigir os destinos não só das empresas estatais, mas, por que não dizer, do País. E esse objetivo é absolutamente necessário. Precisamos ter bons dirigentes nas empresas. Ninguém aqui duvida que as alianças, que esse governo de coalizção, necessariamente, ou naturalmente, vai levar a indicações de caráter político dos Partidos que apóiam o Governo Federal.

Mas essas indicações têm que ter premissas não só com relação à conduta dos indicados, mas também com relação à experiência dos indicados naqueles setores que vão, efetivamente, comandar.

Portanto, é absolutamente importante, é coerente e tem bom senso a postura principalmente do Governo Federal no sentido de garantir para uma área tão estratégica pessoas que realmente correspondam a esse desafio que, rapidamente, aqui nós discutimos.

Eu, Sr. Presidente, fico, às vezes, preocupado, porque uma missão como essa tem que ser desempenhada por gente que conheça o assunto, por gente que tenha vivência desses assuntos. Como V. Ex^a diz, esse segmento de energia não é para “peladeiro”. Esse segmento de energia, em que incluo petróleo, gás, biocombustíveis, energia elétrica, é fundamental para qualquer país. Portanto, não admite “peladeiros”. Estamos em um momento especial para o País sob o ponto de vista econômico e não podemos falhar, principalmente na gestão das companhias que vão cuidar da energia necessária para o Brasil crescer.

Vejo, portanto, com muita preocupação algumas indicações que estão sendo feitas. Eu li, recentemente, Senador João Pedro, num jornal que tem gente que está sendo indicada para empresa do setor elétrico que não sabe distinguir um disjuntor de uma seccionadora, um reator de um transformador, uma turbina de um gerador. Tem gente que quer trabalhar em empresa de petróleo e gás que não sabe distinguir gás natural de gás liquefeito de petróleo, que não sabe a diferença entre uma sonda e uma plataforma.

Será que é isso que queremos? Será que é com algumas pessoas com perfis inadequados para conduzir essas empresas que faremos o País crescer? É assim que vamos garantir a energia de que o Brasil precisa para se desenvolver?

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar aqui a minha preocupação. Todo mundo entende a componente política. Isso existe em qualquer país do mundo, mas temos que respeitar a meritocracia, temos de respeitar as premissas de boa conduta dos indicados.

Venho a esta tribuna para destacar a minha preocupação. Aparentemente, o que está sendo passado

é que quem está procurando zelar pelo bom desempenho dos indicados, pelas premissas básicas da meritocracia, às vezes começa a ser carimbado como alguém que atrapalha o processo, quando, na verdade, o que existe é, mais do que nunca, com relação a este assunto, uma preocupação grande no que se refere a ter pessoas com capacidade de gestão e com conhecimento das áreas que vão comandar. Tudo isso que enumerei, inclusive essa medida provisória da Eletrobrás, vai exigir gente que conheça o ramo. Não se pode colocar um camarada lá que não conhece o setor, senão o Brasil não caminha.

Quero deixar registrado que não estou aqui criticando Partidos, criticando nada. Estou discutindo critério, conceito.

É muito importante registrar o comportamento exemplar, republicano e responsável da Ministra Dilma na discussão principalmente da política energética do País, junto com o Ministro Múcio, naquilo que se refere ao perfil daqueles candidatos que efetivamente venham a corresponder aos desafios do País.

Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a se aprofunda na análise acerca do tema. Fiz há pouco um aparte e volto porque a discussão está correlata, tem nexos. V. Ex^a fala em gestão. Não adianta termos planejamento, recursos, rumos, projeto, planejamento de longo alcance e de médio prazo se não tivermos preocupação com a gestão. Então, a gestão deve ter um padrão. Primeiro, o padrão ético; e, segundo, o da competência para dirigir políticas públicas. O Brasil é um país diverso. Uma coisa é você conduzir uma política no rio Madeira e outra, no semi-árido, no Nordeste. Então, quero concordar com as preocupações e, numa composição – vamos ser claros – de um governo como o nosso, para garantir esse padrão com o que V. Ex^a está preocupado, deve haver critérios. Há o critério político, perfeito, há que haver, mas há o critério técnico, a experiência para conduzir os recursos públicos, as alternativas energéticas, a energia que faz parte do dia-a-dia do ser humano, do cidadão que paga imposto. Quer dizer, é grande a responsabilidade. Há poucos dias, ouvi o Senador Mão Santa, que tem a paciência de estar a esta hora da noite, falando do Luz para Todos, que é uma das políticas mais importantes do Presidente Lula. O Luz para Todos rompe com o passado. O Programa Luz para Todos traz a cidadania, muda a vida, melhora a qualidade de vida das pessoas, porque é um programa para a zona rural. No meu Estado, por exemplo, tenho absoluta certeza de que recursos para o programa existiam e existem. Houve problema de gestão. Então, V. Ex^a aborda o assunto e levanta a questão

da gestão. Quero concordar com V. Ex^a pelas suas preocupações e dizer que precisamos ter um compromisso, uma visão republicana para conduzir uma pasta tão estratégica de um país que pensa em desenvolver, em crescimento econômico, em distribuição de riquezas. Não vamos ter nada disso se não tivermos um padrão rigoroso na condução da política energética no nosso País.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador João Pedro. Fico feliz também ao ouvir as ponderações de V. Ex^a, no meu ponto de vista, absolutamente pertinentes, absolutamente pertinentes.

Não posso deixar de registrar o Programa Luz para Todos. O meu Estado do Mato Grosso do Sul é uma referência na implantação do Luz para Todos. Acho que, no meu ponto de vista, é o maior projeto do Governo do Presidente Lula, disparado, pelo impacto econômico, social que um projeto como o Luz para Todos traz para o nosso dia-a-dia, para a nossa sociedade.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, registrar que a definição de nomes deve seguir premissas, como bem disse o Senador João Pedro, políticas técnicas e éticas.

Portanto, quero deixar registrado o cuidado com que a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro José Múcio e o próprio Ministro Edison Lobão, nosso companheiro Senador, que representa à frente do Ministério de Minas e Energia esta Casa, têm efetivamente tomado atitudes de cuidado, de cautela com a coisa pública.

Portanto, esse processo tem de ocorrer efetivamente dessa maneira, para que todas as premissas que foram aqui colocadas em função de um grande projeto de energia venham a ser definitivamente implementadas.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade, a tolerância e a paciência. Quero dizer-lhe que vou voltar a este tema, que tem muitos desdobramentos. Para mim, o maior desafio do País, nos próximos anos, é a infra-estrutura. A energia é um dos pilares de toda essa infra-estrutura de que o Brasil vai precisar para crescer, para trazer desenvolvimento, para trazer novas oportunidades e para eliminar ou mitigar as desigualdades sociais com as quais convivemos desde o descobrimento. Esse é um grande tema, caro Presidente Mão Santa.

Espero que, neste ano de 2008 – é a primeira vez que subo à tribuna neste ano –, não percamos mais uma vez, aqui no Congresso, o trem da história. A população espera do Senado, da Câmara, do Congresso, da classe política, um debate sadio, um debate

pró-ativo, a discussão sobre o futuro do nosso País, bem como a aprovação de leis e de projetos que vão ser importantes para que o Brasil se consolide como uma nação fraterna, solidária, cidadã, como uma nação de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, muito obrigado, Senador João Pedro, por me ouvirem até este momento.

Mais do que nunca, quero aqui registrar a minha esperança num futuro melhor e num Brasil cada vez mais realizador, empreendedor, aquele Brasil com que todos nós sonhamos como um grande país, um país onde, acima de tudo, venhamos a trabalhar pela população, pela nossa gente, pelos nossos filhos, pelos nossos netos, aqueles que vão, mais do que nunca, levar esse bastão que entregaremos para que o Brasil seja aquele país com o que, ao longo de toda a sua história, todos nós sonhamos e esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós que agradecemos.

Senador João Pedro, do PT, Ulysses ficou para a posteridade como o Senhor das Diretas. Esse é o senhor da competência de energia.

Agora, V. Ex^a não interpretou bem as minhas palavras de ontem. Não, não sou contra o Luz para Todos. Eu, vamos dizer assim, sou um médico-cirurgião, como Juscelino, que ensinava o binômio “energia e transporte”. Depois, tive oportunidade e fiz, em períodos, Gestão de Administração Pública, na Fundação Getúlio Vargas.

Então, o que critiquei ontem não foi o Luz para Todos. Eu tinha o Programa Luz Santa, para o pobres. Eu peguei toda a verba do antigo PAP, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que é o PCR hoje, Programa de Combate à Pobreza Rural, e investi toda em energia. Sem energia, não há nada. Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. E energia é a máquina humana.

O que critiquei ontem não foi o Luz para Todos, não foi o Luiz Inácio. Fui até generoso, disse que ele não sabia. Foi a corrupção que Gautama fez. Então, não chegou ao Piauí. Foi isso que lamentamos.

Delcídio Amaral, V. Ex^a é, sem dúvida alguma... Não sei como o Luiz Inácio, que dispõe de um jovem como esse, escolhido por Itamar Franco, engenheiro, competente Senador, que foi, sem dúvida, um dos melhores Ministros de Minas e Energia da história deste País, com visão de futuro... Aí, vimos a segurança. V. Ex^a brindou e ofereceu para todo o País – esta Casa tem de ser o pai da Pátria – luzes, para que o Governo dê energia e transporte, como Juscelino sonhava.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Na sessão de hoje foi lido o **Requerimento nº 150, de 2008**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial destinada a comemorar 80 anos de fundação do jornal **O Povo**, em 11 de março do corrente ano, em aditamento ao Requerimento nº 114, de 2008.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Anteriormente foram lidos os **Requerimentos nºs 49 e 144, de 2008**, do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial para marcar os 200 anos da imprensa brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa, em 3 de junho próximo.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Delcídio Amaral, engenheiro, eis que faço um apelo ao Presidente Luiz Inácio e aproveito o grande Líder dos trabalhadores, João Pedro.

Não tenho preconceitos contra o Partido dos Trabalhadores. Aí está Delcídio Amaral, que simboliza a competência, a decência. Mercadante – hoje mesmo telefonei para saber sobre sua saúde, que está melhorando – significa competência, decência. E, no meu Estado mesmo, tenho exemplos. A maior líder mulher que teve o Estado do Piauí foi a ex-Deputada Federal Trindade. O prefeito, candidato de V. Ex^{as}, Deputado Federal, é um médico competente e honrado, Nazareno Fonteles. Há o vereador Jacinto Teles, que muito admiro no Piauí. E, na minha cidade de Parnaíba, o fundador do PT, Lourival, é uma figura íntegra e respeitada. Então, não tenho preconceito.

Aproveito os dois extraordinários líderes do PT para reivindicar, ao nosso Presidente Luiz Inácio, o porto de Luís Correia, no Piauí. Começou há 86 anos, com Epitácio Pessoa. Há 86 anos encravaram lá 100 milhões de dólares; faltam 10 milhões de dólares.

O Porto de Luís Correia teve o seu projeto básico retomado em 1975, no tempo de Ernesto Geisel,

quando era Ministro o extraordinário piauiense João Paulo dos Reis Velloso.

As obras foram iniciadas em 1976 e concluídas em 1982. Foi muito dinheiro gasto. Antigamente, não havia recursos, mas agora colocamos todas as dotações, os 30 milhões das emendas de bancada – já no ano de 2006 havíamos colocado 11. Então, há recursos.

Nós pedimos aos grandes líderes do Partido dos Trabalhadores que levem esse apelo do Piauí. Ele ficará consagrado e agradecido àquele povo que sempre lhe deu vitórias extraordinárias, inclusive o Governo do Estado.

Então, que se termine o Porto de Luís Correia, que começou com Eptácio Pessoa. Que bom seria se terminasse com Luiz Inácio! E há recursos para isso, porque nós, no Orçamento, no ano que passou, 2007, colocamos 11 milhões e agora, 30 milhões.

Essa seria a grande obra do Porto do Piauí, que seria fundamental para instalarmos as ZPEs e recuperarmos a ferrovia.

Então, agradecemos o empenho do Partido dos Trabalhadores. Que vocês, que constituem o que há de melhor naquele Partido, reivindiquem isso para o Piauí.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)
– Sr. Presidente, primeiro, V. Ex^a, como sempre, fala muito bem, sendo muito claro naquilo que diz respeito aos interesses do seu Estado, o nosso querido Piauí. E não há dúvida de que seremos parceiros nesse trabalho para a conclusão do Porto de Luís Correia, por tudo o que ele vai propiciar ao Estado do Piauí; por tudo o que vai representar para a infra-estrutura, não só do Piauí, mas do Brasil; pela capacidade de integração com os demais modais de transporte e, acima de tudo, Sr. Presidente, investindo num modal que é de vital importância para qualquer país que exporta, para qualquer país que precisa de vendas cada vez maiores, que é um porto.

O Governo do Presidente Lula criou um Ministério que cuida especificamente dos portos. Os portos brasileiros, hoje, são um dos grandes gargalos da infra-estrutura do nosso País. Portanto, a solicitação de V. Ex^a tem tudo a ver com aquilo que efetivamente todos nós desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Tanto nós acreditamos que destinamos o total do valor de nossas emendas para lá. E isso, Delcídio Amaral, V. Ex^a, que é engenheiro, e o nosso João Pedro, que representa o engenheiro dos transportes, o Senador que dirige os transportes...

Atentai bem! Esse modelo novo abrigará um terminal de combustível; um setor de armazenamento e carregamento de combustível. É o combustível mais caro. Ou o combustível vai de São Luís para Teresina ou vai de Fortaleza. E saindo de lá é mais próximo o litoral do Piauí da capital. Então, é um combustível dos mais caros.

Então, nós temos, queremos e desejamos o apoio do PT. José Auto de Abreu foi um Deputado Federal que fez o Dia do Piauí no dia 19 de outubro, quando se tornou independente. Em um de seus discursos, compara a morte com o naufrágio. Ele queria que isso fosse lá no litoral do Piauí. Faria um esforço para vir à tona e ver as luzes do Porto de Luís Correia.

Neste Senado, às 10 horas da manhã, houve uma sessão especial sobre os 200 anos da Abertura dos Portos. Atentai bem, Luiz Inácio! Duzentos anos, e o nosso Piauí não tem seu porto. Vossa Excelência ficaria consagrado se concluísse o porto. Bastaria chamar o Senador Delcídio Amaral, que é engenheiro, com sua inteligência, para tornar esse sonho do Piauí realidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

21-2-2008
quinta-feira

10h00 – Sessão Especial de comemoração aos 200 anos de abertura dos Portos

Plenário do Senado Federal

11h00 – Embaixadora da Noruega, Turid B. Rodrigues

Gabinete do Presidente do Senado Federal

12h30 – Visita do Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira

Gabinete do Presidente do Senado Federal

13h00 – Sessão Congresso Nacional

Plenário da Câmara dos Deputados

19h00 – Governador José Serra (PSDB – SP)

Palácio dos Bandeirantes – São Paulo

ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 4, de 13 de fevereiro de 2008)

RETIFICAÇÕES

No sumário, à página nº 1150, 2ª coluna, item 1.2.7 – Ofício,

Onde se lê:

“Of. Nº 5/2008 (...)”

Leia-se:

“Of. Nº 5/2007 (...)”

À página nº 1154, 1ª coluna, no sumário da Ata,

Onde se lê:

“Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (...)”

Leia-se:

“Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007 (...)”

À página nº 1226, 2ª coluna,

Onde se lê:

“Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34,
de 2006 (...)”

Leia-se:

“Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34,
de 2007 (...)”

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 214 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 3.660/05-2,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 2211, de 2005, para manter aposentada voluntariamente com proventos integrais a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, c/c o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74/94, e efeitos a partir de 20 de maio de 2005.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 215 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000483/90-7,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 23, de 1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 25 de novembro de 2005, DALMAR GERALDO LACERDA GUIMARÃES, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", prevista no artigo 429, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Bloco-PT - Serys Shhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**
- vago*

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

1. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB (6)	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO (5)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (4)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO (3)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
VAGO (6)	3. VAGO (5)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO (9)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO (10)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (11)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO (1)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (7)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



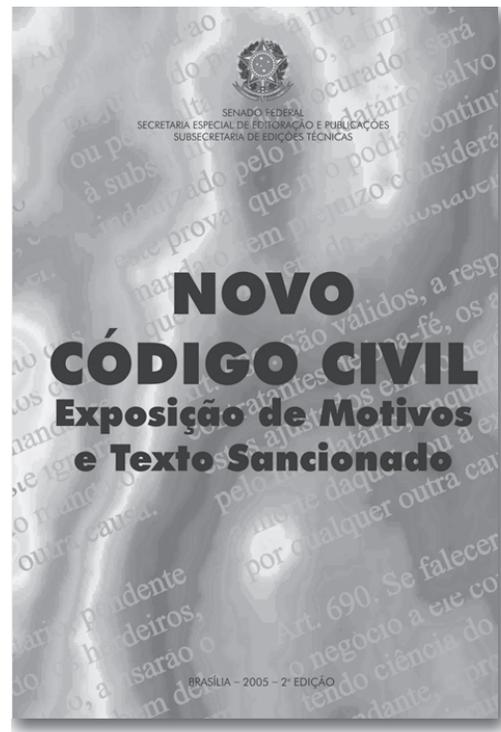
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



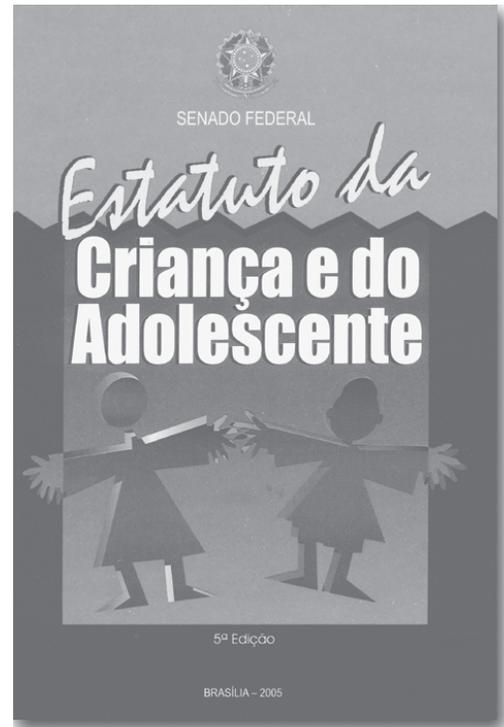
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 220 PÁGINAS